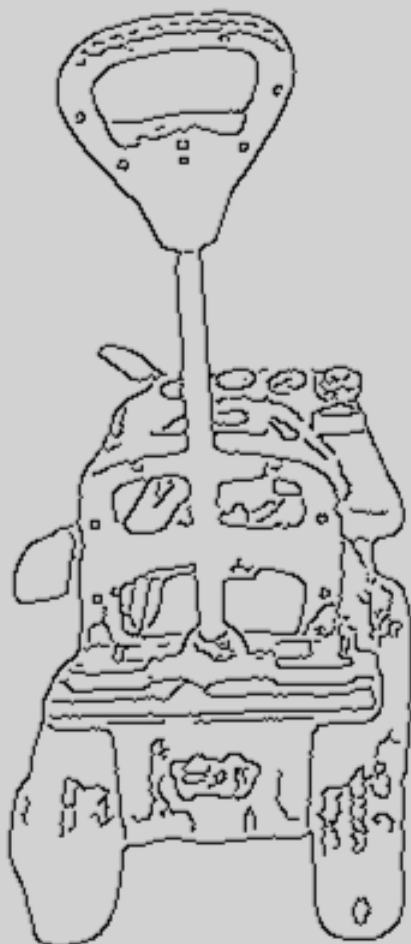


BEBÊS, PRESENTE!

PRODUÇÃO DO ESPAÇO,
COTIDIANO E LUTA
NA OCUPAÇÃO IPIRANGA

JULIANA DIAMANTE PITO



ORIENTADORA PROF. DRA. MARCIA AP. GOBBI
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
2023



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JULIANA DIAMANTE PITO

BEBÊS, PRESENTE!
PRODUÇÃO DO ESPAÇO, COTIDIANO E LUTA NA OCUPAÇÃO IPIRANGA

SÃO PAULO
2023

JULIANA DIAMANTE PITO

BEBÊS, PRESENTE!

PRODUÇÃO DO ESPAÇO, COTIDIANO E LUTA NA OCUPAÇÃO IPIRANGA

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Sociologia da Educação

Área de concentração: Educação e Ciências sociais: desigualdades e diferenças.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marcia Gobbi

SÃO PAULO
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

P681b PITO, Juliana Diamante
Bebês, presente! - Produção do espaço, cotidiano e luta na Ocupação Ipiranga / Juliana Diamante PITO; orientadora Márcia Aparecida Gobbi. -- São Paulo, 2023.
316 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Bebês . 2. Ocupação . 3. Espaço . I. Gobbi, Márcia Aparecida , orient. II. Título.

PITO, Juliana Diamante. **Bebês, presente!** – Produção do espaço, cotidiano e luta na Ocupação Ipiranga. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

APROVADA EM:

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Marcia A. Gobbi (orientadora) Instituição: Universidade de São Paulo
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^ª. Dra. Angela Maria S. Coutinho Instituição: Universidade Federal do Paraná
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^ª. Dra. Célia Regina Batista Serrão Instituição: Universidade Federal de São Paulo
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^ª. Dra. Fabricia Carla Viviani Instituição: Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^ª. Dra. Marina Rebeca Saraiva Instituição: Universidade Federal de Alagoas
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos bebês e às mulheres EM e DE luta.

À Marina, meu maior amor, que cresceu junto ao nascer desta tese!

*[...] Anunciado no latir dos cães, no cantar dos galos
Na calma das mães, que quer o rebento cem por cento*

E diz "leva o documento, Sam"

Na São Paulo das manhã que tem lá seus Vietnã

Na vela que o vento apaga, afaga quando passa

A brasa dorme fria e só quem dança é a fumaça

Orvalho é o pranto dessa planta no sereno

A lua já 'tá no Japão, como esse mundo é pequeno

Farelos de um sonho bobinbo que a luz contorna

Dar um tapa no quartinbo, esse ano sai a reforma

O som das criança indo pra escola convence

O feijão germina no algodão, a vida sempre vence

Nuvens curiosas, como são

Se vestem de cabelo crespo, ancião

Caminham lento, lá pra cima, o firmamento

Pois no fundo ela se finge de neblina

Pra ver o amor dos dois mundos

A merendeira desce, o ônibus sai

Dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce

De madrugada que as aranha desce no breu

E amantes ofegantes vão pro mundo de Morfeu

E o sol só vem depois

E o sol só vem depois [...]

(A ordem natural das coisas, EMICIDA)

fachada da
Ocupação Ipiranga
fotografia: Daniel Arroyo
Ponte Jornalismo

*o amor existe
o amor resiste
o amor ocupa
o amor transforma
o amor luta
o certo é a gente tá junto
não é para ter medo*



AGRADECIMENTOS

(OU MANIFESTO DE AMOR)

Devo essa tese especialmente aos bebês, às crianças e às mulheres!

Primeiramente aquelas que ocupam, que sonham e que lutam diariamente por uma vida mais digna. Obrigada por me receberem, abrirem suas casas e me ensinarem tanto, tornando essa pesquisa possível.

Agradeço também às mulheres professoras, pesquisadoras, estudantes; mulheres filhas, avós, amigas, vizinhas, tias, primas, que foram tão importantes para mim ao longo desses anos. Vocês me ensinaram, incentivaram, acolheram e ampararam; compartilharam comigo seus conhecimentos; encorajaram-me a seguir; choraram comigo a tristeza de um país em ruínas, gritaram por ele também; sorriram; dividiram as tarefas e muitas responsabilidades que carregamos só por sermos mulheres. “O certo é a gente tá junto!”

Obrigada àquelas que dividiram comigo os cuidados e educação do meu bem mais precioso. Obrigada por ser meu bem mais precioso, filha! Você cresceu e me acompanhou ao longo desta tese. Fez perguntas, pediu colo, quis atenção, desenhou nos livros, deixou bilhetinhos nos rascunhos e me encheu de amor e força para continuar. Espero que um dia você possa lê-la e se orgulhar de ter feito parte dela. Espero também que você e todas as outras crianças possam, um dia, viver em um país mais justo e menos desigual. Lutem e não desistam dele.

Obrigada Marcia Gobbi, por tanto! Um dia, em orientação, você me disse algo que jamais esquecerei: “cada uma de vocês (orientandas) é um pedaço de mim”. Se é assim, saiba que o inverso é igualmente verdadeiro: há um tanto de você e de tudo que representa em mim! Minha gratidão pela confiança, rigor e parceria ao longo dessa caminhada.

Obrigada às professoras Angela Maria Scalabrin Coutinho e Marina Rebeca Saraiva pelas valiosas contribuições na qualificação e por aceitarem compor a banca da defesa; agradeço igualmente às professoras Célia Regina Batista Serrão e Fabrícia Carla Viviani.

Agradeço também às professoras Mônica Pinazza, Kimi Tomazaki, Maria Aparecida Guedes Monção, Maria Stello Leite e o professor Cleriston Izidro dos Anjos, por aceitarem compor a suplência da banca;

Agradeço às (aos) colegas do Grupo de Pesquisa “Crianças, práticas urbanas, gênero e imagens”, da Faculdade de Educação da USP, em especial à Vanessa Albuquerque que esteve comigo nas oficinas, à Paula Martins, que além de estar comigo nas oficinas, produziu os mapas dessa pesquisa e à Beatriz Boss por contribuir com seu generoso olhar e criatividade na diagramação desse trabalho;

Da mesma maneira agradeço aos colegas professores Italo Butze, Fernanda Barbosa, Shirley Oliveira e Cinthia Bettoi Pais que também participaram das oficinas.

Agradeço aos funcionários e funcionárias da FE-USP e à UNIFESP pelo afastamento ao longo do ano de 2022. Sem ele, essa pesquisa talvez não fosse possível de ser realizada da maneira como foi.

As parceiras do grupo de pesquisa ACRIANÇAR (UNIFESP), do NEI Paulistinha e da Prefeitura Municipal de São Paulo, especialmente à minha amiga Rosa Silvia, que dividiu comigo as alegrias e desafios de produzir uma tese, com quem também compartilho sonhos e luta diária por uma educação pública de qualidade.

Também quero agradecer ao meu companheiro Maurício, parceiro, com quem divido a vida, os desejos por um mundo melhor e que tanto apoiou e compreendeu minhas ausências; minha mãe Luiza, meu irmão Junior, meu pai Ademir, meus sogros Teresa e Virgílio e meu avô Zemirto (*in memoriam*), que em nossa última conversa por aqui, me incentivou a não desistir: “Esses anos vão passar de qualquer jeito”. Eles passaram, vô, e suas palavras seguiram comigo, todos os dias, em forma de saudades.

Para mim, terminar uma tese é reviver as bases de amor e força sob as quais ela foi construída. Por isso esses agradecimentos poderiam ser um grande manifesto de amor... e são! O amor existe, resiste, ocupa, transforma, luta. Não é para ter medo.

PTTO, Juliana Diamante. **Bebês, presente!** – Produção do espaço, cotidiano e luta na Ocupação Ipiranga. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMO

Esta é uma pesquisa com e sobre bebês que vivem com suas famílias, ligadas a um movimento social de luta por moradia, no centro da cidade de São Paulo. Seu principal objetivo foi compreender a produção do espaço da Ocupação pelos bebês. Para isso, o ponto de partida foi a definição de Henri Lefebvre (2010) de que o espaço é obra e produto das relações humanas, dentre as quais incluem aquelas que ocorrem entre e a partir dos bebês. A produção dos dados ocorreu por meio da análise de fontes documentais, como legislações, fotografias e mapas, e de etnografia, com foco em quatro (4) bebês e suas famílias. O olhar detido às relações, práticas e representações possibilitou identificar a produção do espaço pelos bebês que ocorre por meio de agenciamento e por brechas no cotidiano programado. Além disso, foi possível reconhecer como eles, a seu modo, participam da luta, pela moradia e além dela.

Palavras-chave: bebês; ocupação; espaço.

PITO, Juliana Diamente. **Babies, Present!** - Space Production, Everyday Life, and Struggle in the Ipiranga Squatter Settlement. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ABSTRACT

This is a research study about and involving babies who live with their families, connected to a social movement fighting for housing in the downtown area of São Paulo. Its main objective was to understand the space production within the Squatter Settlement by the babies. To achieve this, the starting point was Henri Lefebvre's (2010) definition that space is a work and product of human relations, including those that occur among and through babies. The data production was conducted through the analysis of documentary sources such as legislation, photographs, and maps, as well as ethnography, focusing on four (4) babies and their families. Examining the relationships, practices, and representations allowed for the identification of the space production by the babies, which happens through agency and openings in the programmed everyday life. Furthermore, it was possible to recognize how they, in their own way, participate in the struggle for housing and beyond.

Keywords: babies; squatter settlement; space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta da cidade de São Paulo (1924).....	94
Figura 2: Excerto da Planta da cidade de São Paulo (1924)	95
Figura 3: São Paulo, Projeção hiperboloid com rede kilométrica em 1952.....	96
Figura 4: Excerto da Projeção hiperboloid com rede kilométrica em 1952.....	97
Figura 5: Grupo que reside com Nicole na Ocupação Ipiranga	142
Figura 6: Grupo que reside com Helena na Ocupação Ipiranga	144
Figura 7: Grupo que reside com Davi na Ocupação Ipiranga	146
Figura 8: Grupo que reside com Levi na Ocupação Ipiranga	148
Figura 9: Grupos de moradoras da Ocupação Ipiranga participantes da pesquisa	151
Figura 10: Trajetos percorridos pela pesquisadora em campo...240	
Figura 11: Mapa interativo dos trajetos percorridos pela pesquisadora.....	258

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Líder Hotel.....	88
Fotografia 2: Ocupação Ipiranga.....	89
Fotografia 3: Fachada do edifício. Avenida Ipiranga, 908. Outubro de 2016. Rovená Rosa	109
Fotografia 4: Corredor do 1º andar	126
Fotografia 5: Carrinhos de bebê organizados no pátio maior (térreo)	137
Fotografia 6: Painel produzido pelas crianças em oficina	159
Fotografia 7: Espaço de brincadeiras organizado na Ocupação Ipiranga.....	181
Fotografia 8: Helena na contação de histórias (I).....	185
Fotografia 9: Helena na contação de histórias (II).....	185
Fotografia 10: Helena na contação de histórias (III)	186
Fotografia 11: Helena na contação de histórias (IV)	186
Fotografia 12: Davi na oficina de produção de tintas naturais....	187
Fotografia 13: Crianças brincando durante a oficina	196
Fotografia 14: Brincadeira com tecidos- O casamento (I)	198
Fotografia 15: Brincadeira com tecidos- O casamento (II)	199
Fotografia 16: Neti fazendo discurso com bebê no colo	201
Fotografia 17: No carrinho, no urbano.....	235
Fotografia 18: Dona Vera e Nicole caminhando rumo à creche.....	246
Fotografia 19: Davi no carrinho, rumo à creche	253

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sistematização dos dados trabalho de campo 149

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CDC	Conferência de Direitos das Crianças
COHAB-SP	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FE	Faculdade de Educação
FIES	Financiamento Estudantil
FLM	Frente de Luta por Moradia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MMLJ	Movimento Moradia na Luta por Justiça
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
OWS	Occupy Wall Street
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PMCMV	Programa Minha casa, minha vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
USP	Universidade de São Paulo
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1. Nos caminhos, obstáculos e fronteiras: o percurso da pesquisa.....	27
2. Entre rotas possíveis: a organização dos capítulos.....	82

PARTE 1

CAPÍTULO 1	
De hotel à ocupação: considerações sobre o espaço concebido.....	90
CAPÍTULO 2	
De “corpo biológico” à ator e sujeito de direito: considerações sobre o bebê “concebido”.....	115

PARTE 2

CAPÍTULO 3	
“Pode entrar, fica à vontade e não repara a bagunça”: com os pés no campo.....	127
3.1. “Olha, ela tem um bebê...”: apresentação dos sujeitos da pesquisa.....	139
3.2. “É ocupação, negro, pobre... é tudo discriminado”: outras considerações sobre os sujeitos da pesquisa.....	153
CAPÍTULO 4	
“A gente escuta “tum, tum”... é bola, é bola!”: bebês e crianças na Ocupação Ipiranga.....	160
4.1. “Você quer que eu chame os bebês?”: oficinas como possibilidade de encontros.....	177
4.2. “Gosto, quando ela não tá bagunçando tudo”: entre brincar e cuidar de bebês.....	192
CAPÍTULO 5	
“Você tem um bebê, você para de viver sua vida e vai viver a vida dele”: bebês e mulheres na Ocupação Ipiranga.....	202
5.1. “Aqui é todas ajudando todas”: o cuidado compartilhado dos bebês.....	206
5.2. “Todos os meus filhos bebês foram para atos”: bebês e a luta pela moradia.....	215
5.3. “São os jovens que nos preocupam”: o bebê como projeto de futuro para as mulheres (mães e avós) da Ocupação.....	227
CAPÍTULO 6	
“Tem anjo passando”: bebês DA Ocupação, impressões e expressões no espaço urbano.....	236

PARTE 3

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	263
1. Bebês, produção do espaço, cotidiano e luta.....	263
2. Bebês e o direito à cidade.....	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	281
REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS.....	311

INTRODUÇÃO

“O texto nasce de quem?”, perguntou certa vez Conceição Evaristo em um emocionante depoimento sobre a autoria e a construção de personagens em suas obras, e complementou: “o ponto de vista que atravessa o texto e que o texto sustenta é gerado por alguém. Alguém que é sujeito autoral, criador/a da obra, o sujeito da criação do texto. E, nesse sentido, afirmo que, quando escrevo, sou eu, Conceição Evaristo, eu-sujeito a criar um texto” (EVARISTO, 2011, p. 115). Ora, mas escrever romances e criar personagens são processos muito distintos da escrita de uma tese, contestariam alguns, talvez preocupados com a neutralidade científica. Sim, certamente são escritas distintas: o que não apaga o desafio da autoria; da escrita de muitas versões dos textos; das leituras solitárias; e das tantas histórias que atravessam, compõem e também dão as condições para criação de uma produção acadêmica.

Parto dessas considerações para informar a quem lê essa tese¹ que a escreverei em primeira pessoa. Isso porque não seria possível negar os seus impactos na produção dessa pesquisa da minha história como mulher, mãe, pedagoga, professora de educação infantil da rede pública há mais de 20 anos. Além disso, a opção pela primeira pessoa do singular se justifica metodologicamente, pois é inspirada naqueles que hoje defendem o lugar da pesquisadora como definido e implicado a tudo que produz e escolhe apresentar (VIANA, 2020; RIZEK, 2013). Vale destacar, contudo, que essas implicações não impedem o compromisso ético ou cumprimento do rigor científico da investigação. Essa escrita em primeira pessoa, ora no singular, ora no plural, também

¹ Doravante farei referência a quem lê essa tese também como leitores. Apesar de me posicionar de forma contrária à oposição binária masculino e feminino, opto pela inclusão registrada nesse rodapé inicial, considerando as possíveis leitoras, leitores e leitorias do trabalho.

evidencia como essa tese, em muitos momentos, foi feita em companhia, junto às demais companheiras do Grupo de Pesquisa “Crianças, práticas urbanas, gênero e imagens”, da Faculdade de Educação da USP², e, em especial, com a minha orientadora, professora Marcia Gobbi, o que, certamente não exime minha responsabilidade sobre eventuais inconsistências ou lacunas que o presente trabalho possa apresentar.

Para mim, produzir essa tese, ao longo dos últimos 5 anos³, foi como fazer uma viagem a um lugar desconhecido. Essa viagem começou com uma ideia, com um sonho, com uma curiosidade; uma incursão que se transformou e tomou novos formatos à medida que foram traçadas rotas, roteiros, sabendo ainda que nela é possível ter muitas surpresas. E, claro, foi exatamente isso que aconteceu: o trajeto necessário para o encontro e para a produção de respostas a essa investigação não foi linear. Muitas vezes as rotas foram recalculadas, as bifurcações geraram dúvidas sobre quais caminhos seguir, as curvas foram sinuosas demais e as rotatórias pareciam me levar sempre ao mesmo lugar. Mas o fato é que ele também me levou a lugares tão inesperados que por vezes pareci fazer como Diego, personagem de Galeano, que viajava com o pai para ver o mar a primeira vez:

Depois de muito caminhar, o mar estava na frente se seus olhos. E foi tanta imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao

² Doravante citado apenas como “Grupo de pesquisa”.

³ Essa pesquisa teve início em julho de 2018, mas devido à suspensão das atividades presenciais decorrentes da pandemia da COVID-19, sua finalização foi prorrogada por 1 ano do prazo comumente estabelecido pelos programas de pós-graduação do país, ocorrendo em julho de 2023. Ao longo de quase todo esse período dividi as atividades de pesquisa com minha atuação no Núcleo de Educação Infantil da Universidade Federal de São Paulo, onde sou Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), ora na coordenação pedagógica, ora como professora de educação infantil. Tive afastamento das atividades de ensino concedido ao longo do ano de 2022 para produção dos dados em campo de pesquisa.

Essa não foi uma viagem qualquer, pois foi feita em busca de bebês⁴, mas não quaisquer deles. Trata-se especificamente daqueles que moram em um prédio ocupado⁵ por um movimento social organizado para fins de moradia no centro da cidade de São Paulo. Os bebês não foram apenas o motivo dessa viagem, eles a conduziram, seguiram comigo o tempo todo, estão presentes até quando parecem não estar. Refiro-me ao fato de tantas vezes precisar percorrer caminhos desconhecidos ou ainda, para muitos, inimagináveis de serem feitos em uma tese sobre e com bebês, mas que na verdade, foram possibilidades de olhá-los sob outro ponto de vista. Talvez essa seja a maior beleza e o maior desafio encontrado nessa viagem.

Durante esse percurso busquei respostas a algumas questões especialmente relacionadas à compreensão da produção desse espaço pelos bebês e suas possíveis implicações no cotidiano de luta pela moradia. Nesse cotidiano, encontrei junto dos bebês, muitas outras pessoas, adultas e crianças, que me “ajudaram a olhar” e com quem, especialmente, firmei um compromisso de “levá-los a sério” (INGOLD, 2017, 2019). Senti minha própria vida e experiência se emaranhar às delas, o que, certamente, compõe, dimensiona e conduz o olhar e as palavras que se seguem.

Ao longo de toda pesquisa fui acompanhada de um movimento constante e simultâneo, de delicadezas e durezas, que une a sensibilidade necessária às relações com bebês no

⁴ A utilização do termo “um bebê” ou “o bebê”, ao longo desta pesquisa, que parece remeter ao masculino genérico, não desconsidera o quanto a oposição binária masculino e feminino impacta a vida e experiência das crianças, desde bebês. Com intuito de registrar minha posição contrária a essa oposição, opto pela inclusão registrada nesse rodapé inicial.

⁵ Ao longo do texto, prédio ocupado para fins de moradia serão também chamados de ocupações de moradia. Além disso, a palavra Ocupação será grafada em letra maiúscula como forma de referenciar a Ocupação Ipiranga, lócus dessa investigação.

contexto da brutalidade de quem vive no centro urbano da maior cidade do país. Isso porque essa pesquisa foi construída em meio a crises políticas, econômicas, ambientais, sociais. Essas crises concomitantes e sobrepostas foram também recrudescidas por guerras e pela pandemia da COVID-19. A situação se torna mais grave quando observadas as decisões políticas (ou falta delas) nesse contexto de crise.

Por exemplo em um dos países mais desiguais do mundo, a pandemia potencializou o abismo que separa ricos e pobres, brancos, negros, indígenas, homens e mulheres, adultos e crianças, no que se refere a condições de vida e acesso a direitos básicos. Durante o maior período de desenvolvimento dessa pesquisa foi possível observar o aumento da pobreza (MAPA, 2022); piora vertiginosa dos números relacionados à insegurança alimentar, com índices próximos aos apresentados no país há 30 anos (PATRIOLINO, 2022; MENA, 2022; CANZIAN, 2022); à falta de moradia e à ausência de políticas públicas para o problema (O DRAMA, 2022; MILHARES, s./d.); cortes nos investimentos nas áreas de educação, ciência e tecnologia (ORÇAMENTOS, 2022); sem contar as 700 mil mortes causadas pela COVID-19, contabilizadas até abril de 2023, apenas para citar alguns exemplos.

Mais especificamente em São Paulo, o aumento de pessoas em situação de rua, facilmente observado por quem transita pela cidade, é dimensionado também no Censo da População em situação de rua, que indica um aumento de 31% no número de pessoas vivendo nas ruas da capital paulista nos últimos anos⁶. Além disso, acompanhamos no ano de 2022 talvez a mais dura e violenta eleição presidencial

⁶ Segundo o Censo da população em situação de rua, realizado em 2021 pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo (SMADS), houve um aumento de 31% no número de pessoas vivendo nas ruas da capital paulista nos últimos dois anos, totalizando aproximadamente 31.884 pessoas (SÃO PAULO, 2021).

da história desse país, que colocou em xeque o futuro da nossa democracia e de nossas vidas. Assim, ainda que o término dessa tese coincida com um período condizente a um lampejo de esperança, ela carrega marcas: tais fenômenos, ainda que não sejam objetos diretos de investigação, a constituem academicamente, à medida que configuram mudanças nos tempos e espaços daquelas vidas com as quais me dispus a estar para realizar o presente trabalho de pesquisa.

1. NOS CAMINHOS, OBSTÁCULOS E FRONTEIRAS: o percurso da pesquisa

Esta é uma pesquisa com e sobre bebês que vivem com suas famílias⁷, ligadas a um movimento social de luta por moradia, na Ocupação Ipiranga, um prédio localizado na avenida de mesmo nome, na região compreendida como centro da cidade de São Paulo. O principal objetivo da investigação foi compreender a produção do espaço da Ocupação pelos bebês. Para isso, o ponto de partida foi a definição de Henri Lefebvre (2010) para quem o espaço é obra e produto das relações humanas, incluindo, portanto, aquelas que ocorrem entre e a partir dos bebês. Diante disso, busquei estabelecer reflexões para responder o que caberia ou exatamente se referia a eles nesse processo.

A busca por respostas a essa questão ocorreu por meio da análise de fontes documentais, como legislações, fotografias e mapas, e de etnografia, realizada na Ocupação Ipiranga no período de outubro de 2021 a janeiro de 2023. O foco do trabalho de campo etnográfico consistiu na observação de quatro (4) bebês e de suas famílias, com olhar

⁷ Nesta pesquisa opto por utilizar a expressão “família” para me referir às diversas e possíveis formas e composições que agregam grupos de pessoas por laços afetivos ou de parentesco.

detido às relações, práticas e representações tecidas no cotidiano, diretamente implicadas à produção do seu espaço.

Chegar à delimitação desta investigação, assim como a organização desta tese, exigiu um longo processo de construção, iniciado, por um interesse bastante amplo pela temática bebês e cidade⁸. A princípio, eu buscava desafiar a suposição do bebê padrão ou do bebê sob ponto de vista da escola e/ou da creche, como comumente o conhecemos na área da Educação. Ampliar o olhar para bebês para além dos muros institucionais sempre me pareceu crucial no processo de formação de educadores e educadoras que com eles atuam. Trata-se, pois, de travar contato com diferentes possibilidades de conhecer, refletir e defender saberes e culturas que caracterizam diferentes realidades e formas de viver a e na cidade. Assim torna-se possível construir práticas pedagógicas dialógicas, coerentes e respeitosas a essa diversidade. No entanto, a constatação da amplitude teórica e epistemológica que os termos bebês e cidade poderiam ter em uma pesquisa, fez das revisões de literatura, que pudessem ajudar a defini-los, sua primeira etapa de realização. Nesse processo interessou-me fundamentalmente conhecer o que já havia sido produzido sobre bebês e sobre cidade.

O trabalho de revisão de literatura foi desenvolvido especialmente entre os anos de 2018 e 2020, mas não de forma linear: uma “escavação” (SALUTTO; NASCIMENTO, 2019) de pesquisas e produções teóricas, que foi completada e revisitada muitas vezes ao longo de toda a tese. De maneira geral, foram realizadas buscas a

⁸ Atribuo tal interesse em primeiro lugar à minha trajetória como professora de educação infantil na educação pública. Todavia, vale destacar também minha experiência na formação de professoras, especialmente daquelas que trabalham com a primeira infância, na pesquisa sobre e com crianças e as instituições voltadas a elas. Por fim, ressalto minha relação com a maternidade: sinto que ficar grávida e cuidar de uma bebê criaram em mim muitas questões, emocionais e também intelectuais, sensíveis às condições dos bebês e das mulheres no mundo.

partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e do banco de dados SCIELO, utilizando os seguintes descritores: “bebês”, “crianças pequenas” e “crianças de 0 a 3 anos” para localizar pesquisas sobre e com bebês; “cidade” e “direito à cidade”, para localizar pesquisas e outras produções teóricas sobre a cidade; “infância” e “cidade” para identificar aquelas que pudessem articular bebês aos estudos urbanos. Foram lidos os resumos e selecionados para leitura na íntegra alguns deles; algumas referências citadas nesses trabalhos selecionados também foram incluídas na revisão⁹.

Nas buscas por pesquisas realizadas com ou sobre bebês foi possível constatar como, no Brasil, houve, nos últimos anos, um aumento significativo de trabalhos com e sobre crianças e infâncias no chamado campo dos Estudos Sociais da Infância e da Criança¹⁰. No entanto, há de se reconhecer, tal qual apresenta a antropóloga Alma Gottlieb (2009), que o fato de focar a infância nem sempre significou ter os/as bebês como foco. Eles aparecem especialmente como sujeitos de pesquisas realizadas nos campos da Psicologia e da Educação. A maior parte desses trabalhos de pesquisa considera os diferentes contextos sociais, históricos e culturais, de modo a romper com análises generalistas e universais. Além disso, esse conjunto de trabalhos evidencia a capacidade de construção de

⁹ Em geral esse processo ocorreu por meio da leitura dos títulos e dos resumos e selecionados os trabalhos que tinham os/as bebês como sujeitos de pesquisa, excluindo aqueles que de alguma maneira os correlacionavam a outras temáticas, tais como à formação de professores, currículo, organização da prática pedagógica, deficiências, atividades culturais, temáticas recorrentes na área da Educação, ou atividades clínicas e/ou hospitalares, atividades culturais, separação mãe-bebê, comunicação mãe-bebê ou amamentação, temáticas recorrentes das pesquisas nas demais áreas.

¹⁰ Os Estudos Sociais da Infância e da Criança podem ser compreendidos como campos de intersecções entre disciplinas e questionamentos sobre a infância nos anos iniciais da vida. Como campos interdisciplinares, compartilham o mesmo objeto de estudos, ainda que por perspectivas diferenciadas (conceitual nos Estudos da Infância e “aqui e agora” nos Estudos da Criança), mas, em geral, com pressupostos comuns: “a centralidade da criança na investigação; a alteridade infantil; a dimensão geracional; e o caráter interdisciplinar da investigação com crianças” (BARBOSA; DELGADO; TOMÁS, 2016, p. 109).

estratégias interativas e comunicativas entre os bebês e deles com outros. Entretanto, ainda que revele a importância das relações tecidas com os bebês e a partir deles e de sua competência de agir, participar e constituir sentidos por meio delas, parte considerável dessa literatura acaba circunscrita a instituições formais, em especial às creches (CAMERA, 2006; CUZZIOL, 2013; COUTINHO, 2010; SILVA, L. A. 2015; MUNIZ, 2017; SILVA, M. V. 2017; PEREIRA, R. F. 2015; CASTELLI, 2015; LÖFFLER, 2019; GUIMARÃES, 2008; SCHMITT, 2008; VARGAS, 2014).

Apesar de fundamental e importante, limitar as observações e os estudos sobre e com os bebês às instituições pode, além de contribuir para instituição de discursos e modelos de educação homogêneos e da ideia do bebê como um sujeito genérico, limitar os conhecimentos sobre suas relações além das instituições. Ou seja, muitas das vezes não são aprofundadas questões mais amplas e estruturais que envolvem suas vidas, como seus pertencimentos de raça, etnia, gênero e classe social, de forma que as análises se tornam insuficientes para que os bebês possam ser compreendidos socialmente (COUTINHO, 2019). Certamente essa lacuna acaba por justificar parte importante do desenvolvimento desta tese, não só por considerá-los fora do ambiente escolar, mas sobretudo por considerá-los na produção de um espaço tão específico da cidade que é uma ocupação para fins de moradia.

O processo de revisão de pesquisas sobre cidade me apresentou à produção teórica de autores como Henry Lefebvre (1983, 2001, 2006, 2021) e David Harvey (2014), e trabalhos nacionais realizados por autores contemporâneos como Lucio Kowarick (1993), Ermínia Maricato (2015), Tereza Caldeira (2000), Raquel Rolnik (2001, 1989), Ana Fani Carlos (2020, 2017, 2014, 2007, 2004), Fraya Frehse (2017, 2016, 2005), Gloria Anunciação Alves (2019, 2006).

Esse processo, especialmente vinculado ao mapeamento dos chamados estudos urbanos, foi qualificado pela literatura a que tive acesso por meio das disciplinas cursadas entre os anos de 2018 e 2019¹¹. Nele deparei-me com a multiplicidade do conceito de “cidade”, caracterizada pelos diferentes modos como se constitui e se estrutura, como se dá seu processo de urbanização e como se transformam as interações e relações que a produzem como espaço (FREHSE, 2017). Assim, buscando distanciar-me de qualquer generalização ou esvaziamento de definição sobre cidade, tomo da pesquisadora Ana Fani Carlos (2007, p.20) um conceito fundamental para desenvolvimento dessa pesquisa:

cidade como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana. Assim, o sentido e a finalidade da cidade (enquanto construção histórica) diz respeito à produção do homem e à realização da vida humana, de modo que, se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática sócio-espacial, evidenciando a vida na cidade

É aqui, diante desse sentido, que a ideia de produção de espaço vai assumindo centralidade nesse trabalho, à medida que percebo a importância das análises sobre a

¹¹ Aqui, em destaque para as disciplinas: a) Infância e Cidade: Tópicos em Educação e Ciências Sociais, realizada na Faculdade de Educação da USP, sob coordenação da Prof^a. Dra. Marcia Ap. Gobbi; b) Produção da Periferia e a Produção da Vida na Metrópole, realizada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sob coordenação da Prof^a. Dra. Glória Alves e do Prof. Dr. Francisco Scarlatto.

cidade são fundamentalmente espaciais, nas quais relações sociais se materializam em um território real e concreto. Isso significa dizer que “ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática socioespacial” (CARLOS, 2007, p. 21). Para a pesquisadora Ana Fani Carlos, a produção do espaço se torna elemento central para compreensão do mundo moderno, tanto no que se refere ao processo acumulativo do capital e à ação do Estado sustentando a reprodução das relações sociais capitalistas, quanto da realização da vida urbana (CARLOS, 2014). Conceber a cidade enquanto realidade material traz ao centro do debate os conteúdos das relações sociais que lhe dão forma (CARLOS, 2007). Essa observação é crucial para pensar a relação com os bebês para além do enfoque da localização de suas atividades no espaço. Trata-se, na verdade, de um deslocamento, que busca compreender em meio às práticas socioespaciais, a presença e as ações dos bebês na produção dos espaços da cidade. A obra de Henri Lefebvre (2006), em especial as considerações constantes em “A produção do espaço” (2006)¹², sustenta conceitualmente boa parte dessas reflexões, assim como sustenta muitas escolhas metodológicas desta tese, conforme será discutido adiante.

Ainda como parte do processo de revisão de literatura, empenhei-me em buscas de pesquisas que tenham, de certa forma, abordado a relação das crianças com a cidade ou as suas vidas em contextos urbanos, priorizando, entre elas, aquelas com foco nos bebês. Essas buscas me colocaram frente a uma diversidade de pesquisas que, sob uma diversidade de perspectivas teóricas e de aportes metodológicos, articulam diferentes manifestações das crianças a temas urbanos, tais como: espaços e lugares;

¹² Trata-se de versão traduzida por Doralice Barros Pereira e Sergio Martins do original *La production de l'espace* (2000) à qual tive acesso na disciplina Infância e Cidade: Tópicos em Educação e Ciências Sociais, realizada da Faculdade de Educação da USP, sob coordenação da Prof^a. Dra. Marcia Ap. Gobbi.

mobilidade; políticas públicas; desigualdade social; violência urbana; e diferentes formas de viver nas cidades. No geral, as pesquisas têm se dedicado a ouvir as crianças sobre suas experiências com a cidade, seus pontos de vistas, desejos e necessidades, ampliando as possibilidades metodológicas por meio de entrevistas, fotografias, desenhos, além de recursos tecnológicos, como o uso de GPSs¹³. A amplitude das produções, por um lado, indica um importante movimento de consolidação da temática. Por outro lado, aponta também a necessidade de pesquisas que aprofundem as discussões sobre as relações das crianças com a cidade e, conseqüentemente, com os processos de urbanização e com a produção das desigualdades sociais, em especial quando são consideradas questões raciais, etárias e de gênero, por exemplo. Destaco, neste sentido, o quanto os/as bebês pouco estão incluídos neste debate, ratificando a lacuna e a relevância desta investigação, que buscou contribuir tanto para os estudos de bebês, quanto para os estudos urbanos, ao relacionar tais temas.

De qualquer maneira, considero fundamental destacar o quanto meu interesse inicial, e bastante amplo, sobre bebês e cidade foi assumindo novos contornos à medida que ampliei leituras, cursei disciplinas, mas especialmente também quando ingressei no Grupo de pesquisas “Crianças, práticas urbanas, gênero e imagens”, coordenado pela Prof^a. Dra. Marcia Gobbi (FE-USP), no qual o conjunto de investigações consideram as crianças e suas infâncias em contextos urbanos. De forma geral, os trabalhos do grupo estão fundados nas concepções de

¹³ As pesquisas encontram-se reunidas em dossiês temáticos com destaque para Müller, Nunes (2014); Araujo e Aquino (2018); Araujo, Moreira e Fernandes (2019); Gobbi e Anjos (2020). Destaco também em trabalhos desenvolvidos no plano teórico e empírico, como o de M. S. Lima (1989); Cordeiro et al (2002); L. R. Castro (2001); Lopes e Vasconcellos (2005); Müller (2007); Lansky (2012); Lopes e Freire (2012); Micarello, Schapper e Fontenele (2012); Penteado (2012); Teixeira (2012); Farias (2013); D. A. Silva (2020); Feigenblatt (2020); Neiman (2019), Gonçalves (2018); Gil e Vasconcellos (2018); Saraiva (2014; 2009).

crianças, desde bebês, como atores sociais, sujeitos de direitos. Além disso, a infância é abordada como categoria plural, produto e também produtora de condições sócio-históricas que vislumbram as crianças diferentes experiências. Outro alicerce dos trabalhos do grupo consiste em observar a relação das crianças com outros atores, como as mulheres. Estabelece-se, portanto, um diálogo entre os Estudos Sociais da Infância e os Estudos Feministas, reconhecendo suas pluralidades. Finalmente, as concepções que balizam o referido grupo de pesquisa contemplam ainda a concepção de cidade como direito, produto e obra de tempos, espaços e pessoas e, por isso, os Estudos Urbanos fornecem importante base para construção de teorias e pensamentos explicativos do mundo em suas contradições.

Logo que passei a integrar o grupo, comecei também a participar da pesquisa “Imagens de São Paulo: moradia e luta em regiões centrais e periféricas da cidade a partir de representações imagéticas criadas por crianças moradoras de ocupações”¹⁴, sob coordenação da Prof^a. Dra. Marcia Gobbi, que tinha como principal objetivo conhecer, a partir das crianças, os modos de viver e lutar por moradia em ocupações de prédios e terrenos que não cumprem sua função social no município de São Paulo. Dessa forma seria possível conhecer como é construída a infância em lutas pelo direito a habitação e à cidade. Fazer parte desta pesquisa e discutir coletivamente sobre questões relacionadas à infância e à cidade sob diferentes perspectivas foram fundamentais para delimitar objeto, objetivos e a metodologia desta investigação. Inclusive, meu interesse em ir pela primeira vez à ocupação, onde eu jamais havia estado, se deu após receber, via grupo de Whatsapp¹⁵, uma fotografia de uma

¹⁴ Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, desenvolvido entre os anos de 2017 a 2020.

¹⁵ O WhatsApp, aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz, que permite comunicação por meio de mensagens de textos, imagens, vídeos e documentos, não foi, a princípio considerado nesta pesquisa como instrumento, mas foi por ele que muitas vezes me comuniquei com as moradoras para agendar conversas ou atividades

colega do grupo, do pátio da Ocupação Mauá, que trazia no centro um carrinho de bebê. Essa imagem tornou-se muito importante para mim, pois à medida que materializa a presença de bebês, me serviu como um convite. Era como se fotografia dissesse “há bebês em ocupações e sabemos pouco sobre eles, vá encontrá-los”. Assim, foi participando dessa pesquisa e das ações¹⁶ do grupo que estive pela primeira vez em uma ocupação de moradia; que andei pela primeira vez, a pé, sozinha, pela região central da cidade de São Paulo, apesar de morar na cidade; que reconheci meu desconhecimento sobre sua história e processo de urbanização; que senti medos e os efeitos das ambiências variadas do urbano sobre o meu próprio corpo. Em companhia das colegas do grupo fui, aos poucos, não só conhecendo as ocupações, mas desejando, cada vez mais estar nelas, conhecer histórias, suas moradoras e aprender com elas.

Ao interesse amplo sobre bebês e cidade, adicionei uma problemática bem mais específica e delineada, o que me levou a mais uma etapa da revisão de literatura. Dessa vez o processo consistiu na busca de pesquisas sobre ocupações, utilizando nas buscas as expressões “direito à moradia”; “luta por moradia” e “ocupações de moradia”. Deparei-me frente a muitos trabalhos desenvolvidos, em sua maioria, nas áreas do Direito, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Políticas, Sociologia, Geografia e História. Devido à abrangência e às especificidades das investigações, foram selecionados para leitura na íntegra, aqueles desenvolvidos em ocupações do centro de São Paulo. No geral, as

com as crianças. A possibilidade de mensagens rápidas e de fácil acesso fez dele uma das mais importantes formas de comunicação com a Ocupação e com as participantes da pesquisa e, por isso, o destaque.

¹⁶ Ações do grupo incluíam a proposta de atividades e/ou oficinas às crianças das Ocupações Mauá, Prestes Maia e Ipiranga. Nesse sentido, foram desenvolvidas diversas atividades tais como desenho, pintura, produção de slime, leitura de histórias, construção de maquetes a partir de temáticas diversas. A realização dessas atividades/oficinas configurava-se como formas de estar junto das crianças nesses espaços e, como se verá, se configuraram como instrumento utilizado no presente trabalho de pesquisa.

pesquisas selecionadas enfatizavam a organização e atuação das ocupações e dos movimentos de moradia, evidenciando suas práticas, discursos, reivindicações, as relações entre os movimentos e o Estado, assim como também, formas de sociabilidade e agenciamentos dos sujeitos moradores (VIANA, 2020; MURAD, 2019; SCHIAVI, 2018; SANTOS, R. A. 2018; BRACONI, 2016; AQUINO, 2015; PATERNIANI, 2013; PEREIRA, O C M. 2012; HELENE, 2009; BLOCH, 2008).

Embora esses trabalhos e as histórias neles retratadas me coloquem diante da possibilidade de saber mais sobre ocupações, algo tão distante a mim até então, não observo nelas a participação ou reconhecimento das crianças como sujeitos legítimos de pesquisa, apesar de aparecerem quase que “acidentalmente” em algumas delas (PATERNIANI, 2013; SANTOS, R. A. 2018). Faço aqui tal destaque não com a intenção de tecer quaisquer críticas a esses trabalhos, já que ouvir as crianças certamente não compunham seus objetivos. Trata-se, pois, de ressaltar o fenômeno identificado ao longo das pesquisas nas ciências sociais, que é o aparecimento “acidental” das crianças, tal qual ocorreu com José de Souza Martins (1991), em sua pesquisa sobre a situação social no campo. Para o autor, as ciências sociais teriam, à época de realização de sua pesquisa, uma concepção de fontes aceitáveis e respeitáveis dentre as quais não se encontravam as crianças. Martins, nos idos finais da década de 1980, ao mostrar-se em relação com as crianças e as escutando sensivelmente, permite compreender não apenas as fronteiras produzidas com e sobre elas, mas, especialmente a refletir sobre as infâncias amazônicas, ainda que esse não tenha sido o objetivo inicial de sua pesquisa.

Diante disso, me propus ampliar tais buscas utilizando, dessa vez, os descritores “ocupação” / “ocupações” e “criança” / “infância”, que, por fim, me colocaram frente aos trabalhos de Eline Santos (2017),

Gonçalves (2018), Nascimento (2019), Frossard (2019), Galera (2019), Bizzotto (2022). São trabalhos dos campos da Educação, Antropologia, Psicologia, Design e Arquitetura, de certa forma, recentes, desenvolvidos ao longo dos últimos 5 anos. Além delas, destaco também as contribuições teóricas e metodológicas apresentadas pelas pesquisas de Marcia Gobbi, que trazem como mote a luta vivida nas ocupações urbanas da cidade de São Paulo, por adultos e crianças, juntos e a sua maneira (GOBBI, 2016; GOBBI, 2019; GOBBI, 2021; GOBBI e ANJOS, 2020; GOBBI, ANJOS, VICENTE, 2020). Ainda que em menor número se comparadas às produções sobre ou nas Ocupações nos quais os interlocutores são adultos e adultas, o conjunto desses trabalhos evidencia as vozes das crianças, seus pontos de vista, suas perspectivas, seus sonhos, seus desejos, suas práticas de lazer, suas formas de brincar e o impacto do urbano em suas vidas. Entretanto, cumpre ressaltar que nenhum deles trate especificamente dos bebês.

Ressalto ainda que embora esse processo de revisão da literatura sobre as ocupações tenha sido fundamental, também busquei, junto a isso, outras formas de aprender sobre elas. Dediquei-me também a conhecer as histórias e experiência daqueles que nelas vivem. Para isso utilizei outras fontes documentais, tais como filmes, documentários¹⁷ e reportagens. Elas foram muito importantes como forma de aprofundar meu conhecimento sobre ocupações, pois possibilitaram compreender origens, relações, organização dos movimentos e os sentidos constituídos por quem sofre diariamente com a inexistência ou ineficácia de políticas de acesso e garantia do direito à terra.

¹⁷ Dentre eles, destaco os documentários *Dia de Festa* (2005), de Toni Venturi e Pablo Georgieff; *Torre de Babel* (2007), de Felipe Seffrin e Dirceu Neto; *Leva* (2012), de Juliana Vicente e Luiza Marque; *Era o Hotel Cambridge* (2016), de Eliane Caffé e Carla Caffé e *Limpam com fogo* (2018), de Conrado Ferrato, Rafael Crespo, César Vieira.

À medida que aconteceu todo esse processo de revisão de literatura e que transito pelas ocupações percebi a necessidade de escolha por um campo para pesquisa. A cidade de São Paulo não foi escolhida como tal de forma aleatória ou simplesmente por ser a cidade onde atualmente vivo: embora não seja uma metrópole carente de estudos, ela é a maior, mais populosa (aproximadamente 11,9 milhões de habitantes (SEADE, 2021), reconhecida como a cidade mais rica do país, mas carrega as marcas de seu processo de urbanização reverberadas em segregação, racialização, conflitos, e por conseguinte, resistências de diferentes ordens que acabam por configurar complexidade proporcional a sua grandeza. É também uma das cidades que conta com o maior número de terrenos ocupados e maior número de edifícios vazios no país, configurando-se, portanto, em um cenário bastante fecundo para o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática. Os últimos dados sobre as ocupações de moradia na cidade de São Paulo datam de 2018. Trata-se de um levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Habitação (SANTIAGO, 2018) que aponta um total de 206 ocupações, nas quais moravam 45 mil famílias. Destas, 53 ocupações estavam localizadas no centro da cidade, com um total de 3.300 famílias.

Essas ocupações localizadas no chamado “centro da cidade”¹⁸, qualificado por Tourinho (2006, p.80) como “um espaço rebelde, não dominado, diversificado e não igualitário”, as coloca frente a conflitos e disputas de ordens diversas, como as travadas com o próprio mercado imobiliário. Entretanto, ocupar a zona central da cidade

¹⁸ Por muitos anos, São Paulo foi compreendida como uma cidade de centralidade única, concentrando nesse espaço as funções financeiras, de serviço e de comércios. No entanto, a entrada do capital estrangeiro e configuração de uma nova industrialização impulsionaram a criação de novos espaços da cidade: outros polos industriais, outros polos econômicos, as periferias, os subcentros, a expansão da região metropolitana, que podem ser consideradas “novas centralidades”, incluindo as chamadas “centralidades periféricas” (TOURINHO, 2006). Isso significa que embora ainda hoje utilize-se termos como o “centro” da cidade de São Paulo, ou o “centro antigo” da cidade, há que se reconhecer a existência de novas centralidades pela cidade.

também possibilita acesso a trabalho, ao comércio popular e a serviços públicos diversos, com impacto direto à vida de seus moradores, especialmente as crianças. Retomarei essas questões outras vezes ao longo do trabalho, mas me interessa a ressalva no sentido de também justificar a escolha pelo centro da cidade, pois toda essa complexidade talvez seja um dos motivos que explique o relativo desconhecimento sobre as infâncias nele vividas.

De qualquer maneira, o fato de transitar, em companhia de algumas pessoas¹⁹, componentes do grupo de pesquisa pelas ocupações, ao mesmo tempo que facilitava meu acesso a elas, não resolvia, a priori, a necessidade de escolha de uma, específica, para realização da pesquisa. Assim, a Ocupação Ipiranga, que era uma das quais o grupo de pesquisa tinha acesso e já havia realizado algumas atividades com as crianças, foi escolhida como campo de pesquisa, não na intenção de ser representativa das demais, mas especialmente porque nela foi possível observar a presença de bebês²⁰. O prédio, localizado na Avenida Ipiranga, nº 908, foi ocupado e constituído como Ocupação Ipiranga em outubro de 2018. Detalharei um pouco mais de sua história no primeiro capítulo, mas por ora interessa-me alguns destaques. Ela é organizada pelo Movimento de Moradia na Luta por Justiça, por sua vez ligado ao

¹⁹ Reitero que muitas vezes, ao longo da pesquisa, estive em companhia de componentes do grupo de pesquisa, que pelos mais variados interesses se fizeram presentes. Esse processo compartilhado de produção resultou em debates, apresentações de trabalhos e publicações diversas. (VIVIANI, F; PITO, J.D.; MARTINS, P.; 2021; GOBBI, M; BOSS, B.B.; PITO, J.; NEIMAN, L.; LEITE, M.C.; VICENTE, P. (2021); GOBBI, M; PITO, J.D (2021).

²⁰ Essa observação foi feita no retorno paulatino das atividades presenciais, no segundo semestre de 2021, após a realização do exame de qualificação desta tese, em setembro de 2021, passado o período recrudescido da pandemia da COVID-19, assim como, de universalização de acesso a vacinação como medida de proteção ao vírus. Isso porque havíamos suspenso todas as atividades presenciais realizadas com as crianças das ocupações desde março de 2020, e ao longo desse período procuramos caminhos para mantermo-nos juntas à elas, não simplesmente pelo propósito de continuidade às pesquisas, mas também como forma de contribuir com ações que pudessem ajudar a comunidade a se proteger do contágio e, ao mesmo tempo, obter o mínimo de condições para sobreviver, frente a ineficiência política do país em garantir direitos básicos e mínimos para isso.

movimento Frente de Luta por Moradia, que é uma das grandes entidades articuladoras dos movimentos de moradia que atuam na cidade de São Paulo. Ademais, a Ocupação Ipiranga é coordenada pela Ivaneti Araujo, conhecida como Neti, também responsável pelas ocupações Mauá e Prestes Maia, todas elas na região central da cidade. Além da coordenação geral exercida por Neti, há coordenadoras locais, dentre elas Graciele, Sacha, Dona Maria, as quais serão bastante citadas ao longo da presente tese de doutoramento. Ressalto isso, pois ainda que muitas vezes falemos em “Ocupações”, de maneira ampla, é fundamental considerar as diferenças que compõem e caracterizam os movimentos. Essas diferenças impactam as formas de se organizar, de gestão, de localização e incidem tanto nos modos de vida de seus moradores quanto na sua própria forma de atuação como movimento social.

Por fim, ressalto como todo esse processo, por vezes teórico, por vezes de atuação em companhia do grupo de pesquisa, foi fundamental para delimitação dos objetivos e intenções desta investigação e, por isso, a escolha por essa apresentação um tanto detalhada. Além disso, o processo demandou sistematizar um conjunto de constructos que sustentaram sua realização:

a) a importância de bebês serem reconhecidos como produto e produtores de diferentes contextos sociais, culturais e históricos. Ou seja, não há concepção, imagem ou sentido constituídos sobre eles que não sejam contextuais. Isso impacta os lugares que ocupam socialmente e as relações estabelecidas com eles. Esses lugares não são escolhas autônomas do bebê, pois envolvem sentidos, hábitos, práticas, crenças, valores e sentimentos presentes nesses contextos. Diante disso é fundamental também ter em vista que diferentes concepções, o que se espera ou se define como bebê podem estar relacionados às instituições mais amplas e questões estruturais;

b) a necessidade de se avançar na compreensão da vida dos bebês considerando seus pertencimentos de classe, raça/etnia, gênero e cultura. Também é necessário observar suas formas de viver a infância em diferentes contextos, tais como os urbanos, contrapondo-se, nesse sentido, a quaisquer definições hegemônicas sobre eles;

c) o espaço como obra e produto social (LEFEBVRE, 2006), sendo, por isso, um elemento fundamental nas análises sobre a cidade, à medida que nele as relações e ações sociais se produzem e o produzem. Desta forma, o interesse em conhecer ações, relações estabelecidas e representações sobre os bebês na cidade, me leva a um olhar detido à produção do espaço da Ocupação Ipiranga, por sua vez, compreendida como espaço físico e de relações, dinâmicas e arranjos que produzem e são produzidas no urbano e não, meramente, um cenário de acontecimentos na vida dos bebês. Trata-se, pois, de relações sociais que se realizam concretamente na qualidade de espaciais (CARLOS, 2007) e que configuram o modo pelo qual os habitantes desse espaço realizam suas vidas e os seus sentidos no urbano.

Tais constatações foram também determinantes para as subsequentes etapas da pesquisa, pois incidiram diretamente nas escolhas das referências teóricas e metodológicas de base. As reflexões sobre os marcos referenciais teórico-metodológicos, então, seguem apresentadas em notas, exatamente por não se esgotarem nessa introdução. Ao contrário, elas são revisitadas e perpassam, ainda que de forma implícita, todo o trabalho.

a) notas sobre representação

O título dessa tese evoca uma expressão atualmente bastante comum nas ruas, em protestos ou manifestações. Trata-se do chamado pelo nome de alguém, respondido com a palavra “presente” (muitas vezes repetida “presente, presente, presente!”), uníssona, quase sempre acompanhada de gestos, olhares firmes, braços erguidos, punhos cerrados. Essa é uma maneira encontrada para homenagear pessoas que não estão presentes fisicamente naquele momento, mas consideradas importantes para o grupo, indicando que suas ideias ou seu legado permanecem. Assim, os sentidos tradicionais da palavra “presente”, (oferta de objeto no sentido de mimo, lembrança, regalo; tempo verbal; proximidade física-espacial) transformam-se em possibilidade de manter alguém ou ideia de alguém posta, mesmo esse alguém estando ausente. O mesmo ocorre quando, ao narrar sobre o processo de delimitação do problema dessa pesquisa, destaco o impacto que uma imagem, produzida e enviada por uma colega, tem sobre mim. Afinal, foi a presença do bebê retratada na imagem, e não exatamente o bebê, que me mobilizou e me moveu até a ocupação, ao seu encontro. Outro exemplo poderia ser justamente a imagem utilizada na capa da tese: um carrinho disposto no corredor da ocupação que faz referência à presença do bebê, ainda que não o retrate materialmente. Em todos os casos, observam-se relações tecidas entre a presença e a ausência; justamente a presença, apesar da ausência. Trata-se, pois, de representações. Parto desses exemplos, diretamente relacionados a essa pesquisa, como forma de evidenciar a relevância da ideia de representação e seu estabelecimento como conceito importante para este trabalho, especialmente nas análises sobre o espaço e os bebês.

Na teoria crítica das representações proposta pelo filósofo Henri Lefebvre (1983) encontrei a possibilidade de compreender o objeto de conhecimento na forma como se constitui no cotidiano. Assim, a representação seria a condição de existência da própria vida: sem representação “só existe a morte e o nada” (LUTFI, SOCHACZEWSKI; JAHNEL, 1996, p. 96).

Assim, em seu livro “A presença e a ausência” Lefebvre (1983) mostra, por meio de sua dialética tridimensional, a representação como relação entre o que está presente e ausente ao mesmo tempo. Nos termos da reflexão lefebvriana um não exclui o outro, já que, ao contrário, os termos “presença” e “ausência” se supõem e fazem mediação um ao outro. Nesse sentido, representado, representante e representação estão implicados, de forma que para estudá-los é necessário compreender o processo pelo qual “a força do representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação” (LUTFI, SOCHACZEWSKI; JAHNEL, 1996, p. 89).

Lefebvre não intenciona com isso, apresentar um método, como um receituário de procedimentos a serem seguidos, mas conceber as possíveis virtualidades do objeto que interferem e constituem a prática social, fazendo parte dela. Para isso, sugere ele, é necessário reconhecer e desvendar formas de substituição e deslocamentos, simulações e dissimulações, considerar gênese e genealogia, em tentativas de compreensão da natureza, poder e força da representação. Lefebvre, então, reconhece à representação a possibilidade de não ser falsa, nem verdadeira. Ou seja, ao mesmo tempo, a representação pode ser falsa e verdadeira, de forma que esse status de verdade ou mentira só lhe é possível de ser conferido através das reflexões e considerações sobre as condições históricas, particulares e gerais, da vida daqueles que as produziram (LUTFI, SOCHACZEWSKI; JAHNEL, 1996). Para o filósofo “[...]”

las representaciones no son ni falsas ni verdaderas, sino a la vez falsas o verdaderas: verdaderas como respuestas a problemas 'reales' y falsas como disimuladoras de las finalidades 'reales'" (LEFEBVRE, 1983, p. 62). Ademais,

para Lefebvre (1983), as representações não dizem respeito à fixidez dos objetos, mas à vivência e à prática que elas interpretam e das quais formam parte. Dizem respeito, ao mesmo tempo, à presença e à ausência, ou à presença na ausência, do objeto representado. Permitem demonstrar de que forma tanto a consciência quanto o pensamento orientam-se para o possível, construindo um objeto virtual sem, contudo, omitir o real. (CATALÃO, 2010, p.65).

Em suma, as representações, assim compreendidas, são fundamentais no desenvolvimento desta tese. Isso ocorre tanto pela importância das representações na análise da produção do espaço quanto pela possibilidade de reflexão sobre as imagens e sentidos constituídos sobre bebês.

b) notas sobre espaço

Para compreender o conceito de espaço proposto por Lefebvre (2006; 2001), é necessário romper com qualquer concepção generalizada, reconhecendo-o como obra e produto das relações humanas, por isso, fundamentalmente relacionado à realidade social. Para o autor, a produção do espaço não se dá de forma linear, tampouco apenas de forma material independente, como se existisse por “si mesmo”. Ele é produzido por sua materialidade, mas também pelos modos de vida existentes e referentes a determinados momentos históricos, relacionando-o a questões mais amplas, como as políticas econômicas e culturais.

Em sua obra “A produção do espaço”, Lefebvre (2006) indica que para trabalhar na perspectiva da produção

do espaço é preciso reconhecer a existência e implicação das relações e processos de reprodução, tendencialmente irradiada a todos os espaços, em maior ou menor escala. Isso inclui não apenas a compreensão do espaço como mercadoria a ser especulada e comercializada, que potencializa sua centralidade na reprodução capitalista no momento atual (ALVAREZ, 2017), como também a irradiação da chamada vida metropolitana. Cumpre realçar que esse modo de vida metropolitano intensifica a velocidade e o ritmo (ALVES, 2019) e impacta as possibilidades de socialização e politização, de apropriação, de desejos, criação e de identidades (ALVAREZ, 2017). Ainda nesse sentido, Lefebvre (2006) reconhece nas reflexões sobre a produção do espaço a possibilidade de analisar a complexidade do mundo. Trata-se, pois, de compreender relações e contradições da vida que não ocorre apenas pela repetição, pois também compreende “brechas” possíveis, expressão da criação e de outras possibilidades de modos de vida.

Desta forma, ao considerar a produção do espaço nessa investigação, busco demonstrar a implicação das dimensões espaciais na vida das pessoas. Esse desafio consiste em articular elementos que muitas vezes são tratados de maneira desvinculada, isto é: o espaço como produto social e histórico, com materialidade resultante tanto da prática espacial da sociedade local quanto do próprio processo da urbanização brasileira (CATALÃO, 2010). No caso do olhar detido para os bebês, isso significa conhecer suas relações, práticas e representações e relacioná-las ao processo de urbanização, às suas configurações espaço-temporais e também às suas condições sociais. Desta forma, corroboro com as pesquisas que consideram a dimensão espacial como fundamental para situar diferentes maneiras de se viver a infância. Desenvolvendo essa premissa, é possível afirmar que na análise da produção do

espaço existe a possibilidade de considerar criticamente à própria produção da sociedade urbana no cenário mundial.

Conforme já mencionado, a teoria de Lefebvre não indica um receituário de procedimentos ou métodos a serem seguidos. As observações do pensador francês propõem que algumas dimensões do espaço se constituem como estrutura para a análise da sua produção. Essas dimensões são indissociáveis e assim são utilizadas nessa tese como lentes que conduzem o exercício de análise, compreensão e articulação do que cabe aos bebês no espaço produzido da Ocupação. São elas: as dimensões do concebido, do vivido e do percebido.

A dimensão do *concebido ou das representações do espaço* refere-se às relações de produção, ao planejamento e às ordens institucionais. Nas palavras de Lefebvre,

representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente (LEFEBVRE, 2006, p. 66)

Em outras palavras, essa dimensão do concebido trata do espaço planejado tecnicamente, instituído, e por isso “aquele das normas (que são apresentados como apolíticas), ou seja, um espaço que normatiza o que os cidadãos podem ou não fazer” (ALVES, 2019, p. 556). Como ressalta Alves (2019), é preciso reconhecer que boa parte das centralidades das metrópoles, bem como áreas de intervenção ou

requalificação urbanas, são espaços planejados para garantir a reprodução do capital e o controle da sociedade. Para Catalão (2010) esta dimensão pode ser reconhecida sob três formas: a) aquelas referentes ao planejamento direcionado à concretização, tal qual um projeto de edifício ou cidade; b) as representações gráficas ou cartográficas, como desenhos e mapas; e c) concepções dos cientistas, filósofos, planejadores, tecnocratas sobre o espaço a fim de propor a ele ações específicas.

Já a segunda dimensão, a do *vivido*, ou também considerada como *espaço de representação*, refere-se ao vivido por meio dos símbolos e espaços que o acompanham. É o espaço dos moradores, dos “usantes” (LEFEBVRE, 2006) e estaria ligado ao “clandestino” ou “subterrâneo” da vida social:

Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (LEFEBVRE, 2006, p. 66)

Neste sentido, a dimensão do vivido está associada à possibilidade de criação de espaços de representação por meio da “práxis”, entendida como articulação indissociável entre teoria e prática social, na qual se unem as práticas e as concepções pessoais e coletivas, produzidas a partir da própria necessidade de sobrevivência dos sujeitos (ALVES, 2019). O conceito de “práxis” também abarca o plano simbólico e do reconhecimento que por sua vez advém da vivência e apropriação do espaço. Corresponde, então, à

“síntese que emerge da relação cotidiana entre a materialidade, e o concebido, abstração, e, sendo assim, é simultaneamente materialidade e abstração” (CATALÃO, 2010, p. 106). Tendo em vista que essa noção possibilita reconhecer práticas espaciais de produção e apropriação do espaço, Lefebvre reconhece as representações como mediações, procurando desvendar e entender o processo que ora impede, ora permite conhecer o “possível”. “As representações interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, fazem parte da vida” (LUTFI, SOCHACZEWSKI; JAHNEL, 1996, p. 89). Elas indicam possibilidades de formação e transformações, e por isso, para indagá-las e historicizá-las, é importante considerar um pressuposto: elas não são mera acepção calcada no tempo presente e tampouco mero reflexo do passado.

Por fim, a terceira dimensão refere-se ao *percebido* e está relacionada à prática social. Essa dimensão, de certa forma, articula as dimensões do vivido e do concebido, vinculando-se a performances próprias de cada membro da sociedade que somente podem ser apreciáveis empiricamente (LEFEBVRE, 2006). Para o autor francês,

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço (LEFEBVRE, 2006, p. 65).

Para Alves (2019, p. 560) já que o espaço percebido corresponde à prática social, ele articula “as dimensões do vivido (afinal, toda prática é vivida) e do concebido (dimensão em que as práticas sociais são conceitualizadas, tendendo, assim, ao desaparecimento da dimensão do vivido – ainda que ela exista)”. Nesse sentido, para autora importa compreender que as práticas sociais resultam do embate entre concebido e vivido no cotidiano, reconhecendo o

impacto que as normas, códigos, símbolos impõem a ele mesmo que não de forma plena.

Mais do que categorias a serem transpostas em análises empíricas, a complexa teoria de Lefebvre inspira compreensões mais integradoras do processo de construção do espaço por meio de tais dimensões. Para Gloria Alves (2019), ao discutir sobre possibilidades de análises da produção do espaço por meio dessas dimensões é necessário considerar que:

Ainda que indissociáveis quando falamos na produção do espaço, muitas vezes uma das dimensões se projeta acima das outras, ocultando-as. Cabe ao pesquisador analisar o processo de produção espacial de modo a compreender as relações entre essas dimensões a fim de ajudar a sociedade a entender esse processo que se faz presente no cotidiano, atingindo a vida de todos na sociedade, possibilitando, ao analisar o processo, iluminar-lhe os elementos para que a sociedade, ou grupos sociais, construa seu projeto de transformação socioespacial (ALVES, 2019, p. 562.)

Nesse sentido, é fundamental reconhecermos que concebido, vivido e percebido são dimensões do mesmo espaço. Ou seja, elas não se dissociam no plano cotidiano, ao contrário, se encontram dialeticamente relacionadas. Para Lefebvre (2006), a produção do espaço não se dá somente a partir de sua materialidade concreta, por exemplo, mas também a partir da forma como é pensado e sentido, fazendo com que o “percebido” só seja possível exatamente porque foi concebido previamente em pensamento (SCHMID, 2012): “o percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações” (SEABRA, 1996, p. 80). Portanto, no processo de compreensão da produção do espaço da Ocupação não se trata de separar ou hierarquizar as dimensões propostas pelo autor. Ao contrário, é necessário reafirmar a existência das outras

dimensões propostas por ele de modo a reconhecer que elas apresentam igual importância e incidência sobre as vidas em sociedade (CATALÃO, 2010).

Considero também fundamental dar destaque a algumas questões diretamente relacionadas à produção do espaço e igualmente importantes à esta pesquisa. A primeira delas refere-se ao corpo. Ressalto que o corpo do bebê foi considerado dimensão central em pesquisas desenvolvidas com eles em espaços institucionais, como nas creches. Nesses trabalhos, o corpo dos bebês foi considerado a base da manifestação e a materialização de suas ações sociais (COUTINHO, 2010; VARGAS, 2014; SILVA, M. V., 2017). Nesta investigação, de forma complementar e não excludente, proponho refletir sobre o corpo dos bebês também a partir do proposto pelos estudos urbanos.

Lefebvre (2006) busca explicar a indissociabilidade da tríade concebido-vivido-percebido por meio da dimensão corporal, sobretudo considerando o corpo como elemento central da dinâmica de acumulação do capital. Daí decorrem as lógicas de adestramento que recaem e se materializam sobre o corpo, com a tendência a destituir qualquer poder de ação no espaço social. Assim, por exemplo, se a prática social é realizada por meio da ação do corpo, na dimensão do concebido, o corpo tende a ser codificado do ponto de vista biológico, padronizado, no capitalismo adaptado a formas preestabelecidas, que resultam em planejamentos sociais legitimados como racionais e não políticos. Já na dimensão do vivido a experiência corporal atingiria seu maior grau de complexidade à medida que nela é possível encontrar não apenas simbolismos, mas também ações de subversão (LEFEBVRE, 2006; ALVES, 2019). “A tomada do espaço pelo corpo, do sujeito coletivo, como estratégia de luta, recoloca a potência dessa dimensão espacial” (ALVES, 2019, p. 561).

Isso significa considerar o corpo com função de mediação social, o que pode apontar não apenas para a passividade por conta dos limites e barreiras ao acesso dos sujeitos aos espaços-tempos da vida cotidiana, por exemplo, mas também para a subversão, imposta à medida que ele – o corpo – apropria-se do espaço público.

O corpo é a expressão de relações sociais assentadas na dialética subordinação/subversão. O homem se relaciona com o espaço através do corpo, este é a mediação necessária a partir da qual nos relacionamos com o mundo e com os outros – uma relação com os espaços-tempos definidos no cotidiano. Desse modo, o corpo transita por diferentes escalas, ligando-as. Em primeiro o lugar, a casa (a partir de onde o sujeito começa a construir suas relações familiares e primeiras referências); depois a rua, na qual se vê em relação com o outro, instituindo tramas identitárias; depois a escala do bairro, que vai ganhando dimensão como relação de vários espaços-tempos mediados pela troca social (de todos os tipos); e, articulando essas escalas, o corpo depara-se com a cidade, multifacetada e múltipla, de ações simultâneas e imagens que seduzem e orientam. (CARLOS, 2014, p. 474)

Além disso, o corpo e seus ritmos são considerados por autoras como Fraya Frehse como importantes informantes do processo de urbanização e do cotidiano da cidade: “cada corpo vivente é um espaço e tem um espaço: ele se produz ali e o produz” (FREHSE, 2016, p. 107). No mesmo sentido, a pesquisadora Paola Jacques (2012; 2008) reconhece o corpo como dimensão central da experiência no espaço à medida que é possível encontrar nele uma “memória urbana” em diversas escalas de intensidade e de temporalidade, que configuram determinados padrões corporais de ação.

Outra questão que merece destaque ao estar diretamente articulada à ideia de produção é a apropriação

ou uso do espaço. Segundo Lefebvre, o processo de apropriação ou de uso do espaço relaciona-se às atividades que demarcam o espaço social, isto é, são vinculadas ao ato criativo, contrárias à passividade dos sujeitos. Nesse sentido, considerar o espaço produzido socialmente demanda refletir sobre a condição de apropriar-se dele e sobre as formas encontradas como contraponto a lógica da dominação. Assim, constata-se que, ao mesmo tempo, a espacialidade prescreve, normatiza e também possibilita a vida e diferentes usos, sobretudo se contraposta ao valor de troca. “O uso deixa marcas profundas no espaço, cria traços que organizam comportamentos, determinam gestos, explicitando-se através das formas de apropriação dos lugares da metrópole enquanto microcosmo que ilumina a vida” (CARLOS, 2007, p. 14). Nas palavras de Ana Fani Carlos para refletir sobre os modos sob os quais a vida se realiza na cidade, é imprescindível considerar as “formas e momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana” (CARLOS, 2007, p. 11). Segundo a autora,

a apropriação se revela em atos e situações que podem ser o andar pela rua do bairro onde aparece a calçada como o trajeto diário (até o ponto do ônibus, onde se toma a condução para o trabalho, por exemplo); pode ser o caminhar que todos os dias leva às pessoas às compras; pode ser o passo dos estudantes que se dirigem para a escola; pode ser o andar de bicicleta ou o uso da rua como lugar para as brincadeiras infantis; pode ser a prosa com o vizinho que passa, ou que está em sua porta, ou olhando pela janela. Essas possibilidades se ligam ao acontecer diário, e é marcado por um tempo determinado, em espaços circunscritos. O uso se realiza através do corpo e de todos os sentidos humanos e ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto delimitando e imprimindo os “rastros” da civilização (CARLOS, 2017, p.183).

Neste sentido também concordo com Catalão (2010) quando o autor ressalta que se há o espaço imaginado, planejado, concebido, existe também o espaço da reprodução material e simbólica da vida. Esse espaço pode oprimir e segregar e também pode possibilitar sua apropriação, ocorrida, por sua vez, no espaço vivido experienciado à medida que institui as representações da vida e inscreve as trajetórias individuais e coletivas dos sujeitos.

Também o conceito de cotidiano, tal qual como proposto por Lefebvre, ganha relevância nas análises sobre a produção do espaço. Esse conceito permite identificar, no conjunto de relações que caracteriza a vida humana, os sentidos constituídos pelas formas de uso e pela apropriação desse espaço.

Para Henri Lefebvre, é na vida cotidiana que ganha sentido, forma e se constitui o conjunto de relações que faz do humano e de cada ser humano um todo. Nessa direção, a cidade como espaço produzido vai ganhando novos sentidos, conferidos pelos modos de apropriação do ser humano, objetivando a produção da sua vida. (CARLOS, 2007, p. 23)

Desta maneira, o cotidiano, como conceito operacional, permite análise crítica do real à medida que evidencia o programado. Assim, torna-se possível observar tanto a cadência da rotina, dos trajetos predefinidos, da submissão ao consumo, quanto as possibilidades de transformação e reconfiguração, ainda que momentânea, dos espaços e das relações que ali se tramam (MOREAUX, 2013). Na sociedade urbana contemporânea, caracterizada pela mundialização do espaço e pelo aprofundamento das contradições, muitas vezes, se revelam o esvaziamento e enfraquecimento das relações sociais. Esses processos de esvaziamento culminam em perda de referências e isolamento (CARLOS, 2020; CATALÃO, 2010), em alienação. Contudo, existem “brechas” e condições de

resistência que incidem na atuação dos sujeitos em transformações e mudanças possíveis, ainda que frágeis, no sentido de não afetar o funcionamento da lógica capitalista, tal qual salienta Lefebvre:

Se o espaço se torna lugar da reprodução (das relações de produção), torna-se também lugar de uma vasta contestação não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo noutro. Essa contestação não pode desaparecer, pois é o rumor e a sombra prenhe de desejo e de expectativa que acompanham a ocupação do mundo pelo crescimento econômico, pelo mercado e pelo Estado (LEFEBVRE, 1977, p. 209).

Nesse caso, cabe também reconhecer a existência de outras temporalidades, que ora conformam e ora desafiam o aspecto linear das repetições inscritas no cotidiano (MOREAUX, 2020). Como é possível perceber, nos termos da concepção do presente trabalho, o espaço é também obra do tempo, isto é, há uma indissociabilidade tempo-espaço. Essa afirmação é importante, sobretudo para considerar a mediação do uso que revela modos de apropriação. “O tempo se revela no modo de apropriação do espaço, através do uso do espaço como condição de realização da vida humana” (CARLOS, 2007, p. 55).

Isso significa que há relações entre o tempo de transformação do espaço da metrópole e o tempo de vida dos indivíduos, de forma que empregar o tempo em determinado espaço pode redefinir o próprio sentido do tempo e do espaço na vida cotidiana. Isso é possível de ser observado nas transformações ocorridas, por exemplo, nas relações de vizinhança ou nos modos e tempos de apropriação / uso dos espaços públicos. Essas mudanças nas relações espaço-tempo incidem em transformações nos costumes e hábitos de maneira gradual ou quase desapercibidas, mas que, ao fim e ao cabo, resultam na degradação da vida cotidiana (CARLOS, 2007).

O tempo e o espaço da vida cotidiana vão sendo invadidos por exigências que passam a organizar os momentos da vida submetendo-os à repetição. Nesta direção, o uso do espaço, que comporta um emprego de tempo, vai se explicitando pela homogeneidade apoiada na medida abstrata (do tempo) que passa a comandar a vida social (CARLOS, 2007, p. 52)

Essa é uma questão importante para essa tese, pois à medida que busquei compreender a produção do espaço pelos bebês, deparei-me com outras formas e relações de produção. Essas complexas dinâmicas desafiam, a sua maneira, o aspecto linear das repetições inscritas no cotidiano (MOREAUX, 2020). Nesta breve nota, apresentei alguns conceitos fundamentais para que, no plano da análise da produção do espaço, fosse possível considerar, de maneira interdependente, dimensões espaciais que muitos optam em fazer separadamente. Em outras palavras, parti de tais considerações para identificar no espaço produzido da Ocupação Ipiranga relações, representações e práticas nele constituídas com e sobre bebês.

c) notas sobre ocupação e luta

Palavras, vocábulos, conceitos, são componentes da cultura e, por isso, traduzem significados que se transformam historicamente. Assim, de forma “viva”, algumas palavras são inutilizadas, enquanto outras se transformam. Ao longo dessa tese há duas expressões bastante utilizadas: ocupação e luta. Destaco esses termos, pois porque, tal qual a ideia de bebê, cidade, espaço, me preocupa o risco de compreensões esvaziadas sobre essas palavras ou de usos indiscriminados e banalizados.

O ato de ocupar imóveis ociosos e deteriorados como forma de protestos e atuação de movimentos sociais²¹ que lutam pelo direito à moradia não é recente e marca a luta pela terra, rural e urbana, em toda a América Latina. No Brasil, o final dos anos 70 e início dos anos 80, por exemplo, nos estertores da ditadura, foi marcado pela forte atuação dos movimentos sociais, sobretudo daqueles implicados na reivindicação da Reforma Urbana²². Datam deste período os primeiros movimentos de luta pela urbanização e regularização fundiária das favelas, assim como o nascimento do movimento dos sem-terra urbanos, por exemplo (GOHN, 1991). No geral, ao ocupar, no campo ou na cidade, denuncia-se a existência de terrenos ou imóveis vazios, abandonados, que não cumprem sua função social. Dessa forma, busca-se questionar o predomínio do direito à propriedade em detrimento do direito à moradia, ou à terra, que, no caso do Brasil, são constitucionais (BRASIL, 1988; BRASIL, 2001).

Em São Paulo, na década de 80, a crise econômica que assolava o país associada aos investimentos de capitais e ações de revalorização imobiliária do centro, resultaram no aumento das ocupações de terras na periferia. Esses movimentos ocorreram inicialmente na zona sul e, em seguida, na zona leste, por famílias que passaram a ser chamadas de “sem-terra” ou “sem teto”. Além disso, houve os investimentos públicos no regime de autoconstrução de

²¹ Para a pesquisadora Maria da Glória Gohn (2011), o século XX foi marcado pelo retorno da ação de atores sociais que se propagaram em muitos países da América Latina. Em alguns deles, houve uma radicalização do projeto democrático e o ressurgimento de lutas sociais tidas como tradicionais, como dos movimentos étnicos indígenas; outros, por sua vez, fundamentam-se em utopias como “bien vivir” dos povos andinos da Bolívia e do Equador, que vem transformando-se em propostas de gestão do Estado; por fim, destaca-se também a retomada dos movimentos populares urbanos, muitas vezes articulados a movimentos sociais globais ou transnacionais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

²² O termo Reforma Urbana é usado como forma de definir um conjunto de políticas, ações e reivindicações em torno das questões urbanas, evidenciado, no Brasil, sobretudo nos anos 80, junto aos movimentos de redemocratização do país.

casas pelos próprios moradores aos finais de semana, tais quais empreendidos nas gestões dos prefeitos Mario Covas e Jânio Quadros (1983-1988). Tais ações, apesar de importantes por, de certa forma, prever recursos para habitação popular, incide em construções precárias, muitas vezes construídas em áreas de risco. Além desses problemas, cumpre destacar que essa perspectiva de política pública comprometia os poucos momentos possíveis de lazer e descanso dos trabalhadores (BONDUKI, 1994).

Já na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), que teve como tônica a interlocução com os movimentos sociais, o mutirão de autoconstrução se transformou enquanto instrumento de política pública. Ainda que mantendo o foco na periferia (não incluindo nas pautas a reivindicação por moradias centrais), a gestão marcou uma “virada”, na qual a luta pelos lotes de terra foi substituída pela luta pela “casa”. Assim, a reivindicação que por muito tempo foi exclusivamente pela posse da terra, amparou-se numa luta ampliada pelo espaço, pela moradia e além dela: pelo acesso a bens e serviços essenciais, ao emprego, à saúde, à educação, à dignidade (PATERNIANI, 2016, p. 36). Segundo Paterniani, a noção de dignidade amplia o sentido da moradia, pois muitas vezes a casa não encerra o sentido da reivindicação. Ao contrário, as demandas de moradia foram integradas a outras demandas, confluindo em um processo de reconhecimento do direito a ter direitos e reivindicá-los. Essa percepção compartilhada da existência não reconhecida, da injustiça e de ser pertencer a um grupo “destituído de” acaba permitindo a afirmação de um lugar positivado em forma de direitos:

Ser um “trabalhador sem-teto”, apesar da construção gramatical pela ausência (sem-teto), não se restringe a definir-se pela ausência; atualmente, engendra já uma dimensão positiva. Os sem-teto não é simplesmente aquele que não possui um teto; é uma categoria política de afirmação de um lugar – ainda que a

partir de um lugar de sofrimento, um lugar reivindicado e positivado em forma de direito (PATERNIANI, 2016, p. 37)

Foi nesse sentido que a reivindicação da casa, viabilizada por programas públicos, acabou substituindo a autoconstrução. Além disso, a demanda pela moradia deslocou-se da periferia para o centro, reverberada na necessidade de desapropriação de prédios, cortiços e terrenos vazios para construção de casas. Paterniani (2016) cita como exemplo o “Movimento dos quintais e cortiços da região da Móoca”, iniciado em 1986, que buscava enfrentar a falta de moradia adequadas aos trabalhadores das fábricas da região.

De qualquer maneira, foi apenas nos anos 90 que se intensificou a mobilização por moradia popular no centro, com atuação dos movimentos sociais para colocar tal pauta na agenda pública. Em meio a conflitos com as gestões dos prefeitos Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pita (1997-2000), que privilegiaram os empreendimentos imobiliários com o programa Cingapura, iniciou-se um levante dos movimentos sociais com propostas de revitalização para o centro. O conjunto dessas propostas incluía construções de habitações de interesse popular, assim como maior participação da população nos espaços de decisões e debates sobre política habitacional. Para Paterniani (2016) o ano de 1997 pode ser considerado um marco para os movimentos de moradia. Foi como se houvesse uma tomada de consciência do território em disputa que é o centro e o mecanismo escolhido para o enfrentamento foi a “ocupação”. Neste ano foram realizadas duas grandes ocupações no centro da cidade, na rua do Carmo e na Avenida Nove de Julho, que, de certa forma, inauguram as ações de ocupações de forma mais sistematizada na cidade.

Ocupar, nesse sentido, é estratégia e instrumento legítimo de luta, uma das tantas formas possíveis, que visibiliza a especulação imobiliária e a denúncia. À dinâmica de especulação, então, é conferida um outro status: “é mais que injustiça, é crime” (PATERNIANI, 2013, p. 73). Além disso, para a pesquisadora Diana Helene (2009), é também um ato de contestação e confronto, exatamente porque o indivíduo desloca-se de seu papel de explorado e pagador de aluguel de propriedade alheia para um sujeito parte do processo de decisão e gestão de seu espaço de moradia e convívio. Assim, a ocupação une pessoas, até então separadas em suas peijas cotidianas pela sobrevivência, em um mesmo espaço, construído por elas e de acordo com o que acreditam e/ou necessitam coletivamente.

Nesse sentido, se ocupar é estratégia e instrumento de luta, convém seguir refletindo sobre a própria ideia de luta. “Quem não luta, tá morto” foi expressão ouvida por mim muitas vezes, desde que me propus a pesquisar nas ocupações. É repetida recorrentemente como palavra de ordem por uma das lideranças e coordenadora do MMLJ (Movimento por Moradia na Luta Por Justiça, vinculado à Frente de Luta por Moradia), Ivanete Araujo, uma das maiores interlocutoras com nosso grupo de pesquisa. É uma frase pintada em muros e paredes internas das ocupações, assim como também pode ser observada em faixas de protestos que ocorrem pela cidade. Trago-a aqui, tão presente no dia a dia dos moradores e moradoras das ocupações, como ponto de partida para refletir sobre a luta evocada como forma de manutenção da própria vida: é lutar ou morrer. Trata-se, neste sentido, do reconhecimento de que no processo de urbanização há amplas questões de ordens históricas e estruturais ao mesmo tempo em que ocorrem contradições e resistências, dentre elas, aquelas cunhadas pelos movimentos sociais que atuam na

reivindicação de direitos, possíveis de serem reconhecidas como “luta”.

Para muitos pesquisadores e pesquisadoras, como Carlos, Alves e Pádua (2017) e Bensaïd (2010), são exatamente as privações ou ausência da garantia de direitos que se constituem como base para o surgimento de movimentos de resistência, ainda que reconhecendo limitações nas possíveis soluções. Tais processos seriam objetivados na metrópole, tanto pela presença física, nos corpos na rua (HARVEY, 2014), nos errantes (JACQUES, 2012) ou nos ordinários (DE CERTEAU, 2014) que exploram e encontram formas sutis de transgressão para estar, viver e lutar pela cidade.

Assim, longe de ser uníssona, uma das principais formas de compreensão desses processos de lutas e resistência às formas de expropriações vividas nas cidades seria considerando a atuação dos movimentos sociais. Para Maria da Glória Gohn, eles correspondem a “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335). Ao encontro de tal definição, Cíntia Beatriz Müller (2013, p. XIX) os considera “uma reação de protesto contra opiniões, posições e ações que se avaliavam como injustas”, o que, incorre na exigência de compreender as relações sociais que os ensejaram ao longo da história. Para estas autoras, apesar de não haver uma definição única e universal de movimentos sociais, eles podem ser entendidos um conjunto de ações coletivas, reivindicatórias e contestatórias inspiradas na constituição de uma nova sociabilidade humana. Nesse sentido, pode-se afirmar que movimentos sociais existem como campo de atividades e experimentação social, geradoras de criação e inovação sociocultural para enfrentar as adversidades encontradas cotidianamente. Ao atuarem em ações coletivas, os movimentos sociais criam sujeitos sociais para atuarem

em redes, construindo representações simbólicas por meio de discursos e práticas, assim como identidades diversas. Os movimentos sociais podem assim se constituírem em torno de pautas diversas, ou ainda conter ramificações, organizações, concepções e tendências também diversas.

Para autores como Carlos, Alves e Pádua (2017), há nos movimentos, sobretudo aqueles que reivindicam o espaço da realização da vida, uma forma de questionamento sobre o mundo em que vivemos e das contradições naturalizadas. Essas críticas vão ao encontro da ideia do direito à cidade²³, tal qual desenvolvida por Lefebvre (2001), que preconiza a potência utópica e a possibilidade de construção de um novo projeto de sociedade (CARLOS, 2017).

Nesse sentido, relacionar essa potência utópica à produção do espaço permite encontrar na dimensão do vivido, na criação de espaços de representação, a potencialidade da criação do novo. Trata-se, pois, de uma nova práxis, aqui entendida como articulação indissociável entre teoria e prática, que emerge da vida, tal qual ressalta Alves (2019): “talvez na sua forma mais radical, dada pela necessidade da sobrevivência, do manter-se vivo a partir do ter o que comer e onde poder ao menos dormir. Estamos falando do limite de manter-se vivo em nossa sociedade” (ALVES, 2019, p. 559). Assim, embora um dos elementos centrais dessa tese seja a “luta pela moradia”, busquei reconhecê-la como uma possível faceta, que se soma a tantas

²³ Para Lefebvre (2001) a noção “direito à cidade” nasce como crítica às consequências do processo de urbanização que culmina na cidade compreendida como mercadoria. Revela-se, nesse sentido, o negativo da vida urbana, imersa na alienação, de forma que reivindicar o direito à cidade seria, portanto, reivindicar a criação e a plena fruição do espaço social. Para o autor, “direito à cidade” vai além da concepção jurídica e, portanto, “não pode ser concebido como simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, p. 118). Portanto, a definição proposta por Lefebvre traduz-se como direito humano coletivo de se desenvolver atividade criadora, obra, de imaginário, de atividade lúdica, de tempos e espaços de encontros, fundamentalmente relacionado à utopia e contrário à alienação.

outras, na peleja diária vivida por se fazer ver e estar no mundo.

Por fim, corroboro ao postulado por Gobbi (2016) para quem as crianças, agentes como são, a seus modos e dentro de seus limites, compõem a luta anticapitalista. Nas ocupações, em especial, ainda que se observe a prevalência de um caráter e uma forma de organização adulta, as presenças, características e necessidades das crianças impactam o dia a dia, o que justificou, nesse sentido, meu interesse em olhar de forma mais detida para elas enquanto bebês.

d) notas metodológicas

Para responder as questões propostas por essa pesquisa, especialmente relacionadas aos bebês e à produção do espaço da Ocupação Ipiranga, opto por realizar uma etnografia (INGOLD, 2017; 2019; PEIRANO, 2014; DAS, 2012; FREHSE, 2005; MAGNANI, 2002; CASTRO, E V. 2002; OLIVEIRA, 1996;). Justifico a escolha tendo em vista que para analisar essa produção do espaço por meio do proposto por Lefebvre (2006), é necessário considerar tanto as representações, elaboradas no âmbito da racionalidade e da técnica, mas também no cotidiano vivido, quanto as ações e práticas sociais nele constituídas. Além da necessidade de “vasculhar” documentos (FREHSE, 2005), essa escolha demanda estar “perto e dentro” da Ocupação, em uma experiência concreta e compartilhada de encontro, troca e sociabilidade (MAGNANI, 2002). Para Magnani (2002) essa é forma mais eficaz de identificar, descrever e captar aspectos da dinâmica urbana que possivelmente passariam despercebidos em análises com amplos enfoques. Dentre essas, as que consideram seus atores sociais, muitas vezes o fazem pelos representantes do capital e das forças do mercado. Desconsideram-se, assim, aqueles que efetivamente sustentam a trama urbana e são responsáveis

por suas dinâmicas cotidianas, algo também enfatizado pela etnógrafa Veena Das (2012, p. 345): “a etnografia se torna para mim uma forma de estar atenta ao modo como o trabalho de pessoas ordinárias reformula o mundo em que vivemos”.

Assim, vagar por diferentes fontes documentais e, ao mesmo tempo, estar dentro, conhecer, dialogar, estabelecer relações, foram mais que princípios a serem seguidos nesta pesquisa. Foram possibilidades de conhecer a história e participar do dia a dia das moradoras da Ocupação, aprendendo com elas, mirada no compromisso de “*levá-las à sério*”, como ressalta o antropólogo Tim Ingold (2017; 2019). Nesse processo, olhar, ouvir e escrever, – as bases do trabalho etnográfico (OLIVEIRA, 1996) – assumiram diferentes contornos, ora trazendo a lume os diferentes atores, relações e histórias do espaço da Ocupação, de maneira mais ampla; ora, de forma mais detida, os bebês e suas singularidades. Isso porque, na busca por responder a questão da pesquisa deparei-me com a necessidade de olhar e conhecer, antes de tudo, a própria Ocupação, sua história, particularidades, características, suas formas de organização e as transformações ocorridas ao longo do tempo. E não só: o interesse e a busca pelos bebês moradores da Ocupação me colocaram frente a outros atores, adultos e crianças, que vivem junto deles. Essa multiplicidade de preocupações, por si só, já faz dessa pesquisa uma etnografia diferente daquelas realizadas com bebês em ambientes institucionais.

O trabalho em campo, na Ocupação Ipiranga, foi realizado por um período de 16 meses, de outubro de 2021 a janeiro de 2023, com imersão no campo feita especialmente ao longo do primeiro semestre de 2022. O encerramento dessa imersão simbolicamente coincidiu com assinatura de liberação do início das obras da reforma da Ocupação Prestes Maia. Trata-se do Programa Pode Entrar (PREFEITURA, 2021) que contemplará a maior parte das

famílias da Ocupação Ipiranga com acesso à moradia no Edifício Prestes Maia. Durante esse período foram realizadas conversas e entrevistas semiestruturadas com as famílias (mãe e/ou avós) dos bebês participantes da pesquisa; entrevistas semiestruturadas com mulheres coordenadoras da Ocupação Ipiranga e com a coordenadora geral do movimento MMLJ; acompanhamento dos bebês participantes da pesquisa em seus trajetos até a creche e realização da entrevista-passo (MOREIRA, 2017) com suas mães/avós; acompanhamento das crianças em atividades externas, propostas por outros grupos parceiros da Ocupação; observação das relações estabelecidas nos espaços coletivos da Ocupação; proposição de “oficinas” às crianças, além de pesquisa de documentos históricos sobre a Avenida Ipiranga e o prédio onde hoje se localiza a Ocupação Ipiranga.

Um caderno de campo e um telefone celular foram os instrumentos utilizados para produzir registros escritos, gravações em áudios e fotografias. Os registros escritos foram produzidos todas as vezes em que estive em campo, mas quase nunca durante a estada nele, apesar de estar sempre acompanhada de um caderno para notas. Isso porque estando em campo não consegui, tampouco me senti confortável, em fazer registros escritos. O processo de conversar com as mulheres, acompanhar os bebês em suas rotinas, conduzir as oficinas, possuía uma dimensão de aprendizado, tal qual indicado por Magnani (2012). Esse aprendizado consistiu em ir a campo, observar, treinar o olhar e o ouvido e, com base nas observações, ainda que fragmentadas, escrever, passar a limpo, dar ordem a elas. Assim, na maioria das vezes, no caminho de volta para casa, rascunhei observações no bloco de anotações ou gravei áudios em meu celular como forma de me ajudar a lembrar posteriormente de alguns detalhes. Nesse processo, anotações e áudios feitos no celular transformavam-se em

narrativas que iam além das descrições, acompanhadas de questionamentos ou de possíveis relações com outros episódios vividos.

Já as fotografias foram produzidas quase sempre de forma bastante aligeirada, sem tempo para enquadramentos com grande precisão visual, preocupação com iluminação ou foco. Afinal, na maioria das vezes que as produzi, estava também envolvida na relação com as pessoas em campo. Além disso, em momentos em que estive fora da Ocupação, na rua, na região central, andar com aparelho celular ou qualquer outro aparelho eletrônico em mãos, não me parecia muito seguro. De qualquer maneira, as imagens produzidas por mim no contexto da pesquisa podem ser consideradas fotografias vernaculares, exatamente por buscarem registrar formas particulares e características específicas de determinadas localidades.

Ao todo foram produzidos 30 relatos em caderno de campo, 161 fotografias e 10 transcrições²⁴ de entrevistas semiestruturadas, feitas com mães e avós dos bebês sujeitos da pesquisa e coordenadoras da Ocupação²⁵. Essas entrevistas quase sempre ocorreram nas casas das entrevistadas, com exceção da realizada com Graciele, feita na portaria da Ocupação Ipiranga, e da realizada com Neti, feita na Ocupação Mauá. Todos os materiais foram organizados em arquivos digitais, pastas com nomes dos bebês participantes e documentos numerados em ordem cronológica de produção. Além disso, documentos

²⁴ Considerando que as representações “atravessam” a linguagem e podem ser compreendidas como fatos de discurso e da prática social, de forma indissociável (LUTFI, SOCHACZEWSKI; e JAHNEL, 1996), essas entrevistas foram transcritas por mim, especialmente como forma de garantir fidedignidade ao falado, assim como para apreender sentidos diversos, presentes nas falas, nos silêncios e nos questionamentos feitos ao longo das conversas.

²⁵ Foram entrevistadas Dona Vera (avó da Nicole); Renata e Neide (mãe e avó da Helena); Sarah (avó de Davi); Denise (mãe de Levi); Graciele (coordenadora), Ivaneti (Neti, coordenadora), que participaram ativamente da pesquisa com os bebês. A escolha por ouvir essas mulheres deve-se a questões, apontadas no capítulo 5, que consideram a importância das análises conjuntas sobre a vida de mulheres e bebês.

históricos, fotografias e mapas da Avenida Ipiranga, da região onde está localizada e do edifício da Ocupação, também foram selecionados e salvos em arquivos digitais.

Considero haver nessa amplitude de técnicas e procedimentos de produção de dados a possibilidade de melhor compreensão da realidade estudada, assim como também afirma Pires (2007) em meio às suas pesquisas. Os materiais produzidos foram utilizados para análise, mas tal qual defende a antropóloga Mariza Peirano (2014), os considero mais que dados. Trata-se possibilidades de questionamentos e fonte de renovação do pensar (PEIRANO, 2014, p. 380). Isso porque, tal qual defende Ingold (2019), compreendo que todo o material produzido em campo permite o estabelecimento de diálogo com ele: “Não se trata de catalogar a diversidade dos modos de vida humanos, mas de unir-se ao diálogo. Trata-se, ademais, de um diálogo no qual todos aqueles que participam estão prestes a serem transformados [...] e esse diálogo é o mundo” (INGOLD, 2019, p. 19).

Desta forma, não considero que o processo de análise tenha se iniciado apenas após finalizar o campo, ao contrário: registros, imagens e documentos não são aqui meras “matérias primas” que me serviram para comparações no final do trabalho em campo. O conjunto de material produzido no campo, então, pode ser considerado como “peças” fundamentais que me permitiram refletir, recriar e tomar decisões ao longo de todo seu curso. Ainda assim, não posso desconsiderar que, ao finalizar o campo, olhar para “o todo”, abrir arquivos digitais, percorrer as pastas criadas, entre textos e imagens, “caminhando” e “perdendo-me voluntariamente” por eles, provocou-me sensações e emoções diversas. Mesmo distante, muitas vezes lembrei de conversas que tive com as mulheres e as crianças, senti cheiros, calor, agitação, tais como nos dias vividos na Ocupação. Nesse movimento de “ir ‘devorando’ com os

olhos o conteúdo, as coisas vivas que habitaram” (SAMAIN; BRUNO, 2016, p. 95) esses materiais parecem ter selado em mim certo “laço de cumplicidade” (SAMAIN, 2000) com a Ocupação Ipiranga.

Assim, embora saiba que a pesquisa etnográfica não prevê a construção de categorias preliminares de análise, o fato de buscar compreender a produção do espaço da Ocupação pelos bebês com base nas contribuições de Lefebvre (2006), me possibilitou a análise a partir da tríade concebido, percebido e vivido. Essas distintas dimensões me permitiram refletir sobre eles, espaço e bebês, dialeticamente. Isso porque ao investigar a produção do espaço pelos bebês, acabei também refletindo sobre como esse espaço pode “produzir” o bebê, à medida que considerei práticas, relações, interações e conheci representações constituídas sobre eles na Ocupação. Embora pareça simplificador, esse pequeno “esquema”, foi fundamental para que eu pudesse compreender a produção do espaço e o foco que busquei dar aos seus bebês. Para isso, em termos metodológicos, conduzi as análises partindo das concepções, passando pelas ações, relações e práticas espaciais materializadas nesse espaço. Desse modo, foi possível conhecer as representações de quem nele mora, buscando apresentar tudo isso de forma dialética e interconectada, concomitante e decorrente uma das outras.

Julgo ainda pertinente detalhar o processo de relação com os materiais produzidos. Eles me interpelavam a todo instante, e, muitas vezes, em meio às leituras, ganharam grifos em colorações diversas, material e subjetivamente. Assim, trechos de anotações em caderno de campo ou transcrições de entrevistas foram organizados com cores diversas, cada qual relacionada a uma dimensão do espaço (concebido, vivido ou percebido). Devo afirmar ainda que em muitas situações esses materiais receberam duas ou mais cores, o que evidenciava sua complexidade. Por fim,

segundo os critérios de similaridade e contraposição (na busca por contradições, consideradas por Lefebvre (2006) como fundamentais para se pensar a práxis no espaço urbano) foram realizadas análises temáticas desses materiais, buscando-se, a partir de seus conteúdos, criar eixos que pudessem responder as questões da pesquisa. Quero ressaltar ainda que não considero ter realizado uma análise desse material, numa postura que distancia ou hierarquiza sujeitos e relações. Ou seja, trata-se de afirmar como fundamentalmente estive com os dados construídos em um processo de transcrição deles, à medida que não separo o ouvir, o pensar, e o repensar momentos em que essas relações aconteceram para produzir as compreensões sobre o campo investigado. Ainda assim, tal qual faz Catalão (2010), em pesquisa sobre o espaço metropolitano de Brasília, frente ao desafio estabelecido nas análises de realidades complexas, com muitas nuances, reconheço a existência de lacunas que permanecerão abertas, frente à impetuosa necessidade de se destacar alguns aspectos.

As fotografias foram compreendidas e escolhidas com base no proposto pela antropóloga Sylvia Caiuby Novaes (2021). A autora ressalta que a importância do uso da fotografia em pesquisas do campo antropológico se dá devido à possibilidade de sensibilizar o olhar do pesquisador. Dessa forma, é possível “nos deter no todo e em detalhes, descobrir ângulos que não suspeitávamos, observar gestos e expressões faciais, detalhes arquitetônicos, ter atenção para as minúcias que fazem parte de modos específicos de habitar e viver o mundo” (NOVAES, 2021, p. 4). Neste sentido, produzir as fotografias, escolhê-las e trazê-las ao longo dessa pesquisa, foi forma de também sensibilizar o olhar para encontrar os bebês²⁶. Por essa razão, é fundamental refletir

²⁶ Aqui, embora o destaque dado às fotografias, ressalto que não só elas, mas como todo o processo de organização e diagramação da tese acabaram sendo regidos por esses pressupostos. Vivendo a inquietude provocada pelos bebês e mulheres, nos espaços vividos e produzidos por elas, busquei diagramá-la de forma a escolher fontes, cores,

sobre os elementos constituintes desse conjunto de representações: o fotógrafo, o fotografado, o contexto da produção e o seu assunto. (NOVAES, 2021). Assim, essas imagens são consideradas importantes fontes históricas e documentais, fragmentos selecionados da realidade, artefatos que possibilitaram levantar hipóteses, pistas e fazer questionamentos. Desse modo, essas fotografias permitiram novas descobertas sobre o espaço e sobre os bebês. Muitas vezes, ao longo do texto, aparecem combinadas a outros documentos (sobretudo de sites oficiais da Prefeitura Municipal de São Paulo e acervos digitais de bibliotecas públicas) e fontes (reportagens, mapas, textos jornalísticos, relatos do caderno de campo) como forma de melhor inquirir sua materialidade e conteúdos (FREHSE, 2005).

Uma última “nota metodológica” ainda é necessária, de modo que gostaria ainda de relatar o quanto ao longo de todo o “caminho” da pesquisa me deparei com obstáculos e desafios diversos. Essas dificuldades exigiram reflexões e escolhas de diferentes ordens: teórica, metodológica e fundamentalmente ética. Observe-se que essas diferentes ordens em nenhum momento desse trabalho estiveram isoladas. Afinal, elas se sobrepuseram e se embaralharam ao longo de todo o trabalho de pesquisa, desde a revisão da literatura, definição do problema, até o trabalho em campo e análise do material produzido. Por essa razão, gostaria de apresentar uma reflexão sobre algumas das dificuldades encontradas e sobre as decisões tomadas, variáveis importantes para os resultados dessa investigação, tal qual

espaçamentos que nos mantivessem juntas. É difícil separar-se do campo. Aliás, entendo como sendo a trégua para um lugar onde voltarei, ou de onde, não sei, pois não sei de mim. Como é convocar para as margens, não apenas da marginália de um livro, ou texto, mas da sociedade? Veena Das (2020) provoca-nos a pensar a partir das margens, dentro delas, para compreendê-las e ao que está no entorno. Trata-se de descer ao ordinário. Busquei me aproximar disso também na formatação do texto. Um desafio, devo afirmar, dentro dos limites propostos pela formatação acadêmica. Alargar as margens, usar transparências e cores sólidas nos desenhos de capa e fotos internas foram escolhas feitas. Não há nada de tão original, mas espero que sirva para provocar e debatermos sobre vistas que não sejam a mesmice desmesurada de um cotidiano que se repete em algumas alegrias, mas em tantos sofrimentos.

também defende a pesquisadora Rita de Cássia Marchi (2018).

Meu ponto de partida é o reconhecimento da complexidade desse campo que todo o tempo me colocou frente a indagações diversas, feitas ora pelos outros, ora por mim mesma, sobre minhas próprias concepções das coisas, o tipo de mundo em que vivemos e como nos relacionamos com ele. Encontro no proposto por Tim Ingold (2019) que esse processo não se limita a “produzir conhecimento”, pois corresponde à tentativa de estabelecer uma relação completamente diferente com o mundo, além de imergir em processo e conexões em busca do que o autor denomina por sabedoria. Para o autor, ainda que sob o risco de ser criticado – por conta de uma suposta fraqueza ou vulnerabilidade ou por uma possível falta de objetividade –, há, na busca pelo equilíbrio entre conhecimento e sabedoria, caminhos que se abrem para um processo de vida compartilhado.

O conhecimento busca fixar as coisas nos conceitos e nas categorias de pensamento, explicá-las e torná-las, até certo ponto previsíveis [...] Ele nos dá poder, controle e imunidade para atacar. Mas, quanto mais nos refugiamos nas fortalezas do conhecimento, menos atento estamos ao que acontece à nossa volta. Para que se preocupar em observar, diz-se, quando já conhecemos? Ser sábio, ao contrário, é aventurar-se pelo mundo e assumir o risco de se expor ao que acontece lá. É compartilhar da presença de outros, prestar atenção, importar-se. O conhecimento fixa e nos tranquiliza; a sabedoria desestabiliza e perturba. O conhecimento arma e controla; a sabedoria desarma e abnega (INGOLD, 2019, p. 11).

Nesse compartilhar presenças, prestar atenção e estar disposta a aprender com o outro, questionei-me quase que ininterruptamente sobre o meu papel como pesquisadora. Meu acesso à Ocupação Ipiranga foi possível devido a um

trabalho longo e contínuo de articulação. Esse trabalho de articulação contemplou respeito a fluxos e hierarquias internas, a criação de vínculos, o estabelecimento de confiança com todo o grupo de pesquisa, sobretudo pela interlocução feita pela Prof^a. Marcia Gobbi, que há tempos se mantém presente junto a eles. Essa “parceria” foi fundamental para o aceite, para entrada e o desenvolvimento desta investigação. Além disso, o fato de ter estado na Ocupação Ipiranga outras vezes, em companhia do grupo de pesquisa, para realizar atividades com as crianças, pareceu-me um grande facilitador para o meu acolhimento como pesquisadora: eu não era uma pessoa totalmente estranha às moradoras. Ainda assim, estando lá, foi necessário encontrar formas de permanência no campo, de conhecer as famílias com bebês, de dialogar com elas, de acessar suas casas para acompanhá-las em suas rotinas diárias. Essa dinâmica, tal qual ressalta Lansky (2012), não ocorreu sem contrastes ou sem constrangimentos próprios desses encontros, e por isso, assim como ele, considero ser uma das fases mais difíceis da pesquisa etnográfica.

Desde as primeiras vezes que estive na Ocupação Ipiranga fui acolhida por Dona Vera e Gracielle, respectivamente, ex e atual coordenadoras. Foi como se elas me dessem suas mãos e me colocassem para dentro do lugar onde vivem, com outras 42 famílias. Foram elas também que me apresentaram a famílias com bebês, possíveis participantes da pesquisa. Toda as vezes que as coordenadoras fizeram isso eu busquei contato, “me convidando” a ir às suas casas. Esse também não foi, para mim, um processo muito fácil, já que por vezes, tal qual também destacou Saraiva (2014), me senti uma “intrusa”:

senti-me duplamente intrusa ao visitar as crianças em suas casas. Primeiro por ser uma visitante e segundo por entrar nessas casas para descrevê-las enquanto antropóloga. Eu era uma “visitante”

que por sinal havia insistido para ser recebida (SARAIVA, 2014, p. 138).

A condição de ser intrusa me acompanhou por muito tempo, mesmo quando percebia um esforço das famílias em me deixarem “à vontade”. De qualquer maneira, as conversas iniciais sobre a pesquisa, incluindo me convidar para ir as suas casas, fluíram de maneiras diversas, a depender das famílias, por mais que eu tivesse pré-estabelecido um pequeno roteiro a ser seguido nos primeiros encontros: apresentar-me, apresentar melhor a proposta da pesquisa, conhecer os bebês, suas histórias, sua rotina. Um processo que, sem dúvidas, muitas vezes me fez sentir como uma hóspede indesejada, moralmente obrigada e dependente das minhas anfitriãs (INGOLD, 2019).

Nessa busca pelos bebês, conheci algumas famílias que em um primeiro contato pareciam dispostas a participarem da pesquisa. Contudo, essas famílias não se mantiveram nela. Atribuo isso a uma certa provisoriedade que me parece compor suas vidas, pois essas pessoas mudam constantemente de trabalho (quase sempre informal), de rotina, de horários, de escola e até de casa. Nos dois casos específicos em que ocorreram afastamentos, não recebi explicitamente uma negativa para participação, mas mensagens sutis que desmarcavam nossos encontros agendados ou que não respondiam aos convites para que os bebês participassem das atividades propostas pelo grupo. Atenta a esses sinais, em ambos os casos, utilizei o aplicativo WhatsApp para deixar mensagens, explicando que ficassem à vontade em não seguir com a pesquisa. Salientei também que eu estaria à disposição, caso assim quisesse.

De qualquer maneira, a marca de “ser de fora da Ocupação”, não morar nela, não ser participante do movimento de luta por moradia, ou de não ser uma pessoa

“do pedaço”²⁷, moradora ou familiarizada, a priori, com o centro da cidade, me acompanhou ao longo de toda pesquisa. Essas questões impactaram não só a forma como percebi ou descrevi minhas experiências, mas as relações estabelecidas com as moradoras e moradores da Ocupação. Certa vez, por exemplo, fui indagada por uma delas o motivo do meu interesse de pesquisa ou se eu não tinha “medo” de estar ali: “Mas vem cá, você não tem medo da gente?”. Nesse dia, surpreendida com a pergunta, respondi de forma muito apressada que “não”, mas essa questão, como também as reflexões por ela suscitadas, me acompanhou ao longo de todo trabalho. A pergunta ter sido feita a mim, alguém “de fora”, logo no início das minhas atividades em campo, tinha um sentido, mas sobretudo, parecia revelar algo que acompanhava suas moradoras e poderia ser um indicativo das relações travadas ao longo de suas vidas na cidade. Aos poucos, fui aprendendo como essas pequenas perguntas, breves comentários, rápidas conversas, me colocavam, muitas vezes, frente a histórias coletivas de um povo ou aquelas construídas pelo próprio sujeito (ALVES, 2019). Com efeito, o contato com essas histórias exigira, de mim reflexões profundas.

Nesse caso, por exemplo, o “medo” indagado pelas moradoras pode estar relacionado ao que Boulos (2015) chamou de maneira negativa de considerar as ocupações, inclusive por alguns setores de trabalhadores. Trata-se, pois, de consequência da atuação da mídia – controlada majoritariamente pelos grandes empresários – que veicula enfaticamente um discurso de criminalização dos movimentos sociais.

²⁷ O termo “pedaço” é cunhado por Magnani em suas pesquisas, referindo-se a um espaço intermediário entre o privado e o público. Trata-se do espaço de sociabilidade mais amplo que a esfera familiar, que também se caracteriza pela “presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles” (MAGNANI, 2002, p. 20).

No Brasil, o processo de criminalização dos movimentos sociais tem algumas explicações, fundamentalmente importante de serem consideradas em um trabalho de pesquisa como o aqui proposto. O ato de criminalizar uma ação, não é resultado de um processo “neutro”, já que é derivado da luta de classes e de outras lutas sociais. Por essa razão, muitas vezes, esse processo expressa interesses diversos da classe dominante (VIANA, 2018). Nesse sentido é fundamental reconhecer que a ação de criminalização passa pelo Estado. Com efeito, quanto mais o aparato estatal for favorável às relações de produção capitalista, mais o Estado se oporá a ações coletivas que entram em confronto com tais interesses. Assim, os movimentos sociais tornam-se passíveis de repressão e objeto de deslegitimação (daí, justamente, a importância do papel midiático). Um exemplo do *modus operandi* desse processo de legitimação é o uso do termo “invasão” em substituição à ideia de ocupação. Essa operação discursiva coloca em primeiro plano o valor da propriedade individual em detrimento da função social da propriedade. Essas questões sustentam representações sobre ocupação e seus moradores, e, de certa forma, explicam a pergunta feita por uma delas a mim logo no início das atividades em campo. Além disso, elas escancaram a responsabilidade e a urgência do compromisso ético com que o trabalho de pesquisa deve ser orientado.

Ao longo da pesquisa, outras questões me pareceram correlacionadas a essas representações, imagens constituídas sobre a ocupação e sobre quem nela mora. Uma delas refere-se, e por isso justifica, à opção que faço em manter o uso dos nomes dos bebês, crianças e pessoas adultas tais como registrados perante o Estado. Nos termos propostos por Fonseca (2007), a maneira de nomear os interlocutores em uma pesquisa não é interesse secundário. Ao contrário, entre as múltiplas variáveis do trabalho de investigação, o

problema de nomear os interlocutores estaria relacionado ao tipo de pesquisa realizada, sobretudo quando se trata de uma etnografia. Para além dessas questões, cumpre observar que o uso de nomes fictícios parece um consenso que, como alerta Fonseca (2007), parece proteger mais o pesquisador do que o seu próprio interlocutor

Nesse sentido, ainda que tenha apresentado amplamente os propósitos e metodologias da pesquisa às participantes, que elas tenham assinado termos de consentimento, autorização do uso de imagem, pus-me a refletir especialmente sobre a solicitação de todas as adultas para que no texto seus nomes verdadeiros, tais como registrados perante o Estado, fossem utilizados. Deparei-me frente a um dilema, uma “corda bamba”, na imagem proposta por Fonseca (2007), indagando-me se de fato as participantes conseguiam prever possíveis impactos do registro de seus nomes formais. Ao mesmo tempo, refleti que a utilização de um nome fictício, por si só, não garantiria anonimato, privacidade ou “proteção” a interpretações equivocadas ou distorcidas por quem acessasse a pesquisa. A melhor forma de tentar oferecer essas garantias às entrevistadas pelo é o reconhecimento da inevitável assimetria política envolvida entre o pesquisador e o grupo pesquisado, entre quem descreve e quem é descrito (FONSECA, 2007). A consciência dessa distinção evoca especialmente a necessidade de vigilância constante aos limites éticos impostos ao longo de todo desenvolvimento da pesquisa. Além disso, ao me propor a fazer uma pesquisa *com* elas seria no mínimo incoerente “devolvê-la” à comunidade com os nomes trocados, distanciando-me dos informantes ou buscando esconder suas identidades, contrapondo-me a suas próprias solicitações.

Leio com ela (Dona Vera) o termo de consentimento e falo que enviarei uma cópia: “pode usar o nome dela mesmo... vou guardar, quando ela crescer eu vou mostrar para ela que ela

participou de uma pesquisa”. Dona Vera me fala que gosta muito de participar de pesquisas, principalmente porque mostra aos outros que ali tem “pessoas de bem”: “as pessoas chamam a gente de invasores” (Excerto de caderno de campo, 02 de junho de 2022).

Entendo, assim, que a solicitação do uso do verdadeiro nome remete também a um certo orgulho ao ser participante da pesquisa. Além disso, a solicitação do uso do nome real indica a confiança na pesquisadora e o fato de que as participantes reconhecem, no trabalho de investigação, a possibilidade de contribuir para o rompimento de ideias estigmatizadas sobre ser moradora de ocupação e confiança na própria pesquisadora para que isso aconteça.

Serem consideradas “invasoras”, e todo estigma decorrente impresso pela relação à criminalização que o termo comporta, incomoda Dona Vera que, inclusive, vê na participação da pesquisa forma de se contrapor a isso. Fonseca (2007) mais uma vez impulsiona a reflexão sobre o tema, chamando atenção para a indissociável relação entre o conhecimento e poder. Nessa chave cabe observar a relevância política das pesquisas, em especial as etnográficas, ainda que com ressalvas:

O lado forte da etnografia não é pleitear a causa nativa dentro das estruturas vigentes de poder (esse pleito é uma causa importante, mas a etnografia, tal como a conheço, não é a arma mais adequada de luta). É, antes, provocar uma reconfiguração das próprias narrativas hegemônicas que tanto contribuem para a perpetuação dessas estruturas. Com a produção de cenas e subjetividades “outras”, isto é, que escapam às lógicas previstas da modernidade hegemônica, obriga o leitor a repensar seu próprio sistema de classificação (FONSECA, 2007, p.12).

Somo a essas questões, outras, que considero fundamental e que se refere, de maneira geral, aos desafios

de se fazer pesquisa com bebês. Assim, reconheço como imprescindível as contribuições realizadas nos últimos anos por diversos pesquisadores e pesquisadoras no que diz respeito à tarefa de se realizar pesquisas com crianças. Todavia, cabe também reconhecer que poucos trabalhos foram, de fato, produzidos com bebês, e, sobretudo, fora dos ambientes institucionais, conforme já assinalado. Ao defender a criação de uma “Antropologia de Bebês (e de seus cuidadores)”, a antropóloga Alma Gottlieb (2009) propõe razões para essa negligência. O fato de como adultos não lembrarmos da experiência de ser bebê, assim como o fato de muitos pesquisadores não terem filhos ou não conviverem com bebês, podem corroborar para que a existência dos bebês sequer seja considerada como problema de pesquisa. Ademais, há o fato de que a maioria das sociedades consideram os bebês como menores, incapazes de produzirem efeito no outro ou emitirem opiniões. Outro ponto a se destacar é a relação com as mulheres, suas principais cuidadoras na maior parte das sociedades, que também foram por muito tempo negligenciadas nos estudos antropológicos. Um último elemento da hipótese sobre a diminuta atenção que os bebês recebem da pesquisa acadêmica reside na sua aparente incapacidade de falar, o que pode levar à compreensão de estarem fora do domínio da cultura. Ou seja, o fato dos bebês passarem boa parte do tempo envoltos em processos corporais, ainda que marcados por valores culturais, faz com que eles pouco sejam considerados nas pesquisas antropológicas.

Ainda assim, pesquisas já realizadas com bebês nos últimos tempos, em especial aquelas que podemos incluir nos chamados Estudos Sociais da Infância, sugerem, de forma ampla, atenção às suas interações, formas de comunicação, corporificação e participação. Essas pesquisas evidenciam a importância do olhar detido às relações que eles se envolvem, quando se envolvem, durante seu

desenvolvimento (ORRMALM, 2021). Nesse sentido, ainda que a etnografia seja indicada como a melhor forma de capturar interações e culturas produzidas por crianças (CORSARO, 2011), há, em se tratando de bebês, certas especificidades a serem consideradas. Coutinho (2010), ressalta, por exemplo, como a ideia de “adulto atípico” proposta por Corsaro (2011) para rever as relações de poder sutilmente estabelecidas entre adulto pesquisador e crianças pesquisadas, não se aplicou à sua pesquisa com bebês. Afinal, se colocar em uma posição de igualdade com os bebês significaria, muitas vezes, não convidá-los para brincar, partilhar objetos, ou devolver-lhes as mesmas reações que poderiam ter frente a sua presença. Nesse caso, Coutinho (2010) explicita como a relação entre pesquisados e pesquisadores pode ser elemento crucial do conhecimento produzido em campo com bebês. Perspectiva análoga é defendida pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2002) ao evocar uma nova antropologia que considere, especialmente, a relação construída entre o nativo e antropólogo.

No caso dessa pesquisa, muitas vezes, notei que minha experiência como professora de educação infantil, tornou-se um importante elemento constitutivo da minha relação com as crianças, incluindo os bebês²⁸. Isso ocorreu não só nos momentos em que foram organizadas oficinas e espaços de brincar, onde foram disponibilizados brinquedos, livros e outros materiais para que pudéssemos estar juntos, mas também, quando, muitas vezes, estive individualmente com elas e mobilizei alguma cantiga, conversei sobre a escola

²⁸ Conforme já anunciei e poderá ser observado ao longo de todo esse trabalho, fazer a pesquisa com bebês na Ocupação me colocou frente a todas as outras pessoas que ali moravam, adultas e crianças. Assim, em muitos momentos da pesquisa, elas aparecem, inclusive como importantes “informantes” ou “mediadoras” das relações estabelecidas com bebês. Diante disso, opto em referir-me a elas como “crianças” ou “crianças maiores”, e referir-me aos “bebês”, quando tratar especificamente daqueles com quais passei maior tempo, conversei com as famílias e acompanhei suas rotinas, que se caracterizam como os sujeitos diretos da pesquisa.

(no caso das crianças mais velhas), propus alguma brincadeira e ofereci-lhes colo. Além disso, observei que meus próprios instrumentos de pesquisa, como o caderno ou o celular, que sempre tinha em mãos, muitas vezes despertaram o interesse das crianças e foram importantes mediadores das relações estabelecidas com elas, algo também observado por Coutinho (2010) em sua pesquisa. De qualquer maneira, não considero ter sido reconhecida pelas crianças como uma adulta atípica, mas como alguém que tinha certa familiaridade com crianças, que as respeitava, que gostava de estar e aprender com elas e que talvez, por isso, tenha sido aceita e acolhida. Assim, como também ocorreu com Pires (2007) na relação estabelecida em sua pesquisa com as crianças, não considero que o fato de ser reconhecida como adulta tenha acarretado um efeito negativo para nossa relação.

Aos poucos, à medida que criei certa regularidade nas idas ao campo fui percebendo a criação de vínculos entre nós, de familiaridade com a minha presença, o que considero um (e talvez o melhor) indicativo de consentimento para realização da pesquisa. A formalidade com que fui recebida nas primeiras vezes, com exigência de entrega de documento na portaria, por exemplo, foi, aos poucos deixando de existir, enquanto passava a ser reconhecida por muitas de suas moradoras como a “moça dos bebês”. Esse consentimento implícito também era revelado em meio aos diálogos travados em campo como quando, por exemplo, me diziam: “olha, parece que ele gostou de você” enquanto eu permanecia com um dos bebês no colo; ou então quando me contavam sobre como as crianças estranhavam minha ausência, questionando: “a tia não vem hoje?”.

Isso que estou denominando de processo de construção de vínculos pode ser caracterizado como consentimento compartilhado para participação na pesquisa. Contudo, compreendo que esses laços, ora mais, ora menos

estreitados, como são as relações humanas, não eximiram minha responsabilidade ética com os bebês e gostaria de reafirmar isso. Em outras palavras, ainda que tivesse a aceitação e consentimento, implícito, mas também explícito, à medida que adultas e crianças mais velhas concordavam em participar da pesquisa, minha relação com os bebês foi pautada em certa sensibilidade de percebê-los em muitos momentos cansados ou com sono, chorando, recusando meu colo e as tentativas de interação. Algumas vezes as conversas e atividades acabaram encerradas antes do previsto por mim ou, então, incidiram em alteração de horários das atividades em campo. Nesses casos, reconheço alguns elementos próximos do que a pesquisadora Natalia Soares (2006; 2005) caracterizou como investigação participativa, sobretudo considerando a relação entre as pessoas envolvidas, aberta às mudanças, com processos partilhados de produção de conhecimento. Essa dinâmica exige uma redefinição no papel da pesquisadora, que, de certa forma, abre mão do tradicional papel de gestora de todo o processo para assumir um papel de parceira, que fará a gestão da sua intervenção com a consideração da voz do outro, que nesse caso foi o choro, o sono, os gestos, sorrisos, balbucios, as rotinas dos bebês.

O fato é que esse complexo processo de acesso, obtenção do consentimento, produção de dados da pesquisa foi, em grande parte, definido pelas relações intersubjetivas construídas em campo, exigente, portanto, daquilo que a pesquisadora Manuela Ferreira (2010, p. 154) chamou de “considerar a si próprio como objeto de reflexividade metodológica”. Isso porque essa pesquisa de fato exigiu de mim reflexão constante sobre a alteridade e a diversidade que caracteriza o grupo com o qual me propus estar. Nesse caso, “ser de fora” da ocupação (e dos movimentos de luta pela moradia) e “ser adulta” parecem me colocar diante das mais profundas camadas de alteridade, na relação

estabelecida com bebês moradores de um edifício ocupado no centro da cidade. Essa condição me comprometeu a ser fiel a determinados princípios éticos, como dos direitos (envolvendo questionamentos sobre equidade e adequabilidade sobre objetivos e métodos utilizados), dos deveres (que se referem à não interferência do investigador, garantindo a liberdade e vontade de participação dos bebês) e dos danos/benefícios (traduzido na preocupação em reduzir/prevenir danos e aumentar a possibilidade de benefícios) (SOARES, N F. 2006). Também foi necessário manter-me o tempo todo alerta para que os bebês não “escapassem” ao longo da pesquisa. Digo isso, referindo-me especialmente ao desafio de encontrar e focar nos bebês em um campo multifacetado, complexo, de urgências, de vidas diversas que seguem em sua companhia. Ao longo do trabalho em campo não estive em nenhuma situação sozinha com os bebês e muitas vezes, ao chegar em suas casas, por mais que eu tenha insistido em trazê-los ao centro da conversa, ela parecia tomar outros rumos, sobretudo com base naquilo que é vivido sob a perspectiva dos adultos. Essas situações me ensinaram, na prática, algo também observado por Paterniani (2019): a vida das pessoas é muito maior que o problema de pesquisa. Esse talvez tenha sido o maior desafio dessa investigação: encontrar, olhar, focar, encontrar formas de estar com bebês e ser coerente à defesa deles como atores sociais. Ao fim e ao cabo, aprendi como “no campo é preciso esperar que as coisas aconteçam, e aceitar o que é oferecido quando lhe é oferecido”, tal qual já afirmava Ingold (2019, p. 12). Isso, no entanto, não me coloca no lugar de mera assistente passiva das relações.

Ao refletir sobre essas questões, reconheço fundamentalmente a capacidade que esse campo teve de me mobilizar e transformar como pesquisadora: enquanto pesquisei fui também interpelada, questionada, posta à prova, construí afetos e procurei formas de unir-me às

pessoas. Uma via de mão-dupla, conforme indica Tim Ingold (2017), e um campo que, tal qual o da antropóloga Alma Gottlieb (2012, p. 67), apresenta uma “combinação peculiar de cabeça e coração”.

Por fim, considero fundamental ressaltar que, apesar do esforço em sistematizar os pressupostos metodológicos da pesquisa, eles não se encerram nessa apresentação. Ao contrário: alguns reaparecerão e outros serão detidamente desenvolvidos e utilizados de modo entrelaçado às análises. A recuperação de conceitos entre um capítulo e outro tornam esse referencial teórico-metodológico como algo que, de certa forma, justifica os caminhos trilhados e as escolhas feitas ao longo do trabalho.

2. ENTRE ROTAS POSSÍVEIS: a organização dos capítulos

Em uma metrópole como São Paulo, palco dessa pesquisa, a dimensão espacial costuma possibilitar uma variedade de rotas e trajetos para se chegar a determinado lugar. Penso que assim também ocorre com a organização de uma tese, já que são muitas as possibilidades de apresentá-la. Com essas observações em mente, escolhi fazê-la em três partes. Nelas, baseada nas dimensões propostas por Lefebvre (2006) para analisar a produção do espaço, busco refletir os pressupostos teóricos e metodológicos adotados. A organização dos capítulos, então, vislumbra um movimento que ora é de expansão, no sentido de focar no espaço da Ocupação, seus atores, relações, de forma mais ampla; ora é de contensão, no sentido de voltar a atenção aos bebês e suas famílias. Desta forma, inspirada no proposto por Martín (2019), apresento ao longo dos capítulos diferentes “vozes”: a) daqueles que racionalmente conceberam o prédio da Ocupação e cientificamente e legalmente conceberam os bebês; b) a minha voz, como pesquisadora,

quando entra e percebe o espaço da Ocupação, buscando nele as relações e as práticas sociais construídas com os bebês; e c) a voz das moradoras da Ocupação, com suas representações constituídas sobre esse espaço e sobre os bebês que ali residem. Diante disso, essa tese segue estruturada da seguinte maneira:

PARTE 1

A primeira parte é composta por dois capítulos. No primeiro são apresentadas as representações do espaço da Ocupação Ipiranga elaboradas no âmbito da racionalidade, da técnica e do planejamento. Para isso são evidenciados alguns elementos da história e as transformações ocorridas no espaço da Avenida Ipiranga e região, onde se localiza a Ocupação, e de seu próprio edifício, desde a sua inauguração até os dias atuais.

Ou seja, tento refletir sobre essas questões a partir de perguntas: como esse edifício foi transformado e produzido como ocupação? O que foi antes de servir de morada a tantas famílias? Conforme anunciado anteriormente, a forma como foi concebido, planejado, tecnicamente pensado, assim como as transformações ocorridas ao longo do tempo, são elementos fundamentais de serem considerados nas análises da produção de um espaço. Assim, embora essa tese não tenha como objetivo principal tecer retomada histórica sobre o prédio da Ocupação, tampouco sobre a região onde se encontra, apresento nesse capítulo alguns dos elementos relacionados à transformação desse espaço, dada a importância de considerá-lo como “efeito de ações passadas”, tal qual ressalta Lefebvre (2006, p.112). Além disso, reconheço que a análise das transformações históricas ocorridas nas edificações e nos equipamentos fornecem questões fundamentais para auxiliar a compreensão das relações atuais que compõem os espaços (FREHSE, 2016).

No segundo capítulo espraio a dimensão do “concebido” para também pensar como o conceito de “bebês” foi historicamente construído a partir do que se pode considerar como contribuições da racionalidade. Ou seja, das concepções propostas a partir de pesquisas realizadas em diferentes áreas de conhecimento. Para isso, apresento um breve panorama construído a partir da revisão de literatura, sobretudo nacional, levantada a partir das buscas por pesquisas realizadas com e sobre bebês.

PARTE 2

Na segunda parte continuo a convidar os leitores para conhecerem e seguirem comigo o dia a dia dos bebês participantes da pesquisa. Ela é composta por quatro capítulos que também apresentam os espaços físicos da Ocupação, suas formas de organização e funcionamento. Esses capítulos explicitam com quem os bebês se relacionam no cotidiano (crianças mais velhas, mulheres e outros grupos sociais que constituem o espaço urbano), as práticas que são materializadas com e a partir deles, assim como as representações constituídas sobre eles e que sustentam essas práticas.

Assim, nessa segunda parte encontram-se de maneira dialética as dimensões percebidas e vividas do espaço da Ocupação, com foco nos bebês. Considerando que o espaço se (re)desenha cotidianamente por meio da ação e da apropriação daqueles que o constituem (CATALÃO, 2010), busco evidenciar as práticas espaciais percebidas por meio do meu encontro com os sujeitos dessa pesquisa. Ao mesmo tempo, tento destacar os elementos que compõem a dimensão simbólica, as representações do espaço e dos bebês, e os mecanismos de mediação dessas práticas que, por sua vez, incidirão na consolidação de uma práxis (CATALÃO, 2010). Para isso, são apresentados excertos de

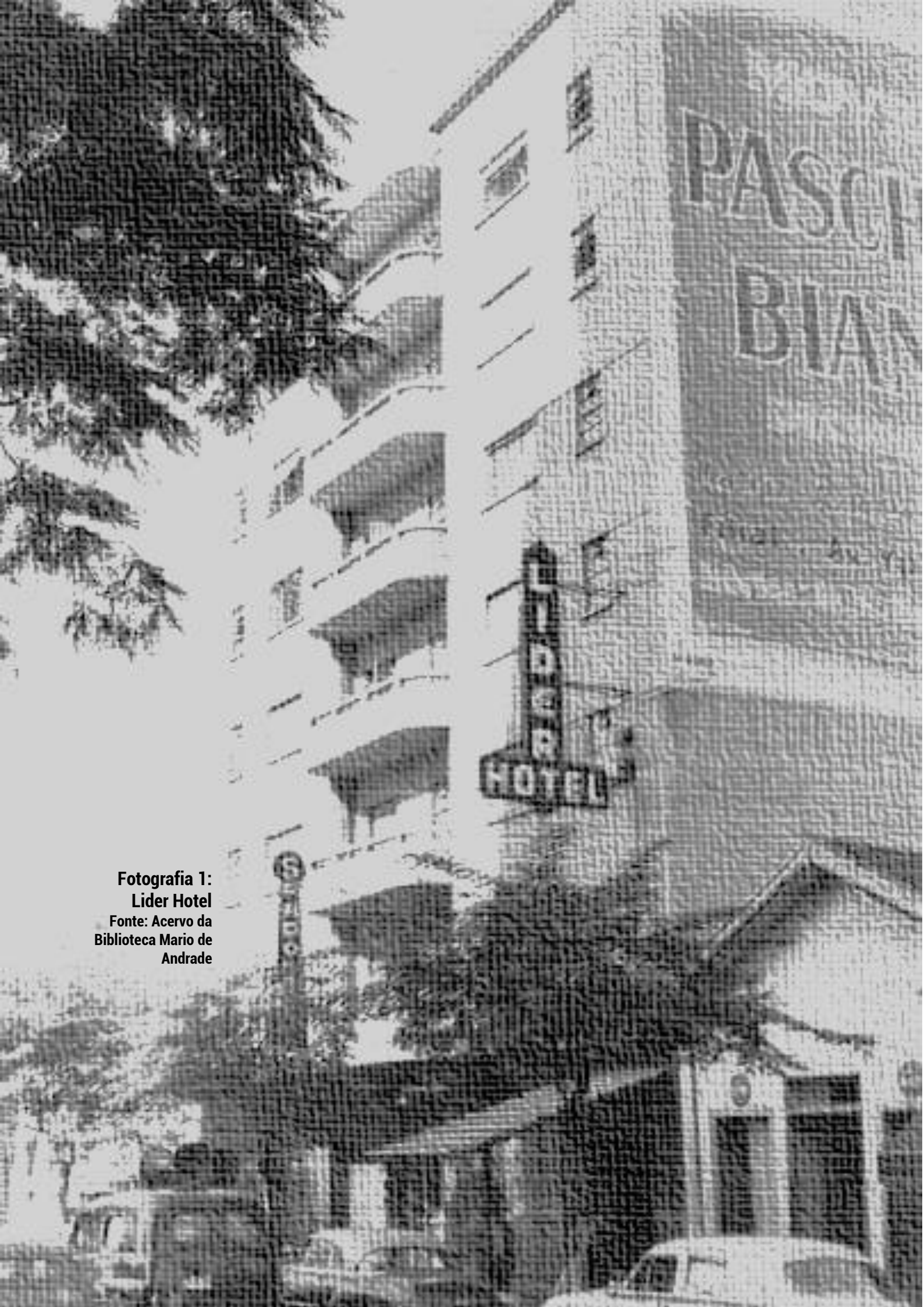
registros do caderno de campo, de transcrição de entrevistas, fotografias e mapas²⁹.

PARTE 3

Por fim, na terceira parte são apresentadas as considerações finais que sistematizam questões suscitadas das relações, práticas e representações constituídas com e sobre os bebês na e da Ocupação Ipiranga. Nesse processo também destaco elementos que, de certa forma, caracterizam a vida dos bebês no cotidiano da Ocupação Ipiranga. Além disso, apresento o que considero ser algumas contribuições dessa pesquisa para os Estudos Sociais da Infância, Estudos Urbanos e fundamentalmente para a área da Educação.

²⁹ Nesse caso, trata-se de mapas construídos no processo de análise dos materiais, não somente pela perspectiva planejada e técnica. São “mapas do espaço percebido” que convidam o leitor a caminhar, ainda que metaforicamente, comigo e com os bebês pelo urbano.

PREPARE



Fotografia 1:

Lider Hotel

Fonte: Acervo da
Biblioteca Mario de
Andrade



Fotografia 2:
Ocupação Ipiranga
Fonte: Arquivo
pessoal da autora

CAPÍTULO 1

DE HOTEL À OCUPAÇÃO:

considerações sobre o espaço concebido

As fotografias registram histórias ao mesmo tempo em que são capazes de produzir outras e até mesmo provocar novas formas de compreender e produzir o mundo. Não é à toa, portanto, que inicio esse capítulo com duas imagens que retratam o mesmo prédio. Na fotografia 1 vê-se na placa a expressão “Lider Hotel”. Na sua fachada lateral, é possível também ler o que parece ser um anúncio de loja/fábrica de móveis e decorações. Um olhar um pouco mais detido encontra uma casa, com portas e janelas abertas, e um carro, que parece ter um auto-falante acoplado, muito possivelmente para soar anúncios e propagandas, indicando tratar-se de área comercial, com certo fluxo de pessoas. Há carros estacionados e pessoas caminhando pela calçada; podem ser hóspedes do hotel ou transeuntes que seguiam rumo a algum comércio. Por ora, é suficiente informar que ela foi produzida pelo fotógrafo Gabriel Zellai³⁰, com data de 1953, e compõe o acervo denominado “Vistas da cidade de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1960”, da Biblioteca Mario de Andrade (FOTOS, s./d.). O fato de Zellai ser um fotógrafo “oficial” pode ser um indício importante que explicita a escolha do foco dado a uma edificação, ao comércio e ao próprio tráfego de automóveis.

Já na fotografia 2 o prédio pintado em preto e branco, um tanto encoberto pela árvore, mostra em sua fachada a pintura de um rosto feminino e alguns tecidos pendurados em suas sacadas. Ele se encontra amparado por

³⁰ Gabriel Zellai foi fotógrafo da Seção de Iconografia do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, criado em 1935 e coordenado pelo também fotógrafo Benedito Junqueira Duarte. O Departamento é reconhecido por ter iniciado o serviço de documentação fotográfica da cidade, especialmente do processo de implantação de obras viárias urbanas da época.

outros dois edifícios. No térreo de um deles, as placas indicam tratar-se de estacionamento de carros. Outros dois veículos também aparecem as margens da fotografia, como se estivessem em movimento. Por ter algumas delas como recurso metodológico de pesquisa que frequentemente me auxiliaram junto ao caderno de campo, produzi a imagem em umas das vezes em que estive no campo. Longe de compará-la à primeira, feita há quase sete décadas, a foto recente, datada de 2022 foi criada por mim, fotógrafa vernacular, usando o aparelho celular. Sem preocupar-me com enquadramento e feita de modo aligeirado do lado oposto ao edifício, ela auxilia a pensar sobre as transformações presentes em seus detalhes. Também é possível indagar os usos da cidade, dos edifícios e das pessoas, transeuntes que por ali passam e ficam. Essas transformações nos remetem a diferentes temporalidades presentes em seus detalhes que insistentes permanecem a dizer algo sobre o tempo, sobre a cidade, sobre as pessoas de antes e de hoje.

Em ambas as fotografias vê-se o edifício localizado na Avenida Ipiranga, número 908, no chamado centro da cidade de São Paulo: o antigo hotel hoje é uma ocupação com finalidade habitativa . Se em uma breve comparação entre elas, feitas em ângulos bastante semelhantes, as diferenças podem parecer poucas, elas são, no entanto, simbólicas e possibilitam refletir não só sobre a história e transformação do local, mas também sobre a forma de planejar a cidade e sobre os grupos sociais priorizados nesse processo.

Nos limites dessa pesquisa, optei por delimitar como recorte espacial e temporal as transformações ocorridas não só no edifício, concebido como hotel, mas também em seu entorno. Especialmente aquelas que ocorreram na própria Avenida Ipiranga, oficialmente reconhecida como avenida desde meados dos anos 1930, e em suas imediações. No

entanto, para compreender o que ocorreu em um determinado período da história da cidade de São Paulo, em determinada região, é preciso reconhecer elementos do seu processo de urbanização, que teve início na virada do século XIX para o XX. Assim, a cidade que emergiu no período pós-abolição da escravatura, vale destacar, estava marcada pelas disputas de diversos interesses que moldavam uma ampla gama de concepções urbanas. Afinal, industriais, fazendeiros capitalistas e a nascente classe média possuíam diferentes projetos e perspectivas para o futuro da cidade.

No período em que produção industrial aumentava por conta da política de substituição de importações de bens de consumo, os fazendeiros produtores de café, fixavam residência na cidade e a mão de obra europeia chegava para trabalhar nas indústrias. Concomitantemente a essas transformações econômicas, a cidade construía parques, praças, viadutos e edifícios, além disso foram realizados diversos projetos de modernização com referências em urbanistas internacionais no centro da cidade. Desta forma, ao longo dos primeiros 50 anos do século XX, São Paulo concentrava funções de serviços, financeiras, comerciais e até residenciais que definiam sua natureza urbana e incidiam em intensas transformações.

Nesse período, um projeto se consolidou como novo modelo de expansão da cidade de São Paulo. Tratava-se do Plano de Avenidas, elaborado entre 1927-1930 pelo engenheiro, então Secretário de Vias Públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo, o engenheiro Francisco Prestes Maia. Esse plano propunha a transformar radicalmente a lógica de desenvolvimento e o caráter da área central da cidade, à medida que estabelecia sua reorganização. Em linhas gerais, o projeto consistia na criação de uma nova estruturação viária, contrapondo-se à construção de grandes avenidas em meio ao centro, preferindo, nesse sentido, um sistema viário de irradiação. Segundo o historiador Nicolau

Sevcenko (2004) as ruas alargadas e longas distâncias interligadas, eixos centrais do plano, possibilitaram a expansão da malha urbana rodoviária, que, por sua vez, acompanharam a multiplicação desenfreada e caótica de áreas de loteamento cada vez mais afastadas do centro, o que caracterizaria a origem do modelo centro-periferia. Além disso, especialmente ao longo da gestão municipal de Prestes Maia, de 1938 a 1945, o plano alterou a dinâmica de intervenções na região, que até então eram focadas no Triângulo Central³¹, acarretando a criação de um “centro novo”, como uma nova área de expansão do centro comercial.

Nesse processo, a então rua Ipiranga³², que havia sido originalmente construída em 1865, foi oficialmente reconhecida como avenida em 1934. Isso ocorreu, por conta das reformas e dos projetos de alargamento, que visavam ampliar faixas de rolamento para maior fluidez de veículos no local. Para os pesquisadores Regina Meyer, Jaime Cunha Jr. e Sabrina Fontenele (2018) a avenida inclusive destacava-se pela atenção e importância conferida pelo poder municipal no período:

Em se tratando de uma das principais vias do circuito, o prefeito Prestes Maia publicou algumas leis que se relacionavam diretamente a sua construção como paisagem urbana e estimulou a transformação da antiga rua em um dos principais cartões-postais dos melhoramentos urbanos daquela gestão (2018, s./p.)

³¹ A região do chamado “Triângulo central” compreendia a área entre as ruas 15 de novembro, Direita e São Bento. Nesse contexto de reformas, à região foi impressa uma concepção de paisagem voltada aos padrões europeus, com controle da verticalização, homogeneização das volumetrias em espaços inspirados nos bulevares parisienses.

³² Segundo informações disponíveis no Dicionário de Ruas da Prefeitura de São Paulo, a então rua Ipiranga teve origem com a união de dois “becos”: o “Beco do Mata-fome”, aberto no final do século XVIII, e o “Beco dos Curros”, existente desde os primeiros anos do século XIX. Tratava-se de região utilizada por viajantes e tropeiros que conduziam gados vindos do interior e seguiam para um matadouro localizado no hoje conhecido bairro da Liberdade. Provavelmente daí deriva-se o nome “mata fome”. Já o “Beco dos Curros” ligava ao antigo “Largo dos Curros”, atual Praça da República. (AVENIDA IPIRANGA, s./d.)



Figura 2:
Excerto da Planta da
cidade de São Paulo
(1924)
Fonte: Recorte
aproximado e destaque
realizado pela autora

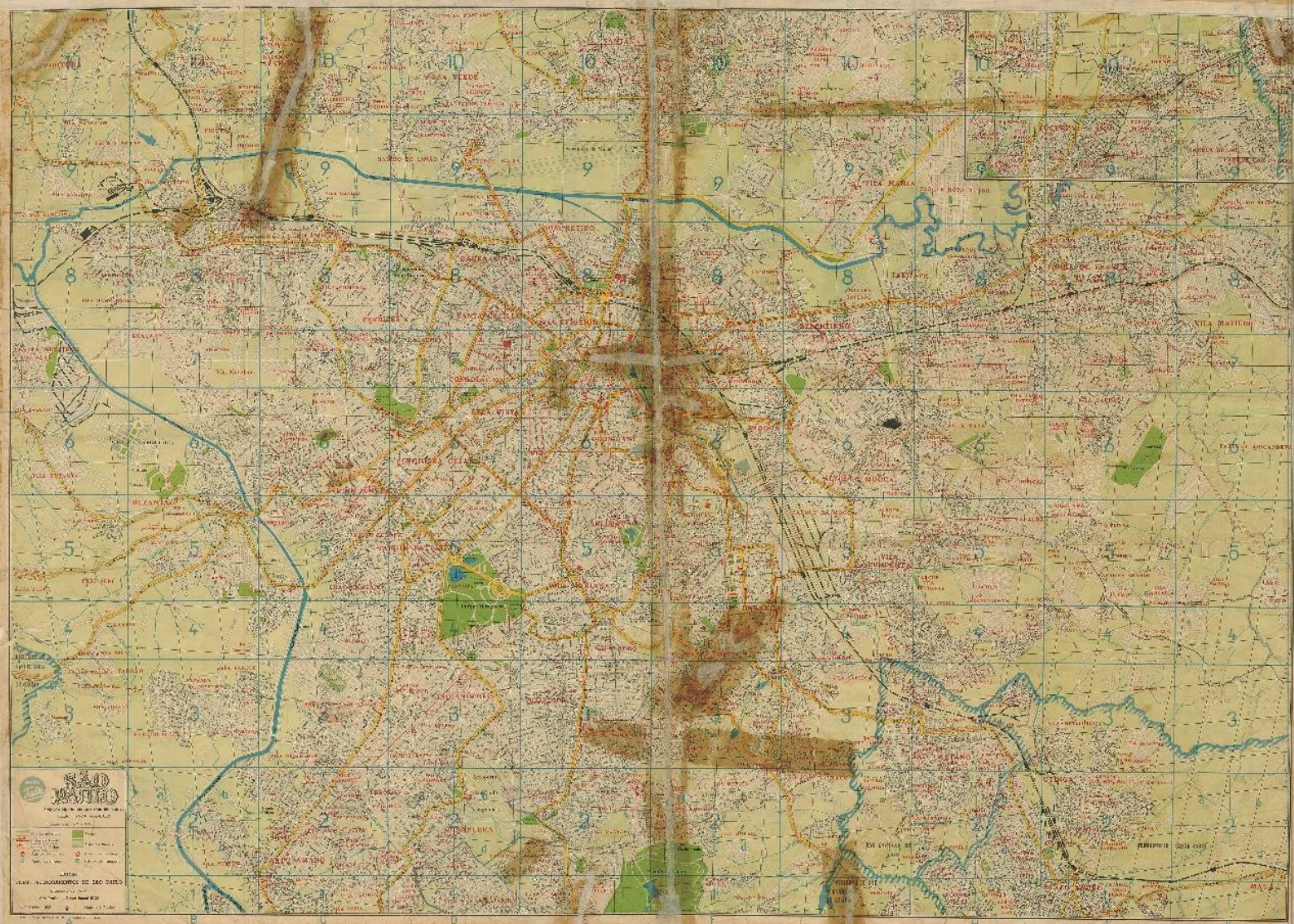


Figura 3:
São Paulo, Projeção
hiperbóico com rede
kilométrica em 1952
Fonte: Histórico
demográfico da Secretaria
Municipal de Urbanismo e
Licenciamento da
Prefeitura de São Paulo
(s./d. [b])



Figura 4:
Excerto da Projeção
hiperboloid com rede
kilométrica em 1952
Fonte: Recorte aproximado
e destaque realizado pela
autora

Para a arquiteta Paula Freire Santoro (2005) é necessário reconhecer como a melhora na acessibilidade, a ideia da circulação em velocidade e o desejo de que a avenida se constituísse como grande eixo vertical da cidade impactaram nos padrões de ocupação desse local. Assim, a partir do momento que foi reconhecida como avenida, a grande quantidade de edifícios construídos na Ipiranga caracterizam o processo que, de forma mais ampla, ficou conhecido como de “verticalização do centro”. Esse processo consistiu na concentração de muitas atividades centrais em uma reduzida extensão territorial e na instalação de atividades comerciais e de serviços que resultaram em uma nova configuração (“novo centro”). Esse “novo centro” se estabeleceu, sobretudo, como um lugar da elite que expulsou moradores de baixa renda, pessoas negras e o comércio popular, o qual se afastou para zonas afastadas.

Em 1940, por exemplo, a publicação de um decreto-lei³³ incidia diretamente sobre a Avenida Ipiranga, determinando altura mínima para construção de novos edifícios, além de estabelecer um incentivo à criação de espaços de fluidez e passagem em seus térreos, fazendo-os funcionar como áreas de circulação e permanência de determinados públicos pelas confeitarias, cafés, bares, restaurantes. Traduz, nesse sentido, um projeto urbano que atende aos interesses das chamadas classes dominantes, produzindo áreas desprovidas de qualquer infraestrutura para uns e áreas exclusivas, e por isso excludentes, para outros.

Desta forma, na “nova” Avenida Ipiranga foram inaugurados grandes edifícios, como o Italia (1965) e o Copan (1966), ainda hoje bastante conhecidos pela cidade. Também surgiram hotéis, bares, restaurantes e cinemas, que,

³³ Trata-se do Decreto-Lei no 41, de 03 de agosto de 1940, que determina o prolongamento da Av. Ipiranga e os padrões construtivos para os edifícios a serem nela construídos, estabelecendo parâmetros de verticalização até então inéditos na cidade (SANTORO, 2005).

aos poucos foram caracterizando a avenida como espaço de hospedagem, negócios, turismo e fluxos sociais e culturais variados. Não à toa, a abertura de cinemas na Avenida Ipiranga como o Cine Ipiranga (1943), Cine Marabá (1944) e o Cine Windson (1961) fez com que a região ficasse conhecida à época como Cinelândia Paulista. Santoro (2005) ressalta o fato desses equipamentos não serem necessariamente o motor do projeto de mudança da região, mas parte significativa dele, a medida que catalizam investimentos urbanos: “eles são consequência desses investimentos, como alargamento e abertura de vias, principalmente advindos do poder público” (SANTORO, 2005, p. 3). Nesse caso, a autora destaca como o cinema, desde o seu surgimento, esteve relacionado a projetos de transformação do modo de vida e na sociedade de São Paulo, como parte de um conjunto de equipamentos urbanos que representaram a ideia de progresso e modernização típica de novas práticas no cenário urbano. Os cinemas da região da Cinelândia, por exemplo, eram frequentados pela elite paulistana, que se vestia como em grandes eventos sociais e, até mesmo, se festejava os momentos de inauguração das salas, as mudanças e as novas tecnologias (SANTORO, 2005).

O mesmo é possível de ser observado no caso dos hotéis. O pesquisador Carlos Costa da Silva (2015) ressalta o quanto a hotelaria acompanha a construção e consolidação de áreas de negócios na cidade, à medida que reforça e facilita a concentração das pessoas em torno de determinados espaços. No caso de São Paulo, por exemplo, o chamado “*boom* hoteleiro”, que ocorreu entre os anos de 1930 e 1960 na região central, foi fundamental para sua consolidação como lugar do negócio e dos serviços à época. Não causa estranhamento, portanto, a migração do setor uma vez que foram criados novos centros pela cidade. Nesse sentido, retornando à fotografia inicial desse capítulo, do

Hotel Lider, datada de 1953, é possível reconhecer não apenas a origem dessa construção como parte do projeto definido para a região nesse período, mas também as transformações dos usos do referido edifício. Trata-se de resultado de um fluxo de negócios e de investimentos que se espalham para outros espaços da cidade.

O Estado ao conceber e planejar a Avenida Ipiranga (além das transformações realizadas na região) viabilizou a expansão material capitalista que reafirma a produção do espaço como negócio (CARLOS, 2007). As políticas públicas urbanas podem constantemente recriar lugares, o que ocorre, por exemplo, quando implodem alguns deles ou quando impõem a construção de outros. Contudo, é necessário observar a diversidade de efeitos desse processo como, por exemplo, a atração ou expulsão de parte da população. Afinal, essa dinâmica de deslocamento populacional também é consequência da concentração de investimentos e valorização de determinadas localidades:

a “gestão” ao privilegiar determinadas áreas da cidade - abrindo avenidas, destruindo bairros, fechando ruas, impedindo usos e determinando outros - implode a sociabilidade, desloca os habitantes, influencia a valorização/desvalorização dos bairros da cidade e acentua a desigualdade” (CARLOS, 2007, p. 15)

Historicamente, o crescimento oriundo da instalação das multinacionais também ampliação do setor da construção civil, gênese do capitalismo imobiliário, e de correntes migratórias que respondem pelo seu crescimento demográfico. Dessa forma, aos poucos, no âmbito do planejamento urbano, a regulação sobre a produção do espaço foi se transferindo cada vez mais do Estado para os grandes grupos econômicos privados (ALVAREZ, 2017). Assim, foi a passagem do capital industrial para o capital financeiro, isto é, a entrada de capital estrangeiro no

comando do processo de reprodução do espaço metropolitano que passou a configurar transformações no interior e no entorno da cidade (CARLOS, 2004). No caso de São Paulo, a emergência de reestruturações na economia capitalista exige, por exemplo, encontrar novos espaços para reprodução do capital financeiro e imobiliário. Esse fenômeno, quase sempre se traduz no espraiamento de grandes e novas rodovias, no surgimento de novos bairros residenciais no entorno do chamado centro da cidade, na criação dos subcentros e na expansão da região metropolitana.

Foi por meio desse modelo de criação de novos centros, que a partir do final dos anos de 1960, a tendência de expansão de negócios deslocou-se para a região da Avenida Paulista. O centro, então, perdeu o lugar como referência de sedes empresariais e negócios privados. Além disso, outros fatores como a mudança no sistema de transporte do bonde para os ônibus (MEYER, 1991) que acompanhou o crescimento da cidade interligando o centro a longas distâncias transformou praças em grandes terminais de transportes. Outro elemento importante desse processo é a própria situação política do país, sob a égide da ditadura militar, que, por exemplo, com o AI-5 – Ato Institucional n.5 – proíbe o agrupamento de pessoas em espaços públicos (NEVES, 2014). Ou seja, esses elementos corroboram com a transformação do que até então era um “novo” centro em lugar de passagem, com a permanência apenas de alguns serviços públicos e do comércio popular. Não obstante, isso foi acompanhado de aumento vertiginoso do uso de automóveis para acesso à região, de forma que nas imagens da Avenida Ipiranga apresentadas no início capítulo é possível perceber a presença do estacionamento de veículos como herança simbólica desse período.

O fato é que todo esse processo, guiado muitas vezes pela promoção midiática de São Paulo como grande centro

financeiro do país, acabou por escamotear a radicalização das desigualdades, das misérias e das injustiças. Afinal, a cidade que, ao mesmo tempo, ostenta luxuosos edifícios e shoppings centers, também produz regiões empobrecidas, precariedades das infraestruturas urbanas e serviços deficitários (SCARLATO; ALVES, 2018). Isso porque, por exemplo, à medida que se transforma determinada área urbana, quase sempre sob a justificativa de sua requalificação, se encarece os custos de vida dessa área. Desse modo determinadas parcelas da população acabam expulsas e se instituem novas paisagens e perfis sociais, em um processo conhecido como gentrificação³⁴ (LEITE, 2007).

Assim, sobretudo ao longo das décadas de 1980 a 2000, à medida que a concentração de investimentos se dissipou na constituição de novas centralidades (TOURINHO, 2006), mais a sudoeste da cidade, próximo às margens do rio Pinheiros, a área central foi transformada em uma região “decadente”, heterogênea e imprevisível. Por essas razões, o chamado “centro histórico” passou a ser considerada uma área perigosa e seus imóveis ociosos tornaram a região cada vez mais suscetível as práticas de especulação imobiliária. Essa narrativa acabou por justificar diversas intervenções e movimentos de revalorização imobiliária como tentativa de ressignificação do espaço do centro, o que se traduziu na tentativa de tornar a área atrativa para novos investimentos de capitais.

A desvalorização, enquanto fenômeno urbano, aparece como degradação e deterioração, acentuada em momentos de crise, mas que contém em si o movimento da revalorização a ser alcançado posteriormente. Em geral, esse movimento assenta-se sobre a produção de um novo uso, que se realiza pela produção de um novo lugar- com morfologia e estética

³⁴ A gentrificação foi um termo cunhado inicialmente por Ruth Glass em 1964, proveniente de uma teoria fundamentalmente marxista.

diferenciada do anterior, com novas condições de acessibilidade- que potencializa a especulação e é destinado às classes sociais de maiores rendimentos, bem como a atividades econômicas de maior rentabilidade (ALVAREZ, 2017, p. 71)

É preciso reconhecer que, nesse sentido, os projetos ou as intervenções urbanas ocorrem em regiões pré-determinadas, o que resulta, a longo prazo, na progressiva valorização imobiliária. Ou seja, esses projetos de intervenção existem muito mais como forma de colocar capitais em movimento do que, de fato, trazer melhorias significativas à população.

a lógica é que a produção do “novo” na cidade, ou a sua reprodução, constitua, antes de tudo, reprodução do capital. A literatura a respeito deste “novo urbanismo” ancorado em grandes projetos chamados de revitalização, de instalação de monumentos arquitetônicos, de equipamentos culturais e/ou esportivos, centros de turismo, revela que o processo conduz à seletividade dos investimentos e dos sujeitos que se quer atrair para estas áreas. (ALVAREZ, 2013, p 120).

Segundo o pesquisador Eduardo Alberto Cusce Nobre (2009) desde os anos 1960 há, por parte do poder público municipal, diferentes propostas de intervenções no centro da cidade: “planos, projetos e leis, alguns chegaram a ser implementados parcialmente, outros sequer saíram do papel” (NOBRE, 2009, p. 223). Ermínia Maricato (2015), por sua vez, ressalta que para compreender o fenômeno é necessário reconhecer no centro a existência de uma deflagrada luta de classes. Nos termos da autora, por exemplo, o mercado imobiliário até hoje não respondeu aos chamados dos diversos governos para investir na região, seja pelo tamanho reduzido dos terrenos (que impede modelos de construções comuns atualmente no Brasil como os empreendimentos-clubes de várias torres), seja pela presença

de diversos grupos sociais, incluindo os mais pobres. Tomando como exemplo o Projeto Nova Luz³⁵, anunciado em 2005, na gestão do então prefeito José Serra, Maricato reconhece a “ponta de lança” de uma enorme operação urbana. Isso poderia ser percebido na previsão de desapropriação de muitos imóveis e remembramentos de terrenos, com vistas a atrair novos investidores à região. Havia, contudo, um grande obstáculo: “os pobres que se apresentam sob a forma de moradores de cortiços, moradores de favelas, dependentes de droga, moradores de rua, vendedores ambulantes... Com eles ali, a taxa de lucro que pode ser obtida na venda de imóveis não compensa” (MARICATO, 2015, p. 60). O projeto acabou sendo arquivado em 2013, na gestão do então prefeito Fernando Haddad.

Interessa-me o destaque a região da área central que ficou popularmente conhecida como “Cracolândia³⁶”, em referência à ideia de uma “terra do crack”, que se situa entre as avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero e a Rua Mauá. Trata-se de uma região que começou a se constituir como local do “fluxo” de usuários de crack, embora eles não sejam os únicos a circularem pelo local³⁷, em meados dos anos de 1990. A dinâmica do local permanece como um problema até os dias atuais, resiliente

³⁵ O projeto consistia na revitalização da área popularmente conhecida como “Cracolândia”. Para isso previa desapropriações de imóveis na região, com a promessa de construção de um novo polo urbanístico e tecnológico para a cidade.

³⁶ Reconheço haver nessa expressão a tradução de representações estigmatizantes e preconceituosas sobre a região, reforçadas pela atuação de parte importante da mídia impressa e televisiva. Essas perspectivas sobre a região e, conforme apontam Frugoli Junior e Spaggiari (2010), desconsideram as diferentes formas de viver. Assim, esclareço que me posiciono de forma crítica e contrária à expressão e apenas faço referência a ela como forma de facilitar o reconhecimento da região por quem lê esse trabalho.

³⁷ Segundo a pesquisadora Tais Rodrigues Pereira Magalhães (2015) é fundamental reconhecermos que a região é constituída por pessoas que compram, vendem e fazem uso de crack, mas não só, como também adolescentes infratores, ex-presidiários, prostitutas, moradores de rua, etc.

as inúmeras tentativas de expulsão por parte do poder público.

Em artigo no qual buscam historicizar o surgimento da Cracolândia como um problema público, os pesquisadores Ygor Diego Alves e Pedro Paulo G. Ferreira (2021) enumeram as sucessivas ações na região e como elas estão relacionadas aos interesses do mercado imobiliário e aos apelos da mídia. Para os autores, a história da “Cracolândia” parece ter surgido como problema público com a concentração das chamadas “crianças de rua” que viram no crack possibilidade de substituição do uso entorpecente da cola de sapateiro. Com o tempo o uso de crack atingiu um enorme contingente de adultos e o estabelecimento na região um mercado lucrativo de drogas acabou por mobilizar atenção de agentes públicos de segurança. Assim, uma série de medidas violentas foram adotadas pelo poder público e permitiram a exposição de personalidades políticas na mídia.

Como resultados de inúmeras operações, denominadas pejorativamente como “Derruba Quarteirão”, “Sufoco”, “Tolerância Zero”, o fim da Cracolândia, que não chegou, foi anunciado em grandes ações midiáticas protagonizadas por prefeitos ao longo dos últimos anos. A violência dessas ações serviu, no entanto, muito mais para demonstrar a “força política” no sentido punitivo do termo. Além disso, o conjunto dessas ações ocorreu com intuito de valorizar o capital imobiliário. Seus efeitos mais práticos no que diz respeito ao cotidiano da região são limitados às mudanças diversas no perímetro de concentração dos usuários de droga, que só aumentaram ao longo dos anos. Vale assinalar, então, a longa tradição de tentar resolver o problema da região “pela força” em detrimento da opção de políticas públicas eficazes no atendimento, na redução de danos e na ressocialização dessas pessoas.

Fora isso, é fundamental considerar que, por mais dotados de “boas intenções” que pareçam, os discursos e tentativas de “requalificação” da Cracolândia desconsideram que a região não é um espaço vazio. Trata-se, pois, de uma região ocupada que, além dos dependentes químicos e do comércio ilegal de drogas, tem moradias e comércios populares. Nesse caso, as chamadas intervenções ou operações urbanas ao proporem desapropriação de imóveis e destruição de determinados espaços para construção de novos empreendimentos não respondem ao que fazer com quem ali reside e/ou trabalha. Nesse sentido, é possível afirmar que a consolidação dessa área como Cracolândia está longe de ter acontecido de forma orgânica, por meio de forças intrínsecas de permanência: ao contrário, esse processo manifesta os profundos desequilíbrios sociais e econômicos do país, os sentidos que as políticas públicas (ou a ausência delas) podem assumir e, mais, os impactos das pressões e ondas especulativas vindas, sobretudo dos grandes mercados imobiliários. No limite último, a consolidação da Cracolândia pode, portanto, ser compreendida como “projeto” do Estado em apoio a esses grandes mercados como perpetuação da dinâmica que intensifica a expropriação, a expulsão e exploração para viabilizar posterior revalorização da região. Afinal, enquanto os planos de investimentos das várias gestões municipais não emplacaram, a área tornou-se cada vez mais caracterizada pela ausência de serviços públicos, de manutenção urbana e de políticas sociais.

O caso da Cracolândia é bastante emblemático para essa tese, não somente por compor a região campo da pesquisa, mas especialmente por traduzir disputas e segregação que caracterizam a produção do centro da cidade. Além do mais, não me parece ser coincidência o fato de as crianças só terem sido consideradas ao longo de todo esse processo exatamente para caracterizar a origem do

fenômeno (aquelas que viviam nas ruas). No âmbito do planejamento do espaço central da cidade, a presença das crianças, historicamente, foi associada à imagem do abandono ou da desordem, como um problema a ser sanado (LEITE, M S. 2021). Assim, ainda que estivessem presentes (e estavam)³⁸, elas, de maneira geral, foram excluídas e desconsideradas no planejamento dessa área.

Essa forma adultocentrada de conceber e gestar a região central da cidade vem ao encontro do processo que ocorreu ao longo de todo século XX nas sociedades urbanas ocidentais, reconhecido como de institucionalização da infância (QVORTRUP, 2014). Assim, o espaço público da rua passou, cada vez, ser associado ao homem adulto, produtivo, enquanto o espaço doméstico, restringia-se como lugar das mulheres e, sobretudo, das crianças. Na região onde se encontra a Avenida Ipiranga, planejada para fluidez, alargada para passagem rápida dos veículos, para ser o lugar dos hotéis, dos bares, dos grandes edifícios o que caberia as crianças, desde bebês? Neste caso, faço o destaque, pois compreendo que os mesmos mecanismos característicos da disputa e da segregação do espaço com grupos de pessoas da região da Cracolândia, incidem sobre as crianças: trata-se de grupos sociais excluídos, resguardadas suas especificidades, exatamente porque não atendem aos interesses da cidade pensada como negócio.

De qualquer maneira, no caso específico da Avenida Ipiranga, por exemplo, os grandes e luxuosos cinemas, foram, aos poucos encerrando atividades, ficaram restritos à exibição de filmes eróticos e até mesmo foram transformados em igrejas evangélicas. Já os pequenos hotéis da região também não resistiram às grandes transformações do setor hoteleiro, que, desde os anos de 1970, com a

³⁸ A pesquisa de Maria Stello Leite (2021) buscou marcas das presenças das crianças no processo de urbanização de São Paulo a partir das imagens do fotógrafo Vincenzo Pastore. O seu trabalho de pesquisa evidencia, entre os anos de 1910 e 1920, a presença de crianças, incluindo bebês, nas ruas da região central da cidade.

crescente entrada de empresas multinacionais, passou a priorizar a hotelaria de luxo, única parcela do setor que conseguiu manter a expansão ao longo dos anos subsequentes, marcados pela recessão econômica do país (SILVA, C. C. 2015). Esse processo resultou em grandes edifícios vazios e inutilizados ao longo de seu curso.

Com essas observações em mente cabe, no entanto, uma ressalva. Muito embora a Avenida Ipiranga, enquanto parte importante do chamado centro da cidade, possa estar atualmente em condição considerada como “degradada”, sob ponto de vista físico ou estrutural, , ela, tal qual toda a região expandida conhecida como Cracolândia não está vazia. A região é, pois, “cheia de vida” e as ocupações realizadas por movimentos sociais ligados à luta pela moradia, nesse sentido, podem se constituir como representação dessa “vitalidade”. Para tratar disso, retorne-se ao edifício das fotografias iniciais.

Embora eu não tenha encontrado dados oficiais sobre o encerramento das atividades do Hotel Líder, apresentado na primeira imagem, foi possível observar informações sobre seu funcionamento em reportagens (NASSIF, 2012; SOARES, L. 2012) sobre a primeira ocupação do edifício por movimentos sociais, em 2011. Essas notícias dão conta que o prédio se encontrava em desuso por 7 anos, o que permite inferir que a interrupção das atividades hoteleiras data, pelo menos, de 2004.

Dados apresentados nessas reportagens indicam que o edifício localizado na Avenida Ipiranga, n. 908, foi pela primeira vez ocupado (em 2011) por grupo de 94 famílias que nele residiram durante 10 meses. Essa famílias acabaram despejadas por conta de ação de reintegração de posse que ocorreu em meados de 2012. Depois disso, na noite de 31 de outubro de 2016, o prédio foi novamente ocupado. Desta vez, o ato foi parte de protestos que ocorreram por toda cidade, os quais consistiram em acessos simultâneos a

prédios e terrenos com o objetivo de denunciar os imóveis desocupados. Também era parte dos objetivos do protestos denunciar as medidas de retirada de direitos da população mais pobre, com destaque para a PEC 241³⁹, à época em fase de aprovação no Congresso Nacional. Nesse caso, tratava-se de uma ocupação para fins de protesto, por um curto período de tempo e não necessariamente com finalidade habitativa. Na fotografia em destaque na reportagem feita nesse dia pela Agência Brasil o prédio, com vidros quebrados e paredes pichadas, indicando estar, de fato, em desuso, bandeiras do MMLJ, Movimento de Moradia na Luta por Justiça, indicam: “Jornada pelo Direito a cidade”, “Somos contra a PEC 241”, “Nenhum Direito a menos”.



Fotografia 3:
Fachada do edifício.
Avenida Ipiranga, 908.
Outubro de 2016.
Rovena Rosa
Fonte: Mello (2016)

³⁹ Também conhecida como a PEC do Teto de gastos, a Proposta de Emenda Constitucional foi uma iniciativa do governo Michel Temer que consistia no congelamento real de gastos públicos. Ou seja, por 20 anos, os gastos públicos só poderiam ser corrigidos pela inflação do ano anterior.

Por fim, na noite de 06 de outubro de 2018, o edifício foi mais uma vez ocupado, também por um grupo de famílias membras do Movimento de Moradia na Luta por Justiça, que ali residem até o momento de realização dessa pesquisa. Trata-se de famílias vindas da Ocupação Prestes Maia, cujo prédio havia sido comprado pelo governo municipal e começava a ser esvaziado para reforma e construção de apartamentos para moradia popular. Desta forma, a ocupação do prédio na Ipiranga teria caráter provisório, cumprindo a função de moradia das famílias, até que pudessem retornar ao prédio, agora reformado, onde era a Ocupação Prestes Maia. A “festa”, como é chamado o ato de ocupar os imóveis pelos movimentos, realizada nessa noite, deu origem a hoje conhecida “Ocupação Ipiranga” localizada no nº 908 da avenida de mesmo nome⁴⁰, como é possível de ser observada na segunda imagem disposta no início do capítulo.

Cabe ressaltar que ao longo da Avenida Ipiranga há outras ocupações de prédios realizadas por grupos de movimentos sociais para fins de moradia⁴¹, o que evidencia o fato alertado pela pesquisadora Gloria Alves (2006). Para Alves, as ocupações são responsáveis pelas transformações mais profundas ocorridas no centro da cidade nos últimos anos. Isso porque, segundo a autora, ao ocupar e reivindicar tal direito os movimentos sociais trazem a lume a disputa pela área central da cidade, que é bem provida de infraestrutura (água, luz, esgoto, transportes, comunicações, etc), mas subutilizada depois do expediente comercial e aos finais de semana. A atuação desses grupos ao mesmo tempo que denuncia a necessidade de construção de aproximadamente 358 mil novas moradias, para zerar o déficit habitacional da

⁴⁰ Em reportagem realizada por Arthur Stabile e Daniel Arroyo (2018) é possível acompanhar vídeos, imagens e depoimentos da ação realizada nesse dia.

⁴¹ Um deles localizado quase em frente à Ocupação Ipiranga, no conhecido Edifício Jafet, localizado no número 879.

cidade⁴², exigem o reconhecimento formal da necessidade de criação de habitação de interesse social (HIS) na área central. Esse reconhecimento, todavia, não ocorre sem a oposição de defensores da ideia de que a moradia nessa região deve ser voltada à população de média ou alta renda, que consiga custear a paisagem e a manutenção adequada dos edifícios.

O pesquisador Bruno Avellar Alves de Lima (2019) analisa as políticas e programas implementados com vistas à promoção de habitação social por meio da reabilitação de edifícios vazios no centro de São Paulo entre os anos de 2009 e 2016. Em seu trabalho, o edifício da Ocupação Ipiranga aparece como empreendimento viabilizado, isso é, contemplado pelo Programa Renova Centro⁴³ para produção de habitação de interesse social ou moradia popular, com processo de desapropriação em andamento e com previsão de construção de 52 unidades de moradia. Cabe destacar que o Programa Renova Centro tem como gestão técnica a COHAB-SP que, ainda em 2016, comprou o edifício em questão pelo valor de R\$ 3,5 milhões (Plano Municipal de Habitação, 2016).

Importante ressaltar que, de acordo com esse registro, quando ocupado em 2018, o prédio já estava contemplado pelo Programa Renova Centro e já havia sido comprado pela COHAB-SP. Por essa razão, em perspectiva afim ao apontado anteriormente por Gloria Alves (2006), é possível afirmar que ocupar é também forma de acompanhar e pressionar o poder público a efetivar as obras previstas para o edifício, que, no entanto, se encontram paradas até o momento em que essa pesquisa foi realizada.

Aliás, sobre o período de realização da pesquisa, em especial aos anos de 2021 e 2022, interessa-me ainda alguns

⁴² Segundo dados do Plano Municipal de Habitação (2016).

⁴³ O Programa Renova Centro foi instituído pelo Decreto nº 52.942 de 24 de janeiro de 2012. Foi criado pela Prefeitura do Município de São Paulo e gerido pela COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

destaques. Ao mesmo tempo que observa-se a inércia governamental com relação às reformas dos edifícios na cidade, foi possível acompanhar mais uma obra de requalificação na Avenida Ipiranga, dessa vez com foco no cruzamento com a Avenida São João, a poucos metros da Ocupação. A obra, denominada Projeto Esquina Histórica, prevê a reforma de calçadas e de travessias de pedestres, restauração dos postes ornamentais de iluminação, novas placas de identificação das ruas, ordenamento da fiação elétrica aérea, e recapeamento asfáltico, mais uma vez com a justificativa de contribuição para “requalificação” da região central (PREFEITURA, 2022).

Ao longo desse período, especialmente entre os meses de março e abril de 2022, ocorreram também inúmeras intervenções na região da Cracolândia. O atual prefeito da cidade de São Paulo, Ricardo Nunes, tal qual fizeram muitos de seus antecessores, chegou a ir a público anunciar o seu fim (ROLNIK, 2022). Na prática, as ações violentas contra usuários de drogas e os despejos de moradores de pensões e ocupações precárias na região fizeram com que usuários e dependentes químicos se espalhassem pelo centro da cidade, ora ocupando a Praça Julio Prestes, ora a Praça Princesa Isabel e ruas adjacentes. Para a pesquisadora Raquel Rolnik (2022), mais uma vez se passa longe de resolver a complexa questão social, de saúde mental e também urbanística, que aflige a região. Para ela, os dependentes químicos somam-se ao enorme contingente de pessoas sem direitos sociais garantidos, que ocupam a cidade e são verdadeiros refugiados urbanos. Trata-se de pessoas que continuarão nesse estado permanente de transitoriedade e sujeitos à remoção e expulsão enquanto não houver política pública à altura da complexidade da questão que, no entanto, tem em seu cerne a falta da moradia.

Também no período de realização da pesquisa, precisamente em setembro de 2022, foi sancionada a Lei n.

17.844 (SÃO PAULO, 2022), que aprova o PIU – Projeto de Intervenção urbana Setor Central –, com mais uma promessa do poder público de incentivo à valorização do centro e construção de moradias populares. Para Rolnik et al (2022) trata-se, no entanto, de mais um projeto de promoção imobiliária que disponibiliza terra sem contrapartidas e sem a garantia de retomada de recursos para transformação da região em território popular. Afinal, o cerne do projeto estaria no estímulo à produção habitacional de mercado que desconsidera as necessidades da população heterogênea já presente na região, em edifícios, cortiços, pensões, assim como as pessoas em situação de rua. Além disso, a lei acaba por incentivar e subsidiar demolições, na contramão de um plano de reabilitação dessa área da cidade, caracterizada por uma intensa densidade patrimonial, cultural e histórica. Nesse sentido, trata-se, mais uma vez, da promulgação de um ordenamento legal

para abrir uma frente para o complexo imobiliário financeiro, por meio da chamada solução final: eliminar física e materialmente as formas de vida (e dos espaços que as abrigam) que não cabem no modelo de cidade definida por e para os desejos de rentabilidade dos capitais que nele desejam investir (ROLNIK et al., 2022)

Essa breve retomada da história do prédio da Ocupação, da avenida Ipiranga e da região onde está localizada buscou destacar transformações ocorridas no âmbito da técnica e da racionalidade por agentes, como o Estado e o setor produtivo privado, diretamente implicados na produção desse espaço (LEFEBVRE, 2006). O objetivo dessa retomada histórica não é apenas situar quem lê essa tese sobre o campo da pesquisa, mas também evidenciar essa produção como parte de um projeto mais amplo de cidade. Trata-se, pois, de questionar a ênfase comumente dada a essa dimensão, apresentada socialmente como consensual e único caminho possível para se encontrar soluções a questões

postas em determinados espaços. Como foi demonstrado, esse é um processo que escamoteia contradições e não resolve, do ponto de vista técnico, diversos dos seus problemas. Por isso, ainda que fundamental, é necessário reconhecer que a dimensão do concebido não pode e não deve se sobrepor às outras dimensões do espaço. Além do mais, diante do proposto por essa tese, cabe o destaque à ausência das crianças, desde bebês, nessa dimensão. Essa ausência não significa que elas não existam ou não ocupem essa região da cidade, mas que constituem um grupo social excluído, desconsiderado sob esse ponto de vista, exatamente porque suas formas de ser e estar socialmente na cidade não atendem aos interesses daqueles que as vêem como negócio.

CAPÍTULO 2

DE “CORPO BIOLÓGICO” À ATOR E SUJEITO DE DIREITO: considerações sobre o bebê “concebido”

Utilizo a expressão “bebê concebido” com o forma de me referir às muitas concepções de bebês que historicamente foram projetadas e apresentadas a partir de pesquisas desenvolvidas em diferentes áreas de conhecimento. Esse processo gerou concepções diversas, destacando-se a majoritária que enxerga o bebê como proveniente de características universais a cada faixa etária.

Embora pensadores e filósofos desde a Antiguidade já tenham ressaltado os primeiros anos de vida como importantes para formação posterior do indivíduo, e, ao longo do século XVIII encontra-se a existência de cuidados com os bebês em asilos e casas de roda, pautados sobretudo em discursos médicos e higienistas, a ciência moderna só começou a se interessar pelos bebês em meados do século XIX (SIMÕES, 2022). Foi nesse momento que os bebês passaram efetivamente a ser considerados objetos de estudos das Ciências da Saúde, em especial da Medicina, da Pediatria e da Psicologia, sobretudo atreladas as estruturas sociais e políticas ocidentais. Nelas, bebês eram considerados meio de mudanças nas famílias rumo à civilização, foco de interesse do Estado, restritos à esfera privada sob a difusão da imagem de fragilidade e, por isso, deveriam ser cuidados especialmente pelas mulheres, responsáveis por seguirem as determinações de médicos, educadores e religiosos (considerados especialistas na educação de seus/suas filhos/filhas). Essas pesquisas, que raramente contemplaram povos indígenas ou comunidades camponesas latino-americanas, constituíram-se como “porta-vozes” de valores eurocêntricos de famílias e de infância (DE GRANDE; REMORINI, 2019), e assim, contribuíram para construção e

manutenção da ideia do bebê como um corpo biológico (CUZZIOL, 2013) dependente, indefeso, incapaz, frágil e caracterizado pelas necessidades vitais. Nessa perspectiva, a visão sobre o desenvolvimento infantil era universal, com características determinadas pelas idades e etapas de desenvolvimento.

No Brasil, durante muitos anos, a Psicologia foi a área predominante de desenvolvimento de pesquisas sobre bebês e pode ser considerada, portanto, responsável pela manutenção dessa ideia deles como “corpos biológicos”. Contudo, nos últimos anos, esse campo do conhecimento também tem apresentado pesquisas que consideram os bebês em seus diversos contextos sócio-históricos-culturais. Surgiram, assim, análises que rompem com ideias generalistas e universais, de modo a apresentar indicativos para se pensar a forma como diferentes grupos sociais definem e realizam práticas sociais com bebês (CARVALHO, 2019; MOURA, 2017; ALMEIDA, 2017; SILVA, A C O. 2016; ARAÚJO, 2013).

Ainda assim, pesquisas que investigaram concepções, sentidos e os discursos constituídos sobre bebês para diferentes grupos sociais, apontam a predominância de uma imagem de bebê frágil, imatura e dependente dos adultos. Os bebês são geralmente diferenciados das chamadas crianças pequenas pela classificação etária (acima de 2 anos seriam considerados crianças pequenas), assim como também pela competência de andar, falar e se comunicar melhor com adultos (SANTOS, 2012; SANTOS, A C. 2015; SILVA, M L. 2014; TORRES, 2013). Os resultados ainda indicam a prevalência da associação dos/das bebês aos espaços privados, em especial aos domésticos, e à imagem da creche como um espaço de cuidado destinado apenas às famílias que não contam com alternativas para seus cuidados.

Já as pesquisas sobre bebês na área da Educação, que tem aumentado nos últimos anos no país⁴⁴, apesar de estarem quase sempre restritas às instituições, em especial as creches conforme já citado, evidenciam capacidades interativas e comunicativas dos bebês. Essas capacidades ocorrem em meio as relações tecidas com eles, mostrando, desta forma, possibilidades diversas de ação e participação em seus contextos de vida (CAMERA, 2006; CUZZIOL, 2013; COUTINHO, 2010; SILVA, L. A. 2015; MUNIZ, 2017; SILVA, M. V. 2017; PEREIRA, R. F. 2015; CASTELLI, 2015; LÖFFLER, 2019; GUIMARÃES, 2008; SCHMITT, 2008).

Tais investigações pautaram-se quase sempre nas contribuições teóricas e metodológicas de áreas das Ciências Sociais, em especial, da Sociologia da Infância e da Antropologia da Criança, o que me levou a também retomá-las nesse processo de revisão. Observo como, de fato, os bebês não se constituíram como objeto de interesse das teorias sociais clássicas que, no geral, por muito tempo referiram-se às crianças com foco em seus processos de socialização, desconsiderando quaisquer possibilidades de ação ou interferências na estrutura social. Não causa estranhamento, portanto, certo desinteresse pelos momentos

⁴⁴ Apenas para ilustrar, na busca por pesquisas a partir do descritor “bebês” e do período entre 1999 e 2019 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2019), é possível ainda observar predominância de produções da área da Psicologia, mas também um aumento significativo daquelas produzidas na área da Educação. Vimos aumentar de 03, em 1999, para 32, em 2019, o número de pesquisas da área da Educação dispostas no banco e que apresentam como um de seus descritores a palavra “bebês”. Muitas são as hipóteses possíveis de serem levantadas no sentido de compreender estes números. Uma delas refere-se aos referenciais legais, em especial a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que reconhece a creche, destinada às crianças de 0 a 3 anos, como primeira etapa da Educação Básica. Cabe ressaltar que no ano de 1996, encontramos no campo da educação, apenas 1 trabalho a partir do descritor “bebês”. Marcia Vanessa Silva (2017) levanta a hipótese desse aumento de interesse pelos/as bebês na área da Educação estar associado à promulgação das Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Infantil (2009) e dos documentos Práticas Cotidianas na Educação Infantil (2010) e o Pareceres CNE/CEB 20/2009 que, segundo a autora, explicitam novos desafios e demandas para a área, em especial no que diz respeito ao cuidado e educação de bebês e crianças pequenas, exigindo estudos e pesquisas que os contemplem.

iniciais de suas vidas. No campo da Antropologia, por exemplo, como destaca Cohn (2005), historicamente os bebês foram contemplados nas pesquisas de forma “acidental” e não como categoria central de análise.

Ao se referirem às crianças, de maneira geral, um ponto de partida importante para muitas dessas pesquisas foi dado pelo historiador Phillippe Ariès (1981) ao demonstrar o surgimento do que chamou de sentimento de infância. Esse processo ocorreu na Europa, entre os séculos XVII e XVIII, e incidiu em uma diferenciação entre as atividades sociais de crianças e adultos. Essa dinâmica de diferenciação justamente acompanhava as transformações econômicas e sociais ocorridas à época. Essa ideia de infância nasceu prioritariamente a partir da difusão de novos pensamentos e condutas da Igreja Católica que impulsionam novas imagens de crianças em determinados grupos sociais. Essas novas imagens estavam associadas à do menino Jesus ou dos “anjos sagrados” e divinos, dotados com alma. Essa concepção de indivíduo, de certa forma, colocou as crianças, incluindo os bebês, como alvo do controle familiar, na medida em que precisavam ser protegidos e cuidados pelos adultos, subscrevendo-as aos espaços privados e restringindo sua participação nos espaços sociais.

Desde então, novos estudos da criança e da infância agregaram novas visões a ideias já presentes nas escolas de pensamento sociológico e inauguram, nos anos 80, um movimento que resultou no chamado “novo paradigma da infância” (JAMES; PROUT, 1990). A partir disso foi possível acompanhar avanços constantes no que tange à compreensão dos conceitos de infância e criança a partir da perspectiva social. A infância, por muitos anos definida por uma concepção universal e estágio preparatório, passou a ser compreendida como categoria geracional da estrutura social, construída sócio-histórica e culturalmente. Ou seja, as crianças passaram a ser consideradas como sujeitos

competentes, atores sociais e produtoras de culturas. Apesar da Sociologia da Infância não tratar especificamente de bebês e não possuir um consenso acerca de seus constructos teóricos e metodológicos, as suas discussões permitiram às pesquisas reconhecerem os bebês como atores ou sujeitos capazes de agirem socialmente, interagirem e se comunicarem, conforme é possível observar naquelas realizadas no campo da Educação, por exemplo.

O mesmo ocorre com o campo da Antropologia, conforme destaca Cohn (2005). Segundo a autora, historicamente, no campo da Antropologia, a criança foi marginalizada, não sendo considerada nem relevante, nem importante para ser pesquisada. Estudá-la, portanto, foi se constituindo um desafio para a área, em especial devido à dificuldade em reconhecê-la como objeto legítimo de estudo. Ou seja, ainda que as crianças tenham sido contempladas nas pesquisas das clássicas escolas antropológicas, elas aparecem de forma “acidental” e não como categoria central de análise. Ainda assim, para Ferreira e Nunes (2014) a presença das crianças e da infância em muitas pesquisas desenvolvidas no âmbito da Antropologia configurou uma espécie de plataforma que serviu de alicerce a novas conceituações, antes mesmo da eclosão de conceituar mais formalizadas sobre o tema.

Nesse caso, especificamente sobre bebês, destaco os importantes trabalhos de Mead: *Balinese character: a photographic analysis* (1942), e *Growth and culture: a photographic study of Balinese childhood* (1951) (Cf. MENDONÇA, 2010). Mead buscou compreender o significado de ser criança em outras realidades socioculturais e apresentou elementos importantes para pesquisas com bebês. De certa forma, isso significou a inauguração de um modo de estudá-los, com observação e participação contínua em seu dia a dia. Mead evidenciou ainda como cada cultura cria, a seu modo, as tessituras sociais, lugares e papéis sociais dos sujeitos,

demonstrando a existência de diversidades e regularidades em torno dos/das bebês e de suas experiências em contextos culturais particulares (Cf. MENDONÇA, 2010).

Entre as décadas de 70 e 90, Gottlieb (2012) também desenvolveu uma importante pesquisa sobre a cultura dos recém-nascidos no oeste da África, mais precisamente com os bebês Beng, da Costa do Marfim. Em seu trabalho, a pesquisadora desafia a suposição de existência de um padrão universal, visando apresentar um modelo alternativo de bebê, que é construído pela cultura. Sua investigação também apresenta importantes questões sobre metodologia e em destaque a defesa da construção de uma “Antropologia de bebês” e de seus cuidadores, com elementos fundamentais para se pensar as relações entre estrutura, ação e agência e a própria ideia de bebês.

Gottlieb defende que os bebês, ainda que dependentes de outros, contribuem ativamente com as pessoas em seu entorno e nesta relação há possibilidades de entender a vida social em geral. “Se prestarmos atenção suficiente às ideologias nativas com relação aos bebês, bem como às suas vidas diárias, eles podem nos levar em direção à avaliação equilibrada entre estrutura e ação que muitos de nós almejam” (GOTTLIEB, 2012, p. 113). Tal discussão endossa o que tem sido defendido por outros/as pesquisadores/as que, de certa forma, estruturam uma virada no campo dos estudos antropológicos ao buscarem novas formulações para se compreender as crianças (ainda que poucos/as tratem especificamente sobre bebês, tal qual faz Gottlieb). Segundo a antropóloga, as decisões daqueles envolvidos com os cuidados dos/das bebês tomadas a partir da própria rotina estabelecida por eles/elas, por exemplo, constituem-se como um importante indicativo de que os bebês estão longe de ser sem opinião ou de não causar impacto no mundo, são agentes:

Os Beng adultos afirmavam que os bebês são reencarnações de seus ancestrais e, dessa forma, nos primeiros anos de suas vidas, lembram com saudades de suas existências prévias. O dever maior dos pais Beng é o de discernir (por meio de adivinhos) quais os desejos que os bebês supostamente trouxeram de suas encarnações anteriores, para então atendê-los (GÖTTLIEB, 2009, p. 321).

De maneira geral, a discussão sobre a agência das crianças é bastante complexa e, no geral, ocorre em torno das noções de ação social, ator social e sujeito (JAMES; PROUT, 2015). Assim, as crianças como atores sociais, são sujeitos ativos na construção de suas vidas. No entanto, o pressuposto de intervenção na realidade como base da ideia da agência é muitas vezes questionado quando relacionada a elas, sob a justificativa de que essa forma de analisar suas ações sociais é marcada por uma racionalidade adulta, que supõe um grau de autonomia e liberdade nem sempre verificada quando se refere a esse grupo geracional (GOUVEA, CARVALHO, SILVA, 2021). Para Gouvea, Carvalho e Silva (2021), ainda que submetidas ao controle adulto, crianças revelam agência em suas experiências individuais e coletivas, mas compreender isso exige muito mais do que transposição direta desses conceitos. Elas, sob determinadas condições, são agentes de transformação, mas não com a mesma autonomia dos adultos, já que há hierarquias geracionais que não podem ser desconsideradas. Nesse sentido a agência pode ser traduzida em um processo de negociação que produz diferenças nas relações ou que incidem em tomada de decisões resultantes a partir delas. Essa concepção permite aproximar a ideia de agência dos bebês ao identificado por Angela Nunes (2003) em suas pesquisas com as crianças na aldeia Xavante: para a pesquisadora, ainda que muitas vezes não haja “consciência” do que provocam e não tenham ideia do que seja

participação social, na prática, suas ações provocam impacto na sociedade.

Destaco ainda a contribuição apresentada por Alex Orrmalm (2021) que diz respeito às relações estabelecidas pelos e pelas bebês em seus cotidianos, também a partir de suas materialidades. Para ela, é fundamental compreender a participação dos e das bebês como um processo relacional que vai além do foco dado à capacidade deles e delas interagirem com as pessoas próximas ou seus/suas cuidadores/as. Neste sentido, Orrmalm propõe reconhecer os efeitos da participação dos/das bebês por meio de suas práticas corporais, assim como pelos objetos que escolhem se envolver no cotidiano, para além do oferecido/disponibilizado pelos seus/suas cuidadores/as, ampliando o olhar para seus engajamentos, movimentos e participação no mundo.

Retomo também discussões mais amplas, e por vezes interdisciplinares, que apontam para a importância de considerar esses lugares sociais ocupados pelos bebês (ROSEMBERG, 2012, 2015; SANTOS, A. C. 2012; SANTOS, C. P. 2015; SILVA, M. L. 2014; TORRES, 2013) associando-os ao ordenamento político e jurídico que incidem diretamente sobre suas vidas (RIZZINI; PILOTTI, 2009). Nesse caso, é imprescindível reconhecer que políticas sociais não são neutras, pois refletem um processo histórico e contextual, construídos a partir de múltiplas relações de forças, de projetos sociais e interesses diversos postos em determinada circunstância.

As pesquisadoras Danyelen Pereira Lima e Marisa A.D. Demarzo (2019), por exemplo, buscaram compreender como a ideia de bebê é construída, por meio dos ditos e não ditos, naquelas que consideram ser as principais leis da infância do país. Elas partiram da Lei Rio Branco, conhecida como Lei do Ventre Livre, que assinada em 1871 previa a liberdade de todas as crianças negras nascidas de mãe

escravizadas. Essas crianças consideradas livres, no entanto, seriam submetidas aos cuidados do seu senhor até a idade de 8 anos, quando esse podia escolher ficar com ela, utilizando-se de sua força de trabalho, ou receber uma indenização do Estado pelos gastos de seu sustento inicial e encaminhar a criança à uma instituição. Nesse caso, afirmam elas, “antes de serem vistos como bebês, antes de serem vistas como crianças, eram escravizados” (LIMA; DEMARZO, 2019, p. 196).

No Código Mello Mattos, conhecido como Código de Menores, publicada em 1927, tendo como base um discurso de duas infâncias, uma em perigo, outra perigosa, os bebês, considerados “creanças da primeira idade”, eram aqueles que deveriam estar sob constante vigilância em suas casas. Eles deveriam ser protegidos e cuidados especialmente por suas mães, recebendo educação adequada, preventiva da criminalidade, sob uma perspectiva médico higienista (LIMA; DEMARZO, 2019). Em 1979, oficializou-se o segundo Código de Menores do Brasil, que retiram as “crianças pequenas” da condição de perigo potencial. Segundo a pesquisadora Fulvia Rosemberg (1987), o real motivo dessa exclusão é o entendimento pelo Estado de que as crianças até os 6 anos não apresentavam perigo real à sociedade, já que a criminalidade estaria associada às mais velhas.

De forma ampla, as crianças, só foram reconhecidas como sujeitos plenos de direitos em 1988. Assim, as posições na Constituição Federal serviram de base para discussão sobre os Direitos das Crianças justamente no contexto da realização da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989). Esse processo culminou na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). Embora representem um marco importante na história da legislação brasileira, tais leis não fazem referências

às especificidades do ser bebê, incluindo-o no grupo de crianças. Além disso, na prática, esse arranjo jurídico não significa a garantia plena de direitos sociais mínimos a todos eles.

Segundo as pesquisadoras Rosemberg e Mariano (2010), nesse caso, torna-se imprescindível reconhecer as relações de idade como categoria analítica útil para se compreender a produção e sustentação das desigualdades sociais. Trata-se, pois, de entender a delimitação das etapas de vida como construção social que, no ocidente, hierarquiza idades e acaba por valorizar o padrão adulto (e masculino), ligado à produção de riquezas e não à reprodução da vida. Por essa razão, os bebês constituem um tempo de vida social discriminado pela sociedade, na gestão e nas políticas públicas (ROSEMBERG, 2012; 2015).

Por fim, considero fundamental ressaltar que esse breve panorama, longe de se constituir como um estado da arte, buscou sistematizar contribuições teóricas sobre bebês nas diversas áreas de conhecimento. Esse levantamento apontou também implicações adotadas nas políticas públicas no Brasil, configurando o que chamei de “bebê concebido”. Mais do que simplesmente apresentá-las busquei evidenciar questões que, embora histórica e socialmente construídas, muitas vezes nos parecem naturalizadas. No mais, ao longo da tese, interessou-me considerar como essa agenda científica e política incide sobre as representações e sobre as práticas que se desdobram com bebês nos dias de hoje. Com essas observações em mente, é possível observar que a definição de bebê pode ser científica-política, mas também pode ser diversa ou compor uma pequena parte de um conjunto de representações, imagens e práticas que diferentes grupos sociais podem construir sobre eles. No caso desse trabalho, interessa pensar como as diferentes definições de bebês se relacionam a práticas e representações que se dão com e sobre os bebês da Ocupação Ipiranga.

PARTRIEZ



Fotografia 4:
Corredor do
1º andar
Fonte: Arquivo
peçoal da autora

CAPÍTULO 3

“PODE ENTRAR, FICA À VONTADE E NÃO REPARA A BAGUNÇA”:

com os pés no campo

A rua indica um outro tempo... era hora de voltar ao campo, depois de tanto tempo isoladas e impedidas de seguir com nossas rotinas, devido à pandemia. Depois de algumas conversas com a Marcia, sobre em qual das ocupações seguir, decidimos tentar a Ocupação Ipiranga, sobretudo porque lá tínhamos o intermédio da Dona Vera, com quem mantínhamos contato, e que já foi coordenadora. Na verdade, a continuidade da minha pesquisa depende também da presença de bebês nas ocupações, já que aqueles primeiros, que conheci na ocupação Mauá já estavam maiores, ou haviam se mudado durante o tempo em que estivemos afastadas do campo. Combino pelo WhatsApp retomar as conversas com a Dona Vera. “Venha e se apresente como minha visita. Traga seus documentos e mostre na portaria”, me disse ela via aplicativo. Por dias fiquei pensando sobre o que ela quis dizer sobre ser sua visita, sobre como deveria me comportar, o que vestir, o que e como falar sobre a pesquisa. Isso porque eu sabia que para ganhar acesso, permanecer e construir relações com o “Outro”, nesse caso as/os moradoras/es da Ocupação, interlocutoras/es da pesquisa, exigiria de mim um trabalho cuidadoso e sobretudo paciente em campo. Assim, hoje saí de casa por volta das 13:00 e na rua, conforme fui me aproximando do centro da cidade, me deparo com o camelô que oferece “protetor para carteirinha de vacinação” por 1,00. Há aquelas mais “sofisticadas”, mais resistentes e que prometem proteger mais, por 5,00. Aproveito a volta aos metrô da cidade e compro a minha, convencida pela persuasão do vendedor, mas também na esperança de que aos poucos possa retomar algumas das atividades com meu comprovante

em riste” (Excerto do caderno de campo, 05 de outubro de 2021)

Esse relato refere-se ao dia que retornei ao campo, após 1 ano e 7 meses de distanciamento social imposto pela pandemia, e efetivamente iniciei a construção dos dados dessa pesquisa. Isso porque conforme já mencionado, entre julho de 2018 a março de 2020, eu já havia estado em algumas ocupações no centro da cidade por conta de atividades do grupo de pesquisa. De qualquer maneira, nesse dia, a venda da carteirinha de proteção do comprovante de vacinação, me pareceu indicar a chegada de um “outro tempo”. Algo análogo pode ser dito do meu processo de investigação, já que aquele dia foi, de maneira simbólica, também um marco para essa pesquisa, já que tomei consciência das diversas camadas que compunha a inserção no campo. Muito embora esta seja uma tese que tenha se proposto pesquisar bebês de uma Ocupação, o campo não se resumiu a uma atividade circunscrita ao interior do seu prédio. Ao contrário, aos poucos fui percebendo como o trabalho de campo começava antes de sair da minha casa, quando me preparava para sair, escolhia roupas, conferia o documento que seria apresentado para acessar o prédio, separava instrumentos de registro, buscava onde guardar meus pertences de maneira segura para estar no centro da cidade (ou em um dos seus centros)⁴⁵. Esse “ritual”, que se repetiu ao longo de todo o trabalho não só o compõe, mas me constitui, produz memórias e me transforma em pesquisadora na medida em que a partir disso estabeleci relações e me deparei com diferentes grupos que alteram, coexistem e produzem a cidade.

⁴⁵ Ressalto que, como um espaço de deflagrada luta de classes, o centro da cidade é caracterizado por violências de diversas ordens. É nele, por exemplo, que estão concentrados 15% dos casos de roubos/furtos de celulares da cidade (ANJOS, 2023). Além disso, as atividades em campo ocorreram em período de muitas intervenções violentas do Estado na região (sobretudo na região conhecida por Cracolândia), o que intensificava a sensação de insegurança e, por isso, a necessidade de buscar uma forma segura para guardar os pertences.

A distância da minha casa, de onde geralmente saí para ir ao campo, para a Avenida Ipiranga é de aproximadamente 12 km. O tempo para realizar esse percurso varia de acordo com o transporte utilizado, o dia da semana e horário. O metrô foi o meio de transporte mais utilizado por mim para chegar à Ocupação, não somente por ser o mais rápido, mas também por me possibilitar conhecer a cidade sob esse ponto de vista. Partir da Estação Parada Inglesa, na zona norte da cidade, descer na Estação República do metrô e subir suas escadas rolantes rumo à Praça da República, me colocava frente a um cenário bastante peculiar: significava sair de um bairro fundamentalmente residencial para acessar outro, do comércio, dos negócios, do trânsito rápido de pedestres. Nesse sentido, descer na praça era algo como passar por um portal que me proporcionava, a cada dia, experiências diversas com a cidade. À paisagem da região, composta por bancos, coreto, lago, o suntuoso prédio da Secretaria Estadual de Educação se somava a presença de inúmeros vendedores ambulantes, muitos deles imigrantes, que conferiam a esse pedaço paulistano uma das maiores concentrações de comércio popular da cidade. Uma feirinha de artesanato, barracas de frutas, barracas de comidas, venda de carteiras de vacinação, brinquedos, carteiras, guarda-chuvas, ao mesmo tempo em que povoavam o cenário com sons e cores destoantes, demonstravam a precariedade do trabalho executado, a perda de renda e o alto índice de desemprego que assolava o país naquela altura.

Da estação ao prédio da Ocupação a distância é de aproximadamente 400m, feito a pé, caminhando pela Avenida Ipiranga. Esse trecho é um dos tantos realizados ao longo da pesquisa, pois caminhar, andar, perambular e observar foram práticas importantes que possibilitaram reconhecer ações, sensações, tempos, ritmos e também “ver

como a vida do habitante é petrificada de sensações muito imediatas e de ações interrompidas” (CARLOS, 2007, p.18).

Poucas vezes optei em ir com meu carro. Isso ocorreu quase sempre quando precisei levar algum material para as oficinas ou quando precisei chegar muito cedo para acompanhar os bebês até as creches (alguns dias cheguei à Ipiranga as 6:00 da manhã, o que demandava sair de casa um pouco antes das 5:00, considerando o trânsito da cidade). Nesses dias, deixei meu carro no estacionamento localizado ao lado do prédio, o que me possibilitou ficar conhecida pelos seus funcionários. Esses funcionários acabavam me ajudando com sacolas, caixas e me contavam também das suas experiências com o entorno: “Eu já vi tudo de ruim que você possa imaginar acontecer aqui, minha filha”, me disse uma vez um dos funcionários, vigia noturno do estabelecimento. O que seria “tudo de ruim”? Ao buscar e encontrar os bebês, fiquei me perguntando sobre o “tudo de ruim” que os envolve nessa região. Infiro, que talvez encontra-se na enorme miséria que tem assolado a cidade de São Paulo (e não só) e seus moradores. Também é possível imaginar que o termo se refira à exibição crua e dura de gestões políticas que, embora democraticamente eleitas, têm como finalidades governar para alguns e deixar tantas outras pessoas vendo e protagonizando “tudo de ruim que é possível acontecer”.

Além do estacionamento, ao lado do prédio da Ocupação há um pequeno bar, onde também se realizam jogos do bicho, uma academia, um grande estabelecimento com passagem para a famosa Galeria do Rock e bem em frente à sua porta, um ponto de ônibus. Por se tratar de uma avenida, há um fluxo intenso de carros e ônibus e muito barulho de motores e buzinas produzido. Entretanto, a depender do horário, nas proximidades do prédio da Ocupação é possível encontrar suas moradoras e crianças na calçada, conversando, brincando, andando de bicicleta. Por

isso, muitas vezes a calçada, como extensão do prédio, foi um lugar de encontro, onde conversei com as moradoras, adultas e crianças, constituindo-se, nesse sentido, um importante ponto de observação etnográfica das relações da Ocupação.

Para entrar no prédio da Ipiranga é necessário obter autorização, apresentando-se à funcionária da portaria, entregando documento de identificação. O acesso se faz a partir da passagem por uma porta de ferro, cujo som de acionamento me fazia perceber: estou dentro. Graciele, Dona Maria, Sasha e Cinthia, moradoras e coordenadoras da Ipiranga, se revezavam no trabalho na portaria. Como a entrada e saída de pessoas é constante, elas passavam parte do tempo ali acionando o botão de acesso ao prédio e também acompanhavam pelas câmeras de segurança a movimentação da rua. Aos poucos, à medida que foram me conhecendo, deixaram de pedir meu documento e a portaria também deixou de ser apenas um lugar de passagem para mim. Na portaria e no pequeno hall da entrada, as moradoras paravam para conversar sobre os filhos, sobre a escola, sobre o trabalho, sobre os fatos ocorridos no entorno, sobre problemas estruturais do prédio, sobre vizinhos.

Ressalto que estive na Ocupação Ipiranga em diferentes dias e horários ao longo da semana, dependendo da disponibilidade das famílias. Por essa razão, as visitas ocorreram em dias variados de segunda a sexta feira, no período da manhã; sábados pela manhã e começo da tarde. Aos domingos estive uma única vez, para acompanhar um grupo de crianças em uma atividade externa. De qualquer forma, nesses dias, estar na portaria ou nesse pequeno hall na entrada, mesmo quando estive por breves períodos, esperando por alguém, me permitiu observar ritmos, movimentos, sons diversos. A experiência também permitiu conhecer moradoras e ser conhecida por elas; observar

rotinas; testemunhar pessoas desconhecidas que batiam a porta para saber o que fazer para “morar ali”.

Muitas vezes, aos sábados pela manhã, antes do meio-dia, o silêncio foi interrompido pelos passos de alguns homens com caixas de isopores ou com malas de entrega de aplicativos passando por ali. A cena indicava a incidência entre eles do trabalho informal. Já no período da tarde era comum se observar mulheres e crianças que saíam e voltavam com pequenas sacolas, talvez com compras feitas no comércio popular local. No final da tarde dos sábados, por sua vez, não era possível permanecer ali por muito tempo, pois esse era o dia em que ocorriam as lavagens semanais e coletivas do prédio. Já nos dias da semana, nas primeiras horas da manhã, pude acompanhar, por exemplo, crianças que ali se reuniam em pequenos grupos para irem juntas à escola, acompanhadas por adultas ou por outras crianças mais velhas.

Era por volta das 6:15 quando cheguei. Fiquei ali, sentada no degrau próximo a portaria esperando por Denise e o som do freio do ônibus por muitas vezes era o único ruído possível de ser ouvido; as vezes esse ruído era interrompido pelos passos de pessoas descendo as escadas e por conversas de crianças e jovens que saíam, agasalhados, nessa manhã fria e chuvosa para ir à escola. Muitos deles. Algumas jovens levam os mais novos também (Excerto do caderno de campo, 13/05/2022).

O reconhecimento da portaria como lugar de acontecimentos e da vida da ocupação foi algo também apontado por Renato Abramowicz Santos (2018) em sua pesquisa na Ocupação Mauá. Entretanto, diferentemente dele, que afirma ter ficado tempos nela antes de acessar outros espaços, comigo a experiência na portaria parecia ser maneira de consolidar as próprias relações: chegar, cumprimentar, esperar alguém, combinar coisas, despedir-me. Assim, a portaria não foi, para mim, o espaço exclusivo

do trabalho de campo, já que fui autorizada tão logo cheguei e, muitas vezes, fui convidada pelas moradoras a acessar outros espaços, inclusive suas casas. No entanto, por vezes, assim como ele, questionei-me a partir do observado na dinâmica da portaria, o que caracterizaria o cotidiano daquele prédio como diferente dos demais e, por isso, a portaria foi um lugar importante. Ainda assim foi preciso ir além: subir as escadas que se encontram logo em frente a ela e que levam aos 6 andares do prédio, onde estão distribuídos os apartamentos.

Ao entrar nos apartamentos para conversar ou acompanhar as famílias em suas rotinas, “pode entrar e não repara a bagunça” foi a frase mais ouvida por mim. Algumas buscavam se justificar, lembrando-me que só tinham água da rua no período da tarde, o que as impedia, muitas vezes, de lavar louças, roupas e organizar a casa no período da manhã. Outras pareciam usar a expressão como mera formalidade, uma expressão cultural, encarada como desculpas que costumamos dar quando se recebe uma visita.

Os apartamentos, de aproximadamente 15m quadrados, geralmente são divididos com móveis e tapumes, em três espaços: cozinha, quarto e banheiro. Quase sempre permaneci com as famílias no espaço organizado como cozinha, sentada à mesa, onde também frequentemente me ofereciam água, café, chá ou algo para comer. Diferentemente do que ocorre em algumas ocupações, onde, muitas vezes, os banheiros são de uso coletivo, na Ocupação Ipiranga há banheiros privativos, um por apartamento. O espaço do banheiro também costuma ser utilizado para lavar e secar as roupas da família, o que acaba por proporcionar um pouco mais de privacidade a elas, algumas, inclusive bastante numerosas:

É junto... aqui vamos se dizer que são sete pessoas morando... imagina sete pessoas aqui, aí tem a Maria sozinha, tudo bem né? Ela é sozinha. Mas na

Cintia tem cinco; no vizinho ali tem mais quatro. Na Prestes Maia era todo mundo junto. Mas aqui é pequeno comparando com lá. Lá são três espaços e um corredor, coisa que aqui não... (Renata, mãe da Helena, entrevista realizada em 20/12/2021)

A qualidade de “pequeno” atribuída por Renata parece referir-se ao número de pessoas moradoras da Ipiranga em relação à Prestes Maia⁴⁶ que já foi considerada a maior ocupação vertical do país com seus 23 andares, em dois blocos, habitados por aproximadamente 460 famílias. De qualquer maneira, o próprio tamanho dos apartamentos e a quantidade de pessoas que juntas nele residem parecem determinar a distribuição dos cômodos e dos objetos. Nas casas onde há muitas crianças, por exemplo, foi comum encontrar beliches e colchões empilhados, muito provavelmente para serem colocados no chão apenas na hora de dormir. Nesse sentido, apenas uma das casas das famílias visitadas com bebês contava com berço: os demais compartilhavam a cama com suas mães ou avós. Em todas elas, havia pouco ou nenhum espaço livre entre os móveis e tapumes de madeira, a não ser o mínimo para que as pessoas pudessem se locomover. Com efeito, a organização das habitações contrasta com aquilo que me parece intencionalmente organizado seguindo um padrão estético, funcional e característico da segmentação dos cômodos, ora com um tapete, com uma cortina, com um quadro, uma parede azulejada com motivos de cozinha. Os apartamentos, nesse sentido, são mais do que espaços físicos onde as vidas acontecem: são esferas onde se tecem ações sociais diversas (DAMATTA, 1997). Além disso, simbolicamente, os

⁴⁶ A Ocupação Prestes Maia, está localizada no bairro da Luz, no Edifício Prestes Maia, que já foi sede da Companhia Nacional de Tecidos. Foi ocupada pela primeira vez em 2002, tornando-se uma das maiores ocupações verticais de toda a América Latina após a desocupação da Torre de Davi, em Caracas, Venezuela, que tinha 45 andares ocupados por aproximadamente 4000 pessoas. Em 2022, o edifício da Ocupação Prestes Maia foi contemplado pelo programa habitacional do município de São Paulo e passará por reforma para fins de moradia social, com previsão de entrega em 2024.

apartamentos também revelam sentidos sobre o que é e como deve ser uma casa para quem ali mora. Essa forma de organizar a casa, distribuir objetos, demarcar cômodos pode ser reveladora de representações diversas sobre ela, mas também, e sobretudo, me parecem estar relacionadas a um desejo da dignidade de se ter onde morar (TATAGIBA et al., 2012). A fala de Dona Vera é representativa desse sentido: “Eu tenho aquele sonho de ter a minha casa própria e eu vou conseguir!” (Dona Vera, entrevista realizada em 04/11/2021).

Ressalto que no Brasil, esse sonho comum de ter uma casa própria não é uma simples coincidência. Esse desejo tem bases históricas forjadas em uma formação ideológica e moral das pessoas, sobretudo daquelas da classe trabalhadora. Nabil Bonduki (1994) reconhece essa origem no governo de Getúlio Vargas, no qual a habitação foi encarada como decisiva na formação moral do trabalhador, para quem a casa própria torna-se um objeto de desejo, local de segurança familiar, garantia concreta de redução de custos (com aluguel) e a possibilidade de acumular algum dinheiro, o que se traduziria em uma ascensão social (BONDUKI, 1994).

Não é difícil imaginar, portanto, que as imagens construídas socialmente sobre a casa, incidem na forma como estão organizadas, da maneira possível, na ocupação. Nos corredores, muitas vezes os lugares das brincadeiras das crianças, embora nem sempre aprovadas pelas pessoas adultas, é possível observar grafites e cartazes com mensagens de tons políticos que denotam posicionamentos de grupos pertencentes à Ocupação. Nessas mesmas paredes também constam cartazes que informam sobre reuniões, assembleias, mutirões de limpeza, panfletos de vendas de guloseimas. Nas entrelinhas é possível entender a presença de modos precários de "ganhar o pão de cada dia", formas criadas para que o pão não falte, ou, esteja menos ausente.

Ainda que pareçam banais, essas marcas presentes nos corredores evidenciam elementos importantes e fundamentais desse cotidiano que, certamente, os diferenciam dos de outros locais de moradia na cidade. Neles também presenciei encontros ocasionais entre as moradoras: às vezes seguidos de simples “bom dia” ou “boa tarde”, outras seguidos de conversas sobre os filhos, sobre alguém que não estava bem de saúde e, muitas vezes, sobre o processo de reforma da Ocupação Prestes Maia, para onde esperam em breve voltar.

No prédio há também dois espaços coletivos que chamarei aqui, para facilitar a identificação pelo leitor, de pequeno e grande “pátios”. O primeiro deles, localizado no primeiro andar, é uma conexão entre um corredor e outro. Contudo, esse espaço de passagem se tornou coletivo como demonstra a presença de uma pequena mesa e de uma “geladeira-biblioteca” – uma “geloteca”, como denominou Dona Vera – doada por um grupo externo, mas que se encontrava desativada. Ali também há uma pequena salinha anexa utilizada para guardar materiais coletivos. Contudo, as coordenadoras desejavam transformá-la em uma biblioteca para as crianças. O outro pátio, maior, encontra-se no térreo. Parece ter sido o estacionamento do então Hotel Lider e embora um tanto escuro, sem ventilação e com muitos vazamentos é um amplo espaço livre, com algumas colunas entre eles. Esse espaço é utilizado para reuniões, assembleias e também para guardar carrinhos, bicicletas e materiais de construção dos moradores. Esses foram os espaços onde geralmente ocorreram os encontros, as oficinas e as brincadeiras diversas com as crianças.

De qualquer maneira, à medida que me fazia presente, dentro da Ocupação, passo a identificar o que chamarei aqui de certos vestígios, marcas dos bebês pelo espaço. Conversas sobre filhos, irmãos, netos, choros que vinham de dentro dos apartamentos, objetos como

brinquedos, chupetas, roupas no varal, fraldas caídas ou esquecidas pelo chão, carrinhos foram não só objetos de minha atenção, mas também de observação no meu caderno de campo ou registrados em imagens:

Logo no corredor encontro estacionado uma motoca de passeio de bebê, comumente utilizada por crianças que não se locomovem com elas com autonomia. Registro essa imagem pois esses objetos, culturalmente associados aos bebês, me servem como pistas, vestígios que também indicam suas presenças na Ipiranga (Excerto do caderno de campo, 12/02/2022)



Fotografia 5:
Carrinhos de bebê
organizados no pátio
maior (térreo)
Fonte: Arquivo pessoal
da autora

Os objetos culturalmente associados aos bebês não apenas indicam suas presenças no espaço, como podem se configurar, sob ponto de vista da análise social, formas privilegiadas de conhecer práticas e significados constituídos em meio às atividades de cuidado e de educação das crianças pequenas (ORRMALM, 2021; DE GRANDE, 2016). A fotografia 5 traz alguns elementos para pensar a questão, tais como: a quantidade de carrinhos encontrados; o fato deles estarem fora dos apartamentos, muito provavelmente devido às suas dimensões físicas; e a organização em um determinado local, próximo à portaria, fazendo dele quase como um “estacionamento”. Esses elementos permitem inferir algumas relações construídas em meio a suas rotinas, indicando, assim, o quanto parecem ser úteis às famílias que ali residem e que são usados prioritariamente para deslocarem-se a outros espaços. Assim, ainda que em um primeiro momento eu não pudesse afirmar quais espaços eram esses, os carrinhos evidenciavam não apenas a presença de bebês no cotidiano da Ocupação Ipiranga, mas também que eles, de alguma maneira, se deslocavam pela cidade.

Além disso, a presença desses materiais compondo e, de certa forma, modificando o espaço da Ocupação incide em importantes considerações sobre bebês: nesse caso, ainda que eles, efetivamente, não estivessem presentes, os objetos os representam, ocupando e disputando lugares que poderiam ser utilizados para outras atividades ou com outras finalidades. Trata-se, nesse sentido, de uma forma de uso desse espaço. Na própria fotografia é possível observar junto deles o que parece ser alguns materiais de construção, como portas, cones de trânsito e fios. O espaço organizado com carrinhos de bebês poderia, então, ser utilizado para acomodar carrinhos ou mercadorias de vendedores ambulantes; bicicletas de adultos ou de outras crianças, como era possível observar no térreo. Dessa mesma maneira, poderiam ocupar o espaço dos carrinhos,

brinquedos e outros materiais dispostos nos corredores que disputam a passagem com as pessoas ou que precisam ser realocados para limpeza/lavagem semanal.

Deter-me a esses vestígios configurou-se como um primeiro encontro com os bebês na Ocupação Ipiranga. Com efeito, esse encontro não foi necessariamente pela presença direta e física de um deles: foi indireto, mediado por materialidades e por marcas expressas no espaço – as quais, ainda que sutilmente ou de maneira efêmera, o altera. Uma interferência considerada simbólica, mas fundamentalmente importante para essa pesquisa.

3.1. “OLHA, ELA TEM UM BEBÊ...”: apresentação dos sujeitos da pesquisa

Dona Vera diz: “olha, eu cuido da minha neta Nicole, ela tem 2 anos e pouco, pode ser ela?”. Além de Nicole, sua neta, Dona Vera também me sugere conhecer a família de Helena, neta de Neide, sua vizinha. E então nos dirigimos até sua casa. (Excerto do caderno de campo, 05 de outubro de 2021)

Conforme mencionado, a conversa para realização da pesquisa na Ocupação Ipiranga foi inicialmente feita com Dona Vera, com quem eu já tinha estabelecido contato em atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa. Logo no primeiro dia em que estive com ela, apresentei os objetivos da pesquisa e ela me indicou a neta que morava com ela na Ipiranga e à época tinha 2 anos e 7 meses. Além da neta, Dona Vera também indicou Helena, neta de sua vizinha Neide, como possível participante. Assim, nesse primeiro momento, conheci além de Neide, sua filha Renata, mãe de Helena, à época com 9 meses. Com o aceite de participação na pesquisa por essas duas famílias, tentei garantir certa

regularidade na Ocupação, estando nela ao menos uma vez na semana. À medida que isso ocorria, conheci outras pessoas que ali moravam; fui apresentada, sobretudo por Dona Vera e Graciele, a outras famílias, possíveis participantes da pesquisa:

Olha, ela tem um bebê”, me disse Graciele, ao passar uma mulher por nós enquanto conversávamos na portaria. “Conversa com ela, vai ser “top” conversar com ela, ela é bem comunicativa. Ela é comunicativa para conversar com você, a Kailaine, tem a Elaine... são as que tem os bebês... Tem a mãe do Lorenzo. A Kailaine é neta da Dona Vera...” (Graciele, excerto do caderno de campo, 11 de novembro de 2021).

Enquanto isso entra uma moça, carregando um desses carrinhos de empurrar, e logo Dona Vera me aponta: “Ela também tem uma bebê”. A moça volta-se para mim e confirma: “Ahh sim eu tenho uma bebê, ela tem 3 anos”. Apresento-me e pergunto se posso pedir seu contato e se ela toparia participar da pesquisa também. A moça consente e se despede de nós. (Excerto do caderno de campo, 25 de fevereiro de 2022)

Considero fundamental destacar o quanto esse processo de indicar os sujeitos para participarem da pesquisa, por si só, já contribui para reflexão sobre quem elas consideram ser bebês. Nesse caso, as imagens e representações parecem ser determinadas a priori pela idade, mais do que por quaisquer outras características. Isso não desconsidera, contudo, o fato de que, muitas vezes, elas utilizavam o termo “bebês” como forma de referir-se a outras pessoas. Sobre isso, destaco um episódio ocorrido em meio a entrevista com Graciele:

Olha, tenho esse menino que te mostrei a foto, esse tem 12 (anos). Tenho a de 16 e a minha bebê, que tem 6 anos.. [...] Nesse momento, desce as escadas o filho do meio de Gracielle e ela logo

me mostra: “Olha aí, meu outro bebê...” (Graciele, entrevista realizada em 30/03/2022).

Muitas outras vezes, ao ser apresentada aos filhos mais velhos e até a idosos das famílias participantes da pesquisa, as pessoas me falavam: “olha aí meu bebê”. Aqui, especialmente me interessa refletir sobre esse uso da palavra “bebê”. Certamente minha presença, como alguém interessada nesses atores, pode incidir na escolha dessa expressão, mas não só. Parece-me que isso corresponde a uma representação de bebê para com quem, em primeiro lugar, se estabelece uma relação de afeto e, em segundo lugar, se tenha responsabilidade pelos cuidados, ainda que ela possa ocorrer de diferentes maneiras, como são com crianças mais velhas e pessoas adultas. Assim, ao utilizar essa expressão, o bebê pode ser a pessoa que acabou de nascer, ou aquela com pouca idade, mas também qualquer outra pessoa, filho ou pai idoso, por exemplo. Todas essas pessoas têm em comum relação de afeto e dependência dos cuidados de quem assim o define. Trata-se de uma dimensão simbólica e, sobretudo, subjetiva da palavra “bebê” que afirma o caráter histórico e cultural do uso de determinadas expressões.

De qualquer maneira, faço tal destaque como forma de ressaltar que os bebês participantes diretos da pesquisa foram indicados pelas próprias moradoras da Ocupação, nos termos definidos por elas. Ao longo de todo o trabalho de campo, conheci 6 (seis) deles e suas famílias. Após ser apresentada às moradoras, pedia o contato do whatsapp, iniciava um breve diálogo virtual e marcava uma primeira conversa em suas casas. Em todos os casos, o primeiro contato foi com a mãe (quatro delas) ou com a avó (duas delas). Duas (2) dessas seis (6) famílias me fizeram entender o não interesse em participar da pesquisa, conforme já citado. Permaneceram, então, 4 (quatro) delas: as famílias de

Nicole, Helena, Levi e Davi que seguem brevemente apresentadas.

a) Nicole

Nicole foi a primeira bebê que conheci na Ocupação Ipiranga, em setembro de 2021, quando ela tinha 2 anos e 7 meses. Ela é neta da Dona Vera com quem mora na Ocupação, junto do avô (conforme ilustra a figura abaixo), de segunda a sexta-feira, período em que frequenta uma creche nas proximidades. Aos finais de semana, Nicole volta para a casa dos pais, na zona leste de São Paulo.

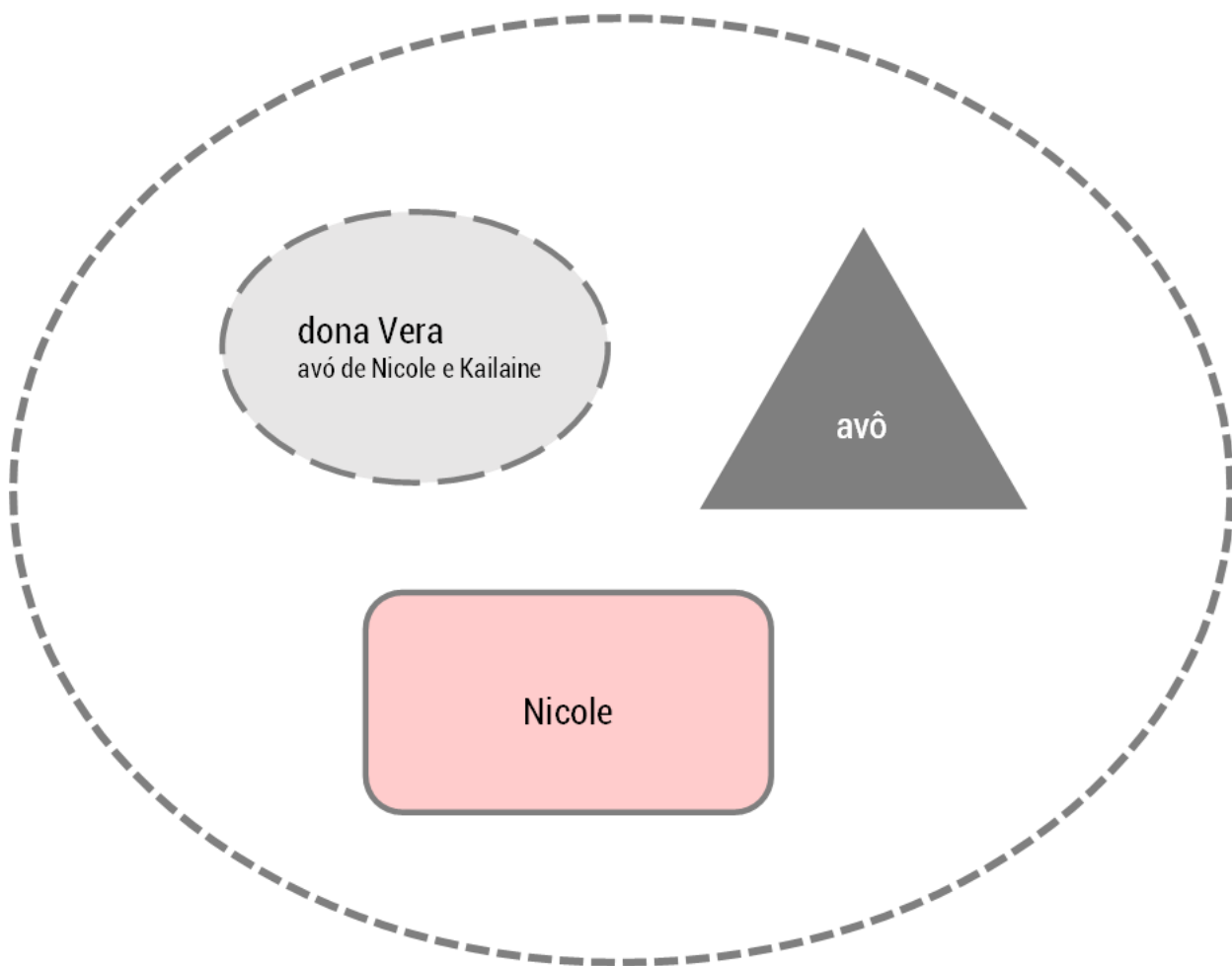


Figura 5:
Grupo que reside com
Nicole na Ocupação
Ipiranga
Fonte: Elaboração própria

Segundo a avó, para ir à creche, Nicole costuma acordar cedo e animada, por volta das 6:00 da manhã. Parece gostar muito de frequentar a instituição, conforme é possível observar nesse registro do caderno de campo:

Nicole segue no carrinho a caminho da creche... chupa chupeta e quando estamos chegando sua avó coloca sua máscara. A menina fica de chupeta e máscara e mostra-se muito feliz em chegar: pula do carrinho, dá gritinhos de alegria, bate palma, anda para lá e para cá, na calçada, enquanto espera a avó estacioná-lo próximo ao portão. É recebida carinhosamente pelas funcionárias [...] Entra no CEI mostrando para avó os desenhos, as escadas, as produções dos amigos. Despede-se com um beijo na avó, enquanto entra e também abraça a professora (Excerto do caderno de campo, 09/12/2021)

A creche ocupa lugar importante na rotina de Nicole e, inclusive, foi o principal motivo de sua permanência com a avó, já que seus pais moram na zona leste da cidade, onde as vagas na Educação Infantil públicas costumam ser bastantes concorridas. Além disso, a mãe de Nicole é trabalhadora do setor de comércio e seu próprio horário de trabalho não condiz com o horário de atendimento que teria nas instituições.

Ao longo da pesquisa Nicole foi transferida para outra unidade de educação infantil e também chegou a mudar de cidade com a mãe, retornando algum tempo depois à casa da avó. Segundo Dona Vera, quando não estava na creche, Nicole costumava falar com o pai pelo celular, ouvir músicas no aparelho e também desenhar com lápis e canetas nos cadernos que a avó providenciava a ela.

b) Helena

Conheci Helena em outubro de 2021, quando ela tinha 9 meses, por intermédio da Dona Vera, que me apresentou à sua mãe Renata e à avó Neide, com quem mantive contato ao longo do trabalho de campo. Além da mãe e da avó, Helena reside com os tios, duas crianças e dois jovens, em um total de sete pessoas, conforme ilustra a figura abaixo.

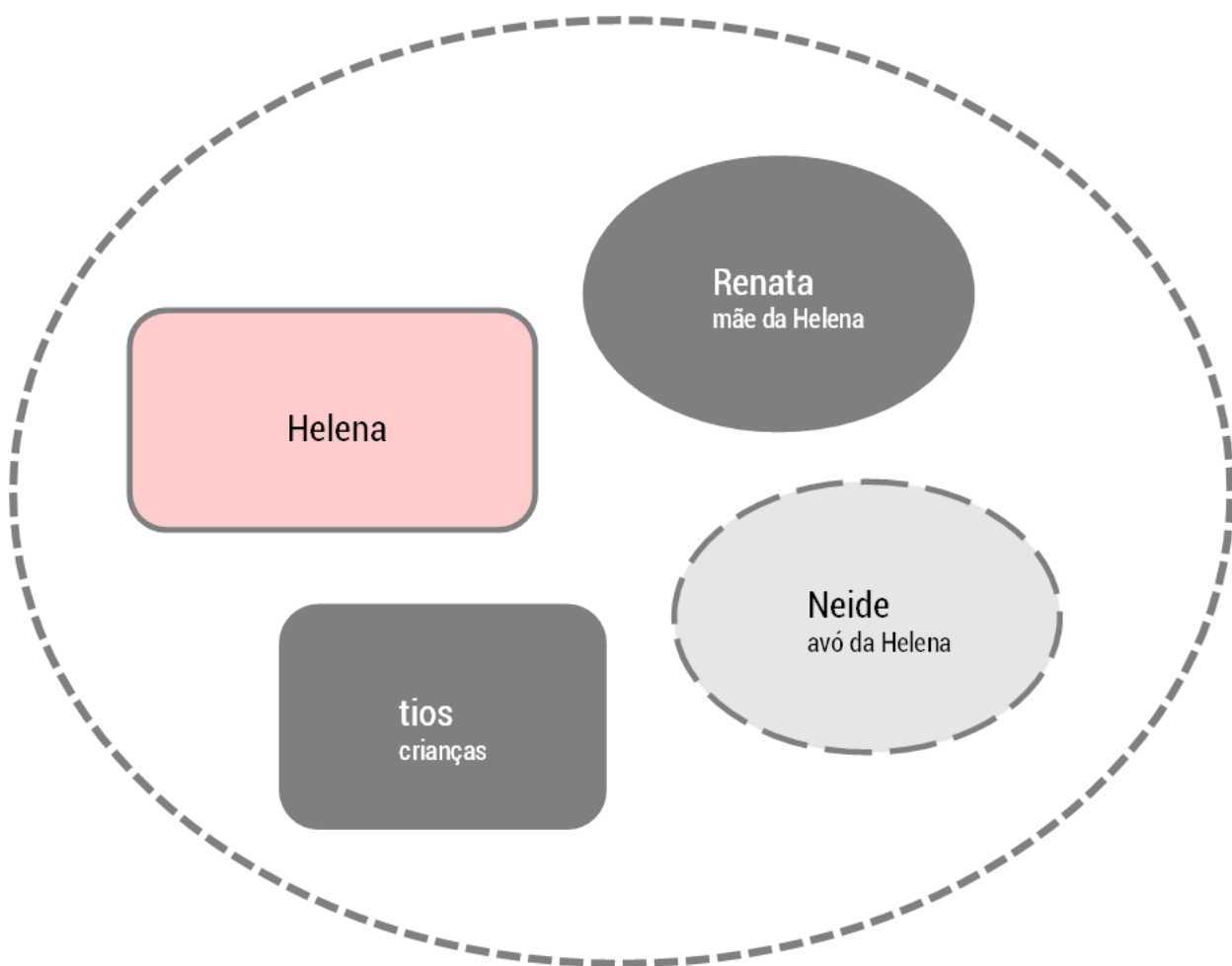


Figura 6:
Grupo que reside com
Helena na Ocupação
Ipiranga
Fonte: Elaboração própria

Em boa parte do trabalho de campo, Helena teve sua rotina de cuidados compartilhada entre a mãe, a avó e a tia, que se dividem e alternam os horários de trabalho para isso. Assim, por exemplo, a mãe fica com ela no período da manhã, enquanto a avó e a tia trabalham e vice-versa. Nas visitas em que fiz à casa de Helena, sempre fui informada por suas cuidadoras sobre suas preferências: o que gostava de fazer, de comer, de brincar, o horário do sono, do banho e como elas costumam se organizar para atendê-la, conforme é possível observar no excerto abaixo:

É uma lástima andar de carrinho, ela não gosta. Às vezes vai no carrinho, mas para voltar, volta no colo...ela já sai do cinto [...] Às vezes eu prefiro não colocar no carrinho, eu prefiro colocar no chão. Às vezes ela não dorme de manhã, então tenho que esperar a boa vontade dela ficar de boa, para você fazer o almoço. Hoje ela dormiu de manhã, então eu já fiz almoço. Tenho que esperar os momentos do sono dela, porque senão ela não me deixa fazer nada. Ela não deixa, é muito esperta! E gosta de tomar banho, viu!? Banho no dia tem que ser uns dois... ainda mais quando está calor, acho que porque ela nasceu em janeiro (Renata, mãe da Helena, transcrição de entrevista, 20/12/2021)

Muitas vezes Renata, mãe de Helena, me relatava sobre a preferência da menina pela avó, algo orgulhosamente ratificado pela própria. Helena passou a frequentar a creche apenas no final das atividades de campo, em junho de 2022, quando estava com 1 ano e 5 meses.

c) Davi

Davi é filho de Kailaine, neto de Sarah (que é filha de Dona Vera) e mora com elas, com o avô, e com os tios, que são crianças, na Ipiranga. Conheci-o em abril de 2022, também por intermédio de Dona Vera, sua bisavó, quando estava com 2 anos e 7 meses.

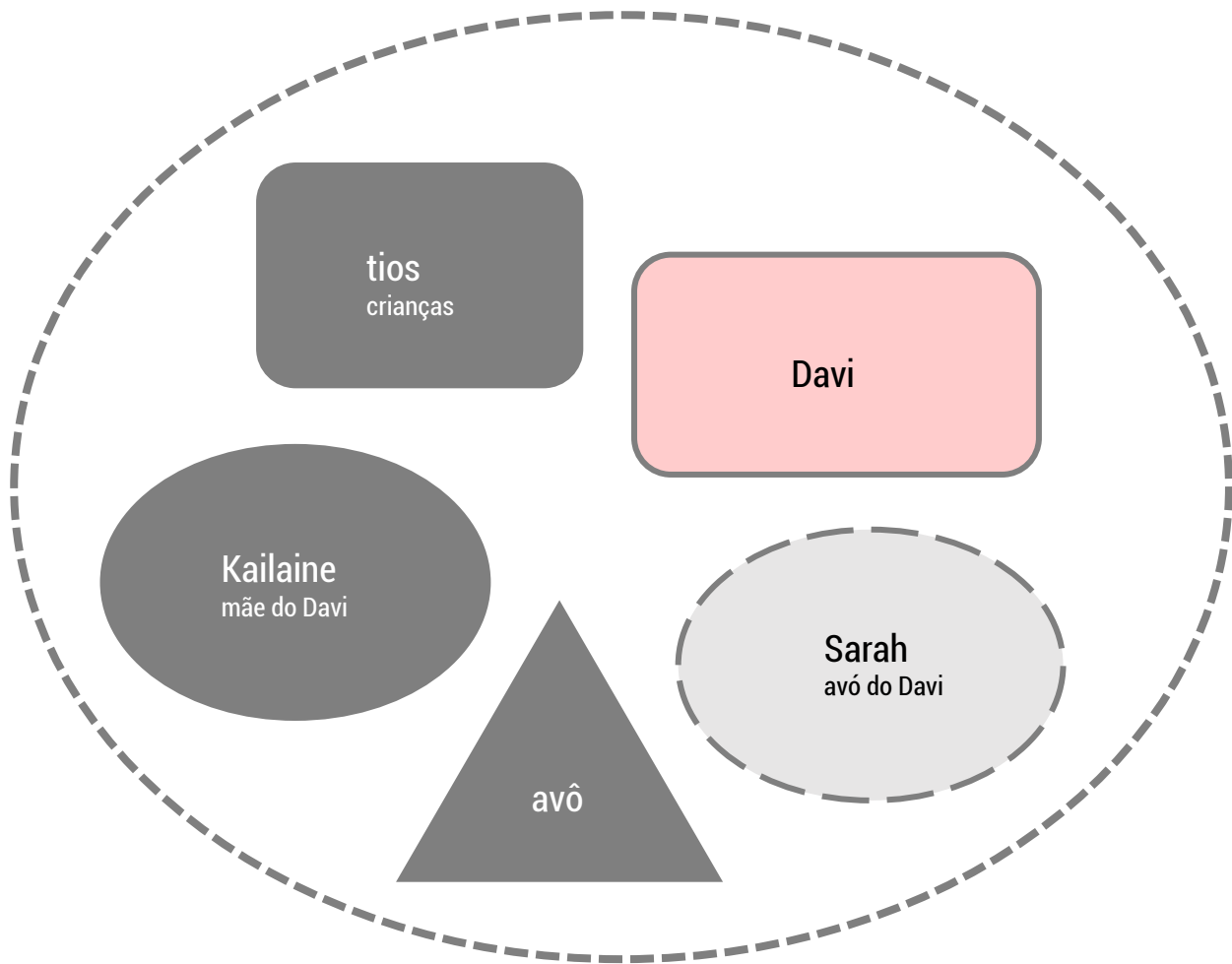


Figura 7:
Grupo que reside com
Davi na Ocupação
Ipiranga
Fonte: Elaboração própria

Davi frequenta a creche desde os 4 meses de idade, portanto, de segunda a sexta-feira sua rotina também se estabelece em torno dela. Apesar disso, sua mãe me relatou, muitas vezes, dificuldades com sua rotina de sono. Ela afirmava que Davi gosta de assistir desenhos e séries no celular, o que faz, inclusive, com autonomia.

Kailaine me conta que o menino estava bravo, porque quando sai de casa já não há sinal de internet. Conta-me também que Davi mexe com autonomia no youtube, pois usa o microfone para buscar seu desenho favorito, o Hulk. Kailaine tira o celular da mão de Davi e logo em seguida ele adormece, com a cabeça apoiada no braço do carrinho (Excerto do caderno de campo, 26/05/2022)

Kailaine, que é bastante jovem, também me contou que costuma levar Davi nos passeios com as amigas pela redondeza, bem como costuma levá-lo ao parquinho na Praça do Paissandú, localizado a poucos metros da Ipiranga.

d) Levi

Levi nasceu de parto domiciliar enquanto eu fazia o trabalho em campo na Ocupação e, por isso, o conheci quando tinha aproximadamente 1 mês, em abril de 2022, por intermédio de Graciele. Mora na Ipiranga com sua mãe Denise, seu pai e seus irmãos de 4 e 11 anos.

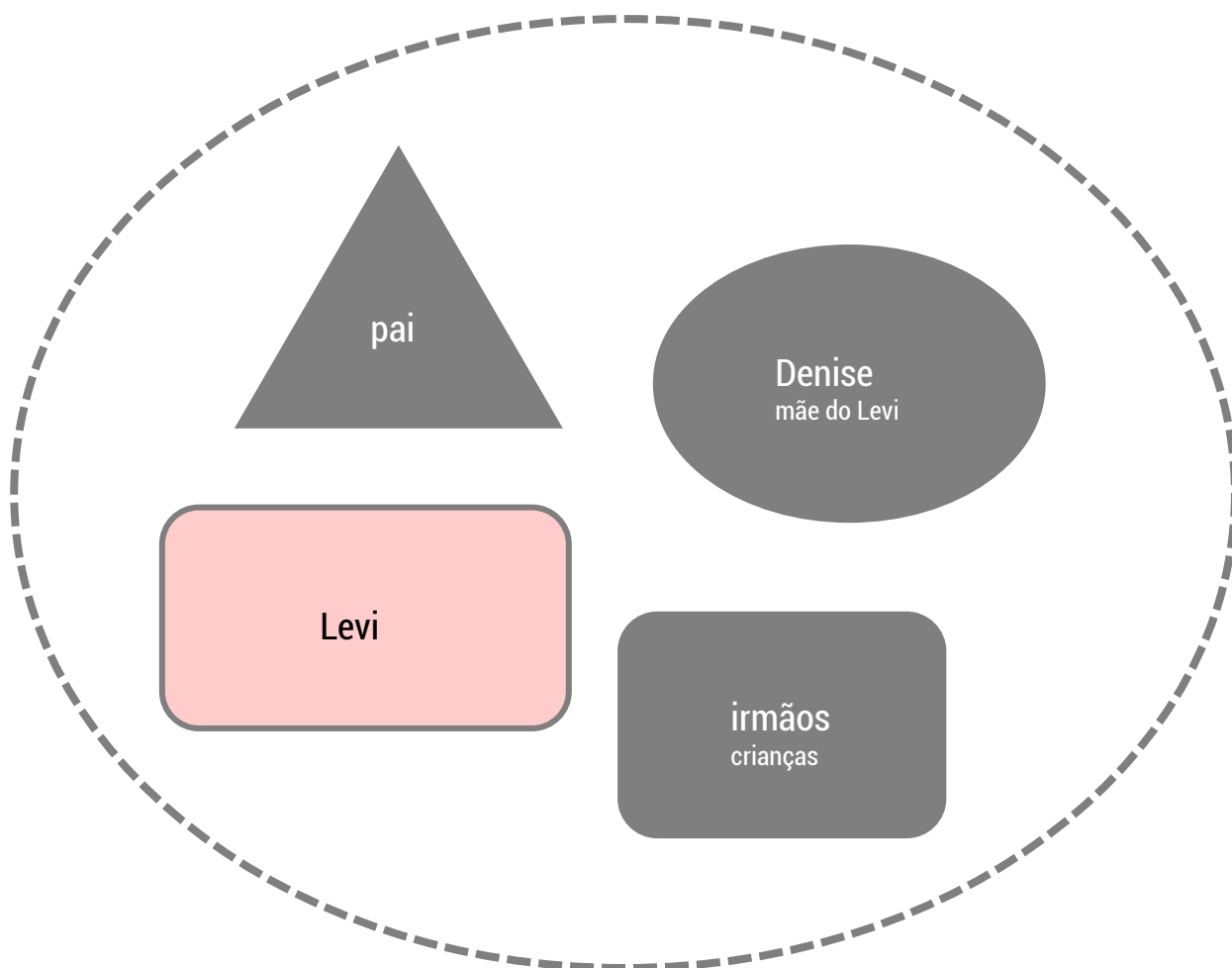


Figura 8:
Grupo que reside com
Levi na Ocupação
Ipiranga
 Fonte: Elaboração própria

Em uma de nossas conversas, Denise relatou o nascimento de Levi na Ocupação:

Levi “tá” com um mês. Eu não tava esperando [...] Começou a dor, a dor. Eu lembro que eu deitei no chão, fui para cama e numa força só, não sei de onde tirei... vinha contração eu fazia força, contração, força, contração, força... Mas teve uma força que era para ele sair, ele saiu... A ambulância chegou lá em baixo, ai o que eu fiz? Embrulhei ele no cobertorzinho e fui dar o peito! Ai os médicos chegaram e acharam bonito: “Nossa! Já queria mamar”. Eles cortaram o cordão e então me levaram para o hospital” (Denise, mãe de Levi, entrevista realizada em 27/04/2022)

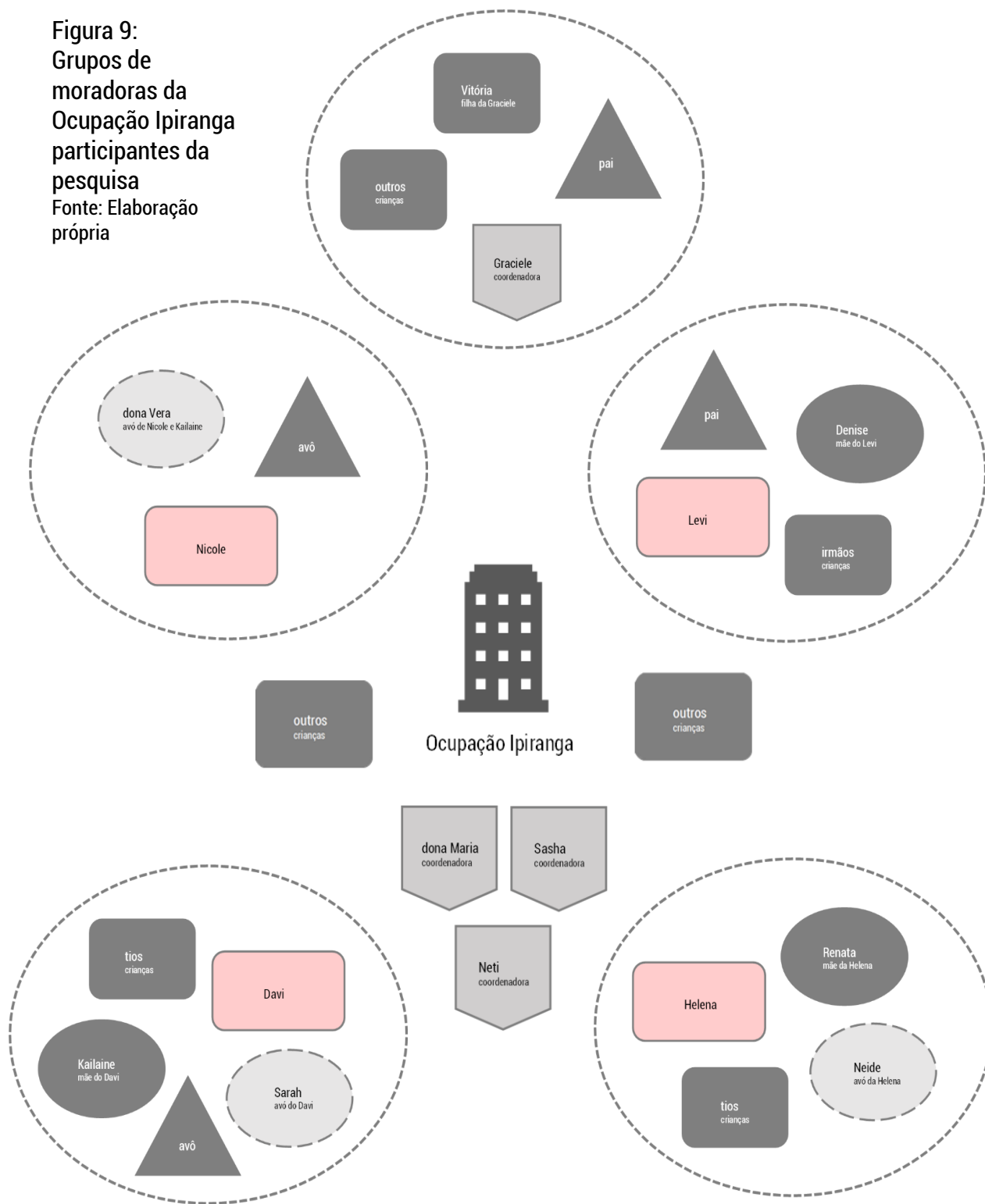
Nas primeiras vezes em que estive na casa de Levi ele permanecia boa parte do tempo mamando, aconchegado no colo da mãe, enquanto conversávamos. Ao longo do campo, pude acompanhar Levi algumas vezes em suas primeiras idas à creche, em seu processo de inserção na instituição iniciado em maio de 2022, quando ele estava com aproximadamente 2 meses. No quadro adiante (Quadro 1), encontram-se sistematizadas informações sobre tempo de acompanhamento, tipo de interação e de atividades desenvolvidas em campo com cada um dos bebês participantes da pesquisa.

bebê	data de nascimento	raça / cor autodeclaração da família	responsável / contato ao longo da pesquisa	pessoas que residem com o bebê na Ocupação	tempo de acompanhamento em campo	tipo de interação e de atividades no campo
Nicole	02/2019	negra	dona Vera (avó)	avó e avô	de setembro de 2021 a julho de 2022	- entrevista / conversa com a avó - acompanhamento no trajeto até a creche - observação em atividade na ocupação
Helena	01/2021	parda	Renata (mãe) e Neide (avó)	mãe avó 2 tias (adulta e criança) 2 tios (adulto e criança)	de outubro de 2021 a julho de 2022	- entrevista / conversa com a mãe - entrevista / conversa com a avó e mãe - observação em atividade na ocupação
Davi	09/2019	parda	Kailaine (mãe) e Sarah (avó)	mãe avó avô 2 tios (criança)	de abril de 2022 a agosto de 2022	- entrevista / conversa com a avó e mãe - observação em atividade na ocupação - acompanhamento no trajeto até a creche com a mãe
Levi	03/2022	pardo	Denise (mãe)	mãe pai irmã (criança) irmão (criança)	de abril de 2022 a agosto de 2022	- entrevista / conversa com a mãe - acompanhamento no trajeto até creche - acompanhamento em outras atividades / rotina

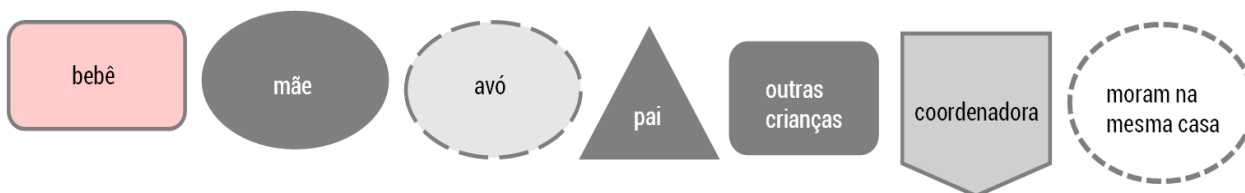
Quadro 1:
Sistematização dos dados trabalho de campo
Fonte: Elaboração própria

Uma vez apresentada/os as/os bebês, importa-me destacar que embora minha entrada na Ocupação tenha sido em busca dos bebês, conforme apresentei, para chegar até eles conheci e convivi com muitas outras pessoas. Dentre esse grupo de pessoas estão mulheres e crianças maiores, que inegavelmente também são consideradas sujeitos participantes ou interlocutoras dessa pesquisa. Assim, além de Dona Vera, avó de uma das bebês, Graciele, coordenadora da Ipiranga, que aparecem continuamente ao longo da pesquisa, faço referência também a outras adultas, presentes ao longo de todo processo de investigação: Neti (Coordenadora Geral do MMLJ), Dona Maria e Sasha (coordenadoras da Ocupação Ipiranga, que se revezam na portaria), além de Neide, Renata, Kailaine, Denise (mães e avós dos bebês sujeitos da pesquisa). Conheci também alguns pais e avôs, crianças mais velhas, irmãs, primas, vizinhas, colegas dos bebês que também se fizeram presente, ainda que de forma breve e menos constante, à medida que eu estava em suas casas ou propunha alguma atividade na Ocupação. A próxima figura busca sintetizar o campo de pesquisa ao ilustrar os grupos que moram com os bebês e as outras pessoas com quais eles se relacionam na Ipiranga.

Figura 9:
 Grupos de
 moradoras da
 Ocupação Ipiranga
 participantes da
 pesquisa
 Fonte: Elaboração
 própria



Legenda



Essas pessoas que também participaram da pesquisa por estarem junto aos bebês apontam para um fator muito importante, em consonância ao apontado por outras pesquisas realizadas na área da Educação (SCHIMITT, 2008; COUTINHO, 2010; MUNIZ, 2017). Trata-se da necessidade de considerar os bebês em meio as suas relações, isso é: embora os bebês existam concretamente como sujeitos de pouca idade, não é possível pensar suas representações, lugar ou ação social sem levar em consideração as próprias interações vividas por eles, entre pares ou com um “Outro”, sendo pessoa adulta ou criança.

Essa é uma questão também apontada por Coutinho (2010), ao investigar a ação social⁴⁷ dos bebês no contexto da creche, buscando identificar a recorrência e o modo como elas ocorriam. Baseando-se nas contribuições de Anthony Giddens e Max Weber, que propõem a subjetividade e o sentido como dimensões centrais para se pensar a ação, Coutinho (2013) identificou que mesmo as crianças de pouca idade agem movidas por relações estabelecidas com o “Outro”, muitas vezes utilizando-se para isso o olhar ou o próprio corpo. A autora destaca, então, como no início da vida os bebês ficam condicionados as relações possibilitadas ou permitidas pelos adultos que dispõem (ou não) dos espaços, companhias, objetos, que permitem sua ação.

Bebês, portanto, são aqui reconhecidos e considerados sujeitos relacionais, pessoas de e em relação, cujas manifestações são parte de complexos processos interpessoais, intersubjetivos de inserção e imersão na cultura que os acolhe (SALUTTO, 2020). Desta forma, ao afirmar que nessa investigação os encontrei sempre “em

⁴⁷ Coutinho se apoia no conceito de ação social postulado por Weber que considera as dimensões dos sentidos e das subjetividades como centrais. Dessa forma, o significado de ação pode ser analisado a partir do seu significado para o indivíduo ou a partir do significado subjetivo atribuído pelo agente da ação, vinculada à realização de algum fim (COUTINHO, 2013, p. 219).

companhia”, busco evidenciar suas histórias como coletivas que se cruzam e entrelaçam àqueles que vivem com eles.

3.2. “É OCUPAÇÃO, NEGRO, POBRE... É TUDO DISCRIMINADO”:

outras considerações sobre os sujeitos da pesquisa

Reconhecer que bebês seguem em companhia e que suas histórias de vida se encontram compartilhadas a de outras pessoas, me levou a refletir sobre como elas podem estar estruturadas social e historicamente em diferentes bases a depender dos grupos sociais as quais pertencem. Tendo em vista que uma das primeiras marcas a impactar as formas de ser e viver dos bebês é ser morador de uma ocupação, é fundamental reconhecer outros operadores de diferenças que podem incidir sobre eles. Isso faz com que algumas outras considerações sobre os sujeitos desta tese sejam aqui destacadas.

Porque quando fala: “ah tá, naquele prédio lá”;... quando percebem que é ocupação, é igual favela. Já discrimina. É ocupação, negro, pobre... é tudo discriminado... isso me entristece muito, mas isso é geral, em todo Brasil é assim né!?” (Dona Vera, entrevista realizada em 04/11/2021)

Nesse trecho de entrevista Dona Vera destaca o que muitas pesquisas têm mostrado ao longo dos últimos anos: a luta pela moradia no Brasil é indissociável das lutas contra diversas outras formas de opressão. Afinal, as desigualdades urbanas também são estruturadas por muitas outras diferenças. Por essa razão, me parece um equívoco tratar do estigma sobre a Ocupação, —que envolve questões relacionadas à criminalização, conforme visto na Introdução — e sobre suas moradoras, desconsiderando essas questões (HELENE, 2019; 2009; PATERNIANI, 2019).

Diante disso, torna-se fundamental considerar as variações etárias, de gênero e raça dos bebês participantes desta pesquisa, contrapondo-me, nesse sentido a formas únicas ou generalizantes de tratá-los ao longo do presente trabalho. Conforme visto, essas variações ou diferenças não se constituíram como critérios de escolha para seleção dos bebês participantes, mas reconhecê-las entre eles é fundamental na medida e que em nosso país, elas, entrecruzadas, estruturam desigualdades de forma bastante complexa. Nesse sentido, embora os considere como “bebês da Ocupação”, é necessário reconhecer que não é apenas isso que determina suas posições sociais. Por isso, ainda que essa não seja uma tese especificamente sobre gênero, geração ou raça, tais marcadores não podem ser desconsiderados.

De maneira geral, participaram da pesquisa 2 (dois) meninos e 2 (duas) meninas; com idades variadas entre 1 (um) mês e 2 (dois) anos e 7 (sete) meses no início do trabalho de campo. No grupo havia 2 (dois) bebês abaixo de 1 (um) ano e 2 (dois) acima de dois (2) anos. Além disso, os 4 (quatro) eram considerados pretos ou pardos pelas famílias.

Embora me posicione contrária à oposição binária dos gêneros masculino e feminino, reconheço, tal qual já apontado por Simão (2013), que a própria diferença biológica de sexo pode implicar diferenças nas experiências de vida das crianças desde que nascem. Ou seja, as definições de gênero podem afetá-las antes mesmo de as crianças terem contato com os comportamentos e significados sociais e culturais constitutivos dos gêneros. Neste sentido, é fundamental reconhecer, por exemplo, como para os adultos o gênero é uma categoria útil de diferenciação que classifica e divide as crianças. Observar esse processo de diferenciação evidencia as representações de atributos aos poucos exteriorizados por meio da

linguagem, dos artefatos materiais, gestos, atividades (SIMÃO, 2013).

Analogamente, ainda que me posicione contrárias às delimitações etárias e/ou desenvolvimentistas como forma de determinar ou definir o que é ser bebê, reconheço a idade ou o tempo de vida dos bebês como importantes referências de análise nesta pesquisa. Afinal, as diferentes idades implicam diferentes experiências a eles, designando-os a uma pertença temporal que pode ser interpretada e vivida de formas distintas (CARVALHO; SILVA, 2016). Além disso, é fundamental reconhecer a idade como uma importante forma de dominação e subordinação que estrutura desigualdade social, o que, em muitos casos relega a atores de menores idades a exclusão e inacessibilidade a recursos de vários tipos.

Já sobre o fato de todos os bebês serem identificados como negros⁴⁸ (pretos ou pardos) teço algumas considerações. A primeira delas refere-se, sem dúvida, àquilo que defino como autorreconhecimento, já que todas as famílias se classificaram e classificaram seus bebês como pretos ou pardos. Um segundo ponto de reflexão relaciona-se às questões da heteroclassificação⁴⁹, isto é, a forma de classificação atribuída por um elemento exterior, ou pelos “Outros”. Para Paterniani (2019) a heteroclassificação atrela classe e raça e faz com que o Estado, por exemplo, reconheça as pessoas que compõem movimentos sociais e ocupam prédios vazios como pobres e, acima de tudo, como não-brancas. Nesse sentido, mesmo que essas não se declarassem negras, elas recebem tratamentos diferentes daqueles dirigidos aos brancos. “Os tratamentos recebidos pelos não-brancos por parte da Polícia Militar são

⁴⁸ Utilizo como referência a autodeclaração da população brasileira tal qual proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE: brancos, pardos, pretos, amarelo e indígenas, com opção de outros.

⁴⁹ Para discussão sobre heteroclassificação, Paterniani (2019) se apoia nas pesquisas de Petruccelli (2007, 2000) sobre heteroidentificação racial.

exemplares desse modo de funcionamento” (PATERNIANI, 2019, p.108).

De qualquer forma, destaco que na Ocupação Ipiranga residem, além dos 4 bebês participantes da pesquisa, aproximadamente mais 30 (trinta) crianças, grande parte delas também podendo ser reconhecidas fenotipicamente como negras. Esse dado relaciona-se ao apresentado por muitos estudos nacionais que relacionam historicamente as questões raciais à luta pela moradia, na medida em que a raça é elemento central da segregação socioespacial da produção do espaço urbano brasileiro. Desse modo, não é possível considerar lutas urbanas obliterando-se as “cores dos corpos” (PATERNIANI, 2019).

Grandes cidades, como São Paulo, foram historicamente constituídas através de um processo hierarquizado e excludente da população negra de determinados territórios ou regiões (ROLNIK, 1989). Um fenômeno que pode ser explicado desde o uso de mão de obra escravizada, ou, no caso da ocasião da abolição, pela expulsão dessa população das regiões urbanas e industriais. Ou seja, estabeleceu-se um processo no qual as pessoas negras se mantinham apenas como trabalhadores, explorados, mas deserdados do acesso à terra. Além disso, existe uma desconsideração das pessoas negras na criação, construção e sustentação do que se entende como sociedade urbana, o que incide na legitimação da definição do espaço urbano como uma “cidade branca” (PATERNIANI, 2019).

Diante disso, a relação entre raça e desigualdade torna-se importante elemento de análise das infâncias brasileiras, algo já amplamente discutido em pesquisas publicadas desde meados dos anos 90 no país (SILVA, P B G. 2015, 2010; BENTO, 2012; OLIVEIRA, ABRAMOWICZ, 2010; CAVALLEIRO, 2000; ROSEMBERG, 1996, 2012, 2014). Segundo a pesquisadora

Fulvia Rosemberg (2014) é necessário reconhecer que as desigualdades observadas entre brancos e negros, sobretudo aquelas possíveis de serem evidenciadas quando considerado o acesso a bens sociais como a moradia, se deve ao racismo constitutivo da sociedade brasileira. Nunca é demais ressaltar que o racismo opera nos planos material e simbólico. Desta forma, especialmente no plano material:

negros não têm acesso aos mesmos recursos públicos que os brancos, inclusive aqueles destinados para as políticas públicas. Portanto, para se chegar ao cerne da produção das desigualdades raciais no plano material não se pode afastar a associação entre ser negro e ser pobre, isto é, que um grande percentual de negros no Brasil é pobre, e um grande percentual de pobres no Brasil é negro (ROSEMBERG, 2014, P. 750)

Rosemberg (2014) provoca a pensar o quanto o racismo brasileiro é muitas vezes velado em meio a relações interpessoais, mas profundamente manifestado quando se observa, por exemplo, a ausência de políticas sociais ou investimento adequados para garantir direitos mínimos à população, tal como ocorre no país no caso da moradia⁵⁰. Assim, “mesmo que não seja uma ação específica contra negros, causa-se um impacto na manutenção das desigualdades materiais e estruturais contra os negros” (ROSEMBERG, 2014, p. 750).

Embora essas questões sejam cruciais para compreender o complexo sistema de opressão no qual bebês também se encontram inseridos, considero fundamental

⁵⁰ O Programa Casa Verde e Amarela foi o único programa de habitação federal vigente em 2022, período em que se desenvolveu maior parte do trabalho de campo. Criado em 2021, em substituição ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), ele subsidiava a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilitava as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de 9 mil reais. Além de excluir grande parte da população, que não atingia o valor mínimo requerido para participação. Com efeito, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) retornou em fevereiro de 2023 por meio de Medida Provisória (CASA, 2020).

refletir sobre como ser morador de ocupação pode também mobilizar o que Adela Cortina (2020) chama de “aporofobia”, isto é, a fobia ou ódio aos pobres. Cortina parte da análise do tratamento discrepante dado a imigrantes na Espanha, dependendo de seus propósitos de vida no país e encontra na pobreza o fator determinante entre aqueles que são rejeitados.

O problema não é, então, a raça, a etnia e nem mesmo o estrangeiro. O problema é a pobreza. O mais impressionante nesse caso é que há muitos racistas e xenófobos, mas quase todos são aporófobos (CORTINA, 2020, p. 26).

Quando se refere à pobreza, Cortina não diz respeito àquela reduzida à carência financeira, embora considere esse elemento importante, mas também aquela relacionada “a falta de liberdade, a impossibilidade de levar a cabo os planos de vida que uma pessoa tenha razões para valorizar” (CORTINA, 2020, p.49). Assim, ainda que análises sociais não permitam descartar nenhuma das diferenças que podem caracterizar quaisquer grupos, sob o risco de homogeneizar diferentes formas de opressão, para Cortina (2020) a pobreza assume caráter central e pode explicar o rechaço a alguns em detrimento de outros. Em seus termos a exclusão atinge, sobretudo, aqueles que “não podem nada oferecer ou parecem não poder fazê-lo” (CORTINA, 2020, p. 26), de modo que a pobreza se configura, então, como base das exclusões sociais.

Finalmente, os bebês desta tese são, portanto, sujeitos relacionais e componentes de um grupo, no caso, de moradores de um edifício ocupado para fins de moradia, ligado a um movimento social. Suas histórias de vida, ainda que únicas e pessoais, não estão apartadas de estruturas que, no Brasil, de forma sistêmica, criam condições para que determinados grupos sociais sejam constantemente discriminados. Isso significa que não há como analisar a

incidência deles na produção do espaço da Ocupação obliterando ou desconsiderando o racismo, o machismo, o sexismo e a aporofobia aos quais também estão expostos cotidianamente.

Fotografia 6:
Painel produzido
pelas crianças em
oficina
Fonte: Arquivo pessoal
da autora



CAPÍTULO 4

“A GENTE ESCUTA “TUM, TUM” ... É BOLA, É BOLA!”:

bebês e crianças na Ocupação Ipiranga

Estar na ocupação pesquisando bebês colocou-me junto às demais crianças que ali moram. Isso porque ao visitar, transitar e observar a rotina de suas moradoras, interagi e passei a ser (re)conhecida por muitas delas. Assim, percebi que observar relações (ou parte delas, frente à impossibilidade de análise da totalidade) mais amplas poderia também ser uma importante estratégia da pesquisa, pois essas relações me colocavam diante de questões diretamente relacionadas à forma como as infâncias são vividas nesse espaço, incluindo, as dos bebês.

Esses encontros e interações com as demais crianças variavam de acordo com os dias e horários das atividades em campo: aos finais de semana, bem cedo, o silêncio indicava que poderiam estar dormindo ou em atividades internas, em suas casas; enquanto de segunda a sexta-feira, nas primeiras horas da manhã, era possível encontrar muitas delas transitando. Nesses momentos, considerando as mochilas, trajes, uniformes e outros acessórios, era possível inferir que seguiam a caminho da escola ou de instituições próximas na redondeza. No geral, as crianças da Ocupação passavam o dia em instituições da região, ora escolares, em creches, pré-escolas e escolas, ora em projetos sociais e ONGs que oferecem atendimento contraturno.

“Aqui não faltam vagas”, afirma Dona Vera em uma de nossas conversas. De fato, segundo informações disponíveis no site da Secretaria Municipal de Educação, em relatório de demanda referente ao mês de setembro de 2022, a única etapa da educação com crianças em fila de espera na região é a correspondente à creche (crianças de 0 a 3 anos). Para efeitos de comparação, a demanda anunciada no

Distrito da Sé, região central da cidade, onde se encontra a Ocupação Ipiranga, é de 71 crianças, enquanto o número alcança 377 crianças em na periferia da cidade, como no bairro do Grajaú, na Zona Sul⁵¹.

Muito embora morar na região central de São Paulo pareça garantir às crianças o seu direito à educação, ainda que muitas vezes em ONGs e não efetivamente em instituições públicas, observei o quanto suas vidas são impactadas pelas disputas e ocorrências de diferentes ordens que caracterizam esse cotidiano:

Marquei com Dona Vera às 7:00 na Ipiranga e enquanto me aproximava a observei na porta junto a Nicole. Pensei estar atrasada e confiro no relógio: ainda faltavam alguns minutos para as 7:00. Logo que chego Dona Vera me explica: “vim te esperar aqui fora porque aconteceram algumas coisas aqui”. Seguimos em direção ao ponto de ônibus, onde encontramos uma moradora. Dona Vera pergunta sobre a filha e ela fala que a menina não foi à escola, porque está com medo. Então, me explicam que no dia anterior um grupo de crianças moradoras da Ipiranga tinham sido assaltadas no retorno da escola, o que gerou um certo alvoroço na Ocupação: “antes eles respeitavam as crianças, nem as crianças mais, agora até os moradores.”, me disse a mulher, completando: “Hoje não vão à escola, não vão, vão ficar por lá, depois vou tentar mudar de escola, porque essa é bem lá no meio (do fluxo)” (Excerto do caderno de campo, 09 de março de 2022).

Neste dia, os burburinhos pelas escadas e corredores evidenciavam que muitas crianças não haviam saído para ir à escola. Não demorou muito para encontrá-las, transitando, correndo, brincando pelos espaços. Considero haver nesse episódio elementos que evidenciam o que Maricato (2015) chamou de verdadeiras lutas e disputas de classe

⁵¹ O total da demanda anunciada por vagas em creches na cidade de São Paulo em setembro de 2022 era de 9332 crianças (0 a 3 anos) (SÃO PAULO, 2022).

características da diversidade de grupos sociais e da complexidade do centro. Também é interessante pensar como isso incide na própria organização dos tempos e espaços da Ipiranga. É algo “de fora” que invade o “dentro” e imprime a ele novas configurações e ritmos (FREHSE, 2016), em um movimento em que temporalidades e espacialidades são pensadas conjuntamente. Nesse caso, considerando que a própria presença das crianças (transitando, correndo, brincando), ensejada por algo “de fora”, interfere na aparente unicidade “organizadora de coisas no espaço e definidora de um tempo linear e constante” (REVOL, 2021, p. 9). Esse “fora” à medida que altera a rotina das crianças, altera também a própria Ocupação.

Em muitos momentos, na Ipiranga, encontrei as crianças em pequenos grupos, jogando em celulares, brincando nos corredores ou nas escadas do prédio. Não pude, e nem objetivava, acompanhar de forma mais sistematizada as práticas e brincadeiras que ocorriam no cotidiano da Ocupação. Ressalto, inclusive, que não encontrei bebês ou crianças mais novas nesses momentos em que brincavam autonomamente, mas me interessa destacar algumas questões sobre o brincar.

Conforme apontado, ao longo dos últimos anos, especialmente como contribuição dos novos estudos da infância e da criança foi possível acompanhar um movimento de reconceitualização da infância (PROUT; JAMES, 1990). As pesquisas que tradicionalmente focavam em processos de socialização infantil ou preocupavam-se com seu desenvolvimento, passaram a compreender as crianças como participantes de uma rede de relações, que vai além da família e da creche/escola. Nessa nova perspectiva, ademais, as crianças são consideradas como sujeitos capazes de produzir mudanças nos sistemas nos quais estão inseridas. Nesse processo, o brincar não só é reconhecido

como por excelência como uma atividade infantil (GOUVEA, 2011), mas também linguagem central em seus universos. Essa linguagem possibilita a inserção dessas crianças no mundo, ao interferirem e criarem significados (NASCIMENTO, 2011), assim como produzir e reproduzir cultura a partir das suas ações (CORSARO, 2011). Ressalto que no caso dessa pesquisa, o brincar é compreendido como elemento fundamental das relações e interações infantis e, por isso, me interessa considerá-lo sob essa perspectiva, de forma mais ampla na construção dos espaços da Ocupação (LANSKY; GOUVEA, 2022; GOBBI; ANJOS, 2021).

Especialmente no caso da Ipiranga, frente à ausência de locais onde se possa brincar mais livremente, como uma brinquedoteca ou um quintal, (o que poderia, em um primeiro momento despertar certo sentimento de indignação) as crianças encontram possibilidades nas escadas, nos corredores, no pequeno e grandes pátios junto a materiais de construção ou de trabalho dos adultos, ou ainda na calçada da movimentada avenida. Vale destacar que se trata de dinâmica similar à encontrada por Bizzotto (2022) e Eline Santos (2017), em investigações sobre brincadeiras de crianças em outras ocupações. Além delas, Gobbi e Anjos (2021) e Oliveira e Borges (2022) também teceram importantes reflexões sobre isso e, no geral, apontam, como por meio das brincadeiras, as crianças, a seu modo, produzem relações e, por conseguinte, também os espaços, os quais são usados e apropriados de maneira peculiar, muitas vezes diversa dos adultos.

Para ampliar essa reflexão, mobilizo duas categorias propostas por Lefebvre (1977): cotidiano e apropriação. Segundo o autor, o cotidiano ao mesmo tempo em que pode ser considerado o lugar central da alienação, contém condições de resistências entre brechas e nos interstícios do espaço, que abrem possibilidades de transformações. Essas, por sua vez, só são possíveis com base nos mecanismos de

apropriação desse espaço (MOREAUX, 2013). No caso aqui discutido, ainda que relativamente modesta, no sentido de afetar o funcionamento da lógica capitalista, as brincadeiras como “obras” infantis, podem ser consideradas “brechas” encontradas ativamente por elas. Essas brechas não só produzem alterações espaciais, à medida que disputam esse espaço, mas alteram relações que nele ocorrem. Por exemplo, na dinâmica das crianças do Ipiranga foi possível notar a produção de certa suspensão no tempo enquanto transcorriam as brincadeiras. O tempo, regido em grande medida pelo trabalho, e majoritariamente, feito por adultas e adultos, desacelerava-se. Ainda que tão pouco, permitia acreditar em relações regidas, não pelo tempo do capital, mesmo que em condições precárias de vida.

Em sentido confluyente às observações de Lefebvre, a brincadeira, por meio do ato e produção do brincar, pode também ser considerada expressão do direito à cidade, tal como defendido por Gobbi e Anjos (2021). A expressão “direito à cidade”, originalmente cunhada por Henri Lefebvre em 1968, buscava criticar as consequências do processo de urbanização e estabelecer a possibilidade de reivindicar a criação e plena fruição do espaço social. Dessa forma, seria possível fazer valer o direito à vida urbana transformada e renovada (LEFEBVRE, 2001, p. 118). Observe-se que a expressão se traduz como direito humano coletivo de se desenvolver atividade criadora, obra, de imaginário, de atividade lúdica, de tempos e espaços de encontros, fundamentalmente relacionados à utopia e contrário à alienação. Em termos mais concretos, é possível conceber o brincar na calçada, por exemplo, como extensão da própria Ocupação na movimentada avenida. Essa avenida, cabe lembrar, foi, formalmente “concebida” como funcional à circulação rápida de automóveis, o que torna a presença das crianças brincando um elemento de disputa que ocorre no e pelo espaço. Essa disputa pode resultar no

aniquilamento dessa brincadeira, mas pode também incidir na transformação do espaço, que “escapa” da lógica imposta pelo cotidiano programado, ainda que de forma efêmera e momentânea.

Para Jane Jacobs (2011), as calçadas são lugares fundamentalmente importantes para as crianças na cidade, não só por serem locais onde podem brincar e aprender, mas, sobretudo, por permitirem o encontro de diferentes grupos e pessoas. Além disso, a presença das crianças da Ocupação na calçada da Avenida Ipiranga também pode fazer refletir sobre outra forma de organização social possível, na qual todos (ou mais pessoas além de suas famílias) se responsabilizam por elas, em um processo de construção de responsabilidade pública, compartilhada, que também ensina as crianças. “O ensinamento de que os moradores da cidade devem assumir responsabilidade pelo que acontece nas ruas é dado continuamente a crianças que usufruem a vida pública nas calçadas” (JACOBS, 2011, p. 90).

De qualquer maneira, esse “desordenamento” do espaço que ocorre por meio das crianças e de suas brincadeiras, também por conta da ausência de contextos definidos como “lugar para brincar”, nem sempre é bem visto ou aprovado pelas demais moradoras, pessoas adultas. O excerto da entrevista feita com Dona Vera fornece pistas para pensar a questão:

A gente escuta “tum, tum”... É bola, é bola. Quando eu chegava, que eu era coordenadora, eu falava: “parece que eu escutei um barulho”... “Não tia, não foi “nós” não, não foi”... Ai é só descer de novo, escuta “tum”. Ai vem outro: “tia, tá certo, tão jogando bola lá no terceiro andar”... Ai vem gente: “Dona Vera não aguento mais essa criançada jogando bola aqui na minha porta”. Ai eu falava: “desce lá no salão”.. lá no salão pode, mas também tem hora, é até as nove horas da noite, não mais... e lá faz um eco pior. Mas mesmo assim, a

gente tentou, tentou, mas por conta da luz, eles estouram a luz. Gente do céu, isso vai indo, vai indo, um monte de coisa, vai cansando...” (Dona Vera, entrevista realizada em 04/11/2021)

Apesar de não ter presenciado conflitos como o exposto nesse trecho, breves diálogos e comentários, muitas vezes tecidos em minha frente, indicavam algo análogo ao apontado por Saraiva (2009) em investigação sobre crianças em condomínios de luxo. Em ambos os casos, as relações com e entre as crianças não se dava livre de problemas e tensões entre e com moradores. A comparação evidencia, nesse sentido, não se tratar de uma especificidade da Ocupação Ipiranga, mas possível “pista” para se pensar o lugar que as crianças nela ocupam.

Ainda que haja a incidência de certas situações de conflito entre adultas e crianças, há que se considerar a existência de manifestações as quais qualifico como de afeto e amor para com elas. Não se trata aqui de buscar conceituar ambos os termos: o que faço, por ora, é me opor a definições sob ponto de vista romântico, conjugal, naturalizado, ou ainda, psicológico. Trata-se, pois, de reconhecê-los como construções históricas e sociais, componentes fundamentais das relações e ações sociais, mas profundamente interconectados às estruturas características das sociedades modernas⁵² (GADEA; LEITE, R P. 2016). Assim, ainda que não seja intenção dessa pesquisa aprofundar essas questões por meio do chamado “estudo das emoções” (MONTANDON, 1996), interessa-me evidenciar um dos elementos de funcionamento das relações

⁵² Para Gadea e Leite (2016) é fundamental reconhecer que a definição dos afetos presentes nas relações sociais está profundamente relacionada a um conjunto de transformações de cunho histórico e sociocultural ocorridos no Ocidente, em especial àquelas que se dão em torno da ideia de família centrada na conjugalidade e na sexualidade moderna. Além delas, Trevisan (2007) também ressalta como os afetos (amor e amizade, por exemplo) foram fenômenos historicamente de pouco interesse das Ciências Sociais. A situação, entretanto, tem se transformado nos últimos anos, com o surgimento de construções teóricas que reconhecem, por exemplo, o papel da ação social dos sujeitos e suas dimensões subjetivas.

na Ocupação. Afinal, essas relações ocorrem em meio a paradoxos e contradições, entre conflitos e demonstrações de afeto e amor que parecem coexistir, cada qual a sua maneira, para esse grupo. Trata-se, nesse sentido, de uma aproximação à ideia de amor como construção cotidiana, que assume sentido como intenção e, sobretudo, como ação, tal qual proposto por bell hooks (2020).

Desde as primeiras vezes que estive na Ocupação observei como as crianças, de maneira geral, mas dentre elas os bebês, se constituem como mote de conversas, de diálogos e de ações entre as moradoras. Comigo, por exemplo, talvez pelo fato de me reconhecerem como professora, as pessoas sempre puxavam algum assunto relacionado às crianças, em especial sobre suas escolas, suas dificuldades diante a pandemia, etc. Além disso, desde que ingressei no campo, fui questionada por Graciele, coordenadora da Ocupação, sobre o retorno das atividades do grupo de pesquisa, suspensas devido à pandemia da COVID-19, na Ipiranga: “Mas vocês vão voltar a fazer o projeto aqui quando? Para gente dar um empurrãozinho, ajeitar tudo certinho...” (Excerto do caderno de campo, 11 de novembro de 2021).

Percebi essa insistência para que propuséssemos⁵³ algo para as crianças sob dois aspectos. O primeiro diz respeito às expectativas também constituídas sobre nós, enquanto pesquisadoras em campo, que incide diretamente na forma que encontramos para estar “dentro” da Ocupação. Nunca é demais lembrar como esse processo é negociado e compartilhado ao longo de toda a pesquisa com as moradoras. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que eu estabelecia algumas intenções e expectativas quanto ao campo (encontrar e acompanhar os bebês, por exemplo), elas também pareciam ter sobre mim (ou sobre “nós”,

⁵³ Refiro-me nesse caso a mim, enquanto pesquisadora, mas também as demais componentes do grupo de pesquisa.

enquanto grupo de pesquisa), esperando que voltássemos a propor o que chamavam de “atividades” ou “projeto” com as crianças. O segundo aspecto, por sua vez, relaciona-se à representação construída sobre uma certa centralidade que as crianças pareciam assumir na organização da Ocupação. Considero essa centralidade uma manifestação do que chamei de amor e afeto, valores simbólicos que me parecem existentes, moventes, estruturantes, dessa relação. Mais uma vez, destaco um excerto de entrevista com Dona Vera como mote para reflexão sobre o assunto:

A gente inventa as coisas... vamos fazer festa? Mas ano passado não teve nada... ano retrasado a gente fez festa junina, fez vaquinha, mandou vir aqueles lugares que alugam piscina de bolinha, pula-pula... a gente fez vaquinha para eles... fez a corrida do saco, a pescaria, tudo para eles, para ver se animava um pouco (Dona Vera, entrevista realizada em 04/11/2021)

Muito provavelmente devido as restrições impostas como forma de controle da pandemia da COVID-19 eu não presenciei na Ipiranga nenhuma organização de festa com ou para as crianças durante o campo. Ainda assim, pude ouvir muitas vezes de suas moradoras relatos e memórias sobre elas. As festas de aniversário ou aquelas comemorações chamadas de “mêsversário”, nas quais são comemorados os meses iniciais de vida das crianças, também foram citadas algumas vezes pelas moradoras e evidenciadas como importantes momentos de suas vidas:

[...] o carinho que eu dei para essa menina na minha barriga, hoje ela é toda carinhosa. Ai pus ela na creche, cuidei atras de tudo... fiz o aniversário...[...] E com o dinheiro dali (do trabalho de faxina em um prédio próximo) eu fiz o primeiro ano de aniversário da minha filha. Com o dinheiro dali eu comprei roupa da Natal, sabe, ele me ajudou [...] agora vou fazer o mêsversário do Levi

(Denise, entrevista realizada em 27/04/2022).

Vai ter o aniversário da Helena de 1 ano... eu falei: eu preciso! Eu queria fazer de 15 de janeiro, mais ou menos essa data, mas como é fim de semana, não sei, eu trabalho[...] então é assim, coisas que as vezes fico pensando: “nossa, não vou fazer o aniversário da minha filha por causa do trabalho?”... ai eu falei para ela que infelizmente se ela não me der (folga), é falta... porque querendo ou não é o único dia (Renata, mãe da Helena, entrevista realizada em 20/12/2021)

Para mim, assim, dia das crianças, para mim, é só um marketing, só que para eles não, para eles tem um significado do dia das crianças. Para mim é só um marketing para poder vender mais, entende? Natal, papai noel... mas, por mais que não concordamos, a gente não quer deixar morrer. É um direito deles de sonhar! E se a criança da classe média alta pode sonhar e realizar esses sonhos, a gente também, as nossas crianças também! (Neti, entrevista realizada em 20/01/2023)

Festas de aniversários infantis francesas, por exemplo, foram investigadas por Sirota (2008) em um trabalho que discute a inversão da ordem geracional ocorrida ao longo do século XX. Ou seja, os anciãos, antes festejados e considerados núcleo das comemorações familiares, foram, aos poucos, substituídos pelas crianças. A pesquisadora evidencia como a escolha dos elementos que compõem as festividades, tais como o bolo, são produzidas em tempos e espaços determinados, que conjugam, assim, elementos culturais que dão forma a um universo imaginário da infância. Já Müller (2020) evidencia o potencial socializador que uma festa e aniversário de um ano de uma criança pode assumir em uma família ao mobilizar um círculo de relações. O trabalho também demonstra como esse potencial

socializador permite envolver o bebê em aprendizagens diversas e em rituais que antecedem transições em suas vidas, tais como ocorre quando ensinam a ele cantar “parabéns para você”. A autora ressalta ainda como uma festa de aniversário pode se configurar como importante evento para a pesquisa antropológica. Outra reflexão ocorre a partir da ideia de “nenezidade”, utilizada por Machado (2006) para ressaltar como o mundo dos bebês se delinea com base em um totemismo, puro e esterilizado de quaisquer tabus, onde tudo, até insetos e animais mais peçonhentos, tomam formas de bebês.

De maneira geral, festas são construções sociais e culturais com potencial socializador e com características a serem consideradas a depender dos grupos sociais. Por essa razão, as festas podem, então, revelar os lugares ocupados por seus diferentes atores. Contudo, no caso do presente trabalho, mais do que problematizar a existência de determinadas datas no calendário festivo ou analisar ou as escolhas de elementos para compor essas festas, interessa-me refletir sobre o que ela significa para esse grupo específico. Ou seja, trata-se de observar o que justifica o fato das festas serem tão frequentemente citadas pelas mulheres-mães-avós nas conversas sobre as vidas das crianças na Ocupação.

Para além das considerações anteriores, considero fundamental reconhecer o viés mercadológico e de consumo que festas, sobretudo as infantis, assumiram no contemporâneo, na medida em que exprimem uma hegemonia sobre o que se apresenta como virtude. Sob ponto de vista do consumo, as festas infantis foram a temática da pesquisa de Oliveira e Abreu (2015), que orbitam, segundo eles, em torno dos imaginários de ostentação, exclusividade e conformidade social.

Retomando os excertos das entrevistas feitas com Denise e Renata é possível verificar evidência das festas

como objeto desejado. Assim, sua aquisição/realização está diretamente relacionada aos seus papéis de mães-trabalhadoras, correspondendo ao ideário do trabalhar para poder “dar/comprar” coisas aos filhos. Nesse caso a festa compõe aquilo que poderíamos chamar de “circuito” ou “objeto” de desejos, entre as tantas coisas que gostariam de dar/comprar/possibilitar às crianças. Interessante observar que isso ocorre mesmo sob condições financeiras adversas, quando os gastos festivos podem comprometer parte importante de seus salários, o que pode corroborar para os conhecidos processos de endividamento e feminização da pobreza tais como tratados por Federici (2019) e Gago (2020).

Observando a questão a partir de outra perspectiva, é fundamental reconhecer como a produção do cotidiano pode estar vinculado à difusão do consumo, possibilitando a incidência das relações capitalistas na esfera doméstica. Assim, cria-se um modo de vida, que é, na verdade, um modo de consumo (CARLOS, 2007). Contudo, é interessante observar que no contexto da Ocupação Ipiranga, apesar das questões até aqui pontuadas, a organização das festas também possui uma dimensão coletiva. O relato de Dona Vera, por exemplo, cita a mobilização coletiva em torno de realização de uma festa para as crianças, com a organização de vaquinhas, arrecadação de verbas e aluguel de brinquedos. Esses elementos podem ser tomados como evidências do que pode ser reconhecido como “desejado”. Trata-se, pois, de responder à presença das crianças, suas solicitações e demandas diversas, além de fazê-las felizes em um contexto de acessos restritos a tantos direitos: “E se a criança da classe média alta pode sonhar e realizar esses sonhos, a gente também, as nossas crianças também”, ressalta Neti.

Para continuar essa reflexão, considero também importante considerar as ideias de Guy Debord (1997) sobre

a sociedade do espetáculo. Para o autor, como face importante do capitalismo, a sociedade do espetáculo corresponde ao conjunto das relações sociais mediadas por imagens. Essas imagens, por sua vez, são constituídas à medida que se reforçam desigualdades, implicando exercícios de poder (espetacular) e dominação social. Assim, o que a caracteriza é justamente o caráter cotidiano da produção e consumo de mercadorias por imagens, o que resulta em uma produção do espetáculo. Em outras palavras, esse é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social (DEBORD, 1997). Desta forma, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade, presente em formas particulares (propaganda, publicidade, divertimento) e aqui, em destaque, nas festas. Nesse sentido, é possível refletir sobre as festas infantis como propulsoras de imagens derivadas da lógica das relações de poder, de maneira que, para as moradoras da Ocupação, como parte dessa sociedade do espetáculo, fazê-las também pode se constituir como forma de alcançar um outro status. Ou seja, as festas infantis seriam uma forma de participar de um outro lugar social, mesmo que momentaneamente, e, no limite, dignificar suas vidas, ainda que isso possa, ao mesmo tempo, escamotear suas próprias existências e seus próprios desejos (DEBORD, 1997, p. 24).

Por outro lado, considero igualmente importante reconhecer a festa, em suas múltiplas dimensões, com potencial transformador. Isso porque, como já citado, na luta pela moradia a festa pode assumir diferentes significados, tais como, por exemplo, a própria ação de ocupar. O uso do termo festa como referência para o ato de adentrar imóveis/terrenos ociosos ou em desuso que não cumprem sua função social, possui afinidade com as reflexões de Lefebvre (2001) sobre o direito a cidade. Isso porque para pensador francês, a festa, enquanto experiência coletiva, obra, lugar de trocas e do encontro com o outro e

com a diversidade, é uma das formas de se fazer uso do espaço, vivenciar e se apropriar dele. Assim, a celebração coletiva traduz em sua realização, não só o fenômeno da sociabilidade, mas, sobretudo, certa “desocultação” de muitas existências, tais como das crianças, constituindo-se, portanto, como ato político. Nesse sentido, reconheço nas festas infantis (com e para as crianças), assim como nas brincadeiras, “brechas” que podem transformar, ainda que momentaneamente, o cotidiano e, conseqüentemente, o espaço da Ocupação.

Entre a reprodução da lógica do consumo e o potencial transformador das festas, ressalto que o fundamento desse desejo parece ser a demonstração de afeto e amor para com as crianças. Ou seja, a realização da festa traduz-se como uma das formas possíveis de evidenciar como ali, na Ocupação, se “amam e cuidam bem das crianças”. Percebo uma dinâmica de troca, entre pessoas e grupos, de afetos constituídos e em construção, bem como, trocas possíveis e desejadas, em que o que passa a valer não é só o valor de troca, tal como ocorre em grande parte das relações entre pessoas. Há uma troca, que é material, mas também imaterial, pois simbólica. Algo que também me parece ocorrer em outras situações:

Ao chegar à casa de Helena, encontro-a com lindo macacão, com cinto e laço na cabeça. Cabelinho molhado, como quem saiu do banho. Cheirosa. Parece estar arrumada como quem “vai sair”, como aliás, sempre parecem estar as crianças quando chego (Excerto do caderno de campo, 20/12/2021)

Desocultar a origem dessa necessidade de mostrar as crianças limpas, cheirosas, bem vestidas para receber a pesquisadora, me levou às contribuições de George Vigarello (1996) sobre a história da higiene corporal. Vigarello desnaturaliza o ideal de limpeza, reconhecendo-os como

histórico e socialmente construído. Assim, o ideal contemporâneo de higiene surgiu dos avanços dos ideais capitalistas e da ciência moderna, mas não como imperativo direto. Tratou-se de uma representação; de uma imagem construída sobre indivíduo e sobre os cuidados de si; e do próprio corpo na sociedade ocidental. Assim, a limpeza e o próprio banho, que na Idade Média eram considerados práticas transgressoras, assumiram, ao longo do século XVIII, uma conotação moral e disciplinadora. Com efeito, as pessoas mais pobres e de menor prestígio social eram consideradas menos obedientes às regras de higiene e deveriam ser “ensinadas” a tê-la. Apresentar as crianças limpas a quem é “de fora” pode ter suas origens nessas representações e incidir como possibilidade de antecipar e se contrapor a quaisquer formas estigmatizantes de caracterizá-las.

De qualquer maneira, importa-me ainda destacar como essas práticas que considero ser demonstrações do “cuidar bem das crianças” podem estar ancoradas em determinadas imagens e simbolismos. Por essa razão, considero esse conjunto de práticas e representações como importante fonte de pensamento sobre representações dos bebês para essas mulheres. Por exemplo, a ideia do bebê como um sujeito genérico, inocente, associado à ideia de corpo biológico, que aparece recorrentemente em nossas conversas ao longo do campo, parece assumir novos contornos quando é personificado, isto é, quando se trata efetivamente daqueles com quem se estabelece alguma relação próxima e afetiva, como ocorre com os bebês, seus filhos e netos, participantes dessa pesquisa. Vejam-se alguns exemplos.

Pergunto a Dona Vera como ela define o que é ser bebê: “Eu acho que ser bebê é o ápice da inocência né!? Eles não sabem de nada, tudo é aceito. Então, eu acho assim que eles dançam conforme a música. Não tem

sofrimento... não tem isso de falar 'aquele bebê sofre tanto', porque nós seres humanos, a gente se adapta a qualquer coisa. Acho que quando é pequeno se adapta mais rápido ainda do que grande... Eu acho que ser bebê é isso..."(Dona Vera, entrevista realizada em 02/06/2022)

Ela brinca, ela manda beijo, pega na sua mão, mas para ir no colo ela não vai, não é Helena? E ela é bem mais apegada a minha mãe [...] E agora ela "tá" na cama, quando você pensa ela "tá" querendo subir ali em cima do rack, para segurar... "Helena sai daí"... ela olha para minha mãe e chora, grita e olha para minha mãe...olhando para minha mãe, como quem diz: "você não vai fazer nada?"... sofrendo... se você dá alguma coisa para ela que ela não quer, ela joga no chão. A gente fala: "meu Deus, essa menina já tem personalidade!" (Renata, entrevista realizada em 20/12/2021)

Ele é muito esperto! Mexe em tudo no celular sozinho... sabe entrar nos desenhos, no youtube. (Kailaine, entrevista realizada em 04/05/2022)

Eu fui, aliás eu já sou avó... é tudo.. eles são tudo! [...] Um dos bebês já está engatinhando [...] o outro é mais preguiçoso. (Neti, entrevista realizada em 20/01/2023)

O bebê associado ao sagrado, à pureza e à inocência que caracterizam a definição apresentada por Dona Vera no primeiro excerto, certamente influenciada por imagens construídas desde a Modernidade e legitimadas ao longo dos anos pelas áreas das ciências da saúde, parece mudar exatamente quando ele é personificado. Assim, o bebê deixa de ser "genérico" e passa a ser reconhecido como a Helena, o Davi, ou o "meu" filho ou o neto. De sujeitos frágeis, inocentes, que não sabem nada, tornam-se "tudo" e passam a ser caracterizados como seres espertos, com personalidade, capazes.

Não raro, enquanto estive em campo, sempre que encontrava com pessoas das famílias dos bebês e perguntava sobre eles, recebia como resposta depoimentos sobre suas novas conquistas: “já está andando, já está sentando, está falando tudo”. Em um primeiro momento é possível identificar nesse tipo de afirmação o impacto das teorias desenvolvimentistas e evolucionistas para definir os bebês. Essas perspectivas teóricas consideram os bebês como seres humanos incompletos que só serão completos quando, de forma linear e universal, alcançarem determinadas habilidades necessárias a um estado de civilização (CUZZIOL, 2013). Contudo, com uma atenção mais detida, é possível imaginar nessa insistência de valorização das conquistas dos bebês um algo mais que considero estar relacionado também a quem é responsável por ele. Refiro-me, nesse sentido, como ao serem instigadas a falarem sobre os “seus” bebês, as responsáveis também falarem sobre suas próprias capacidades de cuidarem bem deles (e por isso são tão capazes, espertos) e, de certa forma, confirmarem o que eu havia percebido sobre a relação de amor e afeto com elas.

Ressalto ainda que, apesar de parecerem diferentes, essas representações não se contrapõem. De maneira geral, elas vão ao encontro de discursos hegemônicos, presentes sobretudo nas sociedades urbanas ocidentais e urbanas que têm bases históricas comuns como já demonstrado anteriormente. Assim, essa ideia do “meu” bebê como um sujeito “capaz” estaria, nesse sentido, relacionada à possibilidade de afirmação da própria capacidade de cuidar bem dele. Essa condição de boa fornecedora de cuidados também permite contrapor-se aos estigmas presentes nas imagens do ser morador da ocupação (e tudo que elas carregam em suas formas de discriminação, racismo, aporofobia e associação à criminalidade).

De forma bastante ampla, observar e estabelecer relações com as crianças da Ocupação Ipiranga, me

apresentaram algumas práticas importantes, das quais destaque, as brincadeiras, os conflitos, as festas, o amor e cuidados. Analisá-las permitiu-me considerá-las como parte do cotidiano da Ocupação, sobretudo configurando-se como “brechas” que nele incidem, tal qual ocorrem com as brincadeiras e com as festas. Em geral essas brechas são efêmeras e, portanto, ainda não suficientes para transformarem radicalmente a lógica de funcionamento desse cotidiano. Contudo, essas brechas também, possibilitam reconhecer que as crianças, a seu modo, produzem e se apropriam dos espaços da Ipiranga. Além disso, o olhar detido a essas práticas, permitiu também refletir sobre imagens e simbolismos que as sustentam. Refiro-me especificamente às representações de bebês, genérico e capaz, sob as quais parecem estar ancoradas práticas e relações estabelecidas com eles.

4.1. “VOCÊ QUER QUE EU CHAME OS BEBÊS?”: oficinas como possibilidade de encontros

Deslocar meu olhar para o grupo ampliado de crianças acarretou novas decisões e encaminhamentos ao longo da pesquisa. Refiro-me à forma como as crianças também foram se constituindo como participantes dessa investigação, questionando, por exemplo, ao me encontrarem pelos corredores, a possibilidade de retorno das atividades do grupo: “Tia, quando vai voltar a ter atividades?” ou “Tia, o que vamos fazer hoje?”.

Somo a isso, uma certa dificuldade percebida em dedicar-me inteiramente aos bebês enquanto estava no campo. Assim, embora me sentisse imersa, aprendendo muitas coisas e produzindo muitos materiais de forma mais expandida, sentia necessidade de alguma estratégia ou recurso que pudesse me colocar junto aos bebês de forma

mais contida, de modo a observar suas particularidades e individualidades.

Embora inicialmente não aventasse a possibilidade de compor a metodologia da pesquisa com “oficinas”⁵⁴, seja por desconhecê-las de modo mais aprofundado, seja por ter me proposto a simplesmente estar com as crianças sem mediações criadas e propostas diretamente por mim, elas acabaram mobilizadas como outra estratégia de produção de dados para a pesquisa. Ressalto que elas já haviam sido utilizadas em muitos outros trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa, ocasiões nas quais as oficinas consistiram em elementos promotores de relações entre pesquisadoras e crianças. Partindo do princípio que, muitas vezes, as metodologias se constroem no decorrer da investigação e que, sobretudo, estar com as crianças implica um “processo de proposição, negociação e aceitação” entre elas e pesquisadores e vice-versa (GOBBI, ANJOS, VICENTE, 2020, p. 23), decidi pela realização de algumas oficinas. Cumpre ressaltar, dessa forma, que não se trata de algo construído por mim especialmente para essa investigação, mas uma estratégia mobilizada a partir de necessidades que surgiram do próprio campo: atender expectativas das moradoras e estar junto, de forma mais detida, com os bebês.

Para que as oficinas pudessem ocorrer na Ocupação Ipiranga foi necessário seguir alguns fluxos internos, passando pela autorização das coordenações (geral e local), consulta sobre melhores dias e horários e local de realização. Graciele, uma das coordenadoras da Ipiranga, foi minha principal interlocutora nesse processo. Os sábados foram indicados por ela como os melhores dias para que os encontros acontecessem. Ela também ficou responsável por

⁵⁴ Referi-me à palavra “oficina” entre aspas para enfatizar que não se trata da reprodução de modelos ou atividades que visem à produção de algo, de um produto final, tal como ocorre nos contextos de instituições educacionais. Doravante seguirão sem aspas.

divulgar o cronograma⁵⁵, com datas e horários agendados para todas as famílias.

Duas colegas⁵⁶, componentes do grupo de pesquisa, especialmente aquelas que tinham interesse e/ou trabalhos relacionados às ocupações, dispuseram-se a me acompanhar nas atividades, em sistema de rodízio. Reafirmo que essa era uma demanda bastante importante, pois as experiências anteriores evidenciavam a dificuldade de permanecer sozinha durante as propostas com as crianças. Essas dificuldades ocorriam por conta da quantidade de participantes, da organização da atividade em si e, e, especialmente, do desafio de ouvir as crianças, dialogar com elas, além de fazer registros nos cadernos de campo ou fotográficos.

Além disso, havia uma preocupação genuína de minha parte em garantir que o proposto fosse também acessível, significativo e convidativo aos bebês. E se eles não aparecessem? E se a atividade proposta não fosse interessante? E se fosse feito um convite “exclusivo” aos bebês e suas famílias? Era sabido, também por outras experiências vividas nas ocupações, da dificuldade em tentar selecionar um grupo ou prever quais e quantas crianças estariam ou não nas atividades. Carolina Abrão Gonçalves (2018) apresentou reflexão análoga sobre a impossibilidade de focar suas propostas apenas com as crianças bolivianas que moravam na Ocupação Prestes Maia. Frente a isso, a solução encontrada foi alternar propostas: ora disponibilizando materiais que remetesse a um espaço de brincadeiras com bebês, ora com propostas mais amplas e coletivas, como contações de histórias, brincadeiras de rodas, desenhos e pinturas. Com isso, esperava poder contar

⁵⁵ As oficinas ocorreram quinzenalmente, entre os meses de abril a agosto de 2022, em um total de 6 encontros.

⁵⁶ Estiveram comigo nas oficinas as pesquisadoras Paula Martins e Vanessa Albuquerque. Além delas, estiveram também os educadores Italo Butze, Fernanda Barbosa, Shirley Oliveira e Cinthia Bettoi Pais, a quem reitero meus agradecimentos.

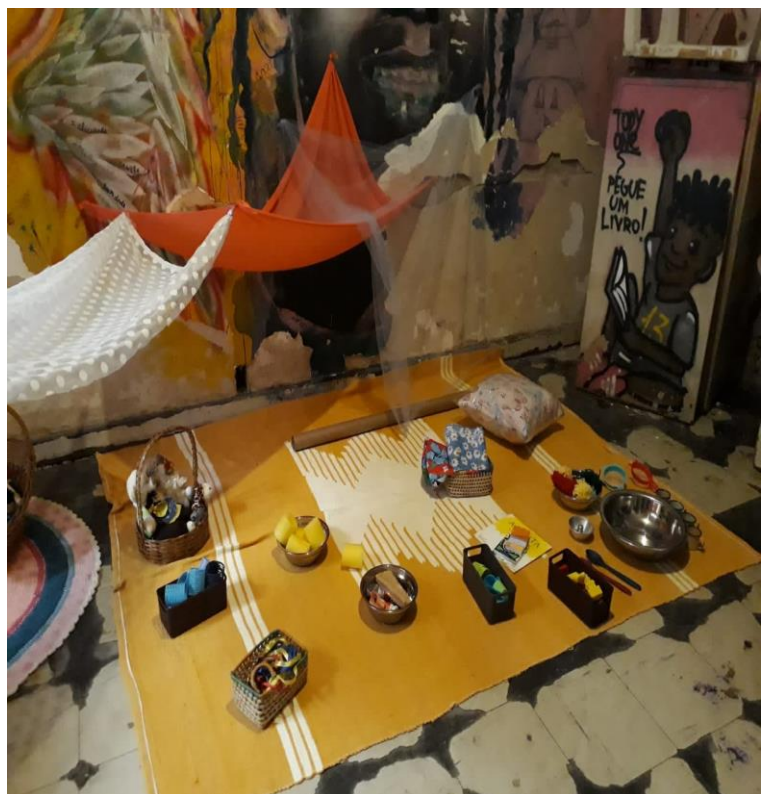
com a presença dos bebês, sem, necessariamente excluir as demais crianças que, como disse, ansiavam pelas atividades.

É fundamental reconhecer como as oficinas, à medida que se traduziram em ofertas de determinados materiais e propostas às crianças, introduziram certa artificialidade ao contexto pesquisado, impossível de ser evitada, mas nem por isso, menos importante (COUTINHO, 2010; PIRES, 2007). Certamente a escolha do que foi disponibilizado e proposto a elas foi pautada, em muitos momentos, pela minha própria experiência como educadora e pelos materiais a que, na condição de educadora, tinha maior acesso (tapetes, almofadas, brinquedos, livros, papéis, materiais de desenho e pintura, músicas). Todo esse universo material aqui mobilizado não é neutro: ele muda, transforma-se e constitui-se como “de” ou “para” criança em um processo que é histórico e sociocultural. Ou seja, tanto os materiais quanto a própria forma como foram organizados e disponibilizados, não só carregam marcas das minhas próprias representações, como correspondem a mediadores sociais das relações criadas em campo com as crianças. Trata-se de um processo complexo que incidiu em muitas reflexões ao longo do campo:

Marcamos para chegar às 13:30. Uma colega do grupo me acompanharia nesse dia, em que montaríamos mais uma vez um espaço de brincadeiras para os bebês (e para as demais crianças também). Supondo que crianças mais velhas também apareceriam, separamos, além dos materiais inicialmente pensados para as brincadeiras (bacias, buchas vegetais, pequenos potes, colheres, peneiras, bonecas de pano, bolas de tênis, livros, gibis, pinceis, pentes e escovas de cabelo.... aquilo que pudesse servir como possibilidades de criação e exploração), alguns livros, gibis e alguns jogos de dominós. Há um certo planejamento e uma preocupação com a seleção e organização dos materiais, que obviamente não é neutra. Quando feita por mim, por exemplo, que sou

professora de educação infantil, certamente passa por aquilo que eu reconheço e identifico como bons materiais para os bebês brincarem; há uma dimensão lúdica, mas uma que também é estética e política. Eu tenho uma preocupação em levar “coisas bonitas e legais” às crianças, por exemplo, mas o que eu acho legal e bonito elas também acham? Sem dúvida a forma e o conteúdo desses espaços de brincar conduzem processos e relações entre as crianças, e entre elas comigo (Excerto do caderno de campo, 04/06/2022).

Na fotografia abaixo é possível observar alguns desses materiais escolhidos e organizados como um “espaço de brincadeiras” no pátio menor da Ocupação, no primeiro andar.



Fotografia 7:
Espaço de brincadeiras
organizado na
Ocupação Ipiranga
Fonte: Arquivo pessoal da
autora

À medida que as oficinas se tornaram mais frequentes, compondo certa parte do cotidiano da Ocupação Ipiranga, pessoas adultas, especialmente algumas coordenadoras, mães e avós dos bebês, passaram a frequentar os locais propostos. Assim, propunham atividades e avaliavam o processo e resultados junto às crianças:

Logo que entrei na ocupação fui recebida pela Dona Maria, que avisou Graciele sobre minha chegada. Graciele quase sempre está acompanhada de Vitória, sua filha, que tem 7 anos de idade e logo se dispõe a me ajudar, tanto na organização da proposta, quanto chamando as crianças para que participem dela. Neste dia, logo que me viu já avisou: “oi Ju, já varri aqui para você, tá...!?” Quem você quer que eu chame? Você quer que eu chame os bebês? Vou chamar...”. Vitória então sai rapidamente chamando aqueles que ela reconhece como bebês. Não consigo acompanhar Vitória, embora quisesse muito, porque quando as crianças nos veem, já começam a se aproximar e eu precisava organizar o espaço para recebê-las. Graciele permanece comigo e sugere fazermos umas cabanas. Corre em sua casa para buscar mais tecidos, pregos e martelos (Excerto do caderno de campo, 04/06/2022).

Durante as oficinas as estratégias da pesquisa muitas vezes assumiram contornos informais e espontâneos (GOTTLIEB, 2012, p. 62), uma vez que na maior parte das vezes me mantive diretamente engajada na relação com as crianças, recebendo-as, acolhendo-as, ora com alguma delas no colo, ora convidada para participar de suas brincadeiras, ou ainda tentando mediar algum conflito, que ocorria quase sempre em torno da disputa por algum brinquedo ou material. Outras vezes precisei mediar situações que ocorriam entre elas na tentativa de subverter a ordem do silêncio ou em suas tentativas de tornar os espaços de passagem como “lugares para brincar”. Nesses casos, o fato

de as crianças nos reconhecerem como adultas “de fora”, “não-moradoras” da ocupação e que, por isso, talvez não soubessem sobre suas regras, parecia fazer com que elas se aproveitassem para propor realizarmos juntas algumas transgressões. Essas propostas consistiam em fazer o que não lhes era permitido se estivessem sozinhas, como gritar ou correr pelos corredores e escadas, por exemplo. Reconheço haver nessa negociação semelhanças com a ideia de adulto atípico proposta por Corsaro (2011), já que fui reconhecida como um adulto com papéis diferente daquele com as quais as crianças convivem no cotidiano.

Minha apreensão inicial se dava com a possibilidade de os bebês não participarem das oficinas. Contudo, a preocupação se esvaiu à medida que semana a semana, Davi, Helena e Nicole⁵⁷, alternadamente, compareceram, quase sempre em companhia de crianças mais velhas, mas também com suas mães e avós. Considero o fato dos bebês estarem sempre em companhia durante essas atividades um elemento importante para pensar sobre o lugar que ocupam e as relações que vão sendo construídos com e a partir deles na Ocupação. Nesse caso, a necessidade de estarem acompanhados por um responsável, criança mais velhas ou adultas, era evidenciada por elas mesmas (porque nunca sequer me perguntaram ou aventaram a possibilidade deles participarem sozinhos nas oficinas). Além disso essa necessidade mobiliza pessoas, altera a rotina, os ritmos, o cotidiano e transforma, também de maneira sutil, seu espaço produzido.

O próximo excerto, acompanhado de uma sequência de fotografias, mostra a bebê Helena com a avó Neide, junto a outras crianças, em uma tarde contação de histórias:

⁵⁷ Levi, bebê sujeito da pesquisa, a época com poucos meses de vida, não participou das oficinas, mesmo quando a família compareceu, levando sua irmã, de 5 anos. Ao perguntar sobre ele, a família quase sempre respondia que estava em casa, dormindo ou mamando.

Neide, avó da Helena, desceu com ela e os filhos mais novos para a atividade. Logo que chegou, fui cumprimentá-la e ela me conta como Helena já estava andando e falando... De fato, assim que ela sentou na cadeira, junto as demais crianças, Helena joga seu corpo para frente, esforçando-se para descer ao chão... a avó assim permite e logo a bebê começa a explorar o lugar. Olha para os contadores e ameaça ir em direção a eles, quando logo é pega no colo pela tia, Ana Marta, que é uma menina de aproximadamente 10 anos e que também está participando da atividade. O movimento se repete várias vezes e ora ela é pega pela tia, ora pelo tio, ora pela avó [...] A bebê parece querer ir em direção aos contadores, mas é constantemente contida, pega no colo pelas crianças e pela avó.... Parece haver um receio de que Helena “atrapalhe” a contação. Helena então parece desistir de seguir rumo aos contadores e parece criar uma brincadeira: corre entre as cadeiras onde está sentada a avó, passa na frente das crianças e quando chega na direção do tio, se “joga”, agachando no chão, conforme é possível ver na sequência abaixo [...] ela cria uma brincadeira de passar entre as cadeiras e se jogar no chão, quando chega em frente ao menino.... repete isso muitas vezes, olha para ele ao cair e sorri, sorri, parecendo gostar do que está fazendo. Enquanto Helena brinca, os olhares das crianças se voltam mais a ela do que aos contadores, o que parece ainda mais preocupar a avó, que ao término das primeiras histórias, sai levando Helena de volta para casa (Excerto do caderno de campo, 21/05/2022)



Fotografia 8:
Helena na contação de
histórias (I)
Fonte: Arquivo pessoal da
autora



Fotografia 9:
Helena na contação de
histórias (II)
Fonte: Arquivo pessoal da
autora



Fotografia 10:
Helena na contação de histórias (III)
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Fotografia 11:
Helena na contação de histórias (IV)
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Já nesse outro excerto, também seguido por imagem, quem segue em destaque é o bebê Davi:

Davi, diferentemente das outras vezes em que participou das oficinas, envolveu-se em manipular os pigmentos, colocar água, passar de um pote a outro. Ficou por ali muito tempo, entre os potes, tintas e água. Por vezes envolvia-se em disputa por materiais com os meninos mais velhos, em especial porque esses vinham pegar os materiais que ele estava manipulando e Davi mostrava resistência, tentando proteger aquilo com que brincava [...] De fato, Davi permaneceu ali muito tempo, brincando sozinho, manipulando materiais, sentindo texturas, transferindo o líquido de um pote a outro, pouco se preocupando em deixar qualquer marca no tecido, tal qual faziam as demais crianças (Excerto do caderno, 02/07/2022)



Fotografia 12:
Davi na oficina de
produção de tintas
naturais

Fonte: Arquivo pessoal da
autora

Helena e Davi, presentes nas oficinas em companhia de outras pessoas, adultas e crianças, em diferentes dias, apresentaram uma questão em comum: cada qual a seu modo mostrava-se em “ação”. Afirmo isso com base em pesquisas que já evidenciaram a capacidade dos bebês agirem socialmente e o quanto tais ações podem engendrar complexas relações que dependem, inclusive, das condições de manifestações encontradas por eles (COUTINHO, 2010). Nessas ações, interessa-me fundamentalmente um destaque: o corpo, base de observação sensível e empírica que permite suas materializações.

Conforme já assinalado, o corpo do bebê foi considerado dimensão central da sua ação social em muitas pesquisas já desenvolvidas com eles, sobretudo na área da Educação (COUTINHO, 2010; VARGAS, 2014; SILVA, M V. 2017). Ele é um corpo que fala, que comunica, que convoca outro ator para determinada ação, mediando a relação com o mundo social (COUTINHO, 2010). Já no presente trabalho, me interessa fundamentalmente também considerá-lo como elemento central da análise da produção do espaço, pois é a partir dele que se realiza a prática social (LEFEBVRE, 2006). Nesse sentido, é fundamental reconhecer, por exemplo, o efeito de determinadas adequações das formas corporais e, assim, identificar aspectos da corporalidade que podem não apenas traduzir mecanismos de opressão e adaptação, mas também subversão e resistência, na medida em que são também esses corpos produtores do espaço.

Nas oficinas na Ocupação Ipiranga, destaco os movimentos e formas de expressão próprias, tais como gestos, choros e risos. Essas expressões inscrevem marcas genuínas no espaço, que também mobilizam ações de outras pessoas, adultas e crianças. Assim, por exemplo, é possível compreender o esforço de Helena esgueirando-se no colo, evidenciando sua expressividade corpórea, para mostrar a

quem está em sua companhia que quer ir ao chão. Ela também se interessa pelos contadores de histórias e pelos objetos que eles usavam, além de imprimir práticas contrastantes com as demais crianças e adultas que se avizinhavam. Mesmo com as inúmeras tentativas da avó e dos tios em contê-la, já que pareciam achar que ela atrapalhava a atividade, a bebê encontrava outras possibilidades de exploração: com a habilidade recém adquirida, caminhava acelerado e ajoelhava-se no chão repetidas vezes e, enquanto isso, fazia a avó levantar e sentar várias vezes e tirava a atenção do tio.

Já Davi, ao manipular e tentar proteger os objetos com que brincava, também se comunicava com os meninos mais velhos por meio de choro e gestos, deixando claro sua intenção de não os compartilhar. Essa atitude fazia com que os meninos buscassem alternativas para continuidade de seus próprios projetos na oficina, não sem antes, também reclamarem “ele é muito pequeno, ele é muito pequeno!”. Nesse caso, “ser pequeno” não apenas traduz a representação construída pelas crianças sobre Davi, mas, especialmente, a partir dela, justifica a desistência na disputa pelos objetos.

Essas práticas parecem-me centrais quando relacionadas às categorias presença e cotidiano. A presença de bebês e suas ações materializadas em seus corpos e a partir deles possibilitam perceber certas rupturas ou brechas, forjando escapes da repetição, característica primeira do cotidiano, segundo Henri Lefebvre (1991). Vale lembrar que essas rupturas ou brechas também puderam ser observadas no caso das brincadeiras (sejam elas espontâneas ou propostas, como no caso das oficinas) e das festas. Nesse sentido, a presença de bebês também nessas práticas (oficinas ou festas), rompendo com quaisquer domínios normatizadores impostos, permite pensar na existência potencial de uma “ruptura que ocorre na ruptura”, ainda que

momentânea, mas que mobiliza, de formas diversas, diferentes sujeitos e as relações que ali se tramam, também reconfigurando o espaço. E mais: olhando mais detidamente a ação de Helena, talvez exatamente pelo fato de ser considerada bebê, foi a única “autorizada” a caminhar, a movimentar-se, a criar outra brincadeira e, de certa forma, apropriar-se do espaço, em meio a uma prática de contação de história, onde todas as demais pessoas permaneciam sentadas⁵⁸. Algo parecido ocorreu com Davi quando os meninos desistiram da disputa pelos brinquedos com ele.

Desta forma, embora o cotidiano seja programado por meio de uma lógica formal que orienta as relações sociais (MOREAUX, 2013), ele também pode ser o lugar da transformação. Essa transformação, mesmo que fugaz, pode ocorrer sobretudo quando considerada a ação dos corpos de seus atores, dentre eles os bebês, a sua maneira. Nos termos propostos pelo presente trabalho, analisar a produção do espaço a partir da ação dos bebês demanda que sejam consideradas suas presenças. Ou seja, é necessário ter em mente a escala de seus corpos que materializa ações e as possíveis rupturas que são dadas através delas no cotidiano. Assim, Helena e Davi, a seu modo produzem, ainda que sutilmente, o espaço da ocupação e da prática em andamento. Nesse sentido, ressalto que ao afirmar “bebês, presente!” busco destacar essa dinâmica de transformação fugaz que ocorre pelos pequenos gestos, sons, práticas sutis, mas constantes e fortalecedoras dentro do espaço ocupado. Eles indicam a produção de práticas de aconchego, de presentificação deles junto aos outros, refazendo por curto espaço de tempo o local vivido.

⁵⁸ Sobre isso é importante ressaltar a ação da coordenação em organizar previamente as cadeiras para a atividade, antes mesmo de nossa chegada. Quando chegamos fomos informados de que as cadeiras plásticas eram emprestadas de outra Ocupação. Elas tinham sido usadas no dia anterior para uma assembleia, mas intencionalmente deixadas lá para nosso uso, na contação de histórias. Consideramos essa organização prévia como forma de participação das moradoras da ocupação na atividade e, por isso, optamos em mantê-la.

Sobre o t3pico em quest3o cumpre realçar que, embora as oficinas tenham sido situaç3es propostas por mim e, portanto, sejam artificializadas por se configurarem como intervenç3o da pesquisadora no campo, elas, de certa forma, evidenciam as possibilidades e as caracter3sticas das aç3es dos beb4s na relaç3o com outras pessoas, as quais nem sempre s3o diretas, 3bvias e conscientes. No caso da av3 de Helena, por exemplo, que como pessoa adulta se sente respons3vel por estabelecer e manter a ordem social, observa-se um movimento d3bio: ora respeita as vontades da beb4 e ora quer control3-la. Essa ambiguidade era movida pela preocupaç3o vis3vel em n3o deixar que a beb4 “atrapalhe” o curso que ela considera “normal” da atividade. Tal contexto a levou, inclusive, em pouco tempo, a desistir de participar e a sair do local com a beb4. Isso reafirma o fato de que n3o basta reconhecer os beb4s como atores sociais, pois 3 necess3rio consider3-los na relaç3o com os Outros que podem aceitar, ou n3o, suas aç3es e assim determinar os lugares que podem ser socialmente ocupados. (PROUT, 2010; NUNES, CARVALHO, 2009).

Em suma, no espaço produzido da Ocupaç3o, ainda que alterado momentaneamente pela proposta da oficina, est3o os beb4s. Eles agem, provocam e estabelecem relaç3es. Tamb3m modificam ritmos e, nesse sentido, incidem duplamente em brechas e rupturas (que ocorrem sobre as rupturas) no cotidiano, ainda que muitas vezes isso possa parecer despercebido pelas adultas e demais crianç3as moradoras. De qualquer maneira, com isso, o campo de presença de beb4s foi se delineando, “engatinhando”, a cada encontro. Esse processo ocorreu 3 medida que provocavam outras crianç3as e adultas a refletirem sobre eles, seus “atrapalhos”, ou sobre os direitos de estarem, n3o somente ali, mas em outros cantos, quiç3, sendo motivos de organizaç3es de outras frentes junto ao movimento. O tempo dir3, talvez em novas pesquisas.

4.2. “GOSTO, QUANDO ELA NÃO TÁ BAGUNÇANDO TUDO”: entre brincar e cuidar de bebês

Aos poucos, as crianças foram chegando, muitas delas acompanhadas dos bebês. Davi, por exemplo, apareceu em companhia da tia, de 8 anos, que foi incumbida pela mãe de levá-lo de volta a casa quando a atividade acabasse [...] Muitas outras vão chegando e contando que só vieram trazer os bebês, que tinham recebido “ordens” para levá-los de volta, mas aos poucos, se aproximam do espaço montado perguntando “o que é para fazer com aquilo?”. À medida que percebem que teriam liberdade para brincar, engajam-se nisso. Enquanto bebês e aqueles que poderíamos chamar de crianças mais novas se envolvem com os brinquedos no tapete, fazendo bolinhos, comidinhas, cafés e festas de aniversário (Vitória inclusive foi buscar massinha em sua casa, pois esse foi um material que não levamos), inventavam torres, brincadeiras de pegar bolas com as peneiras, desenhavam, as mais velhas parecem aproveitar nossa presença para correr, gritar e brincar de outras coisas... elas saem do espaço do tapete e se dirigem a outro hall para isso. Brincam com as bolinhas de tenis, até que se envolvem em brincar com os tecidos: fazem roupas, amarram na cabeça, organizam um casamento (Excerto do caderno de campo, 04/06/2022)

Desse excerto, que descreve o início de uma oficina realizada com as crianças, gostaria de destacar uma questão: a solicitação que as crianças mais velhas recebiam para cuidarem das mais novas, dentre elas, os bebês. Essa não foi uma questão exclusivamente observada ao longo das oficinas, mas, de maneira geral, em muitas situações do dia a dia da Ocupação.

Em uma das vezes que acompanhei as crianças em uma atividade externa, proposta por outro grupo⁵⁹ que atuava junto a elas na Ipiranga, por exemplo, fui conversando com um menino de 11 anos que acompanhava sua irmã menor, de 3 anos a época. Ambos eram irmãos de Levi, um dos bebês da pesquisa. Ao longo da conversa ele relatou a relação de cuidado que estabelecia com os irmãos: “Claro, são meus irmãos. São iguais meus filhos né!? Eu ajudei a tirar ela da fralda, eu que tirei ela da fralda referindo-se à irmã que o acompanhava” (Excerto do caderno de campo, 02/04/2022).

Neste dia, observei o menino muito atencioso com a irmã: parou no caminho para lhe comprar um pirulito na banca de jornal e ao longo da atividade, mesmo participando com entusiasmo, não saiu de perto dela. Nesse caso, enquanto também brincava, cuidava da irmã e parecia estar, ou ao menos se mostrava, orgulhoso disso.

Algo análogo percebo com Dona Vera que, em meio a uma conversa sobre a rotina das crianças na Ocupação, também anunciou a prática de umas cuidarem das outras.

Perguntei a Dona Vera quem costumava levar as crianças para as instituições que frequentavam ao longo da semana e ela me respondeu: “Eles vão, eles mesmo... vão em uma turminha ... os maiores acompanham os menores. Vão... é tudo conhecido, leva e traz, sabe? (Dona Vera, entrevista realizada em 04/11/2021)

⁵⁹ Neste dia fomos participar de uma oficina de tintas naturais proposta no Edifício Mirante do Vale, no Anhangabaú. Em se tratando das experiências das crianças na Ocupação, ressalto a presença de alguns grupos externos que propõem atividades a elas. Ainda que em menor número do que os grupos que atuavam nas outras ocupações, como a Mauá, por exemplo, (conforme pude acompanhar durante o pré-campo dessa pesquisa), eles acabam fazendo parte, em alguma medida, desse cotidiano. Não pude e nem me propus investigar o mote da atuação deles nas ocupações, mas tenho como hipótese de que a atual situação do país mobiliza, minimamente, diferentes grupos sociais a se unirem na possibilidade de se pensar um outro projeto de sociedade. Para o movimento social isso me parece também ser uma importante maneira de reconhecimento e valorização como espaço legítimo de luta pela cidade.

Esse cuidado compartilhado entre as crianças foi objeto de reflexão das pesquisas de Alma Gottlieb (2012), com os Beng, e de Ana Cecília Silva (2016), em acampamento e assentamento rural do MST. Além disso, foi uma questão considerada como o eixo da investigação da tese de Elena Colonna (2012) com as crianças de um bairro de periferia de Maputo, em Moçambique. A pesquisadora ressalta que é usual encontrar crianças cuidando de outras crianças sem a supervisão de um adulto, andando com bebês amarrados nas costas ou de mãos dadas pelas ruas da cidade da Maputo. Apesar de considerar uma resposta cultural à necessidade das famílias em Moçambique e em outros países do mundo, destaca o quanto essas atividades são pouco estudadas considerando o ponto de vista das crianças. Consequentemente, as implicações teóricas desta prática continuam pouco desenvolvidas. Destaco que assim como Colonna (2012) não me interessa decidir se as crianças devem ou não cuidar de bebês, tampouco confrontar algo que compõe o imaginário coletivo ocidental e as normas internacionais sobre os direitos das crianças sobre esse cuidado. Meu objetivo aqui é mais modesto, trata-se de compreender o que isso significa no cotidiano da Ipiranga. Segundo a Colonna (2012), o “tomar conta das crianças”, expressão utilizada pelas próprias crianças, se configura como um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve muito mais do que simplesmente “fazer coisas” para quem é cuidado. Afinal, esse fenômeno envolve a construção de relações sociais, de afeto, amizade e poder, tal qual parecia ocorrer com o menino citado no excerto acima, orgulhoso com o papel assumido com os irmãos.

Especialmente no caso das oficinas, momentos em que pude deter-me às relações entre as crianças e os bebês, fui percebendo que o cuidado entre elas não me parece ser necessariamente uma resposta à ausência de outras alternativas, mas algo como “aproveita que você está

brincando e fica com ele”. Essa foi uma das dimensões também evidenciadas por Colonna (2012) ao analisar as práticas de cuidado das crianças de Maputo. Para ela, há uma dimensão lúdica que relaciona cuidar ao brincar, exatamente por fazerem parte do mesmo grupo geracional, o que faz com que muitas vezes as crianças estejam envolvidas nas mesmas atividades, ainda que bebês exijam cuidados e ações específicas.

Em meio às oficinas, esse cuidado acabava sendo imediatamente também compartilhado conosco, adultas pesquisadoras, à medida que as crianças mais velhas se envolviam em brincadeiras com explorações e narrativas diversas daquelas criadas entre os bebês e as crianças menores, que quase sempre permaneciam junto a nós. Em meio a essa diversidade, no entanto, que muitas vezes parecia afastar ou dividir as crianças, havia algo que as unia, o que me parecia também (assim como as adultas) corresponder à dimensão do afeto e do amor.

No caso da relação entre as crianças mais velhas e as mais novas, por exemplo, esse afeto e amor pareciam vinculados ao cuidado e à proteção, como prática de acolhimento, bem como à possibilidade de ensinar coisas novas a elas. Vale observar que a relação ocorre de maneira bidimensional, já que os afetos também eram expressos das mais novas para as mais velhas. Assim, especialmente entre as crianças que pareciam ter algum vínculo anterior ou alguma relação de parentesco, ganhavam uma feição de carinho, gestos como possibilidade de solicitar ajuda, o colo ou compartilhar conquistas. A próxima fotografia capta um desses momentos, em que uma criança mais velha brinca com as mais novas no tapete, buscando ensinar-lhes usos específicos dos objetos disponíveis:



Fotografia 13:
Crianças brincando
durante a oficina
Fonte: Arquivo pessoal da
autora

Aqui interessa-me refletir sobre o afeto e o amor, como construções cotidianas e como ação (bell hooks, 2020). A essas discussões é possível adicionar o que propõem Lara e Castro (2016) quando evidenciam a dimensão relacional e afetiva da responsabilidade. Isso porque tal como observado por elas, considero haver nessa dimensão um deslocamento de imagem das crianças. Assim, a crítica das representações do infantil como sinônimo de imaturidade, incapacidade, irresponsabilidade, permite considerar as crianças como sujeitos ativos, desde bebês, e que assumem posições diversas nas relações com seus pares. Colocar luz nessas relações de atenção, reciprocidade e confiança criadas entre as crianças, é também forma de problematizar o cuidado como tarefa majoritariamente adulta. Esse movimento, ao mesmo tempo, tensiona o individualismo e o discurso de independência que comumente caracteriza os modos de vida urbanos no ocidente, sobretudo quando referem-se às práticas de cuidados de bebês.

Reconhecer essa dimensão não corresponde, no entanto, afirmar que as relações entre as crianças ocorrem livres de tensões. Observe-se esse trecho de uma conversa que tive com uma das meninas mais velhas em meio à realização de uma das oficinas

Pesquisadora: “Mas você gosta de cuidar da Helena?”

Ana: “Ahh mais ou menos! Quando ela está chorando e irritando não... Ela gosta de ficar comigo, eu gosto dela, mas algumas vezes ela se irrita.”

Pesquisadora: “E você gosta de brincar com ela?”

Ana: “Gosto, quando ela não “tá” bagunçando tudo.” (Excerto do caderno de campo, 02/07/2022)

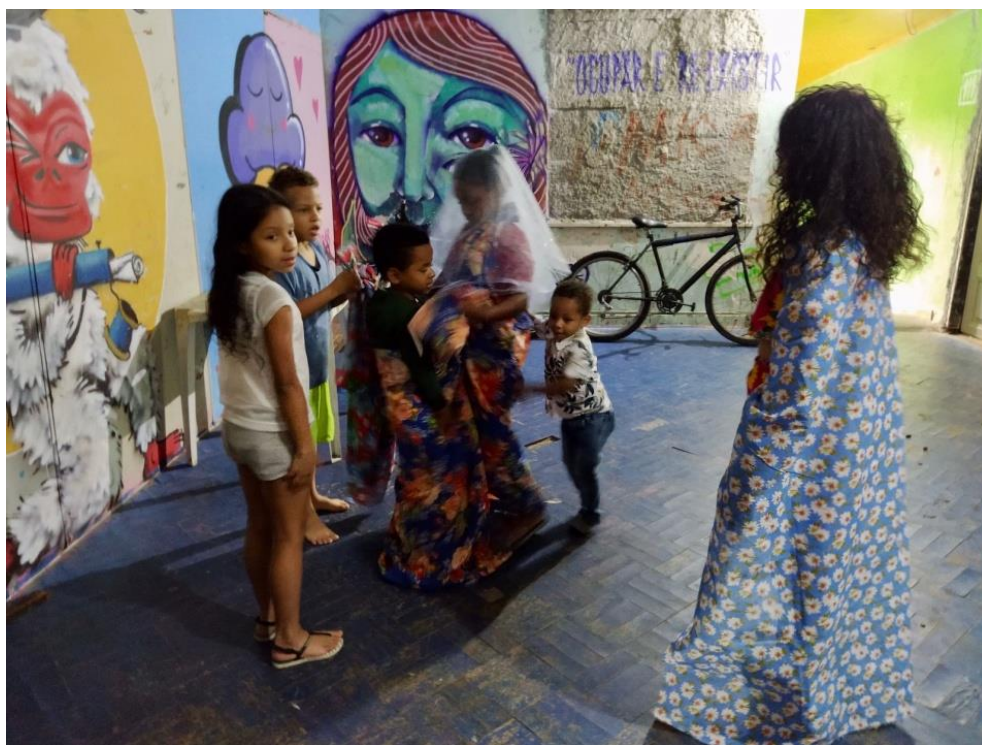
Ana revela um sentimento ambíguo sobre o brincar e cuidar da sobrinha, evidenciando seu afeto e o quanto gosta de estar com a bebê, ainda que sob a condição da sobrinha

“não bagunçar tudo”. Embora Ana tenha conseguido expressar esse sentimento em meio a nossa conversa, ele não me parece ser exclusivo dela. Em muitas outras vezes, ao longo das oficinas, crianças mais velhas, mais novas e os bebês disputaram materiais, brinquedos e a atenção das adultas pesquisadoras. No dia da oficina relatada no primeiro excerto desse item, por exemplo, uma das brincadeiras criadas pelas crianças foi fazer roupas e acessórios com os tecidos, que depois viraram trajes para um casamento, para o qual fui convidada. Antes de juntar-me aos demais convidados produzi a seguinte sequência de fotografias. Na primeira, que retrata a cena de entrada “dos noivos”, é possível observar o bebê Davi, bem ao fundo, voltando de uma das corridas que fazia, passando várias vezes em meio à brincadeira. Na segunda, por sua vez, Davi desiste da corrida e empenha-se na disputa pelos tecidos, criando um conflito com os demais que insistiam que ele estava “acabando com o casamento”.



Fotografia 14:
Brincadeira com
tecidos-
O casamento (I)
Fonte: Arquivo pessoal da
autora

Fotografia 15:
Brincadeira com
tecidos-
O casamento (II)
Fonte: Arquivo pessoal da
autora



Muitas teorias poderiam ser mobilizadas como forma de explicar as diferenças encontradas nas brincadeiras de bebês e das crianças mais velhas, como um processo que vai da exploração das propriedades físicas dos objetos à construção da brincadeira simbólica. Entretanto, mais do que analisá-las sob essa perspectiva ou sobre seus repertórios, interessa-me observar as relações estabelecidas, sobretudo em um contexto que envolve o cuidado de umas sobre as outras. Nesse caso, a idade parece ser uma diferença importante que impõe desafios e muitas vezes gera conflitos entre as crianças no contextos de brincadeiras coletivas. Dinâmica análoga foi observada por Bizzotto (2022) na pesquisa realizada na Ocupação Rosa Leão, em Belo Horizonte, e também em pesquisas que se dispuseram a fazer tal análise em espaços institucionais de creches e pré-escolas (LÖFFLER, 2019; CASTELLI, 2015; PRADO, 2015).

À medida que os bebês “bagunçam” ou não participam da brincadeira da maneira esperada pelas crianças mais velhas geram-se conflitos que co-existem frente à

responsabilidade de cuidado com elas. Isso corresponde a algo também apresentado por Lara e Castro (2016) em investigação sobre atividades qualificadas como responsabilidade das crianças cuidarem de outras, consideradas por elas próprias tanto um privilégio, quanto um grande fardo. Assim, a incumbência de cuidar, a vontade de brincar, ensinar, acolher, se misturam aos conflitos e disputas. Dessa forma, traduzem um movimento dúbio que ora aproximam, ora distanciam bebês e crianças mais velhas.

Nesse caso, compreender as brincadeiras das crianças como “brechas” no cotidiano programado e como possibilidade de apropriação do espaço, é fundamental também reconhecer nelas outras complexas “camadas” – do afeto, da responsabilidade pelo cuidado, do poder (nesse caso pelas diferenças de idade) – que as compõem e, dessa forma, se opõem a uma imagem idílica e naturalizada do brincar. Crianças brincam. A questão, entretanto, é como essa brincadeira ocorre de forma diversa, traduz enfrentamentos e se faz ensejando sentidos também diversos (construídos inclusive pelas próprias crianças), enquanto determinam os lugares ocupados (ou não) socialmente por elas. As oficinas foram fundamentais para que eu pudesse perceber isso na Ocupação Ipiranga, não só porque me possibilitaram estar com as crianças, de forma mais ampla, mas também por me permitirem observar ações, representações, movimentos e ritmos que se realizam e se materializam em práticas nesse cotidiano. Foi com essas questões em mente que pude, no mesmo contexto das oficinas, olhar de forma mais detida e singular os bebês.



Fotografia 16:
Neti fazendo
discurso com
bebê no colo
Fonte: Arquivo
pessoal da autora

CAPÍTULO 5

“VOCÊ TEM UM BEBÊ, VOCÊ PARA DE VIVER SUA VIDA E VAI VIVER A VIDA DELE”:

bebês e mulheres na Ocupação Ipiranga

Conforme assinalei anteriormente, ao chegar à Ocupação Ipiranga para pesquisar bebês, encontrei junto deles, em relação, um conjunto de pessoas: crianças (conforme abordado no capítulo anterior) e adultas, neste caso, especialmente, mulheres.

Nossa conversa segue sobre as mulheres da ocupação. Em geral, Dona Vera me fala delas, associando as crianças: é mãe, é tia, é madrinha de tal criança. “Aqui são guerreiras... tudo são elas!”, afirma Dona Vera, que mais de uma vez já me disse que mesmo as famílias que contam com a presença de homens “eles quase nunca colaboram com muita coisa” (Excerto do caderno de campo, 02/06/2022).

Esse lugar destacado das mulheres em movimentos sociais, especialmente em ocupações, não só junto às crianças, como também a frente de sua coordenação e organização cotidiana, é evidenciado em muitas outras pesquisas (CARVALHO-SILVA, 2018; HELENE, 2019;2009; VIVIANI; GUIMARÃES, 2021; GOBBI; ANJOS, 2022). Para a pesquisadora Diana Helene (2019) isso é resultado de um processo de feminização da pobreza no país, acentuada quando se observam as mulheres negras. “Faltam dados efetivos, mas, em geral, as mulheres são a maioria desses grupos. Ademais, a maior parte delas é visivelmente composta de mães e, entre elas, muitas mães monoparentais (‘mães solteiras’)” (HELENE, 2019, p. 963). Assim, vinculadas aos espaços privados, as mulheres têm suas vidas diretamente afetada pelos problemas urbanos, sobretudo aqueles relacionados à pobreza, à mobilidade, à

falta de equipamentos, à falta de estrutura e, conseqüentemente, à falta da moradia.

Para compreender esse cenário, considero importante mobilizar outros dados. No geral, esses dados apontam para o fato de que no Brasil, historicamente, problemas relacionados à moradia encontram-se ligados às desigualdades sociais, de diversas ordens. Não há consenso na literatura especializada sobre metodologias e análises que geram o chamado déficit habitacional⁶⁰, ainda assim cabe observar que o Relatório de Déficit Habitacional no Brasil (2016-2019), produzido pela Fundação João Pinheiro (2021), aponta que esse déficit totaliza no país um número de 5,8 milhões de moradias. Além disso, a pesquisa ressalta o quanto desse déficit é “feminino”. Existe, então, uma sobrerrepresentação das mulheres, pois elas correspondem a 60% do número total de pessoas que sofrem com o problema do déficit habitacional. Nunca é demais destacar a tendência de aumento desse número, sobretudo nos casos em que se constata um ônus excessivo com aluguel.

Essa feminização precisa ser compreendida a partir de determinados processos sociais e urbanos que passam pelas transformações demográficas, por diferentes arranjos familiares e, sobretudo, por relações de opressão e de violência que atravessam a vida das mulheres (LACERDA; GUERREIRO; SANTORO, 2021). Segundo dados do IBGE (2019b), as famílias no Brasil são formadas majoritariamente por mulheres com filhos (“mães soltas”), em um total de 11 milhões delas. Dentre essas mulheres, 61% são negras. Dentro do conjunto de mulheres negras, por sua vez, 63% encontram-se abaixo da linha pobreza. Essas mulheres, que historicamente, buscam equilibrar o trabalho produtivo e o reprodutivo, recebem salários mais

⁶⁰ A composição do cálculo de déficit habitacional no Brasil feita pela Fundação João Pinheiro considera a habitação precária (improvisados e rústicos), coabitação, ônus excessivo com aluguel urbano, adensamento excessivo de domicílios alugados (FJP, 2021).

baixos que os homens (FEDERICI, 2019; GAGO, 2020). Além disso, elas são responsabilizadas pelas atividades de cuidado (de crianças, doentes, idosos, pessoas com deficiência) (BIROLI, 2018) e fazem dívidas (CAVALLERO, GAGO, 2020) para que isso ocorra. Esse processo consolida a chamada “feminização da pobreza”⁶¹, termo utilizado para realçar o quanto essas condições acabam por colocar a pobreza como um problema feminino.

É fundamental reconhecer a relação entre a feminização da pobreza, acentuada quando observam-se as mulheres negras, e o déficit habitacional. A falta da moradia faz com que muitas dessas mulheres comprometam grande parte do orçamento familiar e se endividem para morar, o que, tal qual ressalta Boulos (2015), frequentemente as coloca diante de um dilema: pagar para morar ou comprar comida. Especificamente no caso da cidade de São Paulo, os altos preços dos aluguéis, considerados um dos mais caros do país, com média de R\$ 45,40 m² (CATTO, 2023), com aumento desproporcional ao reajuste anual do salário mínimo, contribuem para um déficit habitacional na ordem dos 369 mil domicílios (SÃO PAULO, 2016) fazendo da moradia um dos maiores problemas a ser enfrentado pelo governo.

Esse conjunto de vulnerabilidades, por afetar principalmente as mulheres, pode explicar a predominância feminina nos movimentos de luta pela moradia, tal qual evidenciou Helene (2019). Com essas observações em mente, é fundamental refletir sobre os impactos desses fatos na vida dos bebês. Isso posto, ressalto que embora a relação

⁶¹ A expressão “feminização da pobreza” foi utilizada pela primeira vez pela pesquisadora estadunidense Diane Pearce (1978). Para ela, naquela conjuntura, as mulheres ficavam mais vulneráveis à pobreza pela relação estabelecida com o mercado de trabalho (atividades com baixa remuneração, conciliadas com atividades de reprodução, e concentração em trabalhos que exigem menor qualificação), além disso diversos outros elementos potencializam a situação, tais como: a dependência da pensão alimentícia, a baixa participação na seguridade social e a maior participação na economia informal.

entre bebês e mulheres não correspondesse ao ponto fulcral dessa investigação, considerá-la tornou-se um imperativo à medida que reconheci que as rotinas dos bebês não estavam apartadas das adultas. Afinal, as rotinas dos bebês são produzidas, nesse caso, especialmente organizadas, junto a delas na Ocupação Ipiranga. “A partir da hora que você tem um bebê, você para de viver sua vida e vai viver a vida dele” (Neide, entrevista realizada em 02/07/2022), afirma Neide, avó de Helena, para indicar a necessidade de análises conjuntas dessas vidas, que coexistem e de certa forma “se misturam”.

Ressalto ainda que considerar práticas e representações de mulheres como forma de diminuir riscos de produzir dados inadequados sobre bebês, portanto, como possibilidade de melhor compreendê-los, foi questão desenvolvida também pelas pesquisas de Pires (2007), com base no proposto por Christina Toren (1999) e Mayall (1995), de Gottlieb (2012) e de Salutto (2020). De certa maneira, elas corroboram o defendido por Gaitan Muñoz (2020), segundo quem as relações estabelecidas entre crianças e mulheres são fundamentais e centrais, sobretudo quando as análises objetivam também desafiar injustiças enfrentadas por elas. Observe-se, então, como isso ocorre no caso dos bebês e mulheres da Ocupação Ipiranga.

5.1. “AQUI É TODAS AJUDANDO TODAS”:

o cuidado compartilhado dos bebês

Daqui a meia hora já tínhamos luz; no dia seguinte já veio a água e a gente deixa um andar só para a cozinha comunitária e é muito gostoso: “aqui é todas ajudando todas”... e a gente vai ao mercadão lá em baixo pedir doações... a gente arrumava muita, muita, muita doação... e vai...(Dona Vera, entrevista realizada em 04/11/2021)

Graciele começa a me contar sobre o dia da festa (quando ocuparam o prédio da Ipiranga)... me conta com detalhes como que conseguem acessar o edifício e como fizeram “resistência” ... “ahhh eu falo que não vou, quando vejo já estou lá, organizando para cozinhar para todo mundo, indo atrás de coisa para cozinhar... a gente consegue muita doação nesses dias” (Graciele, entrevista realizada em 11/08/2022)

Aqui todo mundo se mata no prédio, ao mesmo tempo, está todo mundo junto, sabe!? (Renata, entrevista realizada em 20/12/2021)

Escolho iniciar esse item com trechos de entrevistas realizadas com Dona Vera, Graciele e Renata, porque considero haver alguns elementos comuns. Assim, nas três falas é possível perceber um certo orgulho ao me contarem sobre experiências compartilhadas na Ocupação, como no dia da festa. Ela, por sua vez, parece materializar a primeira grande ação coletiva desse lugar, pois foi citada e narrada em detalhes muitas vezes ao longo do campo. Ao falarem dela, deparo-me com um olhar diferente; com uma entonação de voz que muda e vem acompanhada de sorriso; com um encadeamento de assuntos e narrativas quase sem pausa; com uma empolgação ofegante, alegre, diferente de quando

narram as tantas agruras por elas também vividas. É como se houvesse um lampejo de vida que acende ao “cozinhar para todo mundo” ou no “todos ajudando todos” que certamente incide na construção de sentidos e representações que me parecem alicerçados nos valores da coletividade e da solidariedade⁶². Nesse caso, identifico nesses relatos algo condizente ao que Galera (2019), em pesquisa realizada na Ocupação Izidora, em Belo Horizonte, chamou de “fio invisível”: uma teia social, fundada em solidariedade, que opera e sustenta relações nas ocupações.

Na Ocupação Ipiranga esse fio invisível das relações, não me parece ter características de uma solidariedade abstrata (FEDERICI, 2019) que limita o comprometimento e a consciência. Por essa razão não se trata de uma capacidade de resistir cooptada por discursos capitalistas e neoliberais que exploram dinâmicas comunitárias, buscando compatibilizá-las às ordens de flexibilidade, precariedade e autogestão da reprodução social, e desresponsabilizam o Estado de determinadas obrigações (GAGO, 2020). Isso porque à medida que falam do estar junto, fazer junto, ajudar todas, também reconhecem a necessidade de luta pelos seus direitos:

Você não está pedindo esmola, é direito! Está garantido na Constituinte... se está garantido, por que violam? (Neti, entrevista realizada em 20/01/2023)

A ocupação para mim é tirar meus filhos da chuva e do sol e dar uma porta para ele abrir, para fechar... e uma

⁶² Interessa-me ressaltar que essa representação das mulheres sobre a Ocupação como espaço de solidariedade é algo que pude presenciar ao longo de todo desenvolvimento da pesquisa, sobretudo durante o período mais recrudescido da pandemia da COVID-19, que exigiu encontrar formas de me manter presente no campo da pesquisa, ainda que ausente fisicamente. Isso ocorreu à medida que o grupo de pesquisa do qual faço parte foi cada vez mais se engajando em ações colaborativas e campanhas diversas de arrecadação de alimentos, fraldas, produtos de higiene e limpeza, algo que parecia recorrente na Ocupação, embora intensificado nesse período, e, por isso, acompanhado um pouco mais de perto por nós.

janela para abrir e fechar... mas lá. Isso lá. Só que hoje eu penso que é mais que isso... é a porta de entrada para buscar e reivindicar outros direitos. Que não basta você ter só o direito de morar, você tem que ter o direito de ir e vir, você tem que ter o direito e acesso à saúde com qualidade, você tem que ter o direito ao acesso à educação dos seus filhos com qualidade e tudo isso parte dessa porta de entrada que é a ocupação (Neti, entrevista realizada em 20/01/2023).

É o sistema que não te dá o direito de morar, que não te dá o direito de nada, vamos dizer bem assim. Nem trabalhar! Ai de mim se não tivesse o movimento; ai de mim! Se não tivesse a ocupação, o que seria de mim? (Denise, entrevista realizada em 11/08/2022)

Essa base de solidariedade é, antes de tudo, um arranjo possível diante da necessidade. Trata-se, portanto, também de uma forma de compor a luta (pela moradia, mas não só). Para Boulos (2015), ainda que como resposta a problemas reais do cotidiano, essa base leva à efetivação de ações coletivas e pode ser fundamental para romper com a lógica dominante e individualista do capitalismo, mesmo sendo permeada por contradições típicas de quaisquer espaços coletivos e de relações diversas. Aqui, no entanto, me interessam essas questões para compreender algo fundamental das relações estabelecidas entre mulheres e os bebês: o cuidado compartilhado. Digo isso porque ao longo do campo fui percebendo o cuidado com os bebês não me parecia compartilhado somente com as crianças mais velhas, conforme observado nas oficinas. No dia a dia, ou os bebês iam à creche ou as mulheres assumiam e se revezavam nessa tarefa de assisti-los. Diante disso, suas vidas encontram-se mutuamente entrelaçadas exatamente porque elas compartilham, quase que exclusivamente, senão pela creche, a responsabilidade pelos seus cuidados.

Observando-se especificamente as relações estabelecidas com Nicole, por exemplo, encontramos a avó e a creche como as principais representantes desse cuidado coletivo. Não à toa, Nicole mora com a avó na Ocupação exatamente pela possibilidade de frequentar a creche:

Minha filha (mãe da Nicole) trabalhando, ela trabalha em supermercado, então entra 9:00 da manhã e só sai 10 horas da noite [...] e não saía a vaga (na creche) dela lá (na Zona Leste), mas ela continuou com a vaga aqui na creche (próxima a ocupação), então a única solução foi ela deixar a menina aqui comigo, para ela continuar na creche... e eu falei “tudo bem” e foi isso. (Dona Vera, entrevista realizada em 04/11/2021).

O mesmo ocorre com Davi, que mora com a mãe e avós maternos, frequenta a creche, mas também visita e passa alguns dias, em finais de semana, com a avó paterna. Helena, por sua vez, não frequentou a creche ao longo da pesquisa em campo, mas mora e tem seus cuidados compartilhados entre a mãe, avó e tias, que se dividem nas tarefas do dia a dia, conforme é possível observar no excerto abaixo:

Ela é bem mais apegada a minha mãe que a mim [...] Querendo ou não ela fica com as duas (avó e tia) 8 horas, né!? Que eu fico com ela a manhã toda e ela fica com a minha mãe depois das 16:00... [...] Desde sempre eu e minha mãe tivemos isso, começa pelos meus irmãos pequenos. Então, assim: ela trabalha de manhã e eu trabalho a noite justamente para isso, para a gente se dividir. Porque agora por causa da Helena que a menina pega eles (os irmãos) na escola, porque normalmente de manhazinha, 6:00, eu ia deixar eles na escola, aí 12:00 voltava para buscar, depois 12:30, 13:00 leva no curso, e minha pegava depois (Renata, mãe da Helena, entrevista realizada em 20/12/2021)

Já Levi, que acompanhei desde as primeiras semanas de vida, apesar de morar com a mãe e com o pai, foi cuidado quase que exclusivamente pela mãe, até começar a frequentar a creche, quando tinha aproximadamente 2 meses. Isso ocorreu enquanto eu estava fazendo o trabalho de campo e acompanhei de perto esse processo. Denise voltou ao trabalho remunerado, após a licença maternidade, e desde então Levi também passou a ser cuidado por outra pessoa. Essa necessidade surgiu por conta da jornada de trabalho da mãe, conhecida popularmente como 12 por 36, em alusão ao trabalho de 12 horas intercalado com descanso de 36 horas. A situação acabou por exigir que uma outra pessoa se responsabilizasse por levar e buscar as crianças na instituição ou que ficasse com elas enquanto a mãe trabalhava. O caso da família de Levi se diferencia das demais, já que a mãe Denise, sem alternativa para compartilhar essa responsabilidade, acabou contratando outra moradora da ocupação e com isso comprometendo parte importante do seu salário.

De qualquer maneira, um olhar mais detido à rotina dos bebês na Ocupação permite encontrar o cuidado compartilhado como elemento constitutivo de suas vidas. Conforme assinalado essa perspectiva de compartilhar o cuidado tem razões materiais e fortalece a solidariedade ou a coletividade como fundamento dessa sociabilidade. Além disso, essa constatação suscita diversas outras questões, dentre as quais eu destaco a divisão sexual do trabalho e as relações de parentesco.

O cuidado, como construção social e histórica, pode ser significado e organizado de formas profundamente diversas, a depender da disponibilidade e dos padrões de distribuição de recursos materiais (BIROLI, 2018). Como fato cotidiano e organizador de relações, o cuidado não deve ser naturalizado e, por isso, interessa-me compreendê-lo em suas dimensões materiais e simbólicas. No Brasil, histórica e

culturalmente, apesar de algumas transformações nas posições relacionadas ao trabalho remunerado fora de casa, as mulheres, na maioria das vezes, continuam as responsáveis pelos cuidados das crianças⁶³ (e também das pessoas idosas, enfermas ou com deficiência, por exemplo). Essas mulheres são afetadas em suas trajetórias, de diferentes formas, a depender de suas posições de classe ou raça, por serem consideradas cuidadoras:

as experiências de cuidado são diversas e as hierarquias de gênero são produzidas conjuntamente pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo racismo, dimensões interligadas das estruturas de privilégios correntes nas sociedades (BIROLI, 2018, p. 57)

Em São Paulo, por exemplo, segundo dado da Fundação SEADE (2020), 40% das famílias são chefiadas por mulheres. Como ressaltam Gobbi e Anjos (2022), esse dado significa que são elas que mantêm suas casas e famílias financeiramente, além de desdobrar-se na manutenção da casa e da vida. Além disso, meninas e mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelas tarefas domésticas (FONTOURA et al, 2010; BIROLI, 2018), não consideradas como trabalho em nosso país⁶⁴, o que acaba por impactar diretamente suas vidas. Não se trata de destacar apenas a reprodução das relações desiguais de poder, mas também reconhecer que essas meninas e mulheres têm “experiências e perspectivas qualitativamente diferentes sobre o mundo” (FEDERICI, 2022, p. 256).

⁶³ Tendo em vista os dados publicados pelo Censo da Educação Básica (2020), dos 593 mil docentes que atuam na Educação Infantil no Brasil, apenas 3,6% são homens, o que significa que o cuidado dos bebês e crianças de pouca idade é realizado majoritariamente pelas mulheres também nos espaços institucionais, como as creches. Aprofundarei questões relacionadas à creche na rotina dos bebês no próximo capítulo

⁶⁴ As pessoas que realizam trabalho doméstico não remunerado são consideradas pelas estatísticas oficiais no Brasil como inativas, tais como, por exemplo, aposentados, pensionistas, estudantes (FONTOURA et al, 2010).

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que o cuidar, como parte desse trabalho doméstico, exige dedicação, tempo e energia de quem cuida. Ou seja, a ocupação com o cuidado tem consequências na forma de participação social das mulheres, seja no trabalho remunerado ou no lazer, sobretudo das mais pobres. Ainda assim, apesar de “invisibilizado”, esse tipo de trabalho sustenta a reprodução social e econômica da nossa sociedade. Outro ponto a se destacar é que na medida em que mulheres são consideradas exclusivamente como responsáveis pelo trabalho do cuidado, limitam-se em arranjos possíveis de compartilhamento. Essas limitações ocorrem muitas vezes de forma privada, no âmbito doméstico e familiar, que tal como ressalta Federici (2022) e acabam por mistificar o trabalho não remunerado das mulheres como um trabalho “por e de amor”. Essa dinâmica desfoca a necessidade de reivindicá-lo como responsabilidade coletiva, inclusive estatal.

É exatamente o que parece ocorrer com o cuidado dos bebês, sujeitos dessa pesquisa, mas também das demais crianças, na Ocupação Ipiranga. Afinal a convivência das crianças com mães, avós e tias, mulheres com quem têm relações de parentesco, não traduz a efetivação de um direito de receber cuidados compartilhados, pois se configura como alternativa ou solução para suprir necessidades imediatas (GOBBI; ANJOS, 2022). A recorrência disso aparece mesmo quando algumas famílias contam com a presença da figura masculina, como no caso de Denise, mãe de Levi. Trata-se de configurações familiares na qual a dimensão econômica e social recai sobre as mulheres, que assim constituem o foco dos laços intrafamiliares, apesar de muitas vezes, os homens estarem presentes⁶⁵.

⁶⁵ Essa temática é especialmente tratada em estudos que apresentam o conceito de matrifocalidade, originalmente cunhado por Raymond Thomas Smith (1956) para refletir sobre a realidade familiar das famílias negras das Américas (GOUVEA, 1990; LANSKY, 2006).

Mas e o que isso significa aos bebês? Nas relações estabelecidas com Nicole e Davi, por exemplo, nas quais as avós desempenham importante papel no compartilhamento de cuidados, estabelecem-se relações ampliadas que vão além do atendimento imediato às suas necessidades para que suas mães possam trabalhar. É possível afirmar que essas crianças “circulam”, pois passam parte da semana sob os cuidados da avó e parte sob os cuidados da mãe. Essa circulação não somente ocorre de forma objetiva pela cidade, quando transitam a casa de uma ou de outra, mas também corresponde à formação de dinâmicas familiares alternativas. Essas dinâmicas mobilizam diferentes adultos, que não necessariamente moram juntos, e, por isso, se contrapõem às perspectivas familiares “hegemônicas”, constituídas em torno de um núcleo conjugal. Entretanto, cabe realçar, que no Brasil, por exemplo, esse modelo não traduz a realidade de todas as camadas sociais, tal qual ressalta a pesquisadora Claudia Fonseca (2002).

Isso significa que, em relação, bebês também vivem as transformações históricas de sentidos em torno do papel das mulheres, da maternidade (SCAVONE, 2004; 2001) ou da avosidade (GOBBI; ANJOS, 2022), considerando também as avós. Nesse sentido, é fundamental considerar como a inserção das mulheres no mercado de trabalho ou sua incidência no mundo público, por exemplo, ainda que vividas de formas muito diversas, considerando as desigualdades de gênero, raça ou classe social que as atravessam, podem trazer impactos às vidas dos bebês. São camadas muito complexas que determinam desde o lugar que os bebês passam a ocupar na organização familiar até as expectativas construídas em torno deles às práticas sociais que são com eles materializadas.

Isso posto parece-me haver a partir da presença e das relações de cuidados dos bebês, sujeitos dessa pesquisa, alguns elementos comuns: são fundamentalmente realizados

por mulheres; quando compartilhados para além da creche, encontram-se, em sua maioria, restritos àquelas com quem mantém vínculos familiares ou, então, vínculos criados na própria ocupação. Questões muito semelhantes foram encontradas por Faur (2012) em pesquisa realizada com mulheres-mães de setores populares da área metropolitana da cidade de Buenos Aires, na Argentina, sobre cuidados de crianças de até 5 anos de idade. A autora afirma ter encontrado quatro situações típicas das lógicas de cuidado. Essas situações não eram estáveis, pois podiam passar de uma à outra de acordo com oportunidades ou necessidades: a) as mães como cuidadoras em tempo integral; b) o cuidado compartilhado com outros familiares (que moram ou não com as crianças); c) o acesso a serviços públicos de cuidado (educativos, comunitários e assistenciais) e d) a mercantilização desse cuidado, que ocorre tanto pelo serviço privado em espaços educativos, como pelos serviços domésticos, quase sempre circunscritos à vizinhança.

No que diz respeito à dinâmica que encontrei na Ipiranga seria possível afirmar, em um primeiro momento, a existência de indícios de uma contraposição ao modelo euro-americano da mãe como sua única e exclusiva cuidadora (GOTTLIEB, 2012), justamente pela aproximação concreta da ideia do cuidado de bebês como prática coletiva. Entretanto, uma observação mais atenta evidencia a manutenção de uma estrutura patriarcal que continua responsabilizando mulheres e as implicando em arranjos que ocorrem no âmbito privado. Ou seja, essas situações não decorrem de um desejo explícito e consciente de que isso ocorra de outra forma, sob ponto de vista de uma perspectiva mais igualitária ou de um outro modelo possível de sociedade. Essa afirmação não descarta, no entanto, a possibilidade de que formas alternativas de lidar com o cuidado ocorram a longo prazo. Afinal, como já discutido, as ocupações possibilitam um progressivo reconhecimento da

necessidade de luta por outros direitos. Trata-se, pois, não só da possibilidade de romper com passividade política, mas formular e estabelecer mecanismos de compreensão da realidade e da necessidade de reivindicação por novas formas de organização da sociedade (Cf. BOULOS, 2015; CARVALHO-SILVA, 2018; VIVIANI, 2021).

5.2. “TODOS OS MEUS FILHOS BEBÊS FORAM PARA ATOS”: bebês e a luta pela moradia

A Ocupação, como uma comunidade não autônoma e parte de um movimento social organizado, tem o dia a dia composto por algumas práticas que, ao fim e ao cabo, são também condições para entrada, permanência e justificam a própria existência do movimento. Dentre essas práticas, destacam-se atividades tradicionalmente associadas à luta política como: reuniões, mutirões e manifestações que ocorrem regularmente. Entretanto, existem também movimentações e outros modos de atos políticos que não necessariamente correspondem a formas institucionalizadas (GOBBI; ANJOS, 2022), mas que correspondem ao que Graciele, no excerto abaixo, caracteriza como “luta”:

Graciele me convida a entrar na portaria e sentar em um “baldinho”: “pode sentar nesse nosso banquinho”. Entro e fico por ali por algum tempo, enquanto entram e saem pessoas. A campainha toca e é um rapaz perguntando: “Aqui é uma ocupação né!? Como faz para conseguir uma vaga?”. Graciele rapidamente se levanta, pega um informativo e avisa que é preciso participar da reunião do movimento, que tem acontecido todas as sextas à noite, na Ocupação Mauá. Marca a data, horário e endereço no papel e entrega ao homem que pergunta se é fácil conseguir: “no geral, não demora muito”, ela responde.

Quando retorna para a portaria, onde eu esperava, me fala: “as pessoas acham que é só chegar e conseguir um espaço, mas é “luta”. Não adianta depois não querer participar das assembleias, dos mutirões, é luta (Excerto do caderno de campo, 30/03/2022).

Ao considerar a existência dessas práticas como constituintes da vida de todas as famílias que ali moram, passei a questionar o que isso pode significar para a vida dos bebês. Também julgo importante refletir sobre o que a presença dos bebês pode significar para esse modo político de viver. Isso porque Dona Vera, por exemplo, me relatou algumas vezes, ter levado Nicole em reuniões e assembleias, assim como também afirma Denise, mãe de Levi: “Eu fui para um ato com a Manu bebê. Todos meus filhos bebês foram para ato... Levi já foi para ato. Aqui não teve nenhum que não foi [...]” (Denise, mãe de Levi, entrevista realizada em 27/04/2022).

Nas palavras de Denise “ato” parece remeter à ação de ocupar as ruas da cidade como forma de manifestação ou reivindicação de certos direitos. Essa manifestação transforma a rua que, por um breve período, deixa de ser um lugar de passagem (especialmente quando se fala das ruas e avenidas do centro da cidade) e adquire um sentido de ato político ocorrido que ocorre em companhia dos bebês. No momento dessa entrevista Levi, filho de Denise, não havia completado 2 meses de vida e conforme depoimento da mãe, já havia ocupado as ruas, levado pela necessidade imposta pela “luta”. Trata-se, pois, tal como relatado por Graciele, de compreender as manifestações como parte da vida cotidiana de todos, incluindo os bebês, que habitam a Ocupação Ipiranga. Aqui, não se trata, em hipótese alguma, de romantizar esse fato. Ao contrário, pois meu objetivo é o de evidenciar como ser bebê morador de uma ocupação, organizada por movimento social, pode incidir em determinadas experiências de vida que raramente ocorreriam

em outros contextos. Essa perspectiva analítica é fundamental para estabelecer o contraste com o ideal de base urbana e ocidental que, historicamente reproduz o ideário da casa ou do espaço privado como o lugar dos bebês.

Ainda que ao longo da pesquisa não tenha podido acompanhar nenhum dos bebês em atos ou manifestações pela cidade, considero fundamental refletir sobre a informação dada pelas mulheres de que os bebês, muitas vezes, seguiam junto delas na luta manifestada nas ruas. Trata-se, nesse sentido, do reconhecimento da presença dos bebês ou da infância presentificada nesse espaço. Por essa razão, importa-me refletir detidamente sobre o tema.

Em primeiro lugar considero fundamental reconhecer os atos ou manifestações na cidade como possibilidade de apropriação do espaço. Ainda que isso não seja suficiente para alterar a lógica da reprodução capitalista ou do cotidiano programado da cidade, esse ato pode anunciar, como potência utópica, a existência de diferentes grupos, tomadas de consciência dos processos de dominação e quiçá a transformação da realidade social (ALVES, 2019). Dito isso, interessa-me considerar a presença materializada do bebê, o “corpo bebê”, que se junta a outros e forma parte de um corpo coletivo que evidencia a potência da dimensão espacial (ALVES, 2019).

No caso de Levi, é possível pensar, por exemplo, como mesmo no colo de sua mãe, sua própria presença pode se configurar como forma de participar do ato, de ser copartícipe desse processo. Essa presença pode ter sido marcada por um choro, pelo passo da mãe que precisa ser desacelerado em meio à rua, por uma parada para amamentação (na maioria das vezes em que estive com Levi ele permanecia junto a mãe, mamando). Essas ações podem não só reposicionar modos de agir das pessoas que seguem junto dele, mas também ditar novos ritmos para a própria

manifestação. Por outro lado, esse processo pode também incidir em imagens de bebês e de lugares socialmente ocupados por eles, indagando as construídas ideias de que as lutas na rua são protagonizadas por homens e adultos, assim como de que a casa, ou o ambiente privado, é naturalmente o espaço que os bebês devem ocupar.

Uma manifestação, com sua potência utópica, pode ser vista como uma brecha no cotidiano, por isso, a presença do bebê, à sua forma, agindo, provocando e estabelecendo outras relações, também pode ser considerada uma brecha. Trata-se, pois, de uma “ruptura que ocorre na ruptura”, algo próximo do que parece haver no caso de suas presenças nas festas ou nas brincadeiras. Essa é uma incidência muito sutil que muitas vezes pode parecer despercebida ou naturalizada pelos adultos. Contudo, essa incidência, além da possibilidade de participação dos bebês na luta, possui um real potencial de transformação, ainda que efêmera, do cotidiano programado da cidade.

Destaco ainda que embora em meio à conversa Denise pareça evidenciar uma intenção de aprendizagem política dos filhos ao levá-los em atos, isso não me pareceu um consenso entre as moradoras. Essas diferentes concepções correspondem, justamente, a representações diversas, para cada família, do que é ser bebê (ou criança) e o que se espera para eles, assim como também pluralidade sobre as condições objetivas de cuidados com as crianças, as quais incidem, por exemplo, em ter ou não com quem compartilhá-los em determinados momentos para poder participar das atividades do movimento.

A gente morava no outro, na Prestes Maia, aí depois ocuparam aqui... acho que vai fazer mais ou menos uns três anos que a gente “ta” aqui... desde o início. Ai até no dia em que eu vim dormir aqui, como eu não tinha a Helena, então assim, era mais fácil de conseguir... Ai assim, eles ficam mais uma semana, ai depois que eles tem

certeza que vai ficar [...] Essa semana teve um ato, era de manhã e estava chovendo e só estava eu e a Helena em casa, então a gente falou que não ia... porque querendo ou não... acho que foi aqui na Prefeitura, na Câmara... então, mas “tava” chovendo e eu falei que não ia... aí eu liguei para madrinha dela, o padrinho dela é o coordenador, o João. Eu falei para ela que não dava para eu ir, porque eu estava sozinha com a Helena... mas quando é essas coisas assim, eles até entendem [...]... e final de semana eu trabalho de madrugada, então minha mãe “tava” sozinha com ela e com as duas crianças... ai teve uma ocupação e minha falou que não ia... porque não tem como você ocupar um prédio com três crianças, um bebê, né!? Não tem nem lógica, então... acho que assim, por a gente já ter participado muito, quando não dá, acho que eles até entendem... ou se não entendem também... querendo ou não, não tem muito o que a gente fazer. Quando dá a gente até vai, mas quando não... ai normalmente, assim, eles são bem compreensíveis... (Renata, mãe da Helena, entrevista realizada em 20/12/2021)

No caso relatado por Renata, a presença da bebê, assim como a das outras crianças, muitas vezes parece impedir a participação das adultas em atividades do movimento. Essa dificuldade ocorre especialmente quando se trata do ato de ocupar, ou do dia da festa como costumam se referir no movimento. Renata chega a afirmar como era mais fácil quando não tinha a bebê e que “não há lógica” estar com as crianças nesse momento, muito provavelmente pensando na segurança delas, já que as “festas” muitas vezes pressupõem o acesso a lugares inóspitos, abandonados, sujos, sem iluminação e quase sempre culminam em algum tipo de intervenção policial. Por outro lado, Renata também indica a compreensão por parte do movimento sobre essa ausência, justificada por contada bebê, algo também evidenciado por Graciele:

É opção da mãe que acabou de ter o bebê participar das coisas, tipo, o movimento não obriga, sabe que está de resguardo, tudo... Nós também nunca obrigamos ninguém a fazer nada... a pessoa faz se quiser, mas se ela precisar de alguma coisa, de um apoio, a gente está sempre aí (Graciele, entrevista realizada em 30/03/2022)

Como é perceber, existe uma diversidade nas formas de pensar a relação entre os bebês e as manifestações, enquanto umas afirmam a importância de levá-los aos atos e em outras atividades da Ocupação, outras consideram que suas próprias existências as impedem de participar deles. Isso significa não haver um consenso, talvez uma regra, que determine ou oriente suas participações nessas atividades, assim como também não parece haver um consenso ou uma imagem comum que explicita o que essas mulheres consideram ser bebês. Conforme já apontado, eles aparecem ora como um sujeito determinado a partir das diferenças etárias entre as crianças (aquele de menor idade), ora como um sujeito genérico (como um corpo biológico) ou como “meu bebê” (quando personificado, esperto e capaz). Vale destacar que essas definições aparecem, muitas vezes, de maneira sobrepostas, mas também diversas quando consideradas em relação ao próprio movimento. Refiro-me, nesse caso, à outra representação de bebê, identificada especialmente nos discursos de Dona Vera e de Neti, que os designa como “do” ou “para” o movimento ou para as “ocupas”⁶⁶:

No movimento tem um grande avanço... porque sem o bebê no movimento, o movimento não tem sentido. Tem que ter movimento, tem

⁶⁶ Nesse caso cabe esclarecer que a expressão “movimento” é utilizada aqui porque foi utilizada pelas entrevistadas, mas considero fundamental destacar que se trata de um movimento específico (MMLJ), que luta pelo direito à moradia e é responsável pela coordenação da Ocupação Ipiranga, sobretudo representado pela sua coordenadora geral que é a Neti. Não há aqui nenhuma intenção de generalizar a ideia de bebês para quaisquer movimentos sociais.

que ter criança⁶⁷, tem um grande sentido, tanto para gente, quanto para eles... e eles entendem que eles fazem parte, eles sabem que fazem parte dessa luta, que eles são muito importantes para essa luta [...] ele (o movimento) agrega, ele acolhe o bebê como um ser muito importante, pro movimento, para luta... eu acho que mais que um idoso, mais que um jovem, o bebê é mais importante para a luta. (Dona Vera, entrevista realizada em 02/06/2022)

Bebê é vida! [...] Meu Deus!!! (pausa...) Bebê é esperança, perseverança. É a razão da gente continuar... é isso, principalmente dentro das ocupas. (Neti, entrevista realizada em 20/01/2023)

Desses excertos, interessa-me algumas considerações. O primeiro deles refere-se ao fato dessas expressões “ser bebê *do* ou *para* o movimento ou *para* a ocupa” aparecerem apenas nas conversas realizadas com Neti e Dona Vera, que têm em comum o fato de ser, ou já ter sido, coordenadora. Conforme assinalado, Neti, é coordenadora geral do movimento MMLJ e Dona Vera, por sua vez, já foi coordenadora da Ocupação Ipiranga e, embora formalmente afastada dessa função, é muito respeitada pelos moradores, que recorrem a elas em muitas situações do cotidiano. Apesar de serem funções hierarquicamente diversas, coordenar todo o movimento e coordenar uma das Ocupações organizadas por ele, é muito provável que esse fato as coloca (ou já as tenha colocado) no lugar de responder ou falar publicamente em nome do movimento ou da própria Ocupação, papel que elas parecem mobilizar aqui. Essa mobilização aparece ao falarem dos bebês de uma outra forma, que não aquela genérica ou pessoal, pois em suas representações é possível identificar

⁶⁷ Ressalto que especialmente nesse caso bebê e criança parecem ser palavras utilizadas como sinônimos ou equivalentes. Faço esse destaque porque isso ocorre exatamente quando buscam falar de forma mais ampla, referindo-se ao que consideram ser os papéis delas no, ou para, o movimento.

um discurso sobre bebê construído na e em relação ao movimento, algo que não aparece como comum às demais mulheres entrevistadas.

Nesses termos, é possível observar que Neti e Dona Vera, ao mobilizarem outros discursos para caracterizarem os bebês, acabam dizendo muito mais sobre o movimento do qual fazem parte, e evidenciando indícios do próprio cotidiano da Ocupação, do que exatamente sobre eles. Ou seja, o acolhimento e o sentido que definem os bebês ocorrem em um lugar que já existe (a Ocupação) e existem como manifestação de uma luta (pela moradia), que ocorre para além deles ou de suas próprias existências. No limite, é possível afirmar que ao buscarem definir os bebês, as lideranças acabam colocando em destaque a forma como veem ou gostariam que fossem vistos o próprio movimento e a Ocupação vinculada a ele, especialmente na capacidade de acolher e integrar os bebês, considerando-os, ainda que não consigam exatamente explicar o porquê, como muito importantes para aquele lugar.

Outro ponto de vista a se considerar sobre a questão da representação dos bebês na Ocupação Ipiranga é o de que não há, no MMLJ, especificamente um processo próprio de organização com e para as crianças, como ocorre com os Sem Terrinha do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) (Cf. GOUVEA; CARVALHO; SILVA, 2021; ROSSETO, 2009). Entretanto, considero haver nessa ideia do bebê como “mais importante da luta” uma dimensão relacionada ao seu reconhecimento como sujeito de direitos e como um potencial mobilizador de garantir direitos a outras pessoas, conforme é possível observar nesse trecho de uma das entrevistas:

A gente reivindica muito os nossos bebês. [...] A gente vê muito isso quando a gente ocupa algum lugar... quando vem o poder público, a polícia, pergunta: “quantas crianças têm? Que faixa etária que é?”... assim, sabe!? Não

pergunta de jovem, de adulto... vai mais nas crianças, assim... quantas crianças tem aí? É muito reivindicado... por isso que as crianças aqui importam (Dona Vera, entrevista realizada 02/06/2022)

Nesse excerto, ainda buscando definir o que são os bebês, Dona Vera evidencia algo que também não foi abordado pelas demais participantes da pesquisa. Trata-se do fato de que a presença dos bebês na Ocupação pode trazer impactos a seu cotidiano, por exemplo, impedindo ações ou intervenções estatais mais violentas sofridas por seus moradores. Para compreender essa imagem, que também pressupõe um papel atribuído aos bebês pela Dona Vera, considero fundamental retomar as condições históricas de tratamento e reconhecimento, ainda que no campo discursivo, das crianças como sujeitos de direitos, o que me parece compor o cerne dessa questão.

A pesquisadora Natalia Soares discute a construção do paradigma do direito das crianças, ressaltando o risco de este apresentar-se como discurso decorativo e quimérico, presente, mas, ao mesmo tempo considerado impossível de ser concretizado. Para isso, ela historiciza seu surgimento, no início do século XX até os dias atuais, ressaltando “a lenta conscientização da sociedade acerca de tal necessidade, quer devido às dificuldades de interpretação e aplicação de direitos em contextos sociais diversos e em épocas históricas distintas” (SOARES, N F. 2005, p. 01).

A partir das contribuições da socióloga Landsdown (1994), Soares (2005) ressalta a tendência em valorizar a vulnerabilidade relativa ao adulto interpela a ideia de direito das crianças e, nesse sentido, destaca a Conferência de Direitos das Crianças (CDC) como importante marco propulsor de mudança desse paradigma. Apoiada em Hammarberg (1990), Soares também destaca que a CDC reconhece a individualidade das crianças, mas também a diversidade de direitos, que, segundo ela, podem ser

agrupados em três categorias, que reconhece como “3 Ps”: a) direitos de provisão (que reconhecem os direitos sociais da saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura); b) direitos de proteção (reconhecem os direitos relativos à discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflitos); c) direitos de participação (direitos civis e políticos em ter identidade, nome, em ser consultada, ter acesso à informação, liberdade de expressão, ter respeitada suas decisões). Para a autora, ao mesmo tempo em que há um consenso na defesa de garantia de direitos de provisão e proteção, há uma lacuna ao que se refere à garantia de direito à participação. Existem dois discursos que se estabelecem como grandes obstáculos para a efetivação do direito à participação: 1) aquele em que o direito a participação está relacionado à razão, racionalidade e autonomia que a criança não tem e; 2) aquele que defende que as crianças possuem competência para fazer escolhas, mas que essas serão equivocadas devido à sua falta de experiência. Para Soares, tais questões, que de maneira geral compõem o senso comum, são ainda agravadas ao se considerar as idades das crianças: “as pessoas tendem a considerar que, quanto mais pequenina a criança, menos participa e menos validade tem a sua participação. É aquela ideia de menor idade. À medida que ela cresce, ganha legitimidade para dar opiniões e para participar” (SOARES, N F. 2016, p. 191)

No Brasil, embora haja um hiato entre o previsto legalmente e o que efetivamente ocorre na prática, é inegável que as últimas décadas foram marcadas por avanços legais que incidem no amplo reconhecimento social das crianças, desde bebês, como sujeitos de direitos, conforme visto no primeiro capítulo. Assim, é possível compreender o porquê de, por exemplo, em caso de intervenções estatais, como ocorrem em processos de reintegração de posse ou de intervenções em momentos de ocupações, serem elas as

primeiras a serem consideradas, tal qual narra Dona Vera, ainda que todos os atores que ali estejam, jovens, adultos e idosos, também tenham direitos a serem garantidos. Nesse caso, é como se o discurso da garantia de direitos tivesse maior relevância ou maior “apelo” social quando trata especificamente das crianças, sobretudo reconhecendo-as e evidenciando-as como sujeitos que devem ser protegidos.

Assim, mobilizando a ideia dos “3 P’s”, proposta por Natália Soares (2005), para compreender esses cenários com a presença das crianças, desde bebês, é possível perceber a prevalência do discurso da proteção em detrimento, por exemplo, do próprio direito à moradia. O fato de a presença dos bebês ser primordialmente considerada, mesmo sob a pecha de suas vulnerabilidades, pode até mesmo inibir atos que infringem direitos das moradoras e moradores de maneira mais ampla e, por isso, remete à sua ação nesse cotidiano. Trata-se, novamente, de uma representação de criança, incluindo os bebês, com várias camadas: o ator, sujeito de direitos, que deve ser prioritariamente protegido, também protege, e assim torna-se copartícipe da luta. Essa participação ocorre à medida que a criança e os bebês agem, a sua maneira, e alteram o cotidiano da Ocupação pela sua própria presença e pelo que ela significa.

Mais uma vez, refiro-me à presença dos bebês, como as ações materializadas no e a partir do seu corpo. Contudo a essa ideia precisa ser acrescentado também o que essa presença mobiliza, suas representações, e a presença que se dá também pela ausência (LEFEBVRE, 2006), como no exemplo anterior, mediando interferências estatais. Assim, a presença dos bebês altera relações e, de certa forma, também reconfigura o espaço.

Frente a isso, retomo as contribuições da antropóloga Alma Gottlieb (2009) sobre o que ele chama de “agência perdida”, referindo-se ao fato de a maioria das sociedades considerarem os bebês como menores, incapazes

de produzirem efeito legal no outro ou de emitir opiniões que envolvam outras pessoas. Ao contrário, os bebês sujeitos dessa pesquisa, moradores da Ocupação Ipiranga, ainda que acompanhados de outras pessoas, adultas e crianças mais velhas, indicam que são atores longe de serem passivos diante do mundo ao qual pertencem. Afinal, eles contribuem ativamente com elas e nesta relação há possibilidades de entender não só a vida na Ocupação, mas a sociedade, em geral (GOTTLIEB, 2012). Para desenvolver a reflexão sobre a agência dos bebês é possível resgatar o trabalho de Angela Nunes (2003) sobre as crianças na aldeia Xavante. Nos termos propostos pela pesquisadora, ainda que muitas vezes não haja “consciência” do que provocam e não tenham ideia do que seja participação social, na prática, as ações das crianças provocam impacto e, por isso, podem ser consideradas como agência (NUNES, 2003).

Para Sarmiento, Fernandes⁶⁸ e Tomás (2007) considerar bebês como agentes que mudam cotidianos é forma de contribuir para superação de sua invisibilidade no cenário político. Por isso, interessa-me também compreendê-los como atores políticos, não somente por serem reconhecidos como sujeito de direitos, tampouco por motivar a existência da luta pela moradia (que ocorre além deles), mas especialmente por serem compreendidos como sujeitos que participam dela, como mobilizadores de atos que alteram o cotidiano da cidade, da Ocupação, quando, por exemplo, impedem a entrada de agentes estatais. Diante disso, considero fundamental reconhecer a existência de certas especificidades, experiências vividas pelos bebês, que só são possíveis exatamente por morarem em um prédio ocupado e organizado por movimento social. Nesse sentido, bebês não só produzem o espaço da Ocupação, como também compõem e participam, a seu modo, da luta.

⁶⁸ Trata-se da autora Natalia Soares que na ocasião assinou o artigo como Natalia Fernandes.

5.3. “SÃO OS JOVENS QUE NOS PREOCUPAM”:

o bebê como projeto de futuro para as mulheres (mães e avós) da Ocupação

Embora os bebês tenham sido o mote da maior parte das conversas que tive com as mulheres na Ocupação, ao considerá-los, elas também traziam à tona as suas relações com companheiros, outras crianças, outros filhos. Não raro, em meio a esses diálogos, surgiam tangentes e apartes que embora, na hora me pareciam irrelevantes, provaram-se, ao longo das análises, bastante reveladores. Digo isso, referindo-me especialmente aos jovens, constantemente citados por elas em nossas conversas. “Sei que seu interesse são os bebês, mas são os jovens que nos preocupam, que precisam da nossa atenção. Seria bom se tivesse alguém fazendo o que você faz, mas com os jovens”, me disse Dona Vera, em uma das primeiras vezes que estive na Ipiranga.

Durante todo o tempo que estive em campo pus-me a refletir sobre isso. Aos poucos, fui percebendo que o que inicialmente parecia não corresponder ao meu objeto de pesquisa, que eram os bebês, poderia, na verdade, corresponder a uma imagem de bebê que não se encerra no presente. Somo a isso o afirmado por Pires e Saraiva (2019), segundo quem para compreender socialmente os bebês é também necessário reconhecer o que se espera deles. Por essa razão, passei, ao longo de nossas conversas, a também questionar as mulheres entrevistadas sobre o que “esperavam” para seus bebês. As respostas quase sempre apontaram para projeções e perspectivas de um futuro distante:

Eu nem gosto de pensar, porque o mundo agora já está tão complicado. Tão difícil que se a gente for pensar, a gente fica meio louca. Porque é lógico que a gente queria um mundo bom... eu queria que com ela, com eles dois (referindo-se aos seus filhos mais novos) acontecesse a mesma coisa que

com os mais velhos, que todos estão bem, todos já tem uma formação, todos já tem um trabalho, todos já são donos de si. Mas aí, se você for pensar, o que pode acontecer com qualquer deles três, assim, porque o mundo está muito “girado”... hoje em dia as crianças são diferentes, o mundo está um absurdo! A gente não sabe o que pode acontecer... num dia uma coisa, outro dia... o governo que a gente tem, que a gente não sabe se pode piorar, o que pode acontecer... para falar a verdade, eu nunca pensei nisso porque é muito complicado pensar... nem é bom pensar [...] hoje em dia é muito complicado. (Neide, avó de Helena, entrevista realizada em 02/07/2022)

Na verdade, na verdade, quando um bebê nasce eu sinto tristeza. Ahh porque eu fico pensando assim, o que essa criança vai passar aqui? Por exemplo: daqui um ano, daqui dez anos, eu penso no futuro dessa criança e me dá uma tristeza... pelo caminho que o mundo tá dando, que a humanidade “tá” dando, sabe!? Eu fico muito triste assim de pensar em um futuro incerto. Eu não penso mais assim, antigamente a gente falava criança, jovem, adolescente é o futuro do Brasil... mas eu acho que nosso Brasil tá muito incerto para os jovens, as crianças que estão nascendo nessa década... Eu vou ser bisavó daqui uns dias, em agosto, mas já estou com o coração assim, sabe... eu já estou fazendo as coisas, todo mundo ajudando, mas eu já estou assim com o coração pesado, pesado, pesado, pesado... (Dona Vera, entrevista realizada em 02/06/2022)

Tristeza, insegurança e a perspectiva de um futuro incerto marcam o discurso de Dona Vera e Neide quando questionadas sobre o que esperavam para os bebês. Nesse sentido, é interessante observar que essas respostas de certa forma se contrapõem às imagens de esperança e perseverança evocadas tanto para caracterizar a ocupação quanto os próprios bebês em outros momentos. É como se a imagem do bebê do presente, sendo ele o genérico, o

pessoal ou o político, assumisse novos contornos quando projetado no futuro. Nessa perspectiva, esperança e incerteza parecem se misturar em um tom pessimista que se constitui frente à realidade do país, “o mundo girado”, tal qual define Neide.

Nesse caso, é fundamental considerar que, embora a realidade de vida dos jovens brasileiros tenha sofrido importantes transformações, sobretudo se comparadas as conjunturas dos anos 80 e as primeiras décadas dos anos 2000, ela é ainda marcada por desigualdades e exclusões, em especial quando consideradas as variações de idade, raça/cor e classe social (CARRANO, 2021; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018).

Sposito, Souza e Silva (2018), tendo como base dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD 2004 e 2014), analisaram mudanças e permanências na situação de jovens (faixa etária entre 15 e 29 anos) nos campos da educação, trabalho e vida familiar. As pesquisadoras, embora tenham se deparado com dados que apontam heterogeneidade das experiências, ressaltam, por exemplo, a centralidade da categoria trabalho, por expressar a síntese das desigualdades. Ou seja, os grupos mais vulneráveis (mulheres e negros, por exemplo) têm menos acesso ao emprego do que os estratos menos vulneráveis (homens e brancos, por exemplo). Se nos anos 2000 ocorreram algumas transformações no sentido de ampliar direitos sociais a diversas camadas historicamente marginalizadas, o curso dessas mudanças se choca com a crise social e econômica que assola o país, sobretudo a partir de 2015, por conta do desmantelamento de políticas públicas, incidindo diretamente na vida dos jovens, que, para as autoras, são, dentre os diferentes grupos sociais, os que tendem a mais sofrer os efeitos de conjunturas adversas.

Além disso, outra questão também utilizada por Dona Vera para justificar sua insegurança frente ao futuro

dos bebês refere-se à violência sofrida pelos jovens da Ocupação:

Faz uns 15 dias mais ou menos, a viatura pegou vários (jovens) deles...encaminharam para Fundação Casa e os daqui mesmo, que não tinha nada a ver com o caso, foram até a DP. Isso tá preocupando... a gente vê nitidamente que é um ato de discriminação [...] Por conta de ser pobre, ser negro, morar em ocupação, sabe... é tudo isso... dá uma revolta. Eles são jovens, pretos, pobres e morador de ocupação... o que você espera? Eu me lembro de ouvir o desespero da minha filha daqui... é muito sofrimento” (referindo-se a notícia da morte do neto, aos 19 anos, assassinado) (Dona Vera, entrevista realizada em 04/11/2021)

A preocupação de Dona Vera encontra eco nos dados apontados pelo Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2021): os jovens, especialmente a juventude negra, estão entre as maiores vítimas de violência e homicídios no país. Entre os anos de 2009 e 2019, 623.439 pessoas foram assassinadas no Brasil, sendo 53% deste total, jovens e adolescentes. Além disso, 77% das vítimas de homicídios foram de pessoas negras (pretos e pardos), o que significa que o risco de uma pessoa negra ser assassinada no país é de 2,6 vezes maior do que uma não-negra.

Esses dados expõem condições históricas e desiguais de tratamento a determinados grupos sociais no Brasil. Para as pesquisadoras Nilma Lino Gomes e Ana Amélia Laborne (2018) esse complexo de casos de violência se fundamenta em uma macrocausa: o racismo. Para elas, embora a violência seja um fenômeno multicausal, o racismo, com ideias e práticas cada vez mais complexas, desde a abolição da escravatura no país, faz dos números alarmantes de assassinatos de jovens negros uma situação de genocídio:

a morte letal de jovens negros não é causada apenas devido ao fato de serem

na sua maioria pobres e viverem em situação de maior vulnerabilidade. Ela é atravessada fortemente pela raça. Ou seja, ser negro é um determinante para que a violência incida com mais força sobre essa parcela da população (GOMES, LABORNE, 2018, p. 6)

Considero haver nessas questões, evidenciadas pelas entrevistadas quando instigadas a pensarem sobre o que esperam para os bebês, elementos que podem incidir em reflexões sobre bebês em relação a esse outro grupo social, que são os jovens. Isso porque ao afirmarem, por exemplo, que os jovens são considerados os principais motivos de suas preocupações, acabam também indicando o lugar que bebês ocupam nessa relação, algo expresso em uma conversa informal que tive com uma das filhas de Dona Vera, na porta da Ocupação: “Que legal sua pesquisa sobre bebês. A gente esquece que os bebês estão na estrutura, né!?” (Excerto do caderno de campo, 11/11/2021). Nesse caso, mais do que indagar o que efetivamente ela está chamando de estrutura, o que exigiria uma conversa mais aprofundada sobre o assunto (que não ocorreu no momento), interessa-me pensar a situação desse “esquecimento” dos bebês se comparada as citações de constante preocupação sobre os jovens.

Uma breve análise dos dados apresentados sobre as situações dos jovens no país poderia ser o suficiente para explicar essa diferença, mas o fato é que socialmente, os bebês brasileiros também estão expostos a desigualdades e exclusões de diversas ordens. Dados apresentados pelo Mapa da Desigualdade da Primeira Infância, produzido pela Rede Nossa São Paulo e Fundação Bernard Van Leer (2020), por exemplo, indicam uma taxa de mortalidade de 12,4% de bebês, antes de completar o primeiro ano de idade. Segundo o relatório, altas taxas de mortalidade infantil são reflexos de baixos níveis de saúde, desenvolvimento socioeconômico e condições de vida. Além disso, esses dados devem ser

associados às condições de gestação e ao acompanhamento pré-natal e do parto. Embora tenha ocorrido uma melhora ao longo dos últimos anos no país, essas mortes têm como principal causa a desnutrição, um problema que assola 208.304 crianças de 0 a 5 anos que se encontram com peso muito baixo ou baixo para a idade. Um levantamento feito pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (VARELLA, 2022) revelou que em 2021 houve uma média diária de 8 bebês com menos de 1 ano de idade no SUS (Sistema Único de Saúde), o maior número em 13 anos. Além disso, tal qual ocorreu com os jovens, a pandemia da COVID-19 também trouxe impactos importantes à vida dos bebês. Um estudo também produzido pela Fundação Oswaldo Cruz aponta que em 2020, os bebês de até 1 (um) ano de idade representaram um terço das mortes infantis causadas pelo vírus SARS-COV-2 (LISBOA, 2021).

Na educação, embora a região onde se localiza a Ocupação tenha um contexto privilegiado no que se refere à garantia de atendimento dos bebês em creches, isso não representa a situação do país. Também segundo o Mapa da Desigualdade da Primeira Infância (2020), no Brasil, apenas 26% das crianças até três anos de idade estavam matriculadas em creches no ano de 2015. Do total de crianças dessa faixa etária 46% não estavam matriculadas, ainda que seus responsáveis desejassem a elas o atendimento.

Sendo assim, considerar esse “esquecimento” dos bebês, sobretudo quando relacionado a situações dos jovens da ocupação, exige também considerar outras questões ou outras camadas que compõem essas representações mútuas sobre e em relação a eles. Encontro nesse trecho da conversa com Neti, algo que parece traduzir uma questão importante sobre a questão:

Nossa preocupação é essa: a oferta no perímetro... Tem tudo... Aqui, a gente está dentro de uma bolha [...] “tá” todo mundo aqui. Saiu da bolha, tem outras

coisas, boas e ruins. Ai entra a preocupação. Pensamos nisso o tempo inteiro [...] A gente tenta de todas as formas ocupar a cabeça deles (jovens), só que isso não basta. Precisaria ter algo que eles gostam, mas que isso revertesse a participação a um algum auxílio, alguma ajuda de custo, para que evitasse que saíssem a ruas, e achar que ali é mais fácil para conseguir coisas. Essa é a preocupação! (Neti, entrevista realizada em 20/01/2023)

Mais uma vez, é possível observar que Neti, ao falar sobre os jovens e as preocupações com eles, expressa as imagens construídas por ela sobre a própria Ocupação: a “bolha”, nesse caso, associada à ideia de vigilância e proteção, sobretudo do perigo que o entorno pode oferecer. Neti insiste na necessidade de atuação do poder público para “evitar que jovens saiam às ruas” e talvez seja esse o ponto fulcral da distinção entre eles e os bebês. Os bebês seriam sujeitos considerados naturalmente como do âmbito privado, responsabilidade única e exclusiva das famílias, e estariam, por isso, protegidos naturalmente pela “bolha”, o que pode explicar porque seriam causa de menor preocupação pelos adultos.

No entanto, ainda que bebês impliquem diretamente a alteração da rotina da ocupação e das rotinas dessas mulheres que organizam suas vidas em busca de alternativas de cuidados, trabalham e fazem dívidas, eles continuam expostos a violências de ordens diversas (haja vista que muitos dos direitos garantidos a eles por lei não são efetivados). Por essa razão, é interessante observar que as concepções naturalizadas de os tratar como fontes de menor preocupação podem advir justamente do fato dos bebês estarem e seguirem juntos das mulheres adultas, nos espaços privados, fazendo-os parecer protegidos.

Essa dualidade entre o público e o privado, que marca as diferenças entre o que ocorre dentro ou fora da Ocupação que também naturaliza o ambiente doméstico

como lugar social dos bebês, está historicamente relacionada à estrutura social e à política da sociedade ocidental. Um exemplo disso é o papel atribuído às mulheres, responsáveis pelos cuidados e educação, desde o final do século XIX e início do século XX. Nesse processo de naturalização, encontra-se, de forma implícita, o lugar que bebês e mulheres devem socialmente ocupar, o que acaba por ocultar demandas que pudessem compor a agenda de políticas públicas sociais. De forma circular, então, o processo de naturalização acarreta justamente na reduzida visibilidade pública (ARTES; UNBEHAUM, 2015) de mulheres e bebês. Ou seja, como sujeitos de ordem privada, são muitas vezes negligenciados e excluídos do debate público, desonerando a sociedade e o próprio Estado da responsabilidade social e política frente a eles.

Finalmente, ressalto como representações sobre bebês podem também estar interconectadas, isto é, também é possível pensá-las em relação a outros grupos sociais como o dos jovens. Essa relação ocorre, por exemplo, pelo fato de os bebês mobilizarem expectativas e projeções. Há, seguramente, um elemento subjetivo nessas expectativas (quando, por exemplo, as entrevistadas expressaram o que esperavam para a vida de um determinado sujeito que acabou de nascer), mas há também uma dimensão social e coletiva, na medida em que expressam preocupações de uma sociedade desigual e violenta, ainda que em diferentes ordens, para esses grupos sociais.



Fotografia 17:
No carrinho, no urbano
Fonte: Arquivo pessoal da
autora

CAPÍTULO 6

“TEM ANJO PASSANDO”:

bebês DA Ocupação, impressões e expressões no espaço urbano⁶⁹

Ao acompanhar a rotina dos bebês, a creche surge como espaço de fundamental importância em suas vidas, afinal se trata de um equipamento público que orienta várias das práticas sociais estabelecidas junto às mães e avós. Ela organiza o cotidiano, amplia o cuidado à medida que o espalha para além das adultas de referência familiar. Assim, é possível afirmar que a creche se constitui como a principal representação do Estado no compartilhamento da educação e cuidados com as famílias dos bebês da Ocupação, pois ela aparece como materialização dos direitos, conforme previsto pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Entretanto, o acesso aos direitos não se limita aos bebês, pois também dizem respeito às mulheres como uma política pública que viabiliza seu direito ao trabalho e à participação política (SERRÃO; OLIVEIRA, 2021; SERRÃO, 2017; FINCO, GOBBI e FARIA, 2015).

Um dia, logo ao chegar à casa de Denise, ela me conta, feliz: “Levi conseguiu a vaga na creche! Uma benção, porque eu preciso trabalhar, eu preciso voltar a viver!” (Excerto do caderno de campo, 27 de abril de 2022). Denise,

⁶⁹ O título desse capítulo foi inspirado na pesquisa Michel Philippe Moreaux, denominada “Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano na cidade” (2013). Aqui, especialmente, opto em ampliar a ideia de cidade para urbano, buscando enfatizar o fato de que a pesquisa não faz referência a quaisquer cidades, mas fundamentalmente à cidade de São Paulo, referindo-se ao urbano, à sociedade urbana. Nas palavras de Lefebvre, isso significa considerar o que é real e virtual, revelando, em sua universalidade, a orientação e o conteúdo da realização da vida. Isto é, para o autor, trata-se: “a forma da reunião e da simultaneidade, aquela do espaço-temporal nas sociedades, forma que se afirma por todo lado no curso da história quaisquer que sejam as peripécias desta história. Desde as origens e os nascimentos das sociedades, esta forma se afirma, com os conteúdos os mais diversos. Ela se confirma, enquanto forma até na explosão que assistimos”. (LEFEBVRE, 1986, apud CARLOS, 2020).

nesse caso, não só confirma as relações da vida dessas mulheres com seus bebês, mas também vê na creche a possibilidade de “voltar a viver”. Essa afirmação certamente nos instiga a refletir sobre a creche como direito dos bebês, mas mais do que isso: considero haver nessa fala de Denise importantes elementos para reflexão.

Denise contava e confiava na creche como um importante espaço para Levi e para que ela voltasse a viver para além da maternidade. Tratava-se da vida no trabalho remunerado, mas não só, como também da vida nas ações políticas concernentes à ocupação e reuniões do movimento social ao qual ela está ligada. Há uma confiança, valorização e reconhecimento legítimos da importância desse lugar para o filho que parece se opor à imagem socialmente construída da creche como mal necessário ou para crianças cujas famílias não tenham alternativas de cuidado. Embora esse não seja o ponto fulcral dessa investigação, considero que esse desejo de Denise se contrapõe à ideia de que mulheres-mães só procuram creches por falta de alternativas para seus bebês. Essa reflexão pode ser ponto de partida para desenvolvimento de novas pesquisas sobre a função social da creche na contemporaneidade, nas sociedades urbanas, com paralelos sobre direitos das crianças e das mulheres.

De qualquer maneira, conforme já citei, morar no centro da cidade de São Paulo facilita o acesso dos bebês à creche. A quantidade de instituições públicas na região, vinculadas diretamente à Secretaria Municipal de Educação ou de forma conveniada a ela, acabam diminuindo o tempo de espera por uma vaga. Por exemplo, Levi teve acesso a uma delas com menos de 2 meses de idade, além disso Nicole permaneceu morando na Ocupação justamente por conta do acesso a esse serviço público.

Além disso, cabe considerar como a própria existência de bebês matriculados em creches, também imprimem um certo fluxo e ritmo que compõem e, por isso,

alteram o cotidiano da Ocupação. Assim, além de provocar a pensá-la como questão política, que se encontra no limiar do “fora”, considero importante destacar uma incidência no “dentro”, pois, a creche, para onde os bebês vão todas as manhãs, se faz presente também dentro da ocupação, reverberando em conversas, diálogos sobre legislações e formas de provocar novas práticas e cuidados deles e com eles. Refiro-me, por exemplo, a determinados horários que se tornam de encontro com bebês, porque saem ou chegam das creches, quase sempre em seus carrinhos. Também é possível lembrar das conversas que se travam nos corredores sobre questões relacionadas à creche, tais como: sua qualidade, sobre como conseguir vagas, transferências e até mesmo alterações e improvisos necessários nos dias em que não há atendimento nas instituições, como ocorrem durante as férias. Há, nesse sentido, um tempo institucional da creche que invade o tempo/espaço da Ocupação.

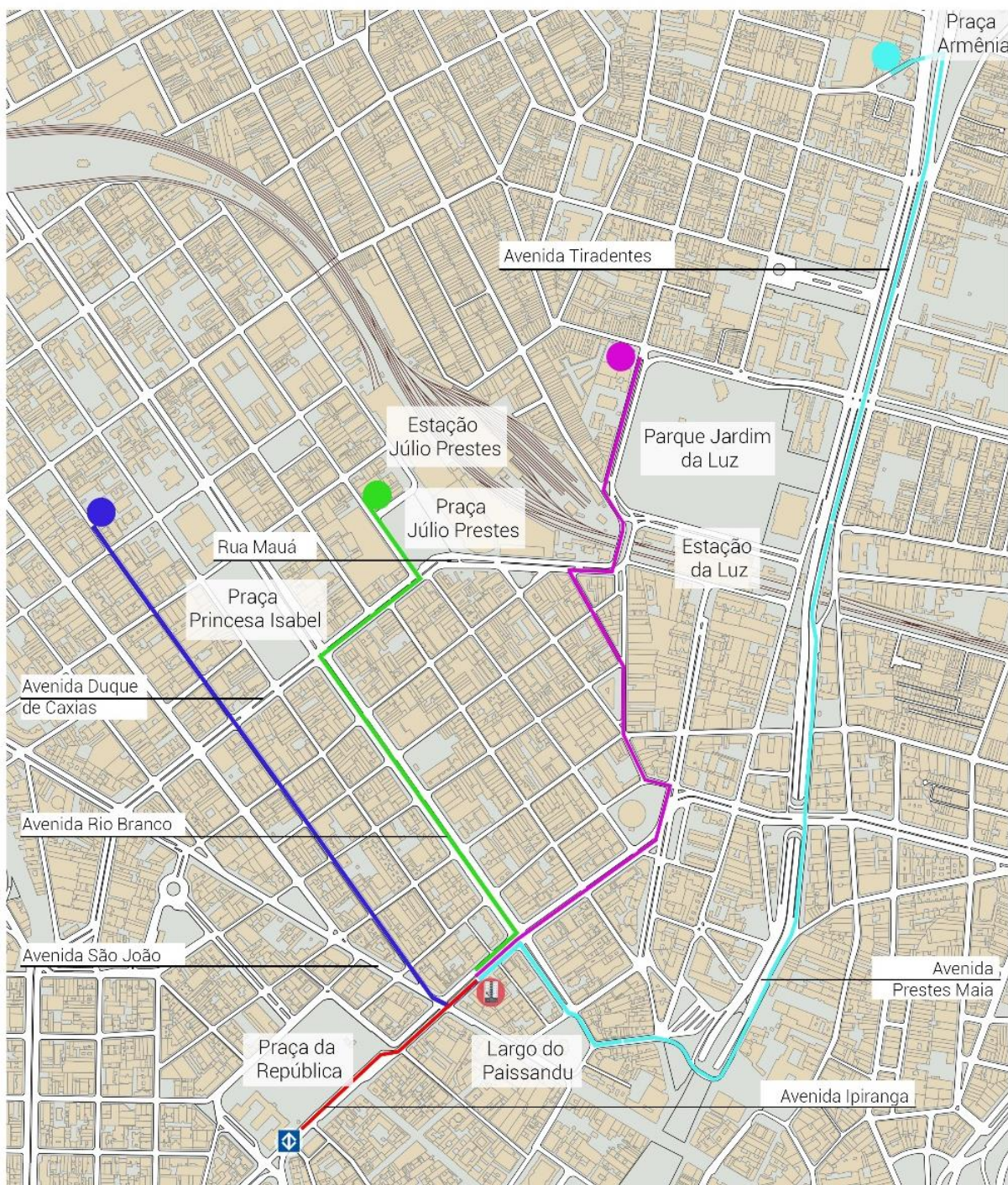
E foi exatamente em um desses dias, conversando sobre a creche de Nicole com Dona Vera, que ela me faz o seguinte convite: “Você poderia me acompanhar até a creche, o que acha?” (Excerto do caderno de campo, 05 de outubro de 2021). No processo negociado e compartilhado de se fazer pesquisa, Dona Vera, de certa maneira, sugeriu um outro procedimento de produção de dados: estar junto, acompanhar os bebês não só em nas atividades e rotinas em suas casas, na Ocupação, mas também “fora dela”.

Embora, a princípio, isso não pareça estar diretamente relacionado às questões de investigação sobre a produção do espaço da Ocupação pelos bebês, considerei haver nesse estar junto no exterior da ocupação importantes elementos para refletir sobre outras facetas das vidas dos bebês. Assim, foi possível refletir sobre práticas espaciais e representações constituídas para além daquelas pessoas, adultas e crianças que moram na Ocupação, como também entre aqueles que compõem o entorno onde vivem. Além








disso, passei a reconhecer esses momentos como fundamentais formas de perceber a presença do corpo dos bebês como materialização que ocorre também no urbano. E assim o fiz: acompanhei Nicole, Levi e Davi e sua avó e mães, respectivamente, em seus trajetos até a creche, em caminhadas que se deram com eles ora no colo, ora no carrinho, ou ainda em seus primeiros passos.

No geral, para acompanhá-las eu chegava bem cedo a Ipiranga, entre 6:30 e 7:00 da manhã, já que o horário de entrada das creches variava entre 7:30 e 8:00h. Com Nicole estive em duas instituições diferentes: uma ela frequentou ao longo do ano de 2021, localizada próxima à estação da Luz; outra ela frequentou no início do ano de 2022, localizada próxima à estação Armênia do metrô. Para chegar a essa última, além de caminhada era necessário também fazer uso de transporte público rodoviário (ônibus). Já a creche de Davi estava localizada muito próxima à Estação Júlio Prestes, na Alameda Dino Bueno, enquanto a de Levi, encontrava-se na Rua Conselheiro Nébias, ambas a cerca de 1,5 km de distância da Ocupação.

O próximo mapa indica os caminhos percorridos por mim ao longo da pesquisa: do metrô à Ocupação e aqueles feitos até as creches, em companhia dos bebês.



LEGENDA

- 
Ocupação Ipiranga
 Avenida Ipiranga, 908 - República, São Paulo
- 
Percurso com Levi
 Destino: CEI Educador Paulo Freire - Rua
 Conselheiro Nebias, 1052, Campos Elíseos
- 
Percurso com Davi
 Destino: CEI Nova Luz - Rua Alameda Dino
 Bueno, 28 - Campos Elíseos
- 
Percurso com Nicole
 Destino: CRP Dom Gastão - Rua Prates, 263 -
 Bom Retiro
- 
Percurso com Nicole
 Destino: CRP Betty Lafer - Rua Jorge Velho,
 96 - Bom Retiro
- 
Percurso metrô-Ocupação
 Destino: Ocupação Ipiranga
 Avenida Ipiranga, 908 - República
- 
Estação República do Metrô
 Linha 3 - Vermelha e Linha 4 - Amarela

Reconheço haver nessa saída com os bebês, em companhia de suas mães e avós, a possibilidade de andar e passar por ambiências variadas em meio ao urbano. O caminho, que era comum a elas, era absolutamente desconhecido para mim e, por isso, experimentei sentimentos diversos. Isso certamente selava entre nós um elo de confiança: delas em mim, por me permitirem seguir junto delas; de mim com elas, já que orientavam e conduziam meus passos rumo aos destinos conhecidos somente por elas.

Assim, nas primeiras saídas, esse meu desconhecimento prévio sobre o trajeto, sobre como seria o retorno (se em companhia delas ou não, que poderiam seguir da creche para outro lugar), sobre o tempo, muitas vezes significou apreensão e medo. Era muito diferente do que vivia em meu caminho do metrô até chegar à Ocupação, por exemplo: trajeto, que aos poucos, foi se tornando familiar. Reconheço que esse medo da rua está vinculado a um imaginário constituído em meio à própria história da urbanização da cidade, seu processo de industrialização, segregação e exclusão de muitos grupos sociais, como ressalta a pesquisadora Fraya Frehse (2015), mas considero também fundamental relatar que parte importante dessas caminhadas junto aos bebês pelo entorno foram realizadas exatamente durante o início do ano de 2022, período que, conforme já mencionado, ficou marcado pelas inúmeras intervenções públicas, sobretudo nas proximidades da Ocupação Ipiranga, na região conhecida como Cracolândia, por onde muitas vezes passamos para acessar às creches. Além disso, mesmo que não fosse necessariamente o caminho da creche, o fato de as intervenções espalharem os usuários e dependentes químicos fez com que encontrássemos com vários deles pelas ruas sempre que saíamos da Ipiranga. O excerto abaixo, de uma das saídas feitas com Levi e Denise, exemplifica tal questão.

**Figura 10:
Trajetos percorridos
pela pesquisadora em
campo**

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do acervo de pesquisa. Mapa produzido por Paula Martins Vicente com subsídios do Mapa Digital da Cidade de São Paulo (SÃO PAULO, s./d.)

Logo ao atravessar a avenida Ipiranga, rumo à avenida São João, avistamos uma farmácia, de uma conhecida rede, com os vidros estilhaçados por pedras... Na calçada da loja estavam uma viatura e dois policiais. Pergunto a Denise se ela sabe o que houve por ali e ela me informa: “Teve uma briga aqui na madrugada... nem dormimos direito. Agora esses vidros foram os “noias”... isso daqui tá uma guerra”... Penso que Denise se refere à situação da região, em especial com as intervenções ocorridas ao longo dos últimos dias. Tenho acompanhado notícias nos jornais sobre as recorrentes intervenções na região. Ontem, dia 12, houve a notícia de 600 policiais atuando na região, em especial na Praça Princesa Isabel... pouco tempo depois, no retorno para casa, ouvi que um homem de 32 havia sido morto na Avenida Rio Branco, muito próximo à ocupação, durante a madrugada [...]. Ao longo do caminho parece haver muito mais pessoas perambulando pelas ruas ou dormindo nas calçadas. Diferentemente das outras vezes, em que só via homens, hoje avistei muitas mulheres também, algumas parecem andar sem rumo... falam e gesticulam enquanto andam. O comércio seguia fechado e começava a abrir apenas enquanto retornávamos da creche (Excerto do caderno de campo, 13/05/2022)

À medida que essas saídas passaram a ser mais recorrentes, comecei a perceber meu medo e apreensão iniciais se dissipando, sobretudo pela própria companhia das mulheres que, apesar de muitas vezes alertarem “aquí não dá para dar bobeira, não tira o celular para fora”, mostravam-se muito familiarizadas com a região. Assim, elas diziam onde se encontram produtos mais baratos, atalhos para se chegar mais rápido a um ou outro lugar, instituições que faziam projetos sociais e eram frequentadas pelos moradores locais. Essa aparente familiaridade com o espaço me pareceu vinculada à ideia de “ser do pedaço” proposta por Magnani (1984; 1992), categoria surgida no contexto de uma pesquisa sobre formas de cultura popular e modalidade de lazer de

trabalhadores da periferia de São Paulo. Trata-se de uma ideia que denota lealdade, códigos compartilhados e pertencimento. É também uma “categoria nativa”, possível de ser identificada por meio de duas ordens: 1) espacial e física e; 2) de uma rede de relações que instaura um código capaz de separar, ordenar e classificar:

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (MAGNANI, 1984, p. 138).

De qualquer maneira, esse caminhar pela cidade, considerado por muitos autores, como De Certeau (2014), uma das mais importantes “artes de fazer” e principal forma de realização e de construção de novas relações com o espaço, colocou-me frente a uma “outra” cidade, em lugares que nunca havia estado ou que evitaria estar sozinha em quaisquer outras ocasiões. Digo isso me referindo especialmente aos trajetos realizados em torno ou em meio a região do fluxo, entre lugares e pessoas tantas vezes, ao longo da história, “varridos para debaixo do tapete”, como ressalta o historiador Nicolau Sevcenko (2004):

Há devãos, espaços e presenças que são como que resíduos varridos para debaixo do tapete vistoso da paisagem urbana. São seus pontos-cegos, justamente porque revelam seu avesso ou suas vísceras. Eles são o contraponto da identidade pretendida, são a sua mais completa negação, mas por isso mesmo também são a revelação daquilo que ela mais teme revelar: não a máscara exuberante, mas o rosto nu por trás da fantasia.” (SEVCENKO, 2004, p. 19)

Já no que diz respeito à dinâmica de pesquisa, caminhar pelo entorno foi se constituindo como importante

estratégia metodológica não só à medida que me proporcionava, enquanto pesquisadora, experiências diversas com o urbano, mas sobretudo por me permitir, ainda que por meio de situações pontuais, observar o impacto da presença dos bebês e das relações com eles estabelecidas no urbano. Além disso, tornaram-se, ao longo do campo, um outro momento possível de diálogo com as mulheres, que se dá em outro contexto, fora da Ocupação.

Nesse caso, inspirei-me no proposto pela pesquisadora Vania Medeiros Moreira (2017), no que chamou de “entrevista-passo”. Nela, os corpos físicos, tanto da pesquisadora como das interlocutoras, sujeitos da pesquisa, tocam e encontram o “corpo” da urbe, dos espaços públicos da cidade, e enquanto isso ocorre, as conversas ou as entrevistas tendem gerar dados “menos prontos”, incentivados pelos acontecimentos do entorno e pela paisagem. Um processo no qual “os percursos tanto do passo, quanto das conversas, foram sendo construídos ao sabor do acaso e das memórias” (MOREIRA, 2017, p. 69). Assim, as conversas que estabelecíamos enquanto caminhávamos, no geral, não seguiam roteiros pré-estabelecidos. Ao contrário, os assuntos surgiam também mediados pelos acontecimentos da própria cidade, conforme é possível observar nesse excerto:

Diferentemente da outra vez que acompanhei Kailaine, que levava Davi no colo, dessa vez, ela apareceu com um carrinho. Fazia muito frio pela manhã e Davi estava agasalhado, com uma touca, envolto em um cobertor e segurando o celular. No caminho vamos conversando sobre várias coisas, sobre trabalho, preferências e temperamento de Davi. Passamos por muitas pessoas em situação de rua dormindo nas calçadas ou andando por elas. Por conta do frio quase todas as pessoas em situação de rua estão cobertas até a cabeça. Percebo a Avenida Ipiranga e a Avenida Rio Branco um pouco mais suja do que de costume: há muito lixo pelo caminho.

Pergunto a Kailaine como tem sido por esses dias por ali, já que se trata da região que tem sido permanentemente alvo de ações da política e do Estado contra os dependentes de droga que ali se concentram. Kailaine conta que fazia duas semanas que não levava Davi à creche, que inclusive a avó paterna do menino, que mora próximo à creche, a aconselhou não levar, pois segundo ela: “até tiro estão dando por aqui”. (Excerto do caderno de campo, 26/05/2022)

Acompanhar os bebês também se constituiu como importante estratégia de aproximação a eles, que ocorreu de diferentes formas, a depender de cada bebê. Levi, por exemplo, o mais novo de todos, quase sempre seguiu no colo da mãe, dormindo ao longo do caminho, mas Nicole e Davi, um pouco mais velhos, seguiam ora no carrinho, no colo, caminhando e aos poucos foram parecendo se acostumar com minha presença, interagindo comigo com sorrisos, dando as mãos para caminhar ou solicitando colo.

Outro ponto importante para o trabalho de campo foi observar as impressões e expressões dos bebês na relação com esse entorno da Ocupação, no urbano. Isso porque se, de certa forma, havia encontrado nos objetos culturais, nas brincadeiras, na presença e ações dos bebês incidências na produção do espaço da Ocupação (LEFEBVRE, 2006) e brechas no seu cotidiano, passei também a me interessar sobre como seria isso no espaço urbano, ainda que nos limites desses percursos diários à creche. Observe-se a próxima fotografia:



Fotografia 18:
Dona Vera e Nicole
caminhando rumo à
creche
Fonte: Arquivo pessoal da
autora

Nela, bebê e adulta caminham de mãos dadas por uma calçada. As portas, ao lado direito da imagem, remetem a uma área comercial, enquanto o fluxo de veículos do lado esquerdo, largura e quantidade de faixas disponíveis para que transitem, por sua vez, indicam ser em uma movimentada avenida. É também possível observar uma passarela, muito provavelmente feita para que pedestres atravessassem de um lado ao outro, sem interferir no andamento do trânsito. Essa imagem foi produzida por mim, durante a pesquisa, em uma manhã de março de 2022, utilizando um celular. Em foco estão Nicole e Dona Vera que seguem pela Avenida Santos Dumont, uma das principais avenidas da cidade de São Paulo, rumo à creche, no bairro do Bom Retiro, próxima a Estação Armênia do metrô. Para chegar até o local da foto, saímos a pé da Ocupação Ipiranga, tomamos um ônibus próximo ao Largo do Paissandú, descemos em frente à estação Armênia, atravessamos as quatro faixas de rolamento da avenida de forma apressada, antes que farol pudesse abrir para passagem dos carros.

Nicole fez boa parte desse trajeto caminhando, ora de mãos dadas com a avó, ora comigo, mas para atravessar a avenida, por exemplo, foi pega no colo por sua avó, que me alertou: “aqui tem que passar rápido, tem que passar rápido, vem!”. O colo, seguidos dos passos apressados, as deixaram ofegantes ao chegarem do outro lado da avenida, um indício sentido nos próprios corpos de que talvez esse não fosse um lugar pensado ou planejado para eles.

Nicole e Dona Vera como moradoras da Ocupação, ao menos nesse caso, não saem dela para caminhar sem rumo pela cidade. Ao contrário, saem de suas casas rumo a outro estabelecimento que é creche. Nesse trajeto se juntam aos demais grupos sociais que compõem e incidem na produção do espaço urbano, ainda que esses corpos sejam por vezes desconsiderados nesse processo. Nicole e Dona Vera são moradoras da Ocupação, mas quando saem dela,

na comunhão de corpos no cotidiano da urbe, não é mais isso que as caracteriza. Por essa razão, considero destacar dessa relação com o urbano outras questões que partem de suas presenças e das diferenças de gênero, raça e idade. Por exemplo, Dona Vera e Nicole materializam, respectivamente, corpos femininos, negros, de idosa e bebê, que por si só, se contrapõem às lógicas da produtividade, da homogeneização e da segregação características do centro da cidade de São Paulo e, em especial, das regiões em torno de suas grandes avenidas, conforme demonstrado na discussão sobre o histórico do planejamento urbano da cidade.

Dito isso, interessa-me focar a presença de Nicole e em suas corporeidades, mobilizando algumas das contribuições de Jacques (2003) sobre as relações com o urbanismo. Para a autora é fundamental reconhecer que os urbanistas ou planejadores da cidade, ao conceberem os espaços urbanos, indicam usos possíveis do espaço. Todavia, são aqueles que o experimentam, isto é, os praticantes da cidade, através das diferentes ações, apropriações ou improvisações que legitimam ou não o projetado. Isso significa que esse espaço é produzido diferentemente à medida que é usado.

Nesse caso, considero fundamental pensar nesse uso feito por Nicole enquanto vai à creche. Ela caminha da ocupação ao ponto de ônibus, pega um ônibus, salta dele e caminha novamente pela avenida para chegar ao seu destino. Esse caminhar por si só é possibilidade de apropriação (DE CERTEAU, 2014), mas ele não ocorre de forma uníssona: os ritmos dos passos se alteram e se misturam em movimentos, não sendo possível ao certo identificar quem leva quem ou qual prevalece: da bebê, da idosa ou aquele concebido para ditar os rumos da cidade. Trata-se, conforme visto, do reconhecimento de ritmos impostos por planejadores que podem coagir o corpo no espaço público, traduzindo mecanismos de opressão e adaptação, o que

parece ocorrer quando Nicole é pega no colo pela avó que corre pela avenida. Entretanto, também existem passos de subversão e resistência (LEFEBVRE, 1992; CARLOS, 2014), encontrados em “brechas” relacionadas a outras formas e possibilidade de se apropriarem e produzirem o espaço urbano, que também ocorre de maneiras diversas, como é possível observar no excerto abaixo:

Sáimos da ocupação pontualmente às 7:00 e Nicole é levada no carrinho de bebê pela avó. Seguimos pela Avenida Ipiranga até a região da Luz. Pelo caminho, é possível observar muitas pessoas dormindo nas calçadas... sua avó, seguindo seu destino, desvia de muitas delas; as rodinhas do carrinho tiram “finas” de muitos pés...pés descalços marcados pelo abandono social, pela pobreza, pela drogadição que tanto afligem a região. Enquanto observo isso, observo também Nicole “cantarolando” e fazendo gestos com as mãos, alegremente...uma espécie de balbucio de músicas e movimentos que parece ter aprendido na creche... “ela adora cantar”, me diz a avó, orgulhosa” (Excerto do caderno de campo, 09/12/2021)

Nesse caso, cabe considerar como Nicole não apenas “disputa” o espaço que foi intencionalmente planejado sem considerar a sua existência como bebê ela se junta às demais pessoas, com todas as suas diferenças, que constituem esse espaço e o torna palco de relações amplas e complexas. Essas pessoas são várias: trabalhadoras e trabalhadores que seguem apressadamente aos seus destinos, usuários de droga e pessoas em condição de rua adormecida na calçada, um “efeito colateral” de um projeto de cidade que sofre com os desequilíbrios sociais e econômicos. Isso porque, conforme já discutido, a própria região conhecida como Cracolândia, por exemplo, por onde passávamos ao longo desse caminho, não se constitui ou permanece ali de forma orgânica ou como obra do acaso, mas traduz essencialmente uma “luta” movida pela necessidade de ocupar e se apropriar do espaço

urbano (CARLOS, 2014; MAGALHÃES, 2015). Desse episódio, interessa-me, ainda, um destaque: Nicole seguia sentada em seu carrinho e desta forma “impunha” não só a sua presença na cidade, mas também sua voz, seus gestos, seus movimentos e suas linguagens, à medida que cantarolava, observava, batia palmas e também os pés que seguiam pendurados no carrinho. Ela se movimentava, sorria e mostrava coisas que lhe chamavam atenção a mim, à avó, aos transeuntes.

Mais uma vez, tal qual quando trouxe a lume a questão da presença do “corpo-bebê” em um ato ou manifestação, importa-me evidenciar sua potência como parte de um corpo coletivo na dimensão espacial (ALVES, 2019). Trata-se, então, de reconhecer, tal qual afirma Frehse (2016) com base em Lefebvre, que “cada corpo vivente é um espaço e tem um espaço: ele se produz ali e o produz” (FREHSE, 2016, p. 107). Isso significa considerar a presença diária de Nicole como produtora dos espaços da cidade junto à avó e demais grupos sociais nas ruas, mas não diluída entre eles. Ao sair de casa para ir à creche e seguir no trajeto cantando, incidindo outros sons pela cidade, ela modifica, ainda que durante um curto período, a forma como o espaço urbano foi concebido e, por isso, tensiona seu cotidiano programado. Essa tensão, talvez, não se configure como possibilidade radical de transformação, mas, novamente como “brecha” ou ruptura, que ocorre a partir das contradições da práxis no urbano (FREHSE, 2016).

Assim, é fundamental considerar o cotidiano como lugar da transformação que se dá por meio do corpo (MOREAUX, 2013), nesse caso, do bebê. Esse corpo incorre em possibilidades de ações e transformações de outros atores, que tantas vezes não passam alheios a sua presença. Isso significa considerar que os bebês, e suas linguagens, sobretudo suas expressividades corpóreas, podem causar impactos diversos, modificar o entorno e

inscrever outras relações urbanas. Sobre isso, vejam-se outros excertos:

Descemos em frente à estação Armênia do metrô, mas era necessário atravessar a Avenida Tiradentes para chegar até a creche. Passamos pela Praça da Armênia e nelas muitas outras pessoas em condição de moradia na rua (a maioria formada por homens); como no primeiro trajeto, algumas nem nos notaram, outras tantas olhavam para nós e para a pequena que caminhava conosco de mãos dadas e sorriam. Um deles chegou a levantar de onde estava sentado e dirigindo-se a nós faz um gesto com as mãos de “autorização” para que seguíssemos, como se nos “cortéjasse” nesse caminhar por um “pedaço” que era seu. Atravessamos a Avenida Tiradentes e logo estávamos no portão da creche (Excerto do caderno de campo, 25 de fevereiro de 2022)

Saltamos do ônibus e seguimos, passando pela Praça da Estação Armênia, onde somos interpeladas por dois jovens rapazes que pareciam estar em situação de rua, conversando; ao nos avistar, ambos nos seguem com olhar, esse olhar parece afetuoso ao encontrar com Nicole, quando um deles se dirige a nós: “Feliz dia das mulheres atrasado para vocês”. Agradecemos e seguimos. Seria a presença de Nicole junto a nós uma “motivação” ou uma “licença” para ambos se dirigirem a duas estranhas que passavam por ali? (Excerto do caderno de campo, 09 de março de 2022)

Conforme já citei, à medida que intensifiquei a saída com os bebês e as mulheres, parece que fui perdendo o medo de caminhar pela região. E se um dos motivos para isso se dá ao fato de estar acompanhada de pessoas que são “do pedaço” (MAGNANI, 1984; 1992), outro me parece fundamentalmente relacionado ao fato de estar acompanhada por crianças, no caso, bebês. Por vezes, as

diferentes pessoas encontradas no caminho interagiram conosco, voltavam seu olhar a eles, sorriam, paravam suas conversas, levantavam-se de onde estavam para nos “cortejar” ou “autorizar” passar, como no caso do homem, aparentemente em situação de rua.

Observo que essas ações, inclusive, são muito mais frequentes quando os bebês seguem sentados no carrinho ou caminhando conosco de mãos dadas. Nos carrinhos ou no colo, sobretudo quando deitados, bebês avançam no ritmo do adulto. Já quando caminham, ainda que de mãos dadas a um deles, os padrões de movimentos e interações se alteram. Assim, os bebês influenciam o andar, direção e ritmo da caminhada, tal qual também observaram pesquisas sobre suas mobilidades (CORTÉS-MORALES; CHRISTENSEN, 2019). Nesse caso, como defendido até aqui, importa considerar a presença dos bebês no urbano, mas não só: é fundamental também reconhecer movimentos, diferentes formas dos bebês agirem, interagirem e estarem nele. Agora, observe-se a próxima fotografia:



Fotografia 19:
Davi no carrinho, rumo
à creche
Fonte: Arquivo pessoal da
autora

Na fotografia, uma pessoa empurra um carrinho por uma rua. Não parece uma via movimentada, pois o carrinho é empurrado pelo meio da via e não pela calçada. Um tapume de ferro cerca um espaço onde é possível observar algumas tendas, árvores e luminárias, que parecem de iluminação pública. Um edifício completa a cena. Tal qual a anterior, essa imagem foi produzida por mim, em campo de pesquisa, utilizando um celular. Trata-se de Kailaine e Davi, que segue no carrinho, em seu trajeto diário até a creche localizada na Alameda Dino Bueno. Essa rua constituía-se, até meados do ano de 2022, como epicentro do fluxo, ocupada por barracas que abrigavam o comércio de drogas na região conhecida como Cracolândia. Após as intervenções realizadas pelo poder público, ocorreram mudanças dos usuários para outros espaços da cidade, como a Praça Princesa Isabel.

Na rua, passamos por muitos moradores em condição de moradia nas ruas, pelas calçadas da Avenida Rio Branco. Chegamos até a esquina com a Praça Princesa Isabel, agora tomada pelos usuários de crack que ficavam na Alameda Dino Bueno. Kailaine me conta que a creche era exatamente na Alameda Dino Bueno e que até pouco tempo, para levar Davi, ela passava exatamente pelo “fluxo”. Pergunto se ela tinha medo e se alguma vez alguém “mexeu” com ela e ela me conta: “Não! Eles não mexem... quando eu estava chegando com o Davi, eles gritavam ‘tem anjo passando’. Eles gritam isso que é para ninguém usar droga na frente das crianças”. Kailaine me contou inclusive que quando as pessoas saíram da rua, Davi falou: “os anjos, mamãe, os anjos...”, como se perguntasse por eles. (Excerto de caderno de campo, 04 de maio de 2022)

Aparentemente na linguagem dos atores que compõem a chamada Cracolândia, “anjos” são as crianças e seguindo certo código de conduta da região, é proibido fazer uso de drogas na frente delas. Há, aqui, algumas questões

para refletir. A primeira delas refere-se exatamente à existência desse código que evidencia uma dimensão muitas vezes desconsiderada da vida dessas pessoas. Essas pessoas, mesmo sob um estado precário de sobrevivência, enxergam os bebês e, mobilizadas por representações que os associam ao “anjo”, alteram suas ações e comportamentos. Assim, um olhar mais detido a esse episódio pode incidir na desconstrução de estereótipos e representações constituídas socialmente sobre esses atores, comumente associados (e resumidos) à periculosidade, ao crime e à violência. Dessa forma é possível observar neles uma outra dimensão de vida, mediante a preocupação em proteger as crianças.

Mobilizo a dialética tridimensional proposta por Lefebvre (1983) para refletir sobre essa representação de bebê que está presente e ausente ao mesmo tempo. Com efeito, essa representação incide em alterações nas práticas espaciais, que mesmo de forma breve, impõe descontinuidade no uso das drogas na região do fluxo, por exemplo. Nesse espaço urbano multifacetado, o bebê compreendido como “anjo” remete a uma imagem social e historicamente construída sobre ele, associada à pureza, inocência, ao afeto e proteção incondicional e que foi, conforme já discutido, a base do surgimento do sentimento de infância no século XVII e XVIII (ÀRIES, 1981).

Apesar de algumas críticas à pesquisa de Áries (1981), segundo as quais sua pesquisa foca em famílias abastadas e traduzem histórias de crianças ricas (KUHLMANN Jr, 1998), parece haver na associação dos bebês ao “anjo” pelos diferentes atores da região da Cracolândia, sentidos constituídos com base nessa ideia. Assim, o “anjo”, como um sujeito sagrado, divino, que deve ser amado e protegido, não pode ser exposto à drogadição, ou a qualquer outra coisa reconhecida socialmente como “ruim”. Nesse caso, Kailaine diz não sentir medo de caminhar na região, ao contrário: talvez, mesmo sem

consciência disso, perceba essa representação materializada em proteção, dela e de seu filho, enquanto ambos seguem em seus caminhos diários. Trata-se de algo que também pode ser considerado manifestação do agenciamento do bebê (GOTTLIEB, 2012; 2009) cujo impacto se faz sentir na vida do grupo social ao qual pertence e, nesse caso, para além dele. Como tenho defendido até aqui, em convergência com Nunes (2003), o agenciamento existe mesmo que os bebês mesmos não tenham “consciência” do que provocam.

Davi, como um “bebê do pedaço”, também parece (re)conhecer os atores ali presentes, inclusive perguntando por eles à mãe, quando migram para outro lugar. Aqui, mais uma vez, não considero ser exatamente uma especificidade de sua vida em ocupação que o coloca frente a esse cenário, mas o ir e vir do seu dia a dia que ocorre na região central da cidade. Essa dinâmica cotidiana acarreta relações (mesmo que breves) com outros atores para além daqueles com quem o bebê convive no espaço privado de sua casa. Assim, algo análogo deve ocorrer com outras crianças que residem na mesma região da cidade, ainda que em moradias próprias ou locatárias (e não necessariamente ocupadas).

As experiências de Davi e Nicole não são exclusivas de quem mora em ocupações, mas, ainda assim, suscitam questões sobre formas de viver a infância e, ao mesmo tempo, produzem a cidade, que são, muitas vezes, desconsideradas pelas políticas públicas, como também pelas pesquisas desenvolvidas na área da infância e/ou cidade. Esses bebês alteram o cotidiano porque estão presentes e agem socialmente. Além disso, suas representações incidem em alterações nas práticas de outros grupos sociais e podem ser vistas como uma forma de traduzir o que lhes deveria ser de direito (LEFEBVRE, 2001). Isso, sem dúvida, corresponde a uma outra forma de luta (para além daquela que ocorre dentro da Ocupação, não em oposição, mas junto dela).

Em linhas gerais, os resultados dos Estudos Sociais da Infância e da Criança afirmam que as crianças fazem parte do mundo, o incorporam e, ao mesmo tempo, o influenciam e criam significados a partir dele (NASCIMENTO, 2011). Como foi possível observar na reflexão sobre os bebês da Ocupação Ipiranga, essa produção de sentidos ocorre desde pouca idade e para além de suas casas e creches, pois também ocorre no público, na rua e no espaço urbano.

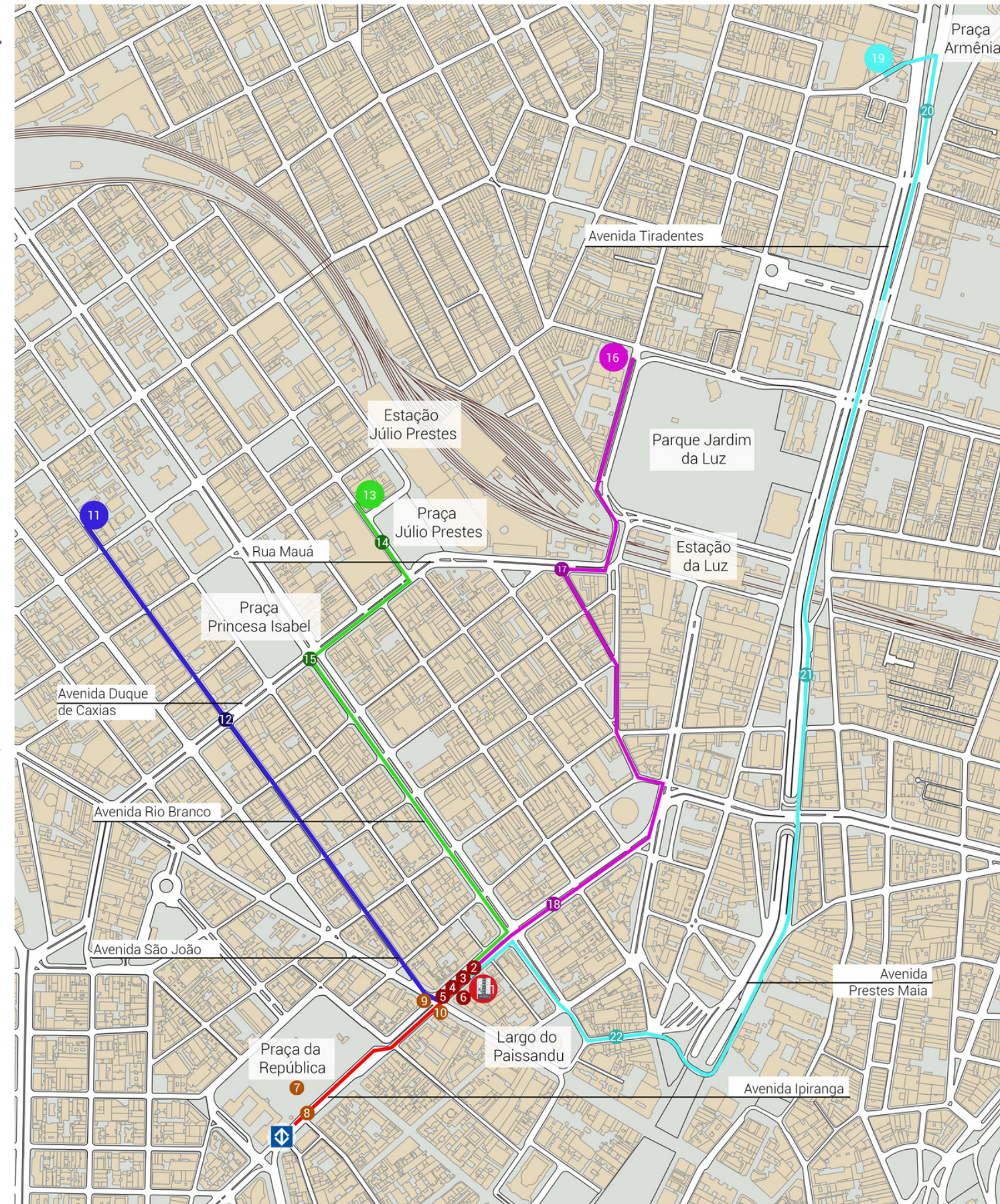
Por fim, no final desse capítulo encontra-se um mapa interativo, produzido a partir de informações do campo da pesquisa. Esse mapa não se resume a ilustrar os percursos feitos por mim em companhia dos bebês, pois ele reúne materiais de diferentes linguagens que foram lembrados e revisitados por mim a partir dessa experiência em campo, no urbano. Eles evocam efeitos e memórias produzidas por mim nesse processo. Trata-se, nesse sentido, de um convite a quem lê essa tese para que caminhe, ainda que virtualmente, pelo centro da cidade de São Paulo. Essa é uma possibilidade de reconhecer efeitos que ambiências variadas podem incidir em cada sujeito. Espero com isso ampliar reflexões para além das aqui apresentadas e quiçá incentivar o desenvolvimento de novas pesquisas.

**Figura 11:
Mapa interativo dos
trajetos percorridos pela
pesquisadora**

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do acervo de pesquisa. Mapa produzido por Paula Martins Vicente com subsídios do Mapa Digital da Cidade de São Paulo (SÃO PAULO, s./d.)

CONHECENDO MAIS...

- 1** Ocupação Ipiranga
- 2** Movimento de moradia ocupa prédios em SP em protesto contra perda de direitos (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-10/movimento-de-moradia-ocupa-predios-em-sp-em-protesto-contra-perda-de-direitos>)
- 3** Sem-teto ocupam prédio no centro de SP: 'Entrar é o primeiro passo' (<https://ponte.org/sem-teto-ocupam-predio-no-centro-de-sp-entrar-e-o-primeiro-passo/>)
- 4** A primeira noite da ocupação na Av. Ipiranga, 908, SP (<https://www.facebook.com/jornalistaslivres/posts/426126067511276/>)
- 5** Teto e tela: ocupações de SP ganham cores e valores após intervenção do grafite (<https://ponte.org/teto-e-tela-ocupacoes-no-centro-de-sp-ganham-cores-e-valores-apos-intervencao-do-grafite/>)
- 6** A ordem natural das coisas (Emicida - part. MC Tha) (https://www.youtube.com/watch?v=_hta2xtA2BI&list=RD_hta2xtA2BI&start_radio=1&t=14s)
- 7** Praça da República
- 8** Não Existe Amor Em SP (Criolo) (<https://www.youtube.com/watch?v=0PfevkdCPU&t=1s>)
- 9** Ipiranga x São João – Esquinas de SP (<https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/cotidiano/ipiranga-sao-joao/>)
- 10** Caetano Veloso - "Sampa" (<https://www.youtube.com/watch?v=btn7E8yYvaM>)
- 11** CEI Educador Paulo Freire
- 12** Dedo na ferida (Emicida) "Na terra onde bebês respiram gás lacrimogênio" (<https://www.youtube.com/watch?v=QdvYAjQYdIs>)
- 13** CEI Nova Luz
- 14** Cracolândia na alameda Dino Bueno (<https://folhapress.folha.com.br/foto/15632240>)
- 15** Hotel Laide - em 10'25": "olha o anjo" (<https://www.youtube.com/watch?v=05ZEhEINwY>)
- 16** CRP Dom Gastão



- 17** Sapatos, Andando (<https://pixabay.com/pt/videos/sapatos-andando-p%C3%A9s-pernas-v%C3%A1rios-3627/>)
- 18** Rua, Andando, Multidão (<https://pixabay.com/pt/videos/rua-andando-multid%C3%A3o-pessoas-1694/>)
- 19** CRP Betty Lafer
- 20** Praça Armênia (https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/17/Pra%C3%A7a_Arm%C3%AAnia_2017_003.jpg/760px-Mapcarta.jpg)
- 21** Ônibus (<https://diariodostrihos.files.wordpress.com/2022/07/sptrans-onibus-laranja-centrosp-4-7-22.jpeg?w=1024>)
- 22** Fotografias Nicole (<https://drive.google.com/drive/folders/1hJukIP5i7DvamsS20zxXHbcSklu6Xig1>)

LEGENDA

- Ocupação Ipiranga
Avenida Ipiranga, 908 - República, São Paulo
- Percurso com Levi
Destino: CEI Educador Paulo Freire - Rua Conselheiro Nebias, 1052, Campos Eliseos
- Percurso com Davi
Destino: CEI Nova Luz - Rua Alameda Dino Bueno, 28 - Campos Eliseos
- Percurso com Nicole
Destino: CRP Dom Gastão - Rua Prates, 263 - Bom Retiro
- Percurso com Nicole
Destino: CRP Betty Lafer - Rua Jorge Velho, 96 - Bom Retiro
- Percurso metrô-Ocupação
Destino: Ocupação Ipiranga - Avenida Ipiranga 908, República
- Estação República do Metrô
Linha 3 - Vermelha e Linha 4 - Amarela

DRABTIE 3

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Orio Vall, que cuida dos recém-nascidos em um hospital de Barcelona, diz que o primeiro gesto humano é o abraço. Depois de sair ao mundo, no princípio de seus dias, os bebês agitam os braços, como buscando alguém. Outros médicos, que se ocupam dos já vividos, dizem que os velhos, no final de seus dias, morrem querendo erguer os braços.

E assim são as coisas, por mais voltas que se queira dar à questão, e por mais palavras que se diga. A isso, simples assim, se reduz tudo: entre o primeiro bater de asas e o derradeiro, sem maiores explicações transcorre a viagem.

(Eduardo Galeano)

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante se sentou na areia da praia e disse: “Não há mais que ver”, sabia que não era assim. O fim duma viagem é apenas o começo doutra [...] É preciso recomeçar a viagem. Sempre.

(José Saramago)

1. BEBÊS, PRODUÇÃO DO ESPAÇO, COTIDIANO E LUTA

Para Galeano, do nascer ao morrer, a vida é como uma viagem. Já para Saramago, o fim de uma viagem é apenas o começo de outra. Para mim, fazer esta tese também foi como fazer uma viagem que nasceu de um desejo por saber mais sobre bebês e cidade. Espero que, apesar da necessidade de encerrá-la aqui, ao ser compartilhada, a viagem não se finde. Prefiro compreender esse movimento como um começo de outra.

Foi desafiador e, ao mesmo tempo, encantador produzir essa pesquisa. Muitas vezes coloquei em xeque

minha própria capacidade de fazê-la: “poderia uma pedagoga, que sempre esteve, trabalhou e fez pesquisa em escola, ousar fazer uma investigação (etnográfica) fora dela?”. Outras vezes, pensei: “que bom que saí da escola para também aprender tudo isso”. Nesse processo, a apropriação de referenciais teóricos e metodológicos, sobretudo aqueles relacionados aos Estudos Urbanos, exigiu muito de mim, endossando o desafio de relacioná-los aos estudos de bebês. Em meio a tudo isso, uma pandemia, que adiou (e por isso diminuí) o trabalho em campo, fazendo com que eu o encerrasse com a sensação de que deveria continuar, de que ainda tinha muito a aprender, a fazer e a viver no campo. O tempo da pesquisa é muito diferente do tempo de vida das pessoas. De qualquer maneira, posso dizer que fazer essa tese me transformou, e não só como pesquisadora, mas, sobretudo, como pessoa. Aprendi muito em companhia dos bebês (das demais crianças e mulheres também) e espero ter podido compartilhar tudo ou, ao menos, um tanto disso no texto que aqui se encerra.

Meu principal objetivo foi desafiar a ideia de uma representação única, ou aquela construída sob o ponto de vista da escola, sobre os bebês. Por isso, busquei questionar a imagem do bebê padrão ou do bebê sob ponto de vista da creche que, de certa forma, sustenta boa parte das pesquisas realizadas com e sobre eles, especialmente na área da Educação. Busquei, com isso, encontrar caminhos que possibilitassem encontrar alternativas possíveis a essa representação hegemônica. Não em oposição a elas, mas em sua complementariedade.

Desse modo, relacionar os bebês aos estudos urbanos foi forma de compreender se e como questões de ordens diversas (econômicas, políticas e sociais) atravessam suas vidas. A produção do espaço, por sua vez, foi assumindo centralidade à medida que percebi que as análises sobre a cidade e o urbano são fundamentalmente especiais.

Afinal, relações e práticas sociais se materializam no espaço, transformando-o em um importante locus de conhecimento sobre as diferentes experiências das crianças. Por fim, a ocupação ou o prédio ocupado com finalidade de moradia surgiu como campo da pesquisa não só por se constituir como uma manifestação própria do contexto urbano, mas também, e especialmente, por traduzir privações e ausência da garantia de direitos. Essas privações são combatidas com movimentos de resistência e transgressão para estar, viver e lutar pela cidade.

Assim, com o objetivo de compreender a produção do espaço da Ocupação Ipiranga pelos bebês foram realizadas análises de fontes documentais, como legislações, fotografias e mapas, e etnografia, com imersão ao campo da pesquisa, com olhar detido às relações, práticas e representações tecidas no seu cotidiano. Apesar de fundamentalmente apoiado nos pressupostos teóricos e metodológicos de Henri Lefebvre (2021; 2006; 2001; 1991; 1983; 1977) o trabalho não se filia a uma única matriz teórica, pois dialoga com diferentes autores e autoras, sobretudo dos Estudos Sociais da Infância e da Criança, dos Estudos Feministas e dos Estudos Urbanos. De certa forma, a aproximação entre eles ratifica a necessidade de abordagens mais amplas, ou interdisciplinares, nas pesquisas com e sobre bebês. É necessário observar sob a lente de diversos campos do conhecimento as perspectivas práticas e as representações constituídas sobre os bebês, de modo a reconhecer as diferenças e as estruturas que sustentam desigualdades às quais estão expostos. Nesse sentido, essa tese colabora com a área da Educação por tratar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, os bebês em contextos não-escolares, na relação com a cidade.

Com o propósito de evidenciar a dimensão da técnica e da racionalidade do espaço da Ocupação Ipiranga, o primeiro capítulo apresentou a forma como a região onde

está localizada o prédio foi tecnicamente planejada e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Além de situar historicamente o campo da pesquisa, essa breve retomada possibilitou reconhecer as implicações das ações do Estado e do setor privado na produção do espaço. Essa constatação é importante, pois, tantas vezes, essa forma de produzir o espaço escamoteia contradições e intencionalmente oculta a existência de determinados grupos sociais em detrimento de outros. É o que ocorre, por exemplo, com a região conhecida como Cracolândia. Um processo análogo também parece ocorrer quando consideradas as crianças, desde bebês, no planejamento da cidade. Afinal, historicamente, elas são consideradas/citadas quando associadas às condições de abandono nas ruas e, portanto, como problema a ser sanado. Especificamente nesse caso, na região onde se encontra a Avenida Ipiranga, planejada como espaço da fluidez, da ambiência rápida, dos hotéis, bares e cinemas, as crianças, incluindo os bebês, e suas formas de ser e estar no mundo, são absolutamente desconsiderados. Elas não existem para a cidade pensada como negócio. Essa “inexistência” é, de certa forma, reforçada com o processo de institucionalização da infância, com seu lugar restrito aos espaços domésticos.

No segundo capítulo, essa ideia do concebido foi espalhada para se pensar os bebês. Abordei, então, as concepções construídas sobre eles a partir das contribuições de pesquisas de diferentes áreas de conhecimento. Assim foi possível perceber que a ideia do bebê universal ou como corpo biológico tem sido cada vez mais questionada por pesquisas que colocam em perspectiva as diferenças sociais e culturais e, acima de tudo, confirmam suas capacidades comunicativa e de ação social. Entretanto, em muitas ocasiões, o bebê ainda aparece como ator desvinculado das estruturas que impactam diretamente suas vidas, sobretudo porque, na maioria das vezes, acaba sendo analisado em

contextos institucionais como das creches. De qualquer maneira, essas imagens são transitórias, pois históricas, sociais e culturais. Contudo, muitas vezes elas parecem naturalizadas, sustentando imagens construídas sobre os bebês inclusive no âmbito legal ou das políticas públicas. Não à toa, essa representação hegemônica do bebê universal perpassa e sustenta muitas das práticas e representações que foram evidenciadas ao longo da pesquisa.

O capítulo 3, que marca o início da segunda parte da tese, opera como um convite ao leitor para entrar comigo na Ocupação Ipiranga. Por isso apresenta descrição do caminho feito por mim na maioria das vezes em que fui ao campo, do metrô à ocupação. Também foram apresentados os espaços físicos da Ocupação e como neles fui encontrando vestígios ou marcas da presença de bebês, por meio dos choros, das conversas, mas, sobretudo, pelos objetos culturalmente associados a eles dispostos pelo espaço. Encontrá-los significa, simbolicamente, encontrar com bebês. Trata-se de uma representação de suas presenças, de presença que se faz na ausência, mas que ainda assim pode incidir em sutis transformações e em determinadas formas de uso desse espaço.

Ainda no capítulo 3 descrevi meu encontro com os bebês participantes da pesquisa e também com as crianças mais velhas e adultas, sobretudo, suas mães e avós, principais companhias dos bebês no dia a dia da Ocupação. Isso necessariamente me levou a reconhecer os bebês como sujeitos relacionais, inseridos em processos interpessoais e intersubjetivos, com histórias coletivas, entrelaçadas àquelas das pessoas com as quais vivem. Parti desse pressuposto para também tecer algumas considerações sobre questões mais amplas. Por exemplo, a expressão “bebês da Ocupação” por si só não determina suas posições sociais. Afinal, há diferenças de idade, raça e gênero que incidem

sobre eles e de forma estrutural sustentam desigualdades em nosso país e, por isso, não podem ser desconsideradas.

De qualquer maneira, compreender o que cabe aos bebês no espaço produzido da Ocupação por meio da tríade proposta por Lefebvre (2006) exigia mais do que reconhecer a dimensão da racionalidade técnica ou a identificação dos sujeitos com os quais os bebês se relacionam. Era necessário também compreender lógicas e embates entropostos nessas relações, o que, materializados nas práticas sociais, poderia caracterizar os modos de vida dos bebês que ali moravam. Isso se traduziu no acompanhamento da rotina dos bebês e também na realização de oficinas organizadas pela pesquisadora. Essas atividades, certamente, provocaram interferências nesse espaço produzido, mas nem por isso foram menos importantes. Junto disso, as conversas e entrevistas (incluindo as entrevistas-passo) realizadas com as moradoras (crianças mais velhas e adultas) possibilitaram acessar concepções, imagens ou as representações por elas construídas sobre os bebês, que, de certa forma, sustentam o desenvolvimento dessas relações e práticas sociais. Buscando evidenciar melhor os processos vividos e percebidos entre bebês e as crianças mais velhas, as mulheres e o urbano (e seus diferentes grupos sociais) organizei os capítulos subsequentes (4, 5 e 6) detendo-me, respectivamente, sobre as relações, práticas e representações dos bebês com cada um desses grupos. Sem perder de vista, no entanto, que muitas vezes essas representações se misturam, por conta de elementos coexistentes entre elas.

De forma bastante ampla, observar e estabelecer relações com as crianças da Ocupação Ipiranga, me apresentaram algumas práticas importantes, das quais destaco as brincadeiras, os conflitos, o amor, o cuidar bem e as festas. A brincadeira surgiu como elemento fundamental das relações travadas entre os bebês e as crianças maiores, especialmente observadas por meio do desenvolvimento das

oficinas. Nas oficinas, os corpos dos bebês foram considerados a base fecunda da observação e à medida que eles se mostravam em ação, os percebi provocando e engendrando relações, modificando ritmos e, ainda que sutilmente, o próprio espaço. Isso porque, por meio das brincadeiras, como obra, as crianças, desde bebês, utilizam e se apropriam do espaço de maneira muitas vezes diversa da dos adultos. Nesse sentido, as brincadeiras podem, inclusive, serem consideradas como expressão do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), traduzindo-se como direito humano de desenvolver atividade criadora, lúdica, fundamentalmente relacionada à utopia e contrária à alienação.

Além disso, foi também me detendo às relações com as crianças que observei alguns conflitos e uma dimensão que chamei de afeto e amor com e entre elas. Essa dimensão de afeto e amor com e entre as crianças encontra-se manifestada na centralidade que parece ter na organização da Ocupação, como quando as adultas reafirmam a importância de cuidarem bem dos menores e se preocupam em fazer-lhes festas e atividades. Nesse caso, parece-me haver uma lógica de funcionamento dessas relações que ocorre entre paradoxos e contradições, como as possíveis de serem observadas no caso das festas. Assim, essas celebrações ora parecem compor o que poderia ser chamado de “circuito” ou “objeto” de desejos, vinculadas a uma possibilidade de alcançar um outro status social, mas, acima de tudo, também são uma manifestação prática do amor e cuidado com as crianças. Além disso, é necessário reconhecer que a festa, enquanto experiência coletiva, é uma forma de fazer uso, vivenciar e se apropriar do espaço, ao mesmo tempo em que contribui com certa “desocultação” de muitas existências, tais como as das crianças.

A partir dessa ideia do “cuidar bem dos bebês”, detive-me sobre as práticas de cuidados e encontrei nelas um compartilhamento da tarefa que ocorre entre as crianças

mais velhas e, fundamentalmente, entre as mulheres. No caso das crianças mais velhas, esse cuidado foi possível de ser observado em meio às oficinas, portanto diretamente vinculado às brincadeiras. Os mais velhos cuidam dos mais novos, enquanto brincam, evidenciando diferentes “camadas” que coexistem nessa prática e que se opõem à imagem idílica e naturalizada do brincar. Afeto, amor, responsabilidade, poder (no caso da diferença de idade), conflitos são todos elementos que marcam essas relações e, assim, também incidem nos usos, apropriações e transformações do espaço da ocupação.

Já o cuidado compartilhado dos bebês entre as mulheres, presentes na Ocupação Ipiranga, aparece amparado no que chamei de bases de solidariedade. Contudo, é preciso ter em vista que essas bases de solidariedade coexistem com questões mais amplas, tais como a divisão sexual do trabalho e as relações de parentesco. Afinal, o compartilhamento do cuidado ocorre, na maioria das vezes, restritos entre aquelas com as quais se mantém vínculos familiares. Isso traduz a manutenção de uma estrutura patriarcal que continua responsabilizando mulheres e as implicando em arranjos de cuidado de bebês que ocorrem no âmbito privado, e não, necessariamente, como forma intencional de se consolidar como prática coletiva.

A creche, por sua vez, materializa a ampliação desses cuidados para além dos arranjos privados protagonizado pelas mulheres. Ela é elemento fundamental e organizador do dia a dia de três dos bebês acompanhados e, por isso, responsável por me levar, junto deles, para fora da Ocupação, em seu entorno, no urbano. Esses momentos, nos quais os bebês seguiram no colo, no carrinho ou ainda, dando seus primeiros passos, foram fundamentais para que eu pudesse também perceber a presença deles, dos seus corpos materializados, no espaço urbano. Eles e suas mães e

avós, nesse caso, ao saírem da Ocupação se juntam aos demais grupos sociais que compõem e incidem na produção do espaço urbano. Nesse processo, os bebês se contrapõem às lógicas da produtividade e da homogeneização características do planejamento do espaço urbano. Afinal, os bebês usam e se apropriam do espaço de formas muito próprias, com ritmos que ora parecem submetidos aos mecanismos de opressão e adaptação (correr para atravessar uma grande avenida, por exemplo), ora parecem de subversão e resistência (seguir cantarolando pela cidade). Isso significa considerar que a presença diária desses bebês no urbano, rumo à creche, também produz o espaço da cidade. Essa produção do espaço ocorre ao em um tensionamento com a forma concebida do espaço e incidem, assim, em mudanças, ainda que rápidas e efêmeras, no cotidiano do urbano. Um exemplo dessas mudanças pôde ser observado, como quando, por exemplo, os usuários de drogas da região da Cracolândia escondem-se ou deixam momentaneamente de consumir os entorpecentes por conta da presença dos bebês.

Reconheço, nesse sentido, que os bebês agem socialmente, ainda que de maneira sutil e tantas vezes despercebida pelos adultos. Suas presenças impedem, por exemplo, ações ou intervenções estatais mais violentas na Ocupação. Nesse caso, as representações mobilizadas em torno deles, sobretudo como sujeitos de direitos parecem tomar relevo frente às demais pessoas que ali moram. Assim, o bebê que deve ser protegido e também protege, é, nesse sentido um “bebê político”. Essa condição decorre não só do reconhecimento dos direitos dos bebês, mas porque eles alteram o cotidiano próprio da Ocupação e, talvez por isso, sejam reconhecidos como importantes para a luta para algumas das mulheres.

Além dessa imagem, que denominei de bebê político, outras foram percebidas ao longo do campo, ora

sustentando práticas sociais, ora traduzidas discursivamente pelas moradoras, apresentando-se muitas vezes misturadas ou sobrepostas umas as outras. Dentre essas concepções, consta a definição do bebê pela idade, isto é, um sujeito determinado a partir das diferenças etárias entre as crianças (identificado por exemplo quando me apontavam ou sugeriam os possíveis participantes da pesquisa); o bebê como “anjo”, historicamente associado à pureza, à inocência, presente no exemplo do caso dos usuários da Cracolândia e também nos discursos genéricos que tratam dos bebês de forma mais ampla ou de quaisquer bebês. Essa última imagem parece tomar novos contornos quando as pessoas adultas personificam o bebê, isto é, quando se referem àqueles próximos, de que cuidam ou são responsáveis. Esse “meu bebê” (que pode inclusive ser aquela pessoa de que cuidam ou são responsáveis, independentemente da idade) é enaltecido como esperto, capaz, inteligente. Encontro nisso elementos vinculados à ideia do ser bem cuidado, como observei em muitas práticas e relações, e que, portanto, diz sobre a própria capacidade dessas mulheres de exercer esse ofício. Ressalto ainda como algumas representações sobre bebês podem também estar interconectadas ou serem construídas em relação a outro grupo social, nesse caso, refiro-me especialmente aos jovens. O foco nesse grupo, tantas vezes considerados mais importantes que os bebês pelas mulheres mães e avós, possivelmente decorre do fato dos bebês estarem socialmente associados ao âmbito privado e, por isso, parecerem mais protegidos de todas as mazelas sociais. Ademais, essa distinção diz respeito a expectativas e projeções que são subjetivas e coletivas ao mesmo tempo, pois refletem o que se espera para esse bebê no futuro, mas também, de forma mais ampla, para toda a sociedade.

Por fim, tendo em vista que as relações, práticas e representações apresentadas foram fundamentais na busca da compreensão do que cabe aos bebês no espaço

produzido da Ocupação Ipiranga, destaco três elementos: as brechas no cotidiano, a agência e a luta.

A presença de bebês, suas relações e práticas materializadas no espaço, assim como suas representações, incidem em certas brechas, rupturas, que forjam escapes da repetição, característica primeira do cotidiano programado, segundo Henri Lefebvre (1991). Mais do que isso, considerar sua presença em práticas da Ocupação (que já são, por excelência, atos de subversão ou resistência) permite refletir sobre algumas rupturas nesse cotidiano. Isso é possível quando se observam, por exemplo, a sua participação em atividades como as brincadeiras, as festas e as manifestações nas ruas. Essas formas de ser e estar, com seus corpos, linguagens e ações, rompem com alguns domínios normatizadores impostos e mobilizam relações, alteram ritmos e reconfiguram o espaço. Esses processos contêm potencialmente uma ruptura da ruptura, uma brecha que ocorre na brecha. Como ressaltado, elas são sutis, muitas vezes efêmeras, e não transformam efetivamente esse cotidiano. Entretanto, mesmo que efêmeras, essas transformações ensejam outros mecanismos de uso e apropriação do espaço, e, em uma dimensão utópica, tal qual defende Lefebvre (1991), apontam possibilidades para que isso ocorra.

Nesse caso, muito embora não pareçam “conscientes” do que provocam, bebês agem socialmente e essas ações provocam impactos, produzem diferenças nas relações e incidem em tomadas de decisões. Essas constatações permitem considerar a existência de agência (NUNES, 2003). Longe de serem passivos diante do mundo ao qual pertencem, os quatro bebês participantes dessa pesquisa, moradores da Ocupação Ipiranga, são parte dele. E, portanto, é necessário considerá-los na produção do seu espaço para compreender a vida em ocupação, de forma mais ampla, em contextos urbanos. Nesse sentido, considero

que essa pesquisa pode contribuir com a superação da ideia de ação definitiva, independentemente da estrutura, ou vice e versa, a estrutura definitiva, que ignora a ação. Por essa razão, minhas premissas foram ao encontro do defendido pela antropóloga Alma Gottlieb (2009) ao definir o que considera ser uma Antropologia dos Bebês: bebês, ainda que dependentes de outros, contribuem ativamente com as pessoas em seu entorno e nesta relação há possibilidades de entender a vida social em geral.

De qualquer maneira, assim como defendido por Gouvea, Carvalho e Silva (2021), defendo que o conceito de agência dos bebês não pode ser utilizado indiscriminadamente ou ser tomado a priori. Ele demanda reconhecer as condições, as diferentes experiências que ocorrem nos contextos socioculturais. Apenas dessa forma é possível alcançaras relações e práticas singulares vividas por eles. Isso significa reconhecer a necessidade de novas pesquisas, com outros grupos sociais, de novas teorizações e novas metodologias que possam, sobretudo, contribuir com análises mais amplas, que relacionem os campos dos Estudos da Infância e da Criança a outros, como os Urbanos (que aqui tentei iniciar).

Ainda assim, diante do exposto, considero ser possível afirmar que bebês são, a seu modo, copartícipes da luta por moradia, mas não só. Eles lutam à medida que suas próprias presenças incidem em transformações de práticas e relações que alteram o espaço produzido da Ocupação. Assim, também “disputam” o espaço urbano, não planejado ou concebido para eles, tampouco para muitos outros grupos sociais que nele se encontram. Isso ocorre cada vez que seguem junto das mulheres e crianças mais velhas em atividades da ocupação, nas ruas, em atos ou manifestações, afinal, eles sofrem, junto delas, todas as agruras desse cotidiano, o que faz que dessa luta algo seja constante, a cada passo dado, porque é uma luta pela própria vida.

2. BEBÊS E O DIREITO À CIDADE

O reconhecimento dos bebês como produtores do espaço da Ocupação (e do urbano), pressuposto desta pesquisa, levou-me a olhar de forma detida as relações, práticas e representações construídas sobre eles para determinado grupo social. Os resultados evidenciam pluralidade de concepções sobre eles, o que corrobora à ideia de que não há uma definição única e universal sobre bebês. Além disso, cabe observar que a forma de os compreender ou os definir é produto de construção socio-histórica-cultural (COHN, 2005). Ou seja, trata-se de características próprias do contexto em que estão inseridos, no caso da presente tese, as infâncias vividas na Ocupação Ipiranga. A importância do contexto para pensar as experiências infantis de uma ocupação me instigou a refletir também sobre o direito à cidade.

Isso ocorreu justamente porque considero haver no reconhecimento da presença dos bebês na vida urbana e de seu papel na produção dos espaços da cidade a base da reivindicação plena de seu direito a ela. Nesse caso, como produtores, bebês têm direitos que vão além de passar ou transitar pela cidade (embora isso seja também importante). No proposto por Lefebvre (2001) o direito à cidade está diretamente associado ao utópico, à criação, à obra como atividade participante, ao projeto que rompe com as separações, fragmentações, hierarquizações e que, tenha no seu horizonte o homem e não a mercadoria. É direito humano coletivo, fundamentalmente relacionado à utopia e contrário à alienação, portanto manifestado como forma superior dos direitos na condição de direito à liberdade, à individualização na socialização, à apropriação que revela plenamente o uso (CARLOS, 2007). É uma ideia-força que nega a segregação, a exclusão e, ao mesmo tempo, ensaia uma reinvenção da vida social urbana e também da

sociedade que se dá a partir da produção de um novo espaço (CARLOS, 2020).

Nesse sentido, para construir uma sociedade mais justa, é necessário reconhecer, tal qual afirma a pesquisadora Glória Alves (2006), de que não se trata de um todo homogêneo. Afinal, a sociedade se constitui de diferentes grupos sociais, culturais, econômicos e a escolha de estratégias espaciais não deveriam priorizar um em detrimento de outro. Assim, o reconhecimento da existência e da presença de bebês (não apenas os que moram em prédios ocupados para fins de moradia no centro da cidade de São Paulo, mas também tantos outros que são igualmente produtores dos espaços, tais como: bebês indígenas, imigrantes, moradores da periferia, que estão nas ruas e não nas creches) pode parecer banal, mas é ponto de partida para qualquer projeto que se propõe pensar o presente, as mudanças nele possíveis e a própria formulação de políticas públicas que visem à diminuição da desigualdade. Além disso, considero haver nesse reconhecimento a base de desenvolvimento para novas pesquisas que aprofundem tais questões, e, sobretudo, possam contribuir com a lacuna existente sobre os bebês no campo dos Estudos da Infância e das Crianças e dos Estudos Urbanos.

Diante disso, ainda que saiba que o direito à cidade, tal qual proposto por Lefebvre (2001), deva superar a visão pragmática que culmina na reivindicação por direitos sociais mínimos, e, por isso, apresenta o risco de obstruir a “possibilidade de mudanças profundas reformulando o que existe para diminuir conflitos, sem jamais chegar ao seu fim” (CARLOS, 2017, p. 50), defendo que o direito ao brincar, como manifestação legítima das crianças, o morar dignamente e o acesso à educação de qualidade compõem e ampliam a reivindicação pelo direito das crianças, desde bebês, à cidade.

Por fim, interessa-me refletir sobre as possíveis interfaces dessa pesquisa com a Educação e por isso, faço alguns destaques. O primeiro refere-se à própria compreensão de modos de vida de bebês em ocupações, que pode, de certa forma, desconstruir determinadas imagens e representações constituídas sobre eles do ponto de vista único e exclusivo das creches. Isso porque é fundamental reconhecer não só a existência desses bebês (e crianças) que frequentam diariamente creches e pré-escolas, mas que eles, ao mesmo tempo, vivem, a seu modo, a luta pela moradia (GOBBI, 2016; 2019). Esse reconhecimento só terá sentido se nos dispusermos a aprender com ele se a valorizar as aprendizagens diversas construídas nesses contextos. Essas aprendizagens não ocorrem apenas pelo potencial socializador ou pelas formas de organização e resistência dos movimentos sociais, mas sobretudo pela possibilidade de construção de outros saberes sobre o urbano. Dessa forma, é possível reconhecer que historicamente a sociedade urbana é alicerçada em práticas de profundas exclusões sociais, de higienização, de alocação do lugar social dos bebês (e das mulheres) em contextos privados, domésticos, que valoriza um tipo de infância e, mais, organiza a escola com base nisso.

Trata-se, nesse sentido, de pensar na reconstrução da própria perspectiva da Educação (nesse caso, especialmente da Educação Infantil, como etapa destinada aos bebês, mas não só ela) que não deve se limitar à escola. É fundamental uma concepção de Educação que reveja suas práticas educativas e as conceba de maneira conectada ao contexto da vida urbana de que fazem parte. Acredito ser essa uma forma da Educação, sobretudo da escola, estar junto às lutas sociais, à luta pela moradia, e unir forças para construção de outra sociedade possível: mais justa e menos desigual para todos que nela vivem, incluindo os bebês. Bebês, presente!

REFÉRENCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Miriam Dantas de. **Práticas de Cuidado com Crianças Tenetehar-tembé**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Pará, 2017.

ALVAREZ, Isabel Pinto. Produção do espaço em tempos de crise. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. (Org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. A segregação como conteúdo da produção do espaço. In: VASCONCELOS, P.A; CORREA, R.L.; PINTAUDI, S.M. (orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019.

_____. A lógica e os embates na produção da cidade: o caso de São Paulo. **Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**, Universidade de Barcelona. v. X, n. 218 (44), ago. 2006.

ALVES, Ygor Diego Delgado; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. O surgimento da Cracolândia como problema público: O desenvolvimento do mercado lucrativo do crack e sua exploração político-midiática. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** v. 14, n. 2, mai./ago. 2021.

ANJOS, Marcus Vinícius. Mais de 15% dos roubos de celulares de SP estão concentrados em duas delegacias do Centro de SP. **G1**. São Paulo, 03 de abril de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/03/mais-de-15percent-dos-roubos-de-celulares-de-sp-estao-concentradas-em-duas-delegacias-do-centro-de-sp.ghtml>

AQUINO, Carlos Roberto Filadélfo de. **A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

ARAÚJO, Marcela Oliveira. **O Cotidiano de crianças de 0 a 3 anos e suas famílias de uma comunidade rural assentada**: significações e práticas familiares. 2013. 251 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto) – Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2013.

ARAUJO, Vania Carvalho de; MOREIRA, Jader Jane; FERNANDES, Maria Lidia Bueno. Dossiê Crianças e suas infâncias na cidade. **Cadernos de Pesquisa em Educação** -PPGE/UFES. Vitória (ES), a.16, v. 21, n.49, p. 1- 169, jan/jun 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/issue/view/1010>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____.; AQUINO, Ligia Maria Leão. Dossiê Infância e cidade: diálogos com a educação. **Educação** (Porto Alegre), v. 41, n. 2, p. 163-164, mai/ago. 2018. Disponível em: http://iesc.pro.br/publicacoes_iesc/dossie-infancias-na-cidade-um-dialogo-com-a-educacao/. Acesso em 10 fev.2021.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra. **Os Escritos de Fúlvia Rosemberg**. São Paulo: Cortez, 2015.

AVENIDA IPIRANGA. **Dicionário de Ruas do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo**. s./d. Disponível em: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/avenida-ipiranga>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; DELGADO, Ana Cristina Coll; TOMÁS, Catarina Almeida. Estudos da infância, estudos da criança: quais campos? Quais teorias? Quais questões? Quais métodos? **Inter-Ação**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 103-122, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/35869>.

BENSAÏD, Daniel. Teoremas de la resistencia a los tiempos que corren. **Marxists Internet Archive**. mai. 2010.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 98-11

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIZZOTTO, Luciana Maciel. **Territorialidades infantis na ocupação Rosa Leão (Belo Horizonte - MG)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais: 2022.

BLOCH, Janaina. **O direito à moradia**: um estudo dos movimentos de luta por moradia na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da habitação social no Brasil**: o caso de São Paulo. 1994. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1994.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?**: uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2015.

BRACONI, Júlio Cesar. **A disputa pela moradia na região central de São Paulo**: uma análise das ocupações Prestes Maia, Mauá e Cambridge. Dissertação (Mestrado em Participação Social e Mudança de Política). Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

BRASIL. [Estatuto da Cidade]. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001.

_____. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional]. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. [Estatuto da Criança e do Adolescente]. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. [Constituição da República Federativa do Brasil]. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BUSS-SIMÃO Márcia; ROCHA Eloisa A. Candal, GONÇALVES, Fernanda. Percursos e tendências da produção científica sobre crianças de 0 a 3 anos na Anped. **Revista Brasileira de Estudos pedagógicos**. [Online], Brasília, v. 96, n. 242, p. 96-111, jan./abr. 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMERA, Hildair Garcia. **Do olhar que convoca ao sorriso que responde** : possibilidades interativas entre bebês. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2006.

CANZIAN, Fernando. Fome dobra no Brasil em 7 anos e afeta mais as crianças. **Jornal Folha de São Paulo/UOL**, São Paulo, 25 de maio de 2022, Mercado. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/fome-no-brasil-supera-media-global-e-atinge-mais-as-criancas.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa&fbclid=IwAR2aC6oT35fojmqP9XHl0gxlnjApYk_aYnI876w6oMbkDLg8sVSxiE9T7Bs

CARRANO, Paulo César Rodrigues (org). **Pesquisa Juventudes no Brasil 2021.** Fundação SM. Observatório da Juventude da Ibero-América. São Paulo, 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v.11, n.01, p.349-369, 2020.

_____. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. CARLOS, A.F.A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. de (orgs). **Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017.

_____. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 18, n. 3, p. 472-486, 2014.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

_____. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, Ana Fani A. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (Orgs.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI.** São Paulo: Contexto, 2004.

_____.; ALVES, Glória.; PADUA, Rafael de (Orgs). **Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017.

CARVALHO, Cíntia. **Práticas de cuidado na interação de crianças em contexto de acolhimento institucional.**

Tese (Doutorado em Psicologia em Saúde e Desenvolvimento) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de. **A dimensão educativa da luta de mulheres no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo**. 2018. 219f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018

CASA Verde e Amarela: pontos críticos do novo programa habitacional do Governo Federal. **Observatório das Metrôpoles**. Rio de Janeiro, 03 set. 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-do-governo-federal/>

CASTELLI, Carolina Machado. **“Agora quando eu olho pra ele, ele sorri pra mim, porque a gente começou a ser amigo”**: o que fazem juntos bebês e crianças mais velhas em uma escola de Educação Infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2015.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. **Mana**, v.8, n.1, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/ZcqxxhghZk9936mxW5GRrhq/?lang=pt>.

CASTRO, L. R. **Subjetividade e cidadania**: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras. Rio de Janeiro: 7 letras/FAPERJ, 2001.

CATALÃO, Igor. **Brasília, metropolização e espaço vivido práticas especiais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Editora UNESP, 2010. 156 p.

CATTO, André. Preço do aluguel residencial fecha 2022 com a maior alta em 11 anos, mostra FipeZap. **G1**. Economia. Notícias. São Paulo, 17 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/17/preco-do-aluguel-residencial-fecha-2022-com-a-maior-alta-em-11-anos-mostra-fipezap.ghtml>

CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALLERO, Luci; GAGO, Veronica. Extrativismo financeiro: a dívida como uma ofensiva do capital contra os setores subalternos In: RODRIGUEZ, Graciela. (Org). **Sistema financeiro e o endividamento das mulheres**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

COLONNA, Elena. **“Eu é que fico com a minha irmã”**: Vida quotidiana das crianças na periferia de Maputo. Tese (Doutorado e, Estudos da Criança Especialidade em Sociologia da Infância). – Universidade do Minho. Portugal, 2012.

CORDEIRO, A.C.F; MENEZES, J.A.; CASTRO, L.R. Oficinas da cidade em Fortaleza. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v.15., n. 1, p. 53-6, 2002.

CORSARO, Willian. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORTÉS-MORALES, Susana; CHRISTENSEN, Pia. Desdobrando o carrinho de passeio do bebê: mobilidades infantis e tecnologia do dia a dia. In TEBET, G. (org.) **Estudos de bebês e diálogos com a sociologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

COUTINHO, Angela Maria Scalabrin. A ação social dos bebês a partir da teoria compreensiva de Max Weber. In TEBET, G. (org.) **Estudos de bebês e diálogos com a sociologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

_____. A ação social dos bebês: um estudo etnográfico no contexto da creche. Tese (Doutorado em Estudos da Criança Especialidade em Sociologia da Infância) – Universidade do Minho, 2010.

CUZZIOL, Ana Paula Gomes. **“Pequenos-Gigantes” entre si**: Notas etnográficas acerca da capacidade e da disponibilidade dos bebês em viver socioculturalmente. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2013

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª edição Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. Tradução: Bruno Gambarotto. - São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DAS, Veena. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevista concedida a MISSEL, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patrícia; PEREIRA, Pedro Paulo; FELTRAN, Gabriel; MALVASI, Paulo. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n.2, p. 335-356, abr./jun. 2012.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. 21. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

DE GRANDE, Pablo. Diseñado para bebés. Objetos y prácticas en el primer año de vida. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, v.14, n.1, pp. 287-300, 2016.

DE GRANDE, Pablo; REMORINI, Carolina. É um bebê! Olhares das Ciências Sociais sobre os primeiros anos de vida. **Desidades. Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**. ano 7, n.25, out./dez. 2019. Disponível em: http://desidades.ufrj.br/featured_topic/e-um-bebe-olhares-das-ciencias-sociais-sobre-os-primeiros-anos-de-vida/

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EVARISTO, Conceição. Depoimento In: DUARTE, Eduardo de Assis e FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2011. v.4. p.103-116.

FARIAS, R. N. P. **Infâncias em Brasília: o mapa da cidade, o mapa da mina**. Projeto de Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FAUR, Eleonor. El cuidado infantil desde las perspectivas de las mujeres–madres. Un estudio en dos barrios populares del Área Metropolitana de Buenos Aires. In. ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth. **Las lógicas del**

cuidado infantil. Entre las familias, el Estado y el mercado. 1a ed - Buenos Aires: IDES 2012

FEDERICI, Sílvia. **Reencantando o mundo:** feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

_____. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista, São Paulo: Elefante, 2019.

FEIGENBLATT, Julia Audi. **Entre São Paulo e Bolívia:** a vida na cidade narrada pelas crianças bolivianas na Praça Kantuta. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

FERREIRA, Manuela. “Ela é nossa prisioneira!”: questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p. 151-182, jul./dez. 2010.

FERREIRA, Manuela; NUNES, Angela. Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios. **Linhas Críticas**, v.20, n.41, p. 103–123, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v20i41.4260>

FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia A.; FARIA, Ana Lucia Goulart (Orgs). **Creche e Feminismo:** desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, FCC, 2015.

FONSECA, Claudia. **O anonimato e o texto antropológico:** Dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. Palestra proferida na Mesa: Ética e pesquisa etnográfica, durante o Seminário do NACi (Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS): Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. 9 de novembro de 2007.

_____. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Psicologia USP**, v.13, n. .2, pp. 49-68, 2002.

FONTOURA, Natália; PINHEIRO, Luana; GALIZA, Marcelo; VASCONCELOS, Márcia. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v 12, n 1, junho 2010.

FOTOS e Ilustrações de São Paulo - 1558 a 1960. **Docreader**, s./d. Disponível em:

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=fotos&pagfis=2113>

FREHSE, Fraya. **Da cidade ao corpo e vice-versa: tempos e espaços (um percurso)**. Tese de Livre-docência. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2017.

_____. Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 100-118, jan.-mar. 2016.

_____. Medo da rua. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, out. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/17271591/Medo_da_rua.

_____. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 131-156, jul./dez. 2005.

FROSSARD, Gabriela Corrêa Frossard. **Crianças nas Ocupações Urbanas: perspectivas projetáveis de design para o mundo real**. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade do Estado de Minas Gerais. 2019.

FRUGOLI JR, Heitor; SPAGGIARI, Enrico. Da Cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. **Revista Ponto Urbe**. n.6. 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1870>

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil: 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

GADEA, Marcia da Silva Cezar; LETTE, Cláudio Antonio Cardoso. A afetividade contemporânea e sua relação com a individualidade e a construção do sujeito na modernidade. **Estudos de Sociologia**. Recife, v. 1, n.22, 2016.

GAGO, Verônica. A potência dos feminismos na luta contra a razão neoliberal na América Latina: uma entrevista com Verônica Gago. [Entrevista concedida a] VILAÇA, Mônica; FREITAS, Barbara. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, nº 52, Janeiro/Junho de 2020, p. 231-245.

GAITAN MUÑOZ, Lourdes. Redistribuição, reconhecimento e representação: uma leitura de nancy fraser com o olhar da infância. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista (BA), v. 16, n. 40, p. 90-113, jul./set. 2020. Disponível em:

<http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6887/4799>

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre, L&PM, 2000.

GALERA, Izabella. **Sobre outras revoluções possíveis**: o lazer e a festa como forma de resistência nas ocupações urbanas da Izidora. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2019.

GIL, Marcia de Oliveira Gomes; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Bebês nas creches e nos espaços urbanos cariocas. **Educação**, v. 41, n. 2, p. 241-249, 17 set. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/30824>

GOBBI, Marcia Aparecida. Infâncias removíveis, crianças descartáveis: ensaio sobre uma remoção de casas e vidas na cidade de São Paulo. **Revista Educação Temática Digital**. Campinas, SP, v. 23, n.2, p. 466, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8657121>.

_____. 'Quando limpam com fogo, como ficam as crianças? Vidas abreviadas, vida breves'. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. 10-34, 2019.

_____. Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo. **Critica Educativa**. Programa de pós-graduação Ufscar, v. 2, p. 9-24, 2016.

_____; ANJOS, Cleriston Izidro dos. “Vó na ocupação”: a cidade, cuidados e deslocamentos nas margens do estado e as insubmissões cotidianas. In GOBBI, Marcia; ANJOS, Cleriston Izidro dos; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina. (org). **O direito das crianças à cidade**: perspectivas desde o Brasil e Portugal. São Paulo, SP: FEUSP, 2022.

_____; ANJOS, Cleriston Izidro dos. Ocupar e Brincar: notas sobre as brincadeiras e as lutas das crianças em edifícios e ruas da cidade de São Paulo. **Revista Humanidades e Inovação**. v.8, n.68, 2021.

_____; ANJOS, Cleriston Izidro dos. Dossiê Perspectivas para pensar as cidades: infâncias, educação, democracia e

justiça. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista (BA), v. 16, n. 40, jul./set. 2020.

_____; ANJOS, Cleriston I; VICENTE, Paula Martins. Notas sobre uma pesquisa com crianças: interpelações do campo, ou, quando o presidente diz e daí?. **Revista Humanidades & Inovação**. v. 7, p. 14-29, 2020.

_____; BOSS, B.B.; PITO, J.; NEIMAN, L.; LEITE, M.C.; VICENTE, P. “A rua é nóiz”: por uma formação de professores na e da cidade. In: ANJOS, C. I.; FARIA, A.L.G; ARELARO, L. (Org). **Por uma educação emancipatória: lutas e resistências em defesa das infâncias**. Maceió: Edufal, 2021.

_____; PITO, Juliana D. Em tempos de pandemia: movimentos, vida e morte e a produção de pensamentos em podcast e livros, começo de conversa. In: GOBBI, M; PITO, J.D. (Orgs). **Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro**. São Paulo: FEUSP, 2021.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>.

_____. **Movimentos sociais e a luta pela moradia**. Edições Loyola, 1991.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da Crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.34, 2018

GONÇALVES, Carolina Abrão. **Ser criança imigrante boliviana na Ocupação Prestes Maia: cotidiano e os sonhos da infância**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

GOTTLIEB, Alma. **Tudo começa na outra vida: a cultura dos recém-nascidos no Oeste da África**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012

_____. Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores). **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336, jul./set. 2009.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Infância: entre a anterioridade e a alteridade. **Educação & Realidade**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 36, n. 2, p. 547–567, 2011.

_____. **Anjos sobre a Cidade**: a criança de favela em seu mundo de cultura Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. 1990.

_____; CARVALHO, Levindo Diniz; SILVA, Isabel de Oliveira. Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021.

GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre crianças e adultos no berçário de uma creche pública na Cidade do Rio de Janeiro**: técnicas corporais, responsividade, cuidado. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

HAMMARBERG, T. The UN Convention on the rights of the child – and how to make it work. **Human Rights Quarterly**, v.12, n. 97, 1990.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. (Org) **Occupy**. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set./dez. 2019 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>

_____. **A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2019a. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em abril de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** (PNAD) 2019b. Disponível em: <http://ibge.gov.br> . Acesso em abril de 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** (PNAD) 2014. Disponível em: <http://ibge.gov.br> . Acesso em abril de 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** (PNAD) 2004. Disponível em: <http://ibge.gov.br> . Acesso em abril de 2021.

INGOLD, Tim. **Antropologia, para que serve?**. Coleção Antropologia. Petrópolis (RJ): Vozes, 2019.

_____. **Antropologia versus etnografia**. Tradução Rafael Antunes Almeida. Cadernos de campo, São Paulo, n. 26, v.1, 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador : EDUFBA, 2012. 331 p.

_____. Corpografias urbanas. **Arquitextos**. São Paulo, ano 08, n.093.07, fev. 2008. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>.

_____. **Apologia da deriva**. Escritos Situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JAMES, A.; PROUT, A. (orgs.). **Constructing and reconstructing childhood**: contemporary issues in the sociological study of childhood. Basingstoke: The Falmer Press, 1990.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1989.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LACERDA, Larissa; GUERREIRO, Isadora; SANTORO, Paula Freire. Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino. **Labcidade/FAU-USP**. 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>

LANSDOWN, G. Children's rights. In: MAYALL, B. **Children's childhoods: observed and experienced**. London: Falmer Press, 1994.

LANSKY, Samy. **Na cidade, com crianças uma etnografia espacializada**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

_____. **Praça jerimum: cultura infantil no espaço público**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

LANSKY, Samy; GOUVEA, Maria Cristina Soares. O brincar como prática de territorialização infantil. In GOBBI, M; ANJOS, C, I; SEIXAS, E.C; TOMÁS, C. **O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal**. São Paulo: FEUSP, 2022.

LARA, J. S. de; CASTRO, L. R. de. As crianças no encontro com o outro: uma perspectiva relacional e afetiva da responsabilidade. **Latitude**, v. 10, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2506>. Acesso em: 6 dez. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **Elementos de ritmanálise: e outros ensaios sobre temporalidades**. Tradução Flávia Martins e Michel Moreaux. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

_____. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: 2006.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

_____. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Atica, 1991.

_____. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. Fondo de Cultura Económica: México, 1983.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: MARTINS, J. S; FORACCHI, M. M. (Orgs.). **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

LEITE, Maria Stello. Crianças na cidade: registros no processo de urbanização de São Paulo pelas fotografias de Vincenzo Pastore (1900-1910). Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**. Editora da Unicamp/Editora UFS, 2007.

LIMA, Bruno Avellar Alves. A promoção de habitação social por meio da reabilitação de edifícios vazios no centro de São Paulo: avaliação de dezesseis anos de experiências (2001-2016). **Revista Planejamento e Políticas Públicas-PPP**, n. 53, jul-dez 2019.

LIMA, Danyelen Pereira Lima; DEMARZO, Marisa A.D. Os bebês, o menor e a criança na legislação brasileira: diálogos com o construcionismo social. In: TEBET, G. (org.) **Estudos de bebês e diálogos com a sociologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019

LIMA, M. S. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

LISBOA, Vinícius. Covid-19: bebês de até 1 ano representam um terço das mortes infantis. **Agência Brasil. Saúde**. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/covid-19-bebes-de-ate-1-ano-representam-um-terco-das-mortes-infantis>

LÖFFLER, Daliana. **Os movimentos de participação construídos por e entre bebês e crianças maiores em uma turma de berçário**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

LOPES, J. J. M.; FREIRE, D. (Orgs.). **Infância e Crianças**: lugares em diálogos. 1. Cuiabá: EDUFTM, 2012.

_____; VASCONCELLOS, T. (Orgs.). **Geografia da Infância**: reflexões sobre uma área de pesquisa. Juiz de Fora: FEME/UFJF, 2005.

LUTFI, Eulina; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. Editora Hucitec, São Paulo: 1996.

MACHADO, Igor José de Reno. Sobre bebês e totemismo. **Mana** 12 (2). Out 2006.

MAGALHÃES, Tais Rodrigues Pereira. **Campos de disputa e gestão do espaço urbano**: o caso da “cracolândia” paulistana. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A etnografia é um método, não uma mera ferramenta de pesquisa... que se pode usar de qualquer maneira: entrevista. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, 2012, p. 169-178.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n.49, v. 17, junho de 2002.

_____. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, 1992, v. 35, p. 191-203

_____. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984

MAPA da nova pobreza: Estudo revela que 29,6% dos brasileiros têm renda familiar inferior a R\$ 497 mensais. **Portal FGV Notícias**. 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais>

MARCHI, Rita de Cássia. Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746, abr./jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623668737>.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTIN, Cristiana. **As praças sob a praça**: usos concebidos, percebidos e vividos da Estação da Sé do Metrô de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

MAYALL, B. Children as a Minority Group: Issues and Prospects. **SEMINAR ON CHILDHOOD AND SOCIETY**, Institute of Education, London, 1995.

MARTINS, José de Souza. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In MARTINS, José de Souza (orgs). **O massacre dos inocentes**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MELLO, Daniel. Movimento de moradia ocupa prédios em SP em protesto contra perda de direitos. **Agência Brasil**. São Paulo, 31 de outubro de 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-10/movimento-de-moradia-ocupa-predios-em-SP-em-protesto-contraperda-de-direitos>

MENA, Fernanda. 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil, mais que há 30 anos, aponta pesquisa. **Jornal Folha de São Paulo/UOL**, São Paulo, 8 de junho de 2022, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/33-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-brasil-atualmente-aponta-pesquisa.shtml>

MENDONÇA, J. M. de. Margaret Mead, Bali e o Atlas do comportamento infantil: apontamentos sobre um estudo fotográficos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 315-348, jul./dez. 2010.

MEYER, Regina Maria Proserpi. **Metrópole e urbanismo: São Paulo anos 50**. 1991. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MEYER, Regina; CUNHA JR, Jaime; FONTENELE, Sabrina. Centro Novo de São Paulo: um projeto de chão. **Arquitextos**, ano 19, out. 2018.

MICARELLO, H.; SCHAPPER, I.; LOPES, J. J. M. (Orgs.). **Itinerários investigativos: infâncias e linguagens**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

MILHARES de crianças e idosos são ameaçados de despejo no Brasil. Habitat para Humanidade Brasil. Recife. **Habitat para a humanidade**. s./d. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/milhares-de-criancas-e-idosos-sao-ameacados-de-despejo-no-brasil/>

MONTANDON, Cléopâtre. Processus de socialisation et vécu émotionnel des enfants. **Revue Française de Sociologie**, v. XXXVII, n.2, p.263:282, abr./jun. 1996.

MOREAUX, Michel Philippe. **Expressões e impressões do corpo no espaço urbano**: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Espaço e ritmo: estudo das práticas dos artistas de rua como formas de apropriação do espaço público**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2020.

MOREIRA, Vania Medeiros. **Cidade Passo**: conversações entre arte, design e etnografia. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

MOURA, Gabriela Garcia. **Interações e relações de bebês em contextos de acolhimento familiar e institucional**. Tese (Doutorado em Psicologia em Saúde e Desenvolvimento) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2017

MÜLLER, Cíntia Beatriz. **Teoria dos movimentos sociais**. Série: Temas sociais contemporâneos. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MÜLLER, Fernanda. “Parabéns pra você”: reflexões na quarentena sobre a transição de uma bebê para a creche. **Campos - Revista de Antropologia**, v. 21, n. 2, p. 142-163, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/74238>

_____. **Retratos da Infância na Cidade de Porto Alegre**. 2007. 218 p. Tese (Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

_____; NUNES, Brasilmar Ferreira. Dossiê Infância e cidade: perspectivas analíticas para as áreas de Educação e Sociologia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 128, p. 649-809, jul./set. 2014.

MUNIZ, Jacira Carla Bosquetti. **"Olha só, ele me enganou! estava com sono até agora..."**. O que nos dizem os bebês? Aproximação às práticas de cuidado a partir da etnografia na educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

MURAD, Julia. **Ocupação**: uma alternativa de moradia. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz Débora Pinheiro Santos. **Infância em ocupação urbana**: reflexões sobre resiliência. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

NASCIMENTO, Maria Letícia. Reconhecimento da sociologia da infância como área de conhecimento e campo de pesquisa: algumas considerações. In FARIA, A.G.; FINCO, D. (orgs.) **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

NASSIF, Luis. Os despejados da Avenida Ipiranga. **Jornal GGN**. Políticas Sociais. Habitação. 11 de setembro de 2012. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/politicas-sociais/os-despejados-da-avenida-ipuranga/>.

NEIMAN, Lilith. **Caminhar, fotografar, desenhar**: experiências com crianças na Praça da República (SP). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado**: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires (Dissertação em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

NOBRE, Eduardo Alberto Cusce. Políticas Urbanas para o Centro de São Paulo: renovação ou reabilitação? Avaliação das propostas da Prefeitura do Município de São Paulo de 1970 a 2004. **Pós**, v.16 n.25, São Paulo, jun. 2009.

NUNES, Angela. **“Brincando de Ser Criança”**: contribuições da etnologia Indígena Brasileira à Antropologia da Infância. Tese (Doutorado em Antropologia) – ISCTE. Lisboa, 2003.

_____; CARVALHO, Maria Rosário de. Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, n.68, pp.77–97, 2009.

O DRAMA da falta de moradias no Brasil: 142 mil famílias vivem em ocupações. **G1**. 27 de junho de 2022. Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal->

hoje/noticia/2022/06/27/o-drama-da-falta-de-moradias-no-brasil-142-mil-familias-vivem-em-ocupacoes.ghtml

OLIVEIRA, Mayara Muniz; ABREU, Nelsio Rodrigues. Parabéns pra você!!! O consumo de mães em festas infantis. **Revista Pensamento e Realidade**, v. 30, n. 2. 2015.

OLIVEIRA, R.M; BORGES, A.M. Brincar com (a) propriedade: crianças em movimentos de ocupação. **Revista Desidades**. n.32 . jan./abr 2022.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v.39, n.1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, Fabiana; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e "paparicação". **Educação em Revista**. v.26, n.2, ago. 2010.

ORÇAMENTOS para investir em educação e ciência voltam a níveis dos anos 2000. Correio Braziliense. Brasília, 13 de fevereiro de 2022, Economia. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/02/4984969-orcamentos-para-investir-em-educacao-e-ciencia-voltam-a-niveis-dos-anos-2000.html>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>.

ORRMALM, Alex. **Babies' engagements with everyday things An ethnographic study of materiality**. Linköping Studies in Arts and Sciences, No. 802 Department of Thematic Studies – Child Studies Linköping University, Sweden. Linköping, 2021.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

_____. **Morar e Viver na Luta: movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2016.

_____. **Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

PATRIOLINO, Luana. De volta ao Mapa da Fome, Brasil tem 60 mi de pessoas com insegurança alimentar. **Correio Braziliense**. Brasília, 7 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/07/5020611-pais-esta-de-volta-ao-mapa-da-fome-da-onu.html>

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, p.28-36, 1978.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PENTEADO, A. T. C. **Urbanização e usos do território: as crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campinas/SP**. 2012. 243f. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PEREIRA, Rachel Freitas. **Os processos de socialização entre os bebês e os bebês e adultos no contexto da Educação Infantil**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2015.

PEREIRA, Olívia de Campos Maia. **Lutas urbanas por moradia: o centro de São Paulo**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

PETRUCCELLI, José Luiz. **A cor denominada: um estudo do suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho de 1998**. Rio de Janeiro: IBGE (relatório de pesquisa), 2000.

_____. **A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial**. Rio de Janeiro: DP&A/ LPP-UERJ, 2007.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista Antropologia**. [online]. 2007, vol.50, n.1, pp. 225-270. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27261>

_____; SARAIVA, Marina Rebeca. Apresentação: Enquanto houver bebês, há esperança. In. Dossiê Antropologia com bebês e suas cuidadoras. **Alterar Revista da Antropologia**. João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 9-13, jan./jun. 2019.

PRADO, Patrícia Dias. **Educação infantil**: contrariando as idades. São Paulo: Képos, 2015.

PREFEITURA de São Paulo inicia obras de requalificação do entorno da esquina histórica formada pelas avenidas Ipiranga e São João. **Mobilidade Sampa**. Calçadas. Transito. São Paulo, 08 de abril de 2022. Disponível em: <https://mobilidadesampa.com.br/2022/04/avenida-ipuranga-avenida-sao-joao-obras-requalificacao-esquina/>

PREFEITURA sanciona novo programa habitacional para impulsionar produção de unidades de interesse social na capital. **Prefeitura Municipal de São Paulo**. São Paulo, 10 set. 2021. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=317814>.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, p.729-750, set./dez. 2010.

QVORTRUP, Jens. Visibilidades das crianças e da infância. Tradução de Bruna Breda. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 20, n. 41, p. 23-42, jan./abr. 2014.

REDE NOSSA SÃO PAULO; FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. **Mapa da desigualdade da Primeira Infância 2020**. São Paulo, 2020.

REVOL, Claire. Ritmanalisar: tecer tempos e espaços para habitar. In LEFEBVRE, Henri. **Elementos de ritmanálise**: e outros ensaios sobre temporalidades. Tradução de Flavia Martins e Michel Moreaux. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

RIZEK, Cibele Saliba. **Etnografias urbanas: cultura e cidade de dentro e de perto**. Redobra, n. 12, p. 19-24, 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12_EN3_cibele.pdf.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª ed. São Paulo: SP, Cortez, 2009.

ROLNIK, Raquel. A Cracolândia realmente acabou? **UOL Notícias**. Opinião. São Paulo, 07 de abril de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/a-cidade-e-nossa/2022/04/07/a-cracolandia-realmente-acabou.htm>

ROLNIK, Raquel. Territórios em conflito: São Paulo: espaço, história e política. São Paulo: Três Estrelas, 2001.

_____. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 29-41, set. 1989.

_____; SANTORO, Paula; STROHER, Laisa; SOUZA, Paula Victoria; CANAN, Henrique. Plano para a região central aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo é uma farsa. **Labcidade/FAU-USP**. 25 ago. 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/plano-para-a-regiao-central-aprovado-pela-camara-municipal-de-sao-paulo-e-uma-farsa/>. Acesso em 09/11/2022.

ROSEMBERG, Fúlvia. São Paulo, uma cidade hostil aos bebês. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S. **Os Escritos de Fúlvia Rosenberg**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 742-759, Set. 2014

_____. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

_____. Educação infantil, classe, raça e gênero. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, p. 58-65, fev. 1996.

_____. Movimento social e atendimento ao menor: o caso das creches. In RIBEIRO, Ivone; BARBOSA, Maria de Lourdes (Org). **Menor e Sociedade Brasileira: análises, programas institucionais, experiências**. São Paulo: Loyola, 1987.

_____; MARIANO, Carmem Lucia Sussel. A Convenção Internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, p.693-728, set./dez. 2010.

ROSSETO, Edna R. A. **Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós: a educação das crianças sem terrinha no MST**. 2009. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SALUTTO, Nazareth. “É preciso incluir os bebês!” Sentidos e apostas no diálogo com mulheres-mães. **Linhas Críticas**. Brasília, DF, v. 26, p.1-20, 2020. (Ahead of print)

SALUTTO, Nazareth; NASCIMENTO, Anelise. Onde estão os bebês? Reflexões para sua construção conceitual a partir de um debate interdisciplinar. **Revista Altera**, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 14-37, jan./jun. 2019.

SAMAIN, Etienne; BRUNO, Fabiana. Como pensar e fazer pensar um arquivo fotográfico: uma dupla experiência. **Revista Visagem**. Antropologia Visual e da imagem. Belém, v. 2, n. 1, p. 93-116, jan./jun. 2016.

_____. Os riscos do texto e da imagem - Em torno de *Balinese character* (1942), de Gregory Bateson e Margaret Mead. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, n. 14, p. 63-88, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/90617>. Acesso em: 9 jun. 2021

SANTIAGO, Tatiana. Cidade de São Paulo tem 206 ocupações onde moram 45 mil famílias. **G1**. São Paulo, 02 de maio de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml>

SANTORO, Paula Freire. **A relação das salas de cinema com o urbanismo moderno na construção de uma centralidade metropolitana: a Cinelândia paulistana**. Seminário DOCOMOMO, 3. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, julho de 2005. **Anais**.

SANTOS, Angela da Cruz. **Discurso sobre bebê e creche na propaganda eleitoral de 2012 no município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Carla Pellicer dos. **Discursos sobre creche no Jornal Folha de S. Paulo online (1994-2009)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Eline Limeira dos. **Ocupação Santa Maria : conflitos, infâncias e brincadeiras**. 2017. 113 f. Dissertação

(Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SANTOS, Renato Abramowicz. **Cartografias políticas de uma ocupação - cotidiano, território e conflito**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

SARAIVA, Marina Rebeca. **Espacialidades da Infância**: etnografia das redes de relações das crianças ricas na cidade de Fortaleza- Ceará. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

_____. **A Fábula da MetrÓpole**: a cidade do ponto de vista das crianças moradoras de condomínios fechados de luxo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SARMENTO, M. J; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Políticas Públicas e Participação Infantil. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 25, pp. 183-206, 2007.

SÃO PAULO. Matrículas e Demanda Registrada por Distrito. Acesso a informação. mai. 2023. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/aceso-a-informacao/demanda-escolar/>.

_____. Lei n. 17844. Projeto de Intervenção Urbana Setor Central. 14 de setembro de 2022. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17844-de-14-de-setembro-de-2022>

_____. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Pesquisa Censitária da População em Situação de rua. Censo da População de rua. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626.

_____. **Plano Municipal de Habitação de São Paulo**. Projeto de Lei nº 619 de dezembro de 2016. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/20161221_PMH_PL_bxa.pdf. Acesso em abril de 2021.

_____. Mapa digital da Cidade de São Paulo. s./d. Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SB C.aspx

SCARLATO, Francisco Capuano; ALVES, Glória da Anunciação. São Paulo: uma metrópole em constante mutação. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 100, p. 156-172, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1504>.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, pp.137-150, 2001.

SCHIAVI, Iara Franco. **Ocupações por moradia em São Paulo: a dicotomia centro-periferia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC. Santo André, 2018.

SCHMID, Christian. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP** – espaço e tempo, São Paulo, n. 32, 2012.

SCHMITT, Rosinete Valdeci. **Mas eu não falo a língua deles!:** as relações sociais de bebês num contexto de educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. (Org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. Editora Hucitec, São Paulo: 1996.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. **SEADE Municípios**. 2021. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/>.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO. **Prefeitura de São Paulo**. Histórico demográfico. Mapas. 1924. s./d.[a] Disponível: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg

_____. **Prefeitura de São Paulo**. Histórico demográfico. Mapas. 1952. s./d.[b] Disponível: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1952.jpg

SENADO aprova MP do Minha Casa, Minha Vida. **Agência Brasil**. Política. Brasília, 13 de junho de 2023.

Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-06/senado-aprova-mp-do-minha-casa-minha-vida>.

SERRÃO, Célia Regina Batista. A desconstrução de um atendimento integral e integrado às crianças de 0 a 6 anos na cidade de São Paulo. **OLH@RES – Revista Eletrônica do Departamento de Educação da UNIFESP**, v.5, p. 152-169, 2017.

_____; OLIVEIRA, Renata Cristina Dias. As vozes que ecoam na pandemia: a escuta como desafio para garantia dos direitos de bebês e crianças pequenas. In: GOBBI, M; PITO, J.D. (orgs). **Coletivos, mulheres e crianças em movimentos**: na pandemia, do podcast ao livro. São Paulo: FEUSP, 2021

SEVCENKO, Nicolau. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. **REVISTA USP**, São Paulo, n.63, p. 16-35, setembro/novembro 2004.

SILVA, Ana Cecília Oliveira. **Acampamento e assentamento rural como contexto de cuidado e educação compartilhados de crianças**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

SILVA, Carlos Costa da. Dinâmica espacial da hotelaria de luxo na metrópole de São Paulo: da expansão à crise e o estágio atual. **EURE** (Santiago), v. 41, n. 124, p. 185-200, Santiago, set. 2015.

SILVA, Dilma Angela. **Andarilhar e perceber a cidade com crianças da educação infantil**: cortejo, arte e mediação cultural. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2020.

SILVA, Márcia Vanessa. **As formas de participação social dos bebês nas práticas cotidianas vivenciadas no contexto de uma creche municipal**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2017.

SILVA, Lucélia de Almeida. **O uso do tempo no cotidiano de bebês**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

SILVA, Marta Lúcia da. **Discursos de mães negras sobre educação e cuidado de crianças de até três anos de idade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **REVEDUC- Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1137> Acesso: 08 de janeiro 2020.

_____. Estudos Afro-brasileiros: africanidades e cidadania. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SIMÃO, Marcia Buss. Relações sociais de gênero na perspectiva de crianças pequenas na creche. **Caderno de Pesquisa**. v. 43, n. 148, p. 176-197, jan-abr. 2013.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa. Seres competentes e sujeitos de direitos: trajetórias dos bebês nas pesquisas acadêmicas e nas creches. **Revista Desidades**. Dossiê Temático Bebês. n.33, mai./ago 2022.

SIROTA, Régine. As delícias de um aniversário: uma representação da infância. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 2, n. 2, nov. 2008

SMITH, Raymond T. **The negro Family in British Guiana**. London: Routledge & Kegan Paul, 1956.

SOARES, Luis. Prefeitura de São Paulo manda 94 famílias carentes para o olho da rua. **Pragmatismo Político**. Desigualdade Social. 28 de agosto de 2012. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/08/familias-sem-teto-sao-paulo-rua.html>

SOARES, Natália Fernandes. A participação infantil em foco. [Entrevista concedida a] Regiane Sbroion de Carvalho e Ana Paula Soares da Silva. **Psicologia em Estudo** (online) Universidade Estadual de Maringá. vol. 21, núm. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28430>

_____. A investigação participativa no grupo social da infância. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n-1, pp-25-40, jan./jun. 2006.

SOARES, Natália Fernandes. Os Direitos das Crianças nas encruzilhadas da Proteção e da Participação. **Revista Zero a Seis**, Florianópolis, n. 12, v.7, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018.

STABILE, Arthur; ARROYO, Daniel. Sem-teto ocupam prédio no centro de SP. **PONTE**. São Paulo, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://ponte.org/sem-teto-ocupam-predio-no-centro-de-sp-entrar-e-o-primeiro-passo/>

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Z.; TRINDADE, Thiago. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399 – 426, nov. 2012.

TEIXEIRA, A. M. A. P. **Os olhares das crianças sobre a cidade de Vitória/ES: a escola como um ponto de partida**. 2012. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012.

TREVISAN, Gabriela - Amor e afectos entre crianças : a construção social de sentimentos na interação de pares In: DORNELLES, Leni Vieira (org.) **Produzindo pedagogias interculturais na infância**. Petrópolis: Vozes. 2007. p. 41-70.

TOREN, Christina. **Mind, Materiality and History. Explorations in Fijian Ethnography**. London; NewYork: Routledge, 1999.

TORRES, Maria Eduarda Abrantes. **Discursos de avós sobre o bebê, sua educação e cuidado**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013

TOURINHO, A. O. Centro e Centralidade: uma questão recente. In CARLOS, A.F.A; OLIVEIRA, A. U. (Orgs). **Geografias da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2006.

VARGAS, Gardia Maria Santos de. **Bebês em suas experiências primeiras** : perspectivas para uma escola da infância. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

VARELLA, Mariana. Insegurança Alimentar: quase 3 mil bebês são internados em 2022 com sintomas de desnutrição. **Portal Drauzio Varella**. 14 nov. 2022. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/alimentacao/inseguranca-alimentar-quase-3-mil-bebes-sao-internados-em-2022-com-sintomas-de-desnutricao/>

VIANA, Larissa de Alcantara. **Chão, Pó, Poeira**: a produção social do espaço a partir de ocupações recentes na cidade de São Paulo. (Tese). Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2020.

VIANA, Nildo. A criminalização dos movimentos sociais. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 202, ano XVII, mar. 2018.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: Uma história da higiene corporal. Tradução do Francês: Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 297 p.

VIVIANI, Fabricia C.; PITO, Juliana; MARTINS, Paula. Crianças, mulheres e suas lutas em movimentos de moradia. Apresentado no 7º Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias – GRUPECI- (junho/julho de 2021).

_____; GUIMARAES, I. M. S. S. . Unidas como uma rocha: o paredão das mulheres do Luta Popular. In: GOBBI, M; PITO, J.D. (orgs). **Coletivos, mulheres e crianças em movimentos**: na pandemia, do podcast ao livro. São Paulo: FEUSP, 2021.

REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

Dia de Festa (2005), de Toni Venturi e Pablo Georgieff.
Disponível em: <https://vimeo.com/18117373>

Era o Hotel Cambridge (2016), de Eliane Caffé e Carla Caffé.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=uvVDjPbUtlk>

Leva (2012), de Juliana Vicente e Luiza Marque.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=xn2um8xhc4o>

Quando limpam com fogo (2016), de Rafael Crespo, Conrado Ferrato e César Vieira. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=WAVqcCdFoos_

Torre de Babel (2007), de Felipe Seffrin e Dirceu Neto.

Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=I6nJwa_0mTA

AMENOS

ANEXO 1

MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO ÀS FAMÍLIAS DOS BEBÊS

Universidade de São Paulo
Faculdade de Educação

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Eu, _____, declaro que participarei e autorizo a participação do meu /minha filho/filha _____ na pesquisa de doutorado intitulada “*BEBÊS, PRESENTE! Produção do espaço, cotidiano e luta na Ocupação Ipiranga*”, que tem como pesquisadora responsável Juliana Diamante Pito, aluna da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, orientada pela Professora Marcia Aparecida Gobbi. Tenho ciência dos objetivos da pesquisa e seus usos, abaixo descritos.

- I. A pesquisa tem como objetivo conhecer os cotidianos de bebês em movimentos sociais de luta por moradia, buscando compreender a produção de espaço por eles e elas em edifícios ocupados no centro da cidade de São Paulo;
- II. Os resultados que se desejam alcançar com o conhecimento sobre a vida em Ocupações envolvem o fato de que a pesquisa pode apontar possibilidades de diálogo sobre as relações entre bebês e suas/seus cuidadoras/cuidadores, com demais espaços da cidade, com as escolas e contribuir no processo de formação de professores e professoras, assim como, a longo prazo, impactar em políticas públicas urbanas e intersetoriais;
- III. A participação do/da bebê será acompanhada pelos responsáveis e/ou cuidadores e cuidadoras, podendo ser interrompida aos primeiros sinais de desconforto deles e delas com a presença da pesquisadora;
- IV. Com relação às imagens e divulgação de nossas identidades/nomes, informo que:
() autorizo, de forma parcial, desde que não possamos ser identificados, com uso de imagens não frontais e nomes fictícios;
() autorizo, de forma integral, com divulgação de nossas imagens frontais e nomes verdadeiros;
() não autorizo a divulgação de nossas imagens, nem das nossas identidades.
- V. O estudo não acarretará nenhuma despesa para os sujeitos da pesquisa e essa participação não inclui nenhum tipo de pagamento.
- VI. A qualquer momento, posso buscar maiores esclarecimentos, inclusive relativos à metodologia do trabalho e poderei recusar a continuar participando do estudo sem que isso me traga qualquer penalidade, prejuízo ou constrangimento.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha/nossa participação implica, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:
Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação
Av. da Universidade, 308 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-040
Telefone p/contato: (11) 999013766
e-mail para contato: jdiamante@usp.br
Responsável: Juliana Diamante Pito
Orientadora: Marcia Gobbi

São Paulo, ____ de _____ de _____.

MODELO DE QUESTIONÁRIO COM INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOS BEBÊS

Universidade de São Paulo
Faculdade de Educação

Informações sobre o/a bebê participante da pesquisa

Informações sobre o/a bebê:

Nome: _____

Na pesquisa, gostaria que o/a bebê fosse identificado como: _____

Data de nascimento: _____

Cidade de nascimento: _____

Raça do/da bebê:

BRANCO PARDO PRETO AMARELO INDÍGENA NÃO QUERO DECLARAR

Quem mora com o bebê: _____

O/a bebê vai a creche?

sim não

Quando não vai à creche, quem é seu principal cuidador? _____

Como é sua rotina durante a semana?

Como é sua rotina aos finais de semana?

Informações sobre quem está respondendo o questionário:

Nome: _____

Parentesco / relação com o bebê: _____

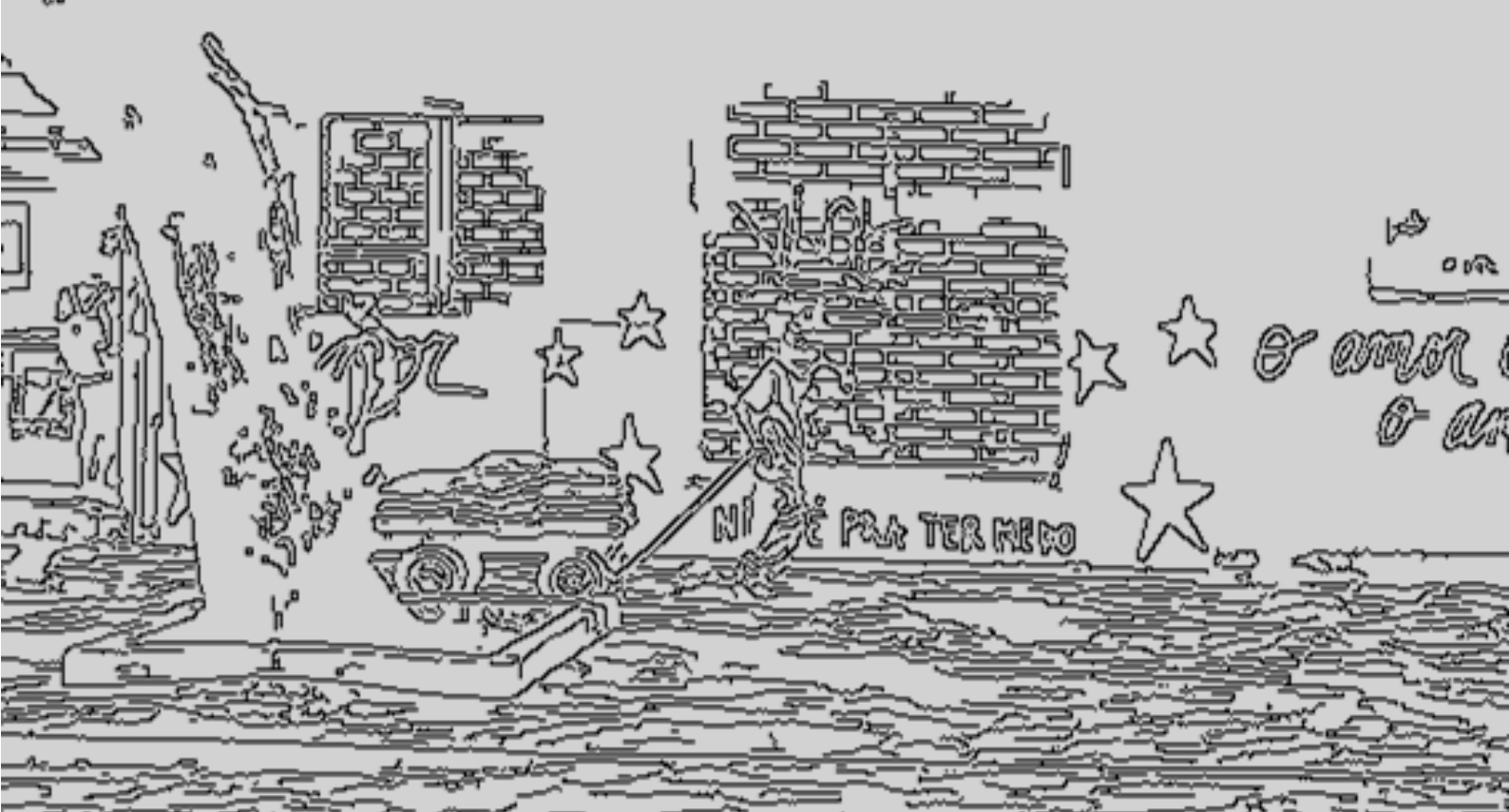
Idade: _____

Raça:

BRANCO PARDO PRETO AMARELO INDÍGENA NÃO QUERO DECLARAR

Ocupação / profissão: _____

Na pesquisa, gostaria de ser identificado como: _____





o centro é
a. quã
to



custo
modulos:
o que.

ainda